

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**LUCIANO CELSO BRANDÃO GUERREIRO BARBOSA**

**A PLURATIVIDADE NA AGROECOLOGIA COMO UMA ALTERNATIVA DE  
DESENVOLVIMENTO PARA O AMBIENTE RURAL**

**CURITIBA  
2013**

LUCIANO CELSO BRANDÃO GUERREIRO BARBOSA

**A PLURATIVIDADE NA AGROECOLOGIA COMO UMA ALTERNATIVA DE  
DESENVOLVIMENTO PARA O AMBIENTE RURAL**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

**Comitê Orientador:**

Prof. Dr. Alfio Brandenburg, MADE-UFPR

Prof. Dr. André Maia Gomes Lages, FEAC-UFAL

CURITIBA  
2013

B238p

Barbosa, Luciano Celso Brandão Guerreiro.

A pluratividade na agroecologia como uma alternativa de desenvolvimento para o ambiente rural / Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa. – 2013.

292 f. Il. color

Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, 2013.

“Orientação: Prof. Dr. Alfio Brandenburg, MADE-UFPR; Prof. Dr. André Maia Gomes Lages, FEAC-UFAL”.

1. Desenvolvimento local sustentável. 2. Ambiente rural. 3. Pluriatividade na agroecologia. 4. Sustentabilidade socioambiental I. Título.

CDD 630.2745



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Rua dos Funcionários, 1540- Juvevê- CEP: 80035-050 Curitiba-Pr  
Fone (Fax) 41- 3350 5764 Fone 41- 3350 5849  
E-mail: [made@ufpr.br](mailto:made@ufpr.br) Home-Page: [www.ppgmade.ufpr.br](http://www.ppgmade.ufpr.br)

Ata da sessão pública da arguição da tese para obtenção do grau de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento no. 124. Aos trinta dias do mês de março de dois mil e treze, às 14h00min horas na Sede do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná - Setor de Ciências Agrárias foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos doutores: Alfio Brandenburg (orientador UFPR), Dr. André Maia Gomes Lages (FEAC-UFAL), Dra. Maristela Simões do Carmo (UNICAMP), Dr. Valdir Frigo Denardin (UFPR) e Dr. José Luiz Fernandes Cerveira Filho (UFPR) para arguição da tese de doutorado apresentada pelo candidato **Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa** intitulada "A pluralidade na Agroecologia como alternativa de desenvolvimento para o ambiente rural". A sessão teve início com o Prof. Alfio Brandenburg na presidência dos trabalhos. Em seguida foi concedida a palavra a cada um dos examinadores, para realização de suas respectivas arguições. O doutorando apresentou sua defesa. Na seqüência, o Professor Presidente retomou a palavra para as considerações finais. A banca reunida sigilosamente decidiu pela Aprovação do candidato. Em seguida, o senhor Presidente declara aprovado o doutorando, que recebeu o título de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente sessão a qual será assinada pela Comissão Examinadora.

Curitiba, 30 de março de 2013.

Prof. Dr. Alfio Brandenburg

Prof. Dr. André Maia Gomes Lages

Profa. Dra. Maristela Simões do Carmo

Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin

Prof. Dr. José Luiz Fernandes Cerveira Filho

Dedico esta Tese aos meus pais Celso e Lúcia (*in memoriam*) que sempre incentivaram-me e apoiaram-me na busca por conhecimento. Agradeço-lhes, pois mesmo nos momentos mais adversos nunca esmoreceram, sempre dando-nos carinho, amor e conselhos que foram importantes para nosso dia a dia. Além de serem exemplos para os seus filhos, pois nos ensinou que vale apenas lutar pelos nossos ideais e sonhos.

E à minha esposa Tatiana que sempre incentivou-me e apoiou-me nesta busca por conhecimento e aprimoramento profissional. Seu apoio, dedicação, carinho, críticas construtivas e, principalmente, amor e paciência, foram primordiais para que pudesse trilhar este caminho.

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente gostaria de agradecer a Deus que sempre esteve comigo, tanto nas conquistas, mas, principalmente, nos momentos difíceis.

A minha família que esteve sempre ao meu lado dando-me o apoio e suporte necessários para que pudesse concluir mais esta etapa na minha vida.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, que me proporcionarão um crescimento intelectual e contribuirão para minha formação profissional. Além disso, agradeço pela oportunidade de compartilharem comigo seus olhares interdisciplinares acerca da problemática socioambiental, visão está importante para o meu crescimento acadêmico e para que tivesse um novo olhar acerca da ciência a qual faço parte, a economia.

Gostaria de agradecer especialmente meu orientador Prof. Dr. Alfio Brandenburg, pela paciência, pelos apontamentos teóricos e pelas importantes orientações que me foram prestadas durante este processo de pesquisa científica. Agradeço principalmente, pelo incentivo e apoio durante a fase mais difícil de minha vida. Suas palavras e apoio deram-me força para finalizar este processo de desenvolvimento acadêmico.

Agradeço, também de forma especial, ao meu coorientador, Prof. Dr. André Lages, pelo importante auxílio e suporte teórico para o processo de construção desta pesquisa. Agradeço ainda pelo apoio e incentivo dado durante a fase difícil que enfrentei decorrente do falecimento de minha mãe.

Aos meus colegas de Doutorado da Turma VIII: Francelise Diehl, Frederico Neves, Georgeana França, Thomaz Mendes Filho, Juliana Spínola, Katya Isaguirre, Francisco Faraco, Natalia Azevedo, Sidemar Nunes, Thiago Serafini e Almir Rodrigues pela oportunidade de compartilharem comigo suas visões acerca dos diversos temas que permeiam a questão em torno do desenvolvimento e meio ambiente.

Agradeço, especialmente, a Julian Perez, Regiane Borsato e Mariângela Gerum por todo apoio prestado a mim e a minha esposa durante os dois anos que morei em Curitiba/PR e durante minhas idas a esta cidade. Além disso, gostaria de agradecer-lhes pela oportunidade de compartilharem suas experiências profissionais

e acadêmicas acerca das questões em torno do desenvolvimento rural e da sustentabilidade.

Agradeço aos meus colegas de Universidade Federal de Alagoas pelo apoio dado durante a fase de redação deste trabalho de pesquisa, em especial aos professores Sergio Borges e Lucas Muniz, sendo este último responsável pelo assessoramento na realização do cálculo para a definição da determinação do tamanho da amostra deste trabalho.

A AOPA que cedeu todas as informações necessárias para a elaboração deste trabalho. Agradeço especialmente aos senhores Mário e Adilson que sempre estiveram disponíveis, tanto para disponibilizarem as informações como para explicarem as particularidades existentes e necessárias ao entendimento acerca do funcionamento e dos atores participantes do Núcleo MBA.

A todos os agricultores e agricultoras que colaboraram com esta Tese, recebendo-me gentilmente em suas propriedades ou em suas bancas nas feiras livres agroecológicas e prestando as informações necessárias a elaboração desta pesquisa.

Gostaria ainda, de agradecer aos discentes da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, que auxiliara-me na coleta de dados junto a AOPA e na tabulação das informações dos Planos de Manejo Orgânico e Questionários.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que deu-me a oportunidade de aprimoramento e crescimento acadêmico e profissional, financiando dois anos de estudos no doutorado, por meio de concessão de uma bolsa de estudos.

## RESUMO

Nas últimas décadas, o ambiente rural vem passando por um processo de transformação socioeconômica que está possibilitando a potencialização dos recursos produtivos existentes na economia local do rural, de forma a incentivar o desenvolvimento de diversas atividades socioeconômicas, sejam elas de cunho agrícola como não-agrícola, neste ambiente, tais como: turismo rural, produção de bioenergia, agroindustrialização. Esta transformação no ambiente rural abre espaço para que os agricultores agroecológicos possam organizar suas lógicas reprodutivas e gerenciais balizadas na inter-relação entre as práticas produtivas agroecológicas com as pluriativas e, desta maneira, estruturar sistemas produtivos diversificados e multissetoriais. Diante deste contexto, este trabalho detém como objetivo analisar a relação entre o sistema socioprodutivo agroecológico e as múltiplas atividades socioeconômicas na perspectiva da construção da sustentabilidade socioambiental dos agricultores agroecológicos. Além disso, busca-se verificar em que medida esta relação se constitui numa alternativa que contribui para a construção de um processo de desenvolvimento para o ambiente rural. Para a execução deste trabalho foi delimitado como universo de pesquisa 93 agricultores agroecológicos pertencentes ao Núcleo Maurício Burmeister do Amaral (MBA) – que compõem a Rede Ecovida de Agroecologia –, distribuídos em 15 grupos de agricultores, em 15 municípios pertencentes à Região Metropolitana de Curitiba, no Paraná. Como instrumental analítico, utilizou-se as diversas informações contidas nos Planos de Manejo Orgânico dos agricultores do Núcleo MBA (documento, esse, exigido como cadastro para participação na Rede Ecovida e que contém diversas informações sobre a gestão da produção e dos estabelecimentos rurais) e um questionário semiestruturado aplicado, de maneira aleatória, a 19 agricultores do Núcleo MBA, sendo esta uma amostra definida por meio de um cálculo para a determinação do tamanho da amostra, cuja finalidade foi de coletar dados mais específicos, sendo esta uma ação importante para aprofundar as análises e discussões aqui realizadas. Além disso, foram realizadas algumas observações *in lócus* que ocorreram durante a aplicação dos questionários. Neste sentido, após as observações, pesquisa de campo e análises teóricas e empíricas realizadas, este trabalho chegou à conclusão que a pluriatividade na agroecologia possibilita aos agricultores a organização de uma lógica reprodutiva e gerencial que lhe gera uma sustentabilidade socioambiental que se estrutura através: **(i)** da diversificação produtiva agrícolas e/ou não-agrícolas no estabelecimento; **(ii)** da inserção plural dos membros da família no desenvolvimento de atividades produtivas dentro e fora do estabelecimento rural familiar; **(iii)** da obtenção múltipla de rendas (monetária e não-monetária) no transcorrer de todo o ano; e **(iv)** do equilíbrio ecológico dos agroecossistemas. Ocorre ainda que por meio da pluriatividade na agroecologia verificou-se que os agricultores do Núcleo MBA estão construindo um processo de desenvolvimento para o ambiente rural diferenciado e que se estrutura através das singularidades local e dos diferentes modos e projetos de vida adotado por cada agricultor inserido neste processo.

Palavras-chave: Desenvolvimento local sustentável. Ambiente rural. Pluriatividade na agroecologia. Sustentabilidade socioambiental.



## ABSTRACT

In recent decades, the rural environment has been undergoing a process of socio-economic transformation that is enabling the enhancement of productive resources in the economy of the rural location, in order to encourage the development of diverse socioeconomic activities, agricultural and non-agricultural, such as rural tourism, bioenergy production, agro-industrialization. This transformation in the rural open space for agroecological farmers can organize their reproductive logical and managerial buoyed the interrelationship between agroecological productive practices with pluriactivity and thus, structuring diversified production and multisectorial systems. Given this context, this work aims to analyze the relationship between the system and the multiple agroecological socioeconomic activities in connection with the construction of social and environmental sustainability of agroecological farmers. Furthermore, we seek to verify if this relationship is an alternative that contributes to the construction of a development process for the rural environment. For this purpose it was bounded as research universe 93 agroecological farmers belonging to the Core Maurício Amaral Burmeister (MBA) - compounding the Ecovida Agroecology Network - distributed in 15 groups of farmers in 15 municipalities in the Metropolitan Area of Curitiba in Paraná State - Brazil. As analytical tools, we used information contained in the various Management Plans of the Organic farmers MBA Core (the documents required for registration and participation in the Network Ecovida containing various information about the production and management of farms) and one semi-structured questionnaire applied randomly to 19 farmers, which was defined by a calculation for determining the sample size, the purpose of which was to collect more specific data, which is an important action to deepen the analyzes and discussions held here. Moreover, some observations were made in locus at the time when the questionnaires were applied. In this sense, after the observations, field research and theoretical and empirical analyzes performed, this paper concludes that the pluriactivity agroecology enables farmers to organize a logical and reproductive management which generates a structure that environmental sustainability through: (i) diversification of agricultural production and/or non-agricultural property; (ii) the insertion of family members in the development of productive activities inside and outside of the rural family; (iii) obtaining multiple income (monetary and non-monetary) over the course of the year; and (iv) the ecological balance of agro ecosystems. Occurs even through that by agro ecological pluriactivity the MBA Core farmers are building a development process for the rural environment that is structured and differentiated by location of singularities and the different ways of life and projects adopted by each farmer inserted this process.

Keywords: Local Sustainable Development. Environment rural. Pluriactivity agroecology. Environmental sustainability.

## LISTA DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| <b>FIGURA 1</b> – MODELO CONCEITUAL DA TURMA VIII REPRESENTANDO A INSERÇÃO DAS QUATRO CRISES PROPOSTAS INICIALMENTE NA DIMENSÃO ESPACIAL E RECORTES ANALÍTICOS.....                                 | 31  |
| <b>FIGURA 2</b> – SELO ECOVIDA.....   | 39  |
| <b>FIGURA 3</b> – EXEMPLO DE ESTRUTURAÇÃO DE UM NÚCLEO DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA.....   | 40  |
| <b>FIGURA 4</b> – LINHA DO TEMPO DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA.....   | 42  |
| <b>FIGURA 5</b> – MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA QUE COMPÕE O NÚCLEO MBA 2010.....  | 53  |
| <b>FIGURA 6</b> – DINÂMICA DO SISTEMA SOCIOPRODUTIVO AGROECOLÓGICO.....   | 114 |
| <b>FIGURA 7</b> – DINÂMICA SOCIOPRODUTIVA NO AMBIENTE RURAL A PARTIR DA PLURIATIVIDADE.....   | 132 |
| <b>FIGURA 8</b> – EXEMPLOS DE ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS DESENVOLVIDAS NO ESTABELECIMENTO RURAL DO AGRICULTOR AGROECOLÓGICO 5 DO NÚCLEO MBA 2012.....   | 155 |
| <b>FIGURA 9</b> – MANEJO SOCIOPRODUTIVO ADOTADO PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA QUE INTEGRA ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS COM CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO ESTABELECIMENTO RURAL 2012..... | 157 |
| <b>FIGURA 10</b> – EXEMPLOS DE PAISAGENS EXISTENTES NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2012.....   | 159 |

## LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1** – MÃO DE OBRA UTILIZADA NO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2008-2010.....137
- GRÁFICO 2** – ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2008-2010..... 138
- GRÁFICO 3** – PRÁTICAS DE REUTILIZAÇÃO DOS RESÍDUOS PROVENIENTES DA CRIAÇÃO ANIMAL ADOTADAS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2008-2010..... 139
- GRÁFICO 4** – INFRAESTRUTURA EXISTENTE NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2008-2010..... 140
- GRÁFICO 5** – PRODUÇÃO DE PRODUTOS AGROALIMENTARES, POR CLASSIFICAÇÃO, DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2008-2010..... 141
- GRÁFICO 6** – CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO UTILIZADOS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA PARA A TRANSAÇÃO MONETÁRIA DE SEUS PRODUTOS AGROECOLÓGICOS 2008-2010..... 142

## LISTA DE QUADROS

|                   |   |     |
|-------------------|---|-----|
| <b>QUADRO 1 –</b> | PERFIL IDENTITÁRIO E PRODUTIVO DOS NÚCLEOS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA SELECIONADOS PARA A SEGUNDA ETAPA DE ENTREVISTAS 2010.....   | 48  |
| <b>QUADRO 2 –</b> | ESPAÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS NÚCLEOS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA SELECIONADOS PARA A SEGUNDA ETAPA DE ENTREVISTAS 2010.....   | 48  |
| <b>QUADRO 3 –</b> | NÚMERO DE FAMÍLIAS DE AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS, GRUPOS E MUNICÍPIOS PERTENCENTES AO NÚCLEO MBA, REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA 2012.....   | 52  |
| <b>QUADRO 4 –</b> | NÚMERO DE FAMÍLIAS DE AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS, GRUPOS E MUNICÍPIOS PERTENCENTES AO NÚCLEO MBA, REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, QUE POSSUÍAM PLANOS DE MANEJO ORGÂNICO EM JULHO DE 2012..... | 57  |
| <b>QUADRO 5 –</b> | AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS PERTENCENTES AO NÚCLEO MBA, REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, ENTREVISTADOS NO PERÍODO DE 20 A 25 DE JUNHO DE 2012.....   | 61  |
| <b>QUADRO 6 –</b> | ALTERNATIVA ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO.....  | 102 |
| <b>QUADRO 7 –</b> | OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FAMILIAR, MÃO DE OBRA CONTRATADA E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA PESQUISADOS 2012.....                               | 148 |
| <b>QUADRO 8 –</b> | OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FAMILIAR DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA FORA DOS ESTABELECIMENTO RURAL FAMILIAR 2012.....  | 150 |
| <b>QUADRO 9 –</b> | CLASSIFICAÇÃO DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA, DE ACORDO COM A LÓGICA E MODELO PRODUTIVO ADOTADOS PELOS MESMOS.....   | 151 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>QUADRO 10</b> – TRATAMENTO E DESTINO DADO, PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA, PARA OS SEUS RESÍDUOS E EFLUENTES 2008-2010.....  | 255 |
| <b>QUADRO 11</b> – FORMAS ADOTADAS PARA A PROTEÇÃO DAS FONTES E NASCENTES EXISTENTES NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DO NÚCLEO MBA 2008-2010.....  | 159 |
| <b>QUADRO 12</b> – ALOCAÇÕES DAS ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2012.....  | 170 |
| <b>QUADRO 13</b> – CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO ACESSADOS PELOS PRODUTOS NÃO-ALIMENTARES PRODUZIDOS A PARTIR DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2012..... | 175 |
| <b>QUADRO 14</b> – ALOCAÇÕES DAS ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS NÃO-AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2012.....  | 178 |
| <b>QUADRO 15</b> – CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO ACESSADOS PELAS ATIVIDADES/PRODUTOS AGRÍCOLAS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2012.....   | 186 |

## LISTA DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| <b>TABELA 1</b> – LOCAIS DE COMERCIALIZAÇÃO E VALORES COMERCIALIZADOS DE PRODUTOS ECOLÓGICOS PELAS ORGANIZAÇÕES INTEGRANTES DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA 2003.....                       | 45  |
| <b>TABELA 2</b> – PERCENTUAL DA AUTOSSUFICIÊNCIA ALIMENTAR DOS NÚCLEOS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA SELECIONADOS PARA A SEGUNDA ETAPA DE ENTREVISTAS 2010.....                           | 49  |
| <b>TABELA 3</b> – MÉDIA PERCENTUAL DOS PRODUTOS ECOLÓGICOS, POR DESTINO, SEGUNDO O NÍVEL GEOGRÁFICO DO MERCADO ACESSADO, DE SEIS NÚCLEOS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA 2010.....          | 50  |
| <b>TABELA 4</b> – FAIXA ETÁRIA DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2008-2010.....   | 144 |
| <b>TABELA 5</b> – ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2008-2010.....   | 154 |
| <b>TABELA 6</b> – ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA QUE POSSUI ALGUMA ÁREA A SER CONSERVADA E ÁREA COBERTA POR VEGETAÇÃO NATIVA 2008-2010..... | 160 |
| <b>TABELA 7</b> – ÁREAS DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS E ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2012.....                          | 165 |
| <b>TABELA 8</b> – PAUTA DE PRODUTOS ALIMENTARES PRODUZIDOS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2008-2010.....   | 168 |
| <b>TABELA 9</b> – OS MÚLTIPLOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO ACESSADOS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2008-2010.....   | 173 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>TABELA 10</b> – PRODUTOS AGROINDUSTRIALIZADOS PRODUZIDOS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2008-2010.....   | 182 |
| <b>TABELA 11</b> – RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA AGRÍCOLA – MONETÁRIA – OBTIDA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2011-2012.....   | 193 |
| <b>TABELA 12</b> – RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA AGRÍCOLA – NÃO-MONETÁRIA – OBTIDA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2011-2012.....   | 195 |
| <b>TABELA 13</b> – RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA – RENDA NÃO-MONETÁRIA – OBTIDA COM AS ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2011-2012.....  | 257 |
| <b>TABELA 14</b> – RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA AGRÍCOLA OBTIDA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2011-2012.....   | 197 |
| <b>TABELA 15</b> – RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA NÃO-AGRÍCOLA – MONETÁRIA – OBTIDA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2011-2012.....   | 201 |
| <b>TABELA 16</b> – RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA NÃO-AGRÍCOLA – NÃO-MONETÁRIA – OBTIDA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2011-2012.....   | 202 |
| <b>TABELA 17</b> – RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA NÃO-AGRÍCOLA OBTIDA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2011-2012.....   | 204 |
| <b>TABELA 18</b> – RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA OBTIDA A PARTIR DA ALOCAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FAMILIAR DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA FORA DO ESTABELECIMENTO RURAL, EXERCENDO ALGUMA ATIVIDADE REMUNERADA NÃO-AGRÍCOLA 2011-2012..... | 206 |
| <b>TABELA 19</b> – RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA (AGRÍCOLA + NÃO-AGRÍCOLA) – RENDAS MONETÁRIA E NÃO-MONETÁRIA – OBTIDA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA, 2011-2012.....  | 208 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>TABELA 20</b> – RENDA TOTAL BRUTA ANUAL ESTIMADA OBTIDA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2011-2012.....   | 211 |
| <b>TABELA 21</b> – LÓGICA REPRODUTIVA ADOTADA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA E A RENDA MENSAL MÉDIA ESTIMADA (EM SALÁRIOS MÍNIMOS) OBTIDA POR MEIO DE SUA REALIZAÇÃO 2011-2012.....                                | 213 |
| <b>TABELA 22</b> – FAIXA DE RENDA MENSAL MÉDIA (EM SALÁRIOS MÍNIMOS) DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA, CALCULADO A PARTIR DA RTBAE APÓS A DEDUÇÃO DO VALOR PAGO ANUAL ESTIMADO A MÃO DE OBRA CONTRATADA 2011-2012..... | 214 |



## LISTA DE SIGLAS

|             |   |
|-------------|---|
| AOPA        | Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia                   |
| ANA         | Articulação Nacional de Agroecologia                                |
| ANVISA      | Agência Nacional de Vigilância Sanitária                            |
| APP         | Área de Proteção Permanente   |
| CPRA        | Centro Paranaense de Referência em Agroecologia                     |
| EPAGRI-SC   | Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina |
| FAO         | Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação        |
| FETRAF-Sul  | Federação dos Trabalhadores na Agricultura dos Três Estados do Sul  |
| IBGE        | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                     |
| IDH         | Índice de Desenvolvimento Humano                                    |
| MAELA       | Movimento Agroecológico Latino-americano                            |
| MBA         | Núcleo Maurício Burmeister do Amaral                                |
| MST         | Movimento dos Sem Terra   |
| ONGs        | Organizações Não Governamentais                                     |
| PAA         | Programa de Aquisição de Alimentos                                  |
| PAIS        | Produção Agroecológica Integrada e Sustentável                      |
| PEA Rural   | População Economicamente Ativa Rural                                |
| PIB         | Produto Interno Bruto   |
| PMO         | Planos de Manejo Orgânicos  |
| PNDRS       | Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável              |
| PNUD        | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento                   |
| PPGMAD      | Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento        |
| REDE TA-Sul | Rede de Tecnologia Alternativa do Sul do Brasil                     |
| RMC         | Região Metropolitana de Curitiba                                    |
| RBAE        | Renda Bruta Anual Estimada  |
| RTBAE       | Renda Total Bruta Anual Estimada                                    |
| SEBRAE      | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas            |
| UFPR        | Universidade Federal do Paraná                                      |

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>20</b>  |
| 1.1 ESTRUTURA DA TESE.....   | 27         |
| <b>2. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA.....</b>   | <b>28</b>  |
| 2.1 INTRODUÇÃO.....  | 28         |
| 2.2 CONSTRUÇÃO DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR.....   | 28         |
| 2.2.1 Objetivo da pesquisa individual.....   | 34         |
| 2.3 UNIVERSO COLETIVO DE PESQUISA.....   | 35         |
| 2.4 A PESQUISA INDIVIDUAL.....   | 45         |
| 2.4.1 Universo e procedimentos de pesquisa.....  | 45         |
| 2.4.2 Determinação do tamanho da amostra para a pesquisa individual.....   | 51         |
| 2.4.2.1 Levantamento de informações sobre o Núcleo MBA.....  | 52         |
| 2.4.2.2 Plano de manejo orgânico.....  | 53         |
| 2.4.2.3 Cálculo para a determinação do tamanho da amostra para a pesquisa individual.....  | 57         |
| 2.4.3 Procedimentos e instrumentos para a coleta dos dados de campo.....   | 59         |
| 2.4.3.1 Questionário acerca da Renda Total Bruta Anual Estimada dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA.....                                     | 61         |
| 2.4.4 Elementos para a análise e interpretação de dados/informações referentes à Renda Total Bruta Anual Estimada dos agricultores agroecológicos..... | 63         |
| <b>3. DESENVOLVIMENTO PARA O AMBIENTE RURAL.....</b>   | <b>74</b>  |
| 3.1 DEBATENDO AS NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO.....  | 75         |
| 3.1.1 Desenvolvimento local sustentável.....   | 86         |
| 3.2 AMBIENTE RURAL.....  | 91         |
| 3.3 DESENVOLVIMENTO E AMBIENTE RURAL.....  | 99         |
| 3.3.1 Sistema socioproductivo agroecológico.....   | 111        |
| 3.3.2 Pluriatividade.....  | 119        |
| 3.3.3 Rendas monetária e não-monetária geradas no ambiente rural.....  | 126        |
| <b>4. PLURIATIVIDADE NA AGROECOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO PARA O AMBIENTE RURAL.....</b>  | <b>135</b> |
| 4.1 OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FAMILIAR E A LÓGICA PRODUTIVA DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA.....                                     | 146        |

|   |            |
|---|------------|
| 4.2 O MANEJO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA.....                                   | 152        |
| 4.3 AS MÚLTIPLAS ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS DESENVOLVIDAS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA.....                | 162        |
| 4.3.1 Atividades socioeconômicas agrícolas.....   | 163        |
| 4.3.1.1 As múltiplas alocações das atividades socioeconômicas agrícolas.....  | 169        |
| 4.3.2 Atividades socioeconômicas não-agrícolas.....   | 177        |
| 4.3.2.1 A prática produtiva da agroindustrialização.....  | 181        |
| 4.3.2.2 Outras atividades socioeconômicas não-agrícolas.....  | 183        |
| 4.3.2.3 Comercialização dos produtos não-agrícolas.....   | 185        |
| 4.4 RENDA TOTAL BRUTA ANUAL ESTIMADA OBTIDA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA.....                              | 189        |
| 4.4.1 Renda Bruta Anual Estimada proveniente das atividades socioeconômicas agrícolas (RBAE Agrícola).....                    | 192        |
| 4.4.2 Renda Bruta Anual Estimada proveniente das atividades socioeconômicas não-agrícolas (RBAE Não-agrícola).....            | 200        |
| 4.4.3 Renda Bruta Anual Estimada proveniente da ocupação da força de trabalho familiar (RBAE Força de trabalho familiar)..... | 205        |
| 4.4.4 Renda Total Bruta Anual Estimada (RTBAE).....   | 207        |
| 4.5 PLURIATIVIDADE NA AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO PARA O AMBIENTE RURAL.....   | 216        |
| <b>5. CONCLUSÃO.....</b>  | <b>228</b> |
| 5.1 A PESQUISA INTERDISCIPLINAR.....  | 238        |
| <b>REFERÊNCIA.....</b>  | <b>240</b> |
| <b>APÊNDICES.....</b>   | <b>253</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>  | <b>261</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

O ambiente rural constitui-se num *lócus* organizado a partir de diferentes formas de interação entre os diversos modos e projetos de vida que o compõem. Esta inter-relação pode ocorrer de maneira mais equilibrada ou conflituosa, tendo como elemento norteador desta relação a oportunidade que detêm os distintos atores e grupos sociais de definir qual estratégia reprodutiva que lhes geram as melhores possibilidades de obter níveis satisfatórios de desenvolvimento socioeconômico, além da oportunidade de inserção na economia local do ambiente rural e/ou na economia do ambiente urbano.

Nos últimos anos, vem ocorrendo uma transformação socioeconômica no ambiente rural, uma vez que novas oportunidades econômicas estão sendo criadas para a inserção das famílias nos diversos circuitos socioeconômicos que gradativamente vêm sendo estruturados no rural.

Deste modo, novas nuances são possibilitadas para o processo de desenvolvimento para o ambiente rural. Processo este que vem contemplando – mesmo que de maneira incipiente neste primeiro momento – a singularidade existente no rural, ao tempo que vem rompendo com a associação de sua identidade a dimensão circunscrita apenas ao setor agrícola.

Observa-se a emergência ou reestruturação de uma visão diferenciada que percebe o ambiente rural como um espaço construído a partir de relações socioambientais que levam em consideração os anseios dos diversos atores e grupos sociais. Anseios estes que perpassam o âmbito da produção agrícola e se manifestam através da busca, por exemplo, de qualidade de vida, da conservação ambiental, do desenvolvimento de novas atividades econômicas e da inserção familiar na economia local e na economia do ambiente urbano.

Neste sentido, de acordo com Schneider (2009) o ambiente rural detém funções além-produção de alimentos, uma vez que este ambiente vem se constituindo num lugar de moradia, de lazer, de identidade cultural e de relação com a natureza. Assim, é a partir deste espaço multifuncional que os diversos atores e grupos sociais existentes no rural vêm estruturando novas estratégias reprodutivas que se manifestam por meio do desenvolvimento de uma gama variada de atividades socioeconômicas e de inserção mercadológica multissetoriais.

Por outro lado, Favareto; Seifer (2012) comentam que o rural passa por um momento de reconfiguração socioeconômica, principalmente, no que se refere à dinamização de sua economia local. Assim, emerge no rural a chamada economia da nova ruralidade que vem criando um ambiente favorável ao desenvolvimento de iniciativas e espaços produtivos e comerciais que balizam-se no desenvolvimento de práticas ligadas à produção de bioenergia e biocombustíveis, inserção dos produtos dos agricultores em mercados de alto valor agregado e desenvolvimento de atividades produtivas que se organizem a partir das amenidades existentes no rural, por exemplo, o turismo rural.

Este cenário emerge como uma nova forma que os agricultores vêm utilizando para reduzir sua situação de vulnerabilidade perante os riscos que são gerados no âmbito do sistema socioprodutivo agrícola estruturado sob a lógica da Revolução Verde, tais como: as exigências produtivas de qualidade e escala de produção e as oscilações de mercado inerentes às *commodities* agrícolas.

Gazolla (2009) argumenta que os espaços socioprodutivos, que não contemplam as diferentes formas de vida existentes no ambiente rural, conduzem os agricultores a uma situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade econômico-financeira decorrente do fato de que a redução no autoconsumo representa uma elevação nos gastos financeiros, uma vez que os agricultores demandarão alimentos oriundos do mercado.

Assim, segundo Gazolla (2009, p. 103)

[...] São estas atividades produtivas, em parte, as responsáveis pela mercantilização do consumo familiar. Elas fazem com que o agricultor entre num processo de especialização produtiva e de inserção mercantil, fazendo com que os mesmos voltem às suas estratégias de reprodução social a poucas atividades produtivas, rentáveis e que possuem um mercado garantido e seguro. São estas as principais estratégias de reprodução social dos agricultores e, são também, a expressão máxima do padrão de desenvolvimento agropecuário da região gestado desde a década de 70.

Desta forma, nota-se que o atual processo de desenvolvimento para o ambiente rural está balizado na busca por melhores níveis de produção, introdução de novas tecnologias, acesso ao capital financeiro e busca por melhores mercados, especialmente o mercado internacional, ou seja, há, na verdade, um desenvolvimento agrícola estruturado na eficiência, na competitividade e na lucratividade.

Neste contexto, os Estados nacionais elaboram leis, normas, concedem incentivos econômico-financeiros e estruturam políticas que incentivam a produção

agrícola como se estas fossem as iniciativas-chaves para a obtenção de desenvolvimento no ambiente rural. No entanto, ao contrário do proposto, tais iniciativas contribuem para o agravamento do problema no campo devido à exclusão social e ao acesso à terra e à concentração de renda e dos benefícios gerados pelo desenvolvimento socioeconômico, por exemplo.

Para Sachs (2003, p. 92) a atual lógica produtiva que domina as práticas socioeconômicas existentes no ambiente rural, aposta exclusivamente,

[...] em termos produtivos numa agricultura sem homens, e a conceituação da reforma agrária em termos exclusivamente sociais, ou seja, como uma estratégia para assegurar apenas a parca sobrevivência dos minifundistas, incapazes de se integrarem na economia moderna, leva à conclusão de que o êxodo rural acelerado é uma necessidade inescapável, o custo de um progresso socialmente perverso, que não pode fugir à acumulação do excedente da mão-de-obra rural nas favelas e bairros periféricos das cidades.

Esta situação decorre do fato de que a lógica da modernidade prima pela produtividade e eficiência econômico-financeira e desta maneira, quanto mais produtivo for e/ou mais inseridos mercadologicamente estiver o estabelecimento rural, mais incentivos e benefícios ele receberá. Por outro lado, um estabelecimento rural que detém como uma de suas estratégias reprodutivas o autoconsumo, mesmo detendo uma considerável produtividade, poderá ser considerado ineficiente seja econômico-financeiramente, ficando à margem dos incentivos e benefícios gerados pelo desenvolvimento socioeconômico.

Desta maneira, o pacote técnico-científico introduzido pela modernização no ambiente rural, vem transformando este espaço, tanto de forma positiva quanto negativa. Neste sentido, Brandenburg (2005, p. 7-8) discorre que o rural é analisado na perspectiva da reorganização das atividades econômicas, em que o progresso tecnológico exerce um papel preponderante,

[...] Os recursos tecnológicos da informática e da engenharia genética estariam na ponta desse processo de transformação. Nesse contexto, o ambiente rural seria reconstruído na perspectiva de uma sociedade industrializada, onde as especificidades entre as atividades desaparecem, uma vez que a lógica da racionalidade técnico-instrumental seria determinante nos processos de reorganização social.

Todavia, associadas a este contexto, vêm sendo desenvolvidas no ambiente rural, por alguns atores e grupos sociais, iniciativas produtivas que buscam construir estratégias socioeconômicas alternativas à racionalidade técnico-instrumental que vem sendo adotada no rural. Assim, os diversos atores e grupos sociais rurais detêm a possibilidade de construir estratégias produtivas organizadas a partir de suas

particularidades, como uma forma de criar condições viáveis para a sua participação na dinâmica socioeconômica da economia local, sem comprometer sua lógica de manutenção balizada no autoconsumo.

Abramovay (2009, p. 140) expõe que estão emergindo no ambiente rural novas funções econômicas que vêm repercutindo de maneira positiva “[...] sobre a agricultura (por meio da expansão de mercados de clientela e da valorização de produtos locais e regionais), sobre as atividades rurais não-agrícolas (turismo, indústria, comércio e um conjunto variado de serviços) e sobre as pequenas e médias aglomerações urbanas”.

Deste modo, para que haja um real processo de desenvolvimento para o ambiente rural, devem ser contempladas as suas múltiplas atividades. Demanda-se ainda que este processo considere o rural como um espaço organizado por meio de relações sociais, por anseios diversos e pela busca de oportunidades, seja para desenvolver atividades agrícolas e/ou não-agrícolas.

O cenário aqui exposto abre espaço para que o sistema socioprodutivo agroecológico e a pluriatividade possam constituir-se em elementos para a reprodução dos agricultores, uma vez que propiciam a organização e o desenvolvimento de uma multiplicidade de atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas e de lógicas de gestão dos estabelecimentos rurais, que são balizados nos modos e projetos de vida destes agricultores e dos membros de sua família. Ocorre ainda que a agroecologia e a pluriatividade detêm a possibilidade de inserir os agricultores nos benefícios socioeconômicos que estão sendo gerados pela economia da nova ruralidade.

Além disso, a articulação entre as práticas oriundas da agroecologia com as da pluriatividade pode gerar um ambiente propício à conservação ambiental nos estabelecimentos rurais. Esta conservação decorre do fato de que a agroecologia prima pelo manejo de sistemas socioprodutivos que respeitem a dinâmica ecológica de seus agroecossistemas, ao tempo que as práticas pluriativas possibilitam a organização de múltiplas formas de se obter um fluxo constante de entradas de rendas monetárias e não-monetárias nos estabelecimentos rurais agroecológicos, sendo estas, consideradas formas importantes para a diminuição da pressão sobre os recursos naturais.

O sistema socioprodutivo agroecológico pode constituir-se numa alternativa para a construção de um processo de desenvolvimento para o ambiente rural que se

estrutura por meio das particularidades social, econômica, cultural e ecológica existentes neste ambiente.

Através deste sistema, podem ser desenvolvidas atividades econômicas agrícolas e não-agrícolas, ao tempo que as práticas pluriativas podem possibilitar que as diversas forças de trabalho familiar existentes no estabelecimento rural, possam se inserir no mercado de trabalho, quer seja: **(i)** exercendo atividades no campo ou no perímetro urbano; **(ii)** manejando as culturas agrícolas ou agroindustrializando-as; **(iii)** administrando as propriedades, as agroindústrias, as cooperativas ou as associações; e **(iv)** comercializando os produtos agroalimentares e/ou não-agrícolas, tanto nas feiras-livres, como no setor varejista, ou atuando em mercados não alimentares (como o turismo rural, venda de sementes e/ou plantas medicinais, bioenergia, etc.).

O sistema socioproductivo agroecológico detém elementos importantes que podem se constituir num importante mecanismo para a construção de um processo de desenvolvimento para o ambiente rural que não está balizado apenas nas questões envolvendo a produção agrícola, ou ainda, ficando restrito a questões de cunho econômico. Ao se discutir o rural, observa-se que este é um espaço que contém demandas de cunho imaterial que devem ser articuladas com as demandas de cunho material.

Sendo assim, a pluriatividade na agroecologia permite ao produtor agroalimentar romper com um padrão produtivo que prima pela especialização da produção (economia de escala) para um sistema multiprodutivo (economia de escopo), possibilitando que haja a integração no desenvolvimento de atividades produtivas agrícolas com as não-agrícolas, ou seja, de bens e serviços multissetoriais num mesmo e/ou a partir de um mesmo *lôcus* socioproductivo, o estabelecimento rural.

Essa visão mais ampla acerca da dinâmica socioeconômica inerente ao ambiente rural proporciona que os agricultores agroecológicos atuem em diversas atividades econômicas criando um leque de inserções em mercados diferenciados, como consequência, fortalecem os estabelecimentos rurais, a economia local, ao tempo que podem possibilitar melhores condições socioambientais para a localidade, fato esse que se constituiria numa estratégia diferenciada e sustentável de desenvolvimento.



Sendo assim, “[...] À medida que a noção de ruralidade incorpora o meio natural como um valor a ser preservado – e não como um obstáculo que o progresso agrícola deve fatalmente remover –, vão ganhando força as políticas e as práticas produtivas voltadas para a exploração sustentável da biodiversidade” (ABRAMOVAY, 2009, p. 31).

Além disso, através do sistema socioprodutivo agroecológico, há a possibilidade de ocorrer uma melhor articulação do local para com outras localidades e para com outros mercados (seja regional, nacional ou global). Isto se deriva da estrutura organizacional do sistema agroalimentar agroecológico que preza pela organização de redes de relações socioprodutivas e mercadológicas e da troca de conhecimento tácito e técnico-científico e de experiência entre os diversos atores que participam deste sistema, seja no âmbito espacial do local, do regional, do nacional e/ou do global.

Neste contexto, esta Tese detém como questão norteadora o seguinte problema: *Como a agroecologia, mediante seu princípio de diversidade, se constitui numa alternativa de construção da sustentabilidade socioambiental dos agricultores e de desenvolvimento para o ambiente rural?*

Especificamente, este trabalho detém como universo de pesquisa o Núcleo Maurício Burmeister do Amaral (MBA), localizado no Estado do Paraná, sendo esse, 01 (um) dos 23 Núcleos que compõe a Rede Ecovida de Agroecologia. Metodologicamente este trabalho de investigação foi desenvolvido em dois níveis analíticos: **(i)** um plano mais geral, compreendendo os Planos de Manejo Orgânico dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA (plano gestor); e **(ii)** um plano mais específico, abrangendo a realização de entrevistas aprofundadas a uma amostra determinada via cálculo estatístico.

O Núcleo MBA é composto por 200 famílias de agricultores divididas em 20 Grupos em 16 municípios pertencentes à Região Metropolitana de Curitiba. Além disso, este constitui-se num exemplo interessante de desenvolvimento para o ambiente rural, uma vez que os agricultores deste Núcleo organizaram um processo de desenvolvimento construído a partir “do local” e “para o local”, quando comparado com outras experiências existentes.

Desta forma, a Rede Ecovida de Agroecologia emerge como uma possível alternativa para a geração de bem-estar socioambiental e melhores condições de vida, tanto para os agricultores como para os diversos atores sociais locais. Tal fato

é oriundo da força que esta instituição possui no Sul do país para a agroecologia e para o desenvolvimento rural, uma vez que a Rede Ecovida é, atualmente, a maior forma de expressão em favor da agroecologia na Região Sul do Brasil. Ela atua nos três Estados do Sul, é constituída por aproximadamente 35 ONGs, 3.000 agricultores ligados a 300 grupos de produção e 10 cooperativas de consumo, em cerca de 220 municípios do Sul.

A Rede possui como característica principal a produção e comercialização de uma grande diversidade de alimentos agroecológicos. Contudo, possui outras atividades socioeconômicas não-agrícolas, além da produção agroalimentar, como a venda de plantas medicinais ou de artesanato, por exemplo.

Já entre as principais iniciativas econômicas realizadas pela Rede estão a comercialização em feiras agroecológicas; os mercados institucionais (merenda escolar, creches e o PAA<sup>1</sup>) e as agroindústrias pertencentes aos agricultores. Como estratégias secundárias aparecem a exportação, os grandes supermercados, agroindústrias, atacadistas e distribuidores ecológicos e lojas especializadas. Já no âmbito das estratégias de cunho ambiental, aparecem o banco de germoplasma a partir de sementes tradicionais não melhoradas artificialmente - “crioulas”, proteção da biodiversidade e proteção da água.

Assim, como será visto neste trabalho, a pluriatividade na agroecologia está se constituindo numa estratégia reprodutiva socioeconômica importante para os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados. Esta importância se organiza através das possibilidades produtivas e de obtenção de rendas monetárias e não-monetárias que são proporcionadas a partir das práticas desenvolvidas no âmbito do sistema socioprodutivo agroecológico e da pluriatividade.

Também, será observado que a pluriatividade na agroecologia detém os elementos necessários para a geração de sustentabilidade socioambiental para os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, sendo este um fator-chave na construção de um processo de desenvolvimento para o ambiente rural estruturado sob os fundamentos da sustentabilidade.

---

<sup>1</sup> PAA – Programa de Aquisição de Alimentos coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e composto pelos: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação (responsável pela implementação do Programa).

## 1.1 ESTRUTURA DA TESE

Este trabalho foi estruturado em 04 (quatro) Capítulos. O Capítulo 2, **Processo de Construção Metodológica da Pesquisa**, teve como finalidade apresentar o processo de construção metodológica utilizado para a definição do objeto de estudo e execução deste trabalho.

No Capítulo 3, **Desenvolvimento para o Ambiente Rural**, buscou-se, num primeiro momento, contextualizar a problemática existente em torno da questão do desenvolvimento, sendo em seguida discutida a questão do desenvolvimento para o ambiente rural, ocasião na qual foi apresentada e debatida a dinâmica socioeconômica existente no ambiente rural, ao tempo que, foram ainda, apontadas as novas estratégias reprodutivas que estão se constituindo em importantes elementos socioprodutivos para os agricultores.

No Capítulo 4, **Pluriatividade na Agroecologia e o Desenvolvimento para o Ambiente Rural**, foram realizadas a apresentação e discussão dos resultados obtidos no transcorrer da pesquisa. Nesta ocasião, observou-se, a partir dos dados e dos cenários analisados, se a pluriatividade na agroecologia pode constituir-se numa alternativa de desenvolvimento para o ambiente rural.

Finalmente, no Capítulo 5 desta Tese, **Conclusões**, foram expostos os aspectos mais relevantes apresentados no transcorrer deste trabalho de pesquisa. Também destacou-se os principais resultados obtidos e necessários à discussão do objetivo de pesquisa proposto por este trabalho.

## 2 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

### 2.1 INTRODUÇÃO

Esta seção apresentará o processo de construção metodológico desta pesquisa. Iniciou-se com a elaboração do Projeto Comum de Pesquisa da Turma VIII (congregando todos os Doutorandos), culminando com o Projeto Individual de Pesquisa (a Tese de Doutorado).

### 2.2 CONSTRUÇÃO DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR<sup>2</sup>

O Programa de Doutorado Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná detém uma metodologia diferenciada para a construção dos trabalhos de Tese de seus doutorandos. Até chegar aos trabalhos finais (Tese), existe um processo a ser percorrido que se inicia com a construção do *Programa Comum de Pesquisa da Turma* (ANEXO 1), passando pela construção de um *Projeto Coletivo de Pesquisa* (versando sobre uma determinada temática, sendo construído e executado por um grupo de doutorandos) (ANEXO 2) e, finalizando, com a construção e execução do *Projeto Individual de Pesquisa* (Tese).

Esse processo de construção científica é balizado por dois fundamentos: a temática geral da Turma e a proposta interdisciplinar do Programa de Doutorado. No que concerne à temática da Turma VIII, esta detém como temática geral “*Natureza, sociedade e mudanças globais: riscos, vulnerabilidades, conflitos, estratégias locais e globais*”. Já o programa possui o objetivo de construir um espaço de diálogo e interação entre os conhecimentos oriundos das Ciências Sociais com as Ciências Naturais, ao tempo que busca estudar e compreender os complexos fenômenos inerentes às questões relevantes dentro do binômio ambiente e desenvolvimento.

---

<sup>2</sup> Este tópico está fundamentado no Projeto Comum de Pesquisa da Turma VIII e no Projeto Coletivo de Pesquisa que se encontram anexados no final deste trabalho, Anexos 1 e 2. Além disso, este texto contém algumas alterações em relação ao texto original.

Segundo Raynaut (2004, p. 24) “[...] este quadro traz novas responsabilidades para a ciência contemporânea, permitindo que se busque ir além das simplificações para melhor entender a complexidade do mundo”. Neste sentido, as questões que emergem da interação entre meio ambiente e desenvolvimento, ou entre sociedade, natureza e desenvolvimento, devem ser analisadas como objetos híbridos, uma vez que o arcabouço teórico para sua compreensão e análise demanda uma interligação dos saberes.

Assim, a abordagem interdisciplinar constitui-se numa ferramenta importante para a análise das questões que emergem do campo socioambiental, constituindo-se numa alternativa útil para apresentar respostas que venham a abranger de modo mais completo as variáveis que podem surgir de uma dada realidade concreta. Todavia, cabe ressaltar, que as disciplinas devem manter suas identidades, realizando as necessárias trocas de conhecimento teórico e experiências de pesquisa, culminando com a incorporação de novos questionamentos a suas lógicas disciplinares ao final do processo (FLORIANI; KNECHTEL, 2003).

Neste contexto, ao longo do processo de construção interdisciplinar da Turma VIII as articulações promovidas acabaram por gerar recortes temáticos que despertaram o interesse para o estudo de estratégias de resistência/mudança e formas de organização na busca de práticas e políticas de sustentabilidade. A partir da necessidade de compreender os conflitos socioambientais em suas múltiplas escalas e dimensões, foram detectados elementos conflituosos comuns ao campo de análise de cada disciplina envolvida no processo. Assim, formaram-se grupos para analisar as diferentes “crises” que conformam o campo maior da crise ambiental, tais como: alimentar, governança e biodiversidade.

Neste sentido, no período compreendido entre dezembro de 2008 e abril de 2009, ocorreu o processo de Construção do Projeto Comum de Pesquisa da Turma VIII. O ponto de partida para a construção interdisciplinar deste Projeto foi definido a partir de uma temática geral para os doutorandos ainda no processo seletivo. Foi, ainda, estabelecido um “modelo conceitual”, delimitando um campo potencial de pesquisa (objetos e conceitos). Esse modelo definia que seriam abordadas as relações Sociedade x Natureza, em várias escalas espaciais (e eventualmente temporais), no contexto dos processos de “globalização” e “mudanças globais físicas”. Com base neste modelo, definiu-se a temática: “*Mudanças globais e*

*globalização: hegemônias, crises e alternativas*”, a qual já trazia os elementos centrais a serem trabalhados na elaboração do Programa.

O comitê científico do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE), a partir de uma discussão a respeito dos principais problemas que caracterizam a crise ambiental, e dentro do modelo conceitual mencionado, identificou o eixo principal de análise no qual estavam representadas as grandes questões de pesquisa que se configuravam nas crises de governança, da biodiversidade, alimentar e energética<sup>3</sup>. Essa construção teve como base a ideia de que esses focos temáticos seriam trabalhados ao longo de diferentes escalas e nas suas interconexões, buscando-se identificar categorias ou recortes analíticos transversais.

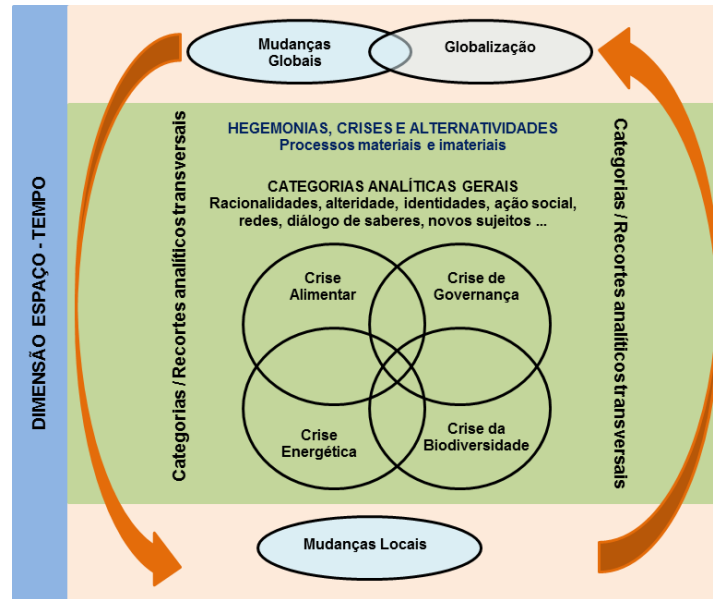
Nessa etapa, os grupos tiveram a tarefa de elaborar um documento mais aprofundado, apresentando o estado da arte da crise analisada – com elementos teóricos e casos/experiências – considerando seus contextos de hegemônias e alternativas, além de buscar problematizar a temática do grupo em si e as possíveis conexões com os temas dos outros grupos.

Os documentos deveriam ter o título geral de “*Globalização e crise (alimentar, da biodiversidade ou da governança): o estado da arte do local ao global*”, e deveriam ser elaborados a partir de levantamentos bibliográficos e de bancos de dados.

Após a fundamentação construída a partir dos documentos elaborados pelos três Grupos de Pesquisa concernente as três crises e tendo como parâmetro o tema geral de pesquisa da Turma VIII, foi construída uma problemática, apresentando como a inter-relação entre os campos de formulação das políticas socioambientais e o das práticas produtivas – alimentar, energética, florestal – ocorre em âmbito local e afeta diretamente as populações residentes (FIGURA 1).

---

<sup>3</sup> Não houve grupo responsável por discutir a crise energética, uma vez que não houve doutorandos interessados na temática.



**FIGURA 1** – MODELO CONCEITUAL DA TURMA VIII REPRESENTANDO A INSERÇÃO DAS QUATRO CRISES PROPOSTAS INICIALMENTE NA DIMENSÃO ESPACIAL E RECORTES ANALÍTICOS  
 FONTE: Turma VIII (PPGMADE/UFPR)

Realizados os dois passos citados acima, partiu-se para a definição do problema de pesquisa da Turma VIII que culminou com a seguinte questão: *Quais relações se estabelecem entre as lógicas hegemônicas e contra-hegemônicas no âmbito das práticas de produção e consumo, dos processos de elaboração e implementação de políticas socioambientais e quais suas implicações na reprodução social das populações e na conservação ambiental?*

Definiu-se ainda como objetivo de pesquisa o seguinte: *Compreender as relações entre as lógicas hegemônicas e contra-hegemônicas no âmbito das práticas de produção e consumo, dos processos e elaboração e implementação de políticas socioambientais e suas implicações na reprodução social das populações e na conservação ambiental.*

Esta primeira etapa da construção da pesquisa interdisciplinar constitui-se nos fundamentos iniciais para a construção dos Projetos Individuais de Pesquisa. Além disso, este primeiro momento de construção estabeleceu-se num espaço mais amplo do debate das ideias, fundamentos e experiências acadêmicas e empíricas das diferentes áreas de conhecimento que compõem o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, especificamente, no caso da Turma VIII do Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Após a Construção da Pesquisa Comum da Turma VIII e com a subdivisão dos professores e doutorandos em Grupos (biodiversidade, governança e questão

alimentar), de acordo com suas afinidades temáticas, teve início o processo de construção dos Projetos Coletivos de Pesquisa dos Grupos.

Esta atividade de pesquisa iniciou-se em novembro de 2008 a partir de um estudo sobre a questão alimentar, que resultou na elaboração de um relatório de pesquisa concluído em março de 2009. A partir de então, as atividades consistiram na elaboração de um Projeto Coletivo de Pesquisa que contemplasse as indagações dos três grupos de pesquisa.

No que concerne ao Grupo de Pesquisa Questão Alimentar, em agosto de 2009, o Grupo definiu como objeto de estudo a Rede Ecovida de Agroecologia. A escolha da Rede enquanto *lócus* de pesquisa ocorreu a partir da identificação de que ela apresentava propostas socioambientais e características que contemplavam as indagações do grupo de pesquisa e os interesses individuais de pesquisa dos doutorandos vinculados ao grupo. Definiu-se pela escolha de um único espaço/objeto de pesquisa em função de que o Doutorado preza pela prática da pesquisa interdisciplinar.

A Rede Ecovida de Agroecologia apresentou-se como uma possibilidade real de articular as questões que vinham sendo definidas pelo grupo. Embora não materialize totalmente a ideia de alternatividade nesta Rede, encontram-se práticas e propósitos, ainda que evidentemente imersos em contradições, extremamente ricos ao desenvolvimento teórico em torno daquilo que se entende por alternatividade.

Além disso, a Rede apresentou os seguintes temas de interesse para o Grupo: **(i)** reconhecimento de novos sujeitos de direito; **(ii)** práticas de intercâmbio que procuram aproximar produtores e consumidores: a interface urbano e rural; **(iii)** novas relações de mercado e a construção da soberania e segurança alimentar; **(iv)** preservação da biodiversidade e **(v)** articulação com outros níveis políticos.

Assim, entre agosto a outubro de 2009, o Grupo de Pesquisa desenvolveu oficinas de estudo que culminariam com a elaboração do Projeto Individual de Pesquisa dos doutorandos vinculados ao Grupo. Nestes dois meses, as atividades iniciais de pesquisa se concentram em levantamento bibliográfico e documental (fontes secundárias) sobre a Rede Ecovida de Agroecologia, possibilitando uma aproximação e caracterização desta instituição.

Já no período de 13 a 15 de novembro de 2009, os doutorandos do Grupo participaram do 7º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia em Ipê/RS,



momento no qual foram realizadas 20 entrevistas a partir de indicação da própria Rede. Estas entrevistas servirão para caracterizar, de maneira genérica, alguns números da Rede ligados à comercialização, certificação e agricultores e instituições participantes.

A partir do levantamento teórico referente aos temas de interesses dos doutorandos sobre a agroecologia e de dados sobre a Rede Ecovida, o Grupo de Pesquisa definiu como questão fundamental do Projeto Coletivo de Pesquisa: *Em que medida as ações da Rede Ecovida – de apropriação da natureza, produção agroalimentar, comercialização, consumo, certificação, institucionalização e cooperação – se constituem em alternativas socioambientais ao modelo hegemônico, redefinindo relações entre o global e o local, no sentido de afirmar novas formas de desenvolvimento, soberania e segurança alimentar e novas formas de organização social?*

Foi ainda definido como objetivo geral: *reconhecer e analisar experiências que estão sendo gestadas no âmbito da questão alimentar e que podem ser consideradas como alternativas em construção no Sul do país e, em especial, no Paraná, identificando e analisando paralelamente suas expressões nacionais e globais.* Já como objetivos específicos, foram definidos os seguintes:

- a) Mapear tais experiências e os atores sociais que são protagonistas das mesmas no Paraná e no Sul do Brasil e identificar se têm expressão nacional e global;
- b) Selecionar experiências a serem estudadas, analisar as práticas dos atores nas diferentes dimensões assinaladas, seus discursos em relação à questão alimentar e quanto à sua própria alternativa;
- c) Analisar suas estratégias de se tornarem sujeitos da questão agrícola e alimentar as suas formas de empoderamento nos diversos níveis escalares que atuam, incluindo as novas políticas socioambientais que suas ações viabilizaram, analisando ainda, nesse processo, as feições identitárias que (re)definem; e
- d) Como corolário dessas análises, refletir sobre a construção de projetos anti-hegemônicos e de alternativas, suas potencialidades e contradições, seus embates e adaptações às práticas, discursos e valores hegemônicos.

### 2.2.1 Objetivo da pesquisa individual

Neste contexto e a partir dos objetivos expostos acima, definiu-se como objetivo geral individual (objetivo geral da presente Tese) o seguinte: *analisar a relação entre o sistema socioprodutivo agroecológico e as múltiplas atividades socioeconômicas na perspectiva da construção da sustentabilidade socioambiental dos agricultores agroecológicos. Além disso, busca-se verificar em que medida esta relação se constitui numa alternativa que contribui para a construção de um processo de desenvolvimento para o ambiente rural.* Para isso, foram estabelecidos como objetivos específicos:

- a) Identificar quais são as atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos agricultores agroecológicos do Núcleo Maurício Burmeister do Amaral, a partir do sistema socioprodutivo agroecológico no âmbito de seus estabelecimentos rurais, verificando se estas atividades são utilizadas para a comercialização, troca e/ou para o autoconsumo destes agricultores, bem como identificando os mercados associados a essas atividades;
- b) Analisar como são obtidas as rendas totais brutas (rendas monetárias e não monetárias) pelos agricultores agroecológicos do Núcleo Maurício Burmeister do Amaral, averiguando se estas rendas são **(i)** estruturadas a partir do sistema socioprodutivo agroecológico; **(ii)** se são geradas em seus estabelecimentos rurais; e/ou **(iii)** se foram obtidas fora dos estabelecimentos rurais a partir da realização de outras atividades econômicas; e
- c) Analisar como a prática agroecológica desenvolvida pelos agricultores agroecológicos do Núcleo Maurício Burmeister do Amaral repercute sobre o ambiente natural, ao tempo que contribui para a geração de sustentabilidade socioambiental.

Já como hipótese de pesquisa observa-se que a inter-relação entre as práticas produtivas agroecológicas e pluriativas possibilita aos agricultores agroecológicos organizarem uma lógica reprodutiva que se constrói através do tripé: desenvolvimento de múltiplas atividades socioeconômicas, múltiplas obtenções de renda bruta anual (monetárias e não-monetárias) e adoção de práticas de

conservação ambiental em seus estabelecimentos rurais, que por sua vez, constituem-se no elemento-chave para a geração de sustentabilidade socioambiental destes agricultores, constituindo-se ainda numa alternativa para a construção de um processo de desenvolvimento para o ambiente rural mais alinhada às particularidades socioeconômicas locais.

Assim, após estas definições (objeto de estudo, problema e objetivos) realizadas pelo Grupo de Pesquisa Questão Alimentar, foi possível construir a Pesquisa Individual (Tese), uma vez que a construção da pesquisa interdisciplinar, que foi proposta pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento para a elaboração das Teses de Doutorado da Turma VIII, demandou a definição conjunta de um objeto de estudo, neste caso, a Rede Ecovida de Agroecologia, propiciando a interligação dos diversos saberes e experiências inerentes aos doutorandos, sendo este o suporte necessário ao entendimento da complexidade e singularidade do objeto analisado.

### 2.3 UNIVERSO COLETIVO DE PESQUISA<sup>4</sup>

A Rede Ecovida de Agroecologia é, atualmente, a maior forma de expressão em favor da agroecologia na Região Sul do Brasil. É constituída por 23 Núcleos Regionais, em aproximadamente 170 municípios, são cerca de 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores, além de existirem mais de 100 feiras livres ecológicas e outras formas de comercialização<sup>5</sup>. Possui ainda um contingente de 3.000 agricultores distribuídos pelos três Estados da Região Sul. No que se refere às organizações de representação dos agricultores que compõem a Rede, a maior parte se encontra ligada aos sindicatos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura dos Três Estados do Sul (FETRAF-Sul), outros ao Movimento dos Sem Terra (MST) e outros, ainda, consideram que a Rede Ecovida é seu próprio movimento.

Os objetivos da Rede são (1) desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; (2) estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de

---

<sup>4</sup> Este tópico faz parte do Projeto Coletivo de Pesquisa. Para esta Tese foram realizadas algumas modificações em relação ao projeto citado.

<sup>5</sup> Informações disponíveis no site da Rede Ecovida: <http://www.ecovida.org.br/a-rede/>.

produtos agroecológicos; (3) articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas; (4) aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores; (5) estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular; e (6) ter uma marca e um selo que expressem o comprometimento (REDE ECOVIDA, 2007).

O Caderno nº 1 da Rede Ecovida revela que sua missão é “[...] ser um espaço de articulação, interação e ação para potencializar o desenvolvimento da agroecologia, como parte da construção de um projeto de sociedade que contemple e respeite a realidade de cada povo” (REDE ECOVIDA, 2007). Com base nessa afirmativa, verifica-se, portanto, que apesar da importância do componente tecnológico, na noção de agroecologia adotada pela Rede Ecovida de Agroecologia, pretende-se articular um projeto que possua um alcance maior e que não se restrinja somente a um projeto para a agricultura, mas que se torne um “projeto de sociedade”.

Assim, a agroecologia contribuiria para repensar as relações sociais de produção na agricultura. O questionamento se centraliza em alguns aspectos principais: **(i)** ineficiência energética do atual modelo de agricultura, que prioriza a produtividade e a rentabilidade econômica; **(ii)** o desemprego gerado pela modernização da agricultura, gerando diversos problemas sociais; **(iii)** o desequilíbrio ecológico promovido pelo uso de tecnologias e insumos industriais inadequados; **(iv)** a intensificação da dependência da agricultura em relação às grandes empresas mundiais do setor; **(v)** a constante queda da renda agrícola; **(vi)** a falta de cuidado com as especificidades econômicas e ecológicas por parte do Estado e do capital agroindustrial; e **(vii)** a desconsideração do conhecimento tradicional pela ciência, políticas e o capital agroindustrial no manejo dos recursos naturais.

Souza<sup>6</sup> (2003), que foi um dos incentivadores da formação da Rede Ecovida de Agroecologia, destaca que o processo histórico que levou ao que se entende atualmente por agroecologia passou por diversas mudanças e que atualmente se verifica uma reaproximação de diversas “correntes do pensamento alternativo”. Para Souza (2003, p. 22):

---

<sup>6</sup> O texto aqui citado foi apresentado pelo referido autor num encontro na França, no qual lhe coube a apresentação institucional da Rede Ecovida de Agroecologia.

A década de 1980 foi um momento forte deste movimento, pois reunia duas questões importantes: a monumental crise econômica Brasileira (ficou conhecida pelos economistas como a década perdida) e o fortalecimento dos movimentos sociais. Com o enfraquecimento do modelo da revolução verde e a percepção de que aquele era o momento de fazer avançar um projeto alternativo, inúmeras organizações uniram-se em torno do projeto dos 'Encontros Brasileiros da Agricultura Alternativa' (EBAA's), que reuniu milhares de pessoas em várias regiões do Brasil. Estes encontros tinham por objetivo, além de debater a crise que a agricultura dominante vinha passando e das alternativas existentes e possíveis, unir os vários movimentos em prol de um projeto comum, o que, infelizmente não foi possível naquele momento histórico devido à fase imatura dos movimentos e as disputas internas que havia, o que dificultou a construção de consensos mínimos. O grande racha que havia era entre os movimentos do ambientalismo científico, que propugnavam uma revolução cultural (e batiam duro nos países socialistas da época que não tinham preocupação ambiental) e os movimentos de base marxista, defensores de uma proposta socialista (que criticavam a suposta alienação dos ambientalistas). Percebe que era um debate difícil e de certa forma inócuo, claro que olhando a partir de hoje, considerando os desdobramentos históricos. Porém, mais tarde ocorre uma reaproximação das várias correntes do pensamento alternativo, agora com mais solidez, sob a base comum da Agroecologia.

A Rede foi constituída em 1998, mas o processo que lhe deu origem é anterior. Inicialmente foram os movimentos contestatórios ao modelo tecnológico da agricultura de final dos anos 70 e início dos anos 80; em seguida começaram a se desenvolver “experiências” e a multiplicação das iniciativas práticas, quando se constituiu a Rede de Tecnologia Alternativa do Sul do Brasil (REDE TA-Sul), que levou à constituição da Rede Ecovida. Por último, alguns movimentos sociais aderiram à agroecologia aos seus projetos políticos (REDE ECOVIDA, 2007). O caso mais expressivo é o do Movimento dos Sem Terra, pois este movimento era resistente a essa ideia até a alguns poucos anos. Para Souza (*loc. cit.*):

Sobre os fatos que levaram ao surgimento da Ecovida, um primeiro elemento importante é o de que algumas ONG's que participaram do movimento da Agricultura Alternativa, tendo ficado neste momento mais vinculadas as idéias de conteúdo mais revolucionário, num dado momento experimentaram uma maior autonomia em relação aos movimentos (MST, CUT Rural e outros), pois estes, mantinham-se nos seus objetivos fundadores (reforma agrária, direitos dos trabalhadores rurais, etc), enquanto as referidas ONG's necessitavam concentrar-se em estratégias de construção de referências mais concretas de agricultura sustentável. Isto porque esta era uma fragilidade sentida naquele momento e pesava sobre estas entidades uma forte cobrança por parte de instituições da cooperação internacional, dos próprios movimentos e mesmo dos agricultores.

Assim, no ano de 1998 se dá formalmente o processo de criação da Rede Ecovida. Sem dúvida, a Rede se estrutura em um momento em que a expansão das experiências em agroecologia no Sul do Brasil emerge a partir da necessidade de processos mais articulados de organização em torno da proposta da agroecologia,

bem como, a necessidade de agregar as organizações – cada vez mais crescentes – de agricultores à organização em rede que as ONGs possuíam (a REDE TA-Sul).

No entanto, é o fator “certificação” que torna-se o papel determinante em sua formação. Com o aumento cada vez maior das pressões estatais, dadas pelos atos normativos do Ministério da Agricultura, e de organismos governamentais de assistência técnica e empresas certificadoras; as organizações do campo agroecológico do Sul do Brasil – já com uma importante presença no mercado – se veem premidas a dar respostas ao crescente movimento em torno da certificação.

É assim que em 1998, em virtude de uma iniciativa da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI-SC) de criar um processo de certificação e normatização de produtos orgânicos, realizado sem diálogo com as organizações, que se realiza um primeiro seminário em União da Vitória/PR, que propõe uma Rede Regional de Agroecologia.

Este processo ganha corpo e num novo seminário realizado em Caçador/SC, as forças do campo agroecológico de Santa Catarina definem pela formação da **Rede Ecovida de Certificação Participativa**<sup>7</sup>, apresentando uma logomarca (FIGURA 2) e uma nova proposta de organização e certificação a partir das organizações de assessoria e de agricultores ecologistas do Estado (REDE ECOVIDA, 2007).

---

<sup>7</sup> Além do Sistema de Certificação Participativa adotada pela Rede Ecovida de Agroecologia (um Sistema de certificação organizado por meio de redes de confiança), existe outra forma adotada para certificar os produtos agroecológicos, qual seja: o Sistema de Certificadoras denominadas de “*Terceira Parte*” (ou por Auditoria). Esse sistema surge em 1995, na União Europeia, a partir da Normativa UNE 45011. É composto por empresas privadas ou autoridades públicas que utilizam critérios reconhecidos internacionalmente para a verificação da qualidade dos produtos orgânicos. Também são os responsáveis por vistoriar as propriedades e a produção orgânica mediante auditoria. São exemplos de Certificação por Auditoria: o IBD Certificações, o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) e a Ecocert Brasil. Existem três formas de certificação de *Terceira Parte*, sendo denominadas de subsistema “A”, “B” e “C” (ISAGUIRRE, 2012). “O **subsistema A** é composto por empresas privadas chamadas de ‘Organismos de Controle’, reconhecidas oficialmente pela autoridade competente conforme a normativa 45011. O **subsistema B** é composto pelas autoridades públicas que igualmente se encarregam da certificação, denominadas de ‘Autoridades de Controle’. O **subsistema C** é um sistema misto de certificação por auditoria, pois é composto, tanto por ‘Organismos de Controle Privados’, devidamente autorizados, assim como, de ‘Autoridades Pública de Controle’” (PADILLA *apud* ISAGUIRRE, 2012, p. 131).



**FIGURA 2 – SELO ECOVIDA**  
 FONTE: Rede Ecovida de Agroecologia

Em virtude da prévia articulação via Rede TA-Sul, o processo se difunde para os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, onde já havia algumas iniciativas de certificação desenvolvidas localmente; notadamente o caso da Coolméia no Rio Grande do Sul e da Assessorar no Paraná. Assim, em 1999 se realiza uma reunião com a presença de organizações de agricultores e assessoria dos três Estados do Sul do Brasil, em Lages/SC, que definiu pela ampliação da Rede Ecovida para todo o Sul do país.

Já no ano de 2000, no que se considera o 2º Encontro da Rede Ecovida, a Rede decide ampliar sua perspectiva e atuação, ou seja, amplia-se o horizonte, para além da prática inerente ao processo de articulação somente no que concerne à certificação, mas passa a caracterizar-se como espaço de articulação da agroecologia no Sul do Brasil. Desta forma, a Rede passa a denominar-se **Rede Ecovida de Agroecologia**, tendo a certificação participativa como um dos seus seis grandes objetivos, conforme descrito anteriormente.

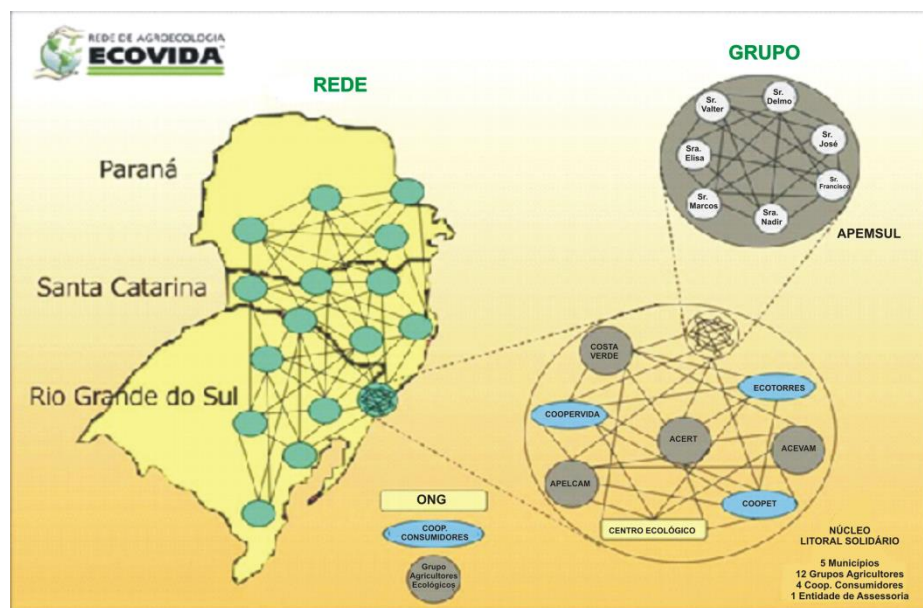
Neste mesmo encontro é construído um documento intitulado “*Normas de Organização e Funcionamento*”, o qual traz as normas e informações que contemplam os objetivos, princípios, participantes, forma de integração, responsabilidades e outras questões relevantes e de interesse da Rede (REDE ECOVIDA, 2000), podendo ser este documento caracterizado como o “regimento interno” da Rede Ecovida.

No ano de 2001, um novo Encontro (o terceiro) é realizado em Francisco Beltrão no Paraná, neste momento são discutidas as normas internas para a transição agroecológica e realizado um aprofundado debate entre agricultores, técnicos e algumas representações de consumidores que culminou na produção de dois documentos: um denominado “*Normas Simplificadas da Rede Ecovida de Agroecologia*” (REDE ECOVIDA, 2001) e um formulário de certificação das famílias

agricultoras. Ambos os documentos, juntamente com os princípios da certificação participativa, orientações de uso do selo e outras orientações, são resultados da publicação originária do ano de 2004, intitulado o “*Caderno de Formação: Certificação Participativa de Produtos Ecológicos*” (REDE ECOVIDA, 2004).

O fortalecimento da Rede Ecovida, bem como a ampliação do número de organizações que a integram, levou em 2001 a proposição da organização da Rede em Núcleos Regionais, formato centrado na criação de “mini-redes” em regiões por afinidade geográfica, cultural, socioeconômica ou de atuação das organizações. Neste momento, a estruturação dos Núcleos Regionais passa a ser prioridade dentro da Rede enquanto processo de organização interna.

A FIGURA 3 abaixo ilustra a forma como a Rede se organiza, demonstrando as diversas etapas, desde os grupos ecológicos até a totalidade da Rede, usando como referência o Núcleo Litoral Solidário do Rio Grande do Sul.



**FIGURA 3 – EXEMPLO DE ESTRUTURAÇÃO DE UM NÚCLEO DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA**

FONTE: Rede Ecovida de Agroecologia

NOTA: Alterado pelo autor deste trabalho de pesquisa para melhor compreensão das informações contidas na referida FIGURA.

Em 2007, a Rede Ecovida lança o “*Caderno de Formação nº 1: uma identidade que se constrói em rede*”, que trata do seu processo de organização interna, como forma de orientar novos grupos e fortalecer o processo organizativo daqueles que já a compõe. Nesta lógica de organização, a Rede se estrutura através da eleição de uma coordenação (atualmente com 13 integrantes), eleita nos Encontros Ampliados, realizados a cada dois anos. Integram ainda, as instâncias



organizativas da Rede, as plenárias de Núcleos, reuniões feitas duas a três vezes ao ano com 02 a 04 representantes por Núcleo. É estimulada a realização de plenárias estaduais nestes mesmos moldes. Os grupos de agricultores realizam, na sua grande maioria, reuniões mensais, já os Núcleos realizam reuniões, no mínimo, 03 a 04 vezes ao ano.

Cabe ressaltar que apesar desta estrutura de organização, a Rede Ecovida é um espaço “informal” de articulação, não possuindo registro de pessoa jurídica, sede ou uma secretaria ou coordenação liberada para atuar em nome dela<sup>8</sup>.

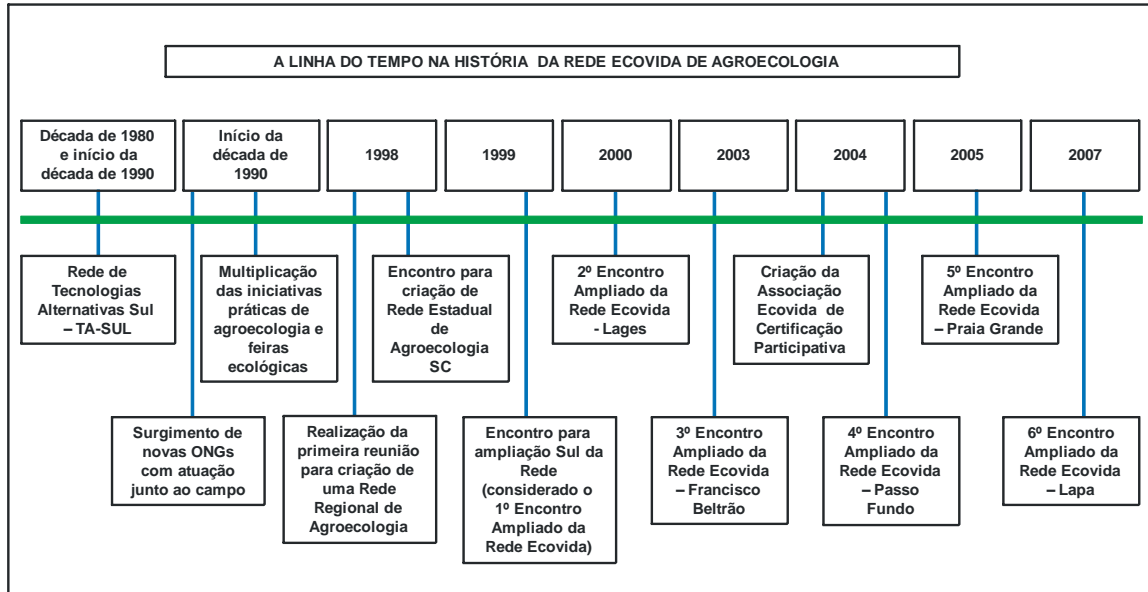
Esta perspectiva reforça o caráter de organização em rede proposto, todavia, traz também dificuldades em sua condução pelas limitações de tempo dos membros da coordenação e as dificuldades de comunicação presentes, além do problema associado à construção de informações importantes para seu autoconhecimento, uma vez que não possui uma base de dados que contempla a diversidade (de atores, de produção, de comercialização, seus limites e potencialidades, por exemplo) que a compõe.

Este fato gera problemas em termos de se pensar as futuras estratégias a serem adotadas pela Rede, além de dificultar que a própria Rede compreenda suas complexidades (por exemplo, os fatores que geram agregação de identidades ou os que a repelem).

Na FIGURA 4 abaixo, pode-se observar a “linha do tempo” da Rede Ecovida, até o ano de 2007, imagem que consta no caderno de formação nº 1. Ressalta-se que em 2009, no mês de novembro, foi realizado no município de Ipê/RS, o 7º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia.

---

<sup>8</sup> Apesar de sua informalidade, a emissão de um selo de garantia (a certificação de produto agroecológico) ocorre por meio de um sistema de certificação por participação, em que os próprios agricultores articulados com os consumidores fiscalizam as ações e procedência dos produtos agroecológicos comercializados.



**FIGURA 4 – LINHA DO TEMPO DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA**

FONTE: Rede Ecovida de Agroecologia

NOTA: A figura original foi alterada pelo autor deste trabalho.

Apesar da motivação para a formação da Rede ter ocorrido por uma reação à imposição de um modelo de certificação e regulamentação dos produtos ecológicos, cabe ressaltar que esta surge enquanto resultado de um processo histórico de organização da agroecologia no Sul do Brasil. Sua criação reflete o momento de amadurecimento do campo agroecológico, que passa a perceber a necessidade de fortalecimento dos processos de articulação entre as diversas experiências em andamento.

No entanto, há de se destacar que a metodologia de certificação participativa é um importante aspecto de unificação dentro da Rede, dando originalidade à sua proposta. Isso porque se negam as certificações tradicionais feitas por empresas especializadas, pois esse processo não criaria novos referenciais para a produção e comercialização dos produtos agroecológicos.

A certificação participativa contribuiria, nesse sentido, para recriar esses referenciais. Assim, a partir desse pressuposto, os agricultores, técnicos de ONGs e cooperativas de consumo passaram a se organizar em grupos, em que ocorre esta certificação participativa baseada no “autocontrole”. Esse pressuposto foi adotado na própria organização da Rede, pois não há um grupo diretivo como há em outras organizações sociais. Para Souza (2003, p. 25):

A certificação participativa pode ser explicada da seguinte forma. Inversamente ao enfoque da certificação convencional, que trabalha com o princípio da desconfiança, o gera uma série de providências de fiscalização do agricultor pelas certificadoras, a certificação participativa parte do

princípio da confiança, ou seja - de que é possível criar processos geradores de credibilidade, que além de serem educativos e muito mais construtivos, a prática tem mostrado que podem oferecer a mesma segurança da certificação convencional. O processo de geração de credibilidade começa pelo pertencimento do agricultor a um grupo, a um núcleo da Rede, a processos locais de comercialização direta onde exista transparência do processo produtivo junto aos consumidores e acompanhamento técnico no âmbito da Rede. Tomando isto como idéia geral, a Rede desenvolveu um sistema de normas técnicas, que abrange todo o processo produtivo (que consta na legislação nacional sobre orgânicos), e um sistema de procedimentos a serem seguidos pelos núcleos a fim de viabilizar a liberação do selo de orgânico para os agricultores.

Através da definição de agroecologia utilizada pela Rede Ecovida, verifica-se uma procura pela valorização da dimensão holística/sistêmica a partir da forma de produção agrícola e pecuária, articulando várias outras dimensões sociais. Para a Rede Ecovida:

[...] processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza, onde os agricultores(as) possam desenvolver suas atividades sem agredir o meio ambiente, tornando independentes dos 'pacotes tecnológicos' com seus caros e degradantes insumos industriais, visando não somente as sobras financeiras, mas principalmente qualidade de vida. É a base para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos e metodologicamente adequados, onde (os) trabalhadores(as) assumem o protagonismo maior e aumentam seu poder de intervenção na sociedade de forma organizada (CEPAGRI *apud* REDE ECOVIDA, 2007, p. X).

De acordo com Meirelles<sup>9</sup> (2001), a agricultura orgânica, utilizada pelo autor à época como sinônimo de agroecologia, deve ser ambientalmente sadia, energeticamente positiva, economicamente viável, socialmente justa e favorecer o protagonismo dos agricultores. O autor destaca que algumas práticas têm modificado/deturpado esses princípios: simples substituição de insumos, continuidade da circulação planetária de mercadorias, utilização de insumos orgânicos industrializados e mercado globalizado, integração verde, o mercado permanece como organizador da unidade produtiva, certificação policialesca (MEIRELLES, 2002).

Verifica-se, portanto, que o autor demonstra também uma preocupação com a eficiência energética, uma ideia bastante presente na agroecologia. Além disso, condena a agricultura orgânica que pretende fazer uma substituição de insumos industriais para insumos naturais, pois isso revelaria uma preocupação somente de reprodução do capital, sem alterar as relações sociais.

---

<sup>9</sup> O autor é coordenador do Centro Ecológico, membro-fundador da Rede Ecovida e da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e um dos coordenadores do Movimento Agroecológico Latino-americano (MAELA).

Meirelles (2001) propõe também que o mercado não seja o organizador do projeto agroecológico, pois a preocupação deveria ser com a qualidade de vida, que não se resume aos resultados econômicos. Assim, a agroecologia é um projeto de vida não um modelo tecnológico.

Como a agroecologia não se propõe a ser um modelo tecnológico, a estratégia seria convencer os agricultores a converter seus sistemas produtivos à agroecologia, alterando as técnicas produtivas e diversificando e organizando a produção sem colocar os resultados econômicos em primeiro lugar, mas os diversos benefícios individuais, sociais e ambientais que dela poderiam resultar.

Um benefício importante e necessário a ser citado neste momento é que a partir da agroecologia cria-se um ambiente favorável à diminuição dos riscos e da vulnerabilidade do agricultor e para a sociedade, em termos de produção e consumo. O agricultor por meio da agroecologia poderá usufruir dos pressupostos da multifuncionalidade e pluriatividade para diminuir sua dependência às oscilações de mercado, podendo ter um maior ganho em seu bem-estar social, que tenderia a ser redistribuído aos participantes do sistema.

Além disso, observa-se que, na maioria das vezes, os agricultores agroecológicos restringem seu acesso comercial aos mercados locais ou regionais (seja o mercado em sua forma tradicional ou um mercado institucional), fato este que abre espaço para o debate e reivindicação acerca da segurança alimentar e nutricional, via compra direta pelos indivíduos nos mercados ou por meio dos programas governamentais voltados à acessibilidade alimentar à população mais carente.

Além disso, pode ser citado o caso da Região Centro-Sul do Paraná, em que há diversos projetos na área da agroecologia que estão sendo desenvolvidos a partir da multifuncionalidade dos sistemas produtivos e da pluriatividade. São sistemas que incluem o acesso a mercados (feiras agroecológicas e merenda escolar), banco de germoplasma, a partir de sementes tradicionais não melhoradas artificialmente “crioulas”, proteção da biodiversidade, proteção da água, etc.

Para finalizar, no que concerne ao econômico, a TABELA 1 abaixo traz os valores referentes à comercialização dos produtos agroecológicos, segundo dados de uma pesquisa da Rede Ecovida de Agroecologia referente ao ano de 2003, no qual observou-se que estes produtos estão inseridos nos grandes supermercados, agroindústrias, atacadistas e distribuidores ecológicos e lojas especializadas.

**TABELA 1 – LOCAIS DE COMERCIALIZAÇÃO E VALORES COMERCIALIZADOS DE PRODUTOS ECOLÓGICOS PELAS ORGANIZAÇÕES INTEGRANTES DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA 2003**

| <b>Local</b>                           | <b>Valor Comercializado (R\$)</b> | <b>Percentual Relativo</b> |
|--|-----------------------------------|----------------------------|
| 1. Feiras Ecológicas                   | 8.946.682,25                      | 26,89%                     |
| 2. Exportação                          | 6.975.796,00                      | 20,97%                     |
| 3. Mercado Institucional               | 5.854.783,39                      | 17,60%                     |
| 4. Grandes Supermercados               | 2.238.804,00                      | 6,73%                      |
| 5. Agroindústria                       | 1.434.370,60                      | 4,31%                      |
| 6. Atacadista e Distribuidor Ecológico | 1.123.408,23                      | 3,38%                      |
| 7. Lojas Especializadas                | 1.111.225,00                      | 3,34%                      |
| 8. Outros Locais                       | 5.584.713,50                      | 10,05%                     |
| <b>TOTAL</b>                           | <b>33.269.782,97</b>              | <b>100,00%</b>             |

FONTE: Souza (2003)

NOTA: Dados da pesquisa de campo do projeto de comercialização da Rede Ecovida de Agroecologia.

Na TABELA, nota-se que a participação dos locais de comercialização, que tem a tendência para ser realizado no mercado local ou regional, apresenta o maior percentual de participação (representam 44,49%), quais sejam, as Feiras Ecológicas (26,89%) e Mercado Institucional (17,60%).

## 2.4 A PESQUISA INDIVIDUAL

### 2.4.1 Universo e procedimentos de pesquisa

A definição do objeto de pesquisa individual desta Tese de Doutorado emergiu como um momento posterior à definição do Universo Coletivo de Pesquisa (a Rede Ecovida de Agroecologia) e do processo de levantamento de informações/dado(s) dos Núcleos componentes da Rede Ecovida de Agroecologia.

Cabe ressaltar que o levantamento de informação/dado dos Núcleos da Rede foi realizado de maneira coletiva, constituindo-se numa etapa fundamental para a definição dos objetos de estudo e/ou amostras para as pesquisas individuais dos doutorandos componentes do Grupo de Pesquisa Questão Alimentar.

A primeira etapa para a seleção do objeto de pesquisa individual desta Tese de Doutorado ocorreu por meio do levantamento bibliográfico e documental e busca por informações na internet sobre a Rede Ecovida de Agroecologia, de seus Núcleos e Grupos de Agricultores.

A segunda etapa ocorreu por meio de entrevistas realizadas durante a participação do Grupo Questão Alimentar no 7º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, evento ocorrido no município de Ipê/RS, no período de 13 a 15 de novembro de 2009.

Durante o Encontro da Rede, foram realizadas entrevistas com pessoas indicadas pela Rede (com o coordenador do Núcleo, ou técnico, ou o responsável por uma instituição de apoio ao Núcleo) que detivessem conhecimento sobre a dinâmica e as particularidades do Núcleo no qual prestariam informações.

A pessoa a ser entrevistada foi considerada pelo Grupo Questão Alimentar um informante qualificado que detinha informações importantes e necessárias ao processo de construção do perfil dos 20 Núcleos entrevistados. As informações nesta etapa foram coletadas de forma exploratória, apenas servindo como primeiro momento de interação com o Núcleo e suas dinâmicas.

Os 20 Núcleos da Rede entrevistados foram os seguintes: **No Paraná:** (1) Agroflorestal; (2) Maurício Burmeister do Amaral; (3) Monge João Maria; (4) Centro; (5) Sudoeste; (6) Oeste e (7) Libertação Camponesa; **Em Santa Catarina:** (1) Vale do Rio do Peixe; (2) Planalto Norte; (3) Vale do Uruguai; (4) Sul Catarinense; (5) Litoral Catarinense; (6) Planalto Serrano e (7) Oeste Catarinense; e **No Rio Grande do Sul:** (1) Litoral Solidário; (2) Missões; (3) Vale do Uruguai; (4) Sul Ecológico, (5) Vale do Cai e (6) Planalto.

Com relação à entrevista, seu roteiro estava estruturado a partir dos seguintes pontos: (i) número de grupos de agricultores; (ii) número de famílias; (iii) ano de ingresso na Rede; (iv) grupos de consumidores; (v) informações sobre a coordenação; (vi) informações sobre a comissão de ética; (vii) espaços de articulação; (viii) informações sobre a participação em feiras; (ix) informações sobre a comercialização em pontos fixos; (x) informações sobre outras formas de comercialização; (xi) informações sobre cooperação; e (x) informações sobre os pontos fortes do Núcleo.

Após este levantamento de informações, foram selecionados 06 (seis) Núcleos que possuíam aspectos e questões que poderiam se tornar o objeto de pesquisa individual dos doutorandos componentes do Grupo Questão Alimentar, quais sejam: **No Paraná:** (1) Agroflorestal; (2) Maurício Burmeister do Amaral e (3) Libertação Camponesa; **Em Santa Catarina:** (1) Planalto Serrano e **No Rio Grande do Sul:** (1) Litoral Solidário e (2) Planalto.

Selecionados os Núcleos, a etapa seguinte consistiu em visitas e entrevistas aos seus membros. Foram aplicados 41 questionários semiestruturados (ANEXO 3), sendo 26 questionários aplicados junto aos(às) agricultores(as), 14 aos técnicos e coordenadores de núcleos e 01 ao representante de organizações de consumidores. Todavia, cabe salientar que algumas das entrevistas foram realizadas com duas ou três pessoas, tanto no que se refere aos(às) agricultores(as) membros de grupos quanto no caso dos técnicos e diretores, o que denota que o número efetivo de entrevistados foi maior (37 agricultores(as) e 17 coordenadores/técnicos).

Os questionários utilizados foram estruturados a partir de onze questões subdivididas em nove eixos temáticos, quais sejam: **(1)** Rede Ecovida e Desenvolvimento; **(2)** Rede Ecovida e Mudanças Climáticas; **(3)** Agroecologia; **(4)** Importância da Rede Ecovida; **(5)** Fatores de união da Rede Ecovida; **(6)** Inserção na Rede Ecovida e Mudanças no Grupo; **(7)** Identificação; **(8)** Outras Atividades; e **(9)** Sistemas de Produção.

A partir das informações coletadas, por meio dos questionários semiestruturados aplicados nos 06 (seis) Núcleos selecionados, foi realizada uma análise inicial que deteve como parâmetro a observação da diversidade de atividades socioeconômicas agrícolas e/ou não-agrícolas existentes nos Núcleos, sendo este um fator importante para a discussão acerca da pluriatividade, do desenvolvimento de múltiplas atividades socioeconômicas, da inserção em múltiplos mercados e da diversificação na geração de renda obtida (monetária e não-monetária) pelos agricultores agroecológicos.

Além disso, buscaram-se informações sobre a diversidade identitária e de sistemas de produção existentes no Núcleo, informação esta importante para se entender com são estruturadas e gestadas as práticas de reprodução socioeconômica e ambiental dos agricultores, de sua família e de seus estabelecimentos rurais.

Assim, foi observado que o Núcleo Maurício Burmeister do Amaral (MBA) apresenta a maior diversidade de atividades socioeconômicas agrícolas e não-agrícolas e de identidades. Entretanto, no que concerne à diversidade de sistemas produtivos, é o Núcleo Libertação Camponesa que possui a maior diversidade, conforme o exposto no QUADRO 1 abaixo.

| <b>N</b> | <b>Núcleos</b>                | <b>Identificação</b>  | <b>Outras Atividades</b>   | <b>Sistemas de Produção</b>                      |
|----------|-------------------------------|---|--|--|
| 1        | Litoral Solitário             | Agricultor Agroecológico<br>Agricultor Ecológico                                    | Agroindústria, Plantas Medicinais, Flores e Mudanças   | Agroecológico e Ecológico                        |
| 2        | Planalto                      | Agricultor Agroecológico<br>Agricultor Ecológico                                    | Agroindústria, Plantas Medicinais e Turismo Rural  | Agroecológico e Ecológico                        |
| 3        | Planalto Serrano              | Agricultor Agroecológico<br>Agricultor Familiar                                     | Agroindústria, Artesanato e Plantas Medicinais   | Agroecológico e Orgânico                         |
| 4        | Libertação Camponesa          | Assentamento Ecológico<br>Agricultor Familiar                                       | Agroindústria, Artesanato e Plantas Medicinais   | Agroecológico, Agroflorestal, Orgânico e Natural |
| 5        | Agroflorestal                 | Quilombola<br>Agroflorestal   | Agroindústria  | Agroflorestal                                    |
| 6        | Maurício Burmeister do Amaral | Agricultor Agroecológico<br>Agricultor Familiar<br>Agricultor Orgânico<br>Produtora | Agroindústria, Artesanato, Bioenergia, Plantas Medicinais, Turismo Rural e Trabalho Assalariado no Pinus | Orgânico e Agroecológico                         |

**QUADRO 1 – PERFIL IDENTITÁRIO E PRODUTIVO DOS NÚCLEOS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA SELECIONADOS PARA A SEGUNDA ETAPA DE ENTREVISTAS 2010**

FONTE: Grupo Questão Alimentar (PPGMADE/UFPR)

A segunda análise concentrou-se em observar a diversidade de espaços de comercialização agroalimentar ao qual estavam inseridos os Núcleos. Este fato aponta quais são os espaços utilizados pelos agricultores para a inserção comercial de seus produtos agroecológicos.

Neste contexto, o Núcleo Planalto é o que detém o maior número de espaços de comercialização, seguido pelo Núcleo Litoral Solidário e pelo Núcleo MBA, conforme nota-se no QUADRO 2 abaixo.

| <b>N</b> | <b>Núcleos</b>                | <b>Espaços de Comercialização</b>  |
|----------|-------------------------------|--|
| 1        | Litoral Solitário             | Feiras, Mercado Público, Ecotorre, Lojas, Mercado Institucional (Merenda escolar e Fome Zero), Coopet, Cooperativa Aecia, Parceria com Econativa e Venda em casa   |
| 2        | Planalto                      | Loja Especializada, Feiras, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Ponto de Vendas, Circuito da Rede Ecovida, Compra direta, Ponto de Venda na cidade, Troca entre feiras, lojas em outros Estados e Fruteiras Ecológicas |
| 3        | Planalto Serrano              | Cooperativa, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Feiras, Intermediário (mel), Venda em casa e Circuito da Rede   |
| 4        | Libertação Camponesa          | Venda em casa, Direto ao Consumidor e Atacado  |
| 5        | Agroflorestal                 | Feiras, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Circuito da Rede Ecovida  |
| 6        | Maurício Burmeister do Amaral | Feiras, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Restaurante em casa, Vizinhos, Mercado em Abapan, Venda em casa, Eventos e Circuito da Rede Ecovida  |

**QUADRO 2 – ESPAÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS NÚCLEOS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA SELECIONADOS PARA A SEGUNDA ETAPA DE ENTREVISTAS 2010**

FONTE: Grupo Questão Alimentar (PPGMADE/UFPR)



A terceira análise concentrou-se em observar a autossuficiência alimentar dos 06 (seis) Núcleos selecionados e de seus respectivos Grupos e Famílias de agricultores. Tal fato é importante para entender o perfil de alocação dos produtos agroalimentares agroecológicos produzidos pelos agricultores, observando se os produtos são alocados no mercado e/ou se são usados para o consumo da família.

Neste sentido, observou-se que 03 (três) Núcleos (Planalto, Libertação Camponesa e MBA) detêm uma expressiva variação percentual (de 40% a 100%) de autossuficiência para o Grupo. Todavia, em termos de autossuficiência da família, é o Núcleo Litoral Solidário que possui uma expressiva variação percentual (de 80% a 100%), conforme TABELA 2.

**TABELA 2 – PERCENTUAL DA AUTOSSUFICIÊNCIA ALIMENTAR DOS NÚCLEOS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA SELECIONADOS PARA A SEGUNDA ETAPA DE ENTREVISTAS 2010**

| N | Núcleos                       | Autossuficiência Alimentar |          |
|---|-------------------------------|----------------------------|----------|
|   |                               | Grupo                      | Família  |
| 1 | Litoral Solitário             | 80%-100%                   | 80%-100% |
| 2 | Planalto                      | 40%-100%                   | 40%-100% |
| 3 | Planalto Serrano              | 40%-80%                    | 40%-80%  |
| 4 | Libertação Camponesa          | 40%-100%                   | 60%-80%  |
| 5 | Agroflorestal                 | 40%-60%                    | 40%-60%  |
| 6 | Maurício Burmeister do Amaral | 40%-100%                   | 20%-100% |

FONTE: Grupo Questão Alimentar (PPGMADE/UFPR)

A quarta análise realizada observou o destino dos produtos ecológicos, segundo o mercado (local, regional<sup>10</sup>, nacional e internacional) no qual estes produtos estão inseridos. Este fato é importante para entender qual é a escala espacial (local, estadual, regional, nacional, internacional) de inserção comercial dos agricultores, que por sua vez, também, constitui-se numa ferramenta necessária para se entender como são estruturadas e gestadas as práticas de reprodução socioeconômica e ambiental dos agricultores, de sua família e dos estabelecimentos rurais.

Deste modo, observando a TABELA 3 abaixo, percebe-se que nenhum Grupo ou famílias exportam seus produtos ecológicos. Também, nota-se que a maioria dos produtos ecológicos estão alocados no mercado local e/ou regional, existindo alguns casos de participação no mercado nacional.

<sup>10</sup> O mercado regional refere-se aos pontos comerciais (feiras livres, mercados institucionais, lojas especializadas, etc.) existentes na circunvizinhança do município onde estão situados os estabelecimentos rurais dos agricultores agroecológicos.

**TABELA 3 – MÉDIA PERCENTUAL DOS PRODUTOS ECOLÓGICOS, POR DESTINO, SEGUNDO O NÍVEL GEOGRÁFICO DO MERCADO ACESSADO DE SEIS NÚCLEOS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA 2010**

| Núcleos                       | Destino dos Produtos Ecológicos |          |          |               |         |          |          |               |
|-------------------------------|---------------------------------|----------|----------|---------------|---------|----------|----------|---------------|
|                               | Grupo                           |          |          |               | Família |          |          |               |
|                               | Local                           | Regional | Nacional | Internacional | Local   | Regional | Nacional | Internacional |
| Litoral Solitário             | 30%                             | 70%      | 0        | 0             | 30%     | 70%      | 0        | 0             |
| Planalto                      | 65%                             | 0        | 35%      | 0             | 85%     | 0        | 15%      | 0             |
| Planalto Serrano              | 70%                             | 30%      | 0        | 0             | 70%     | 30%      | 0        | 0             |
| Libertação Camponesa          | 100%                            | 0        | 0        | 0             | 0       | 0        | 0        | 0             |
| Agroflorestal                 | 0                               | 70%      | 30%      | 0             | 0       | 70%      | 30%      | 0             |
| Maurício Burmeister do Amaral | 87,5%                           | 7,5%     | 5%       | 0             | 87,5%   | 7,5%     | 5%       | 0             |

FONTE: Grupo Questão Alimentar (PPGMADE/UFPR)

Esta Tabela apresenta o Núcleo Liberação Camponesa como o que aloca a maior quantidade de produtos ecológicos no mercado local (toda sua produção comercial), seguido do Núcleo MBA (praticamente toda sua produção comercial, 87,5%). Além disso, nota-se que o Núcleo MBA também se insere nos mercados regional e nacional. Este fato é observado tanto em relação à inserção comercial dos produtos ecológicos por Grupo como por família.

Após este levantamento de informações/dados sobre os 06 (seis) Núcleos selecionados pelo Grupo Questão Alimentar, cada doutorando a partir de seu referencial teórico de pesquisa, seus problemas de pesquisa, suas hipóteses e seus objetivos, determinou com qual(is) Núcleo(s) iria trabalhar, definindo assim seu universo de pesquisa.

Assim, após as análises realizadas, foi definido como universo de pesquisa para esta Tese de Doutorado, o Núcleo MBA, uma vez que este detém uma diversidade **(a)** de lógicas e práticas de reprodução socioeconômica, **(b)** de atividades socioeconômicas agrícolas e não-agrícolas, **(d)** de identidades e **(e)** de inserção em espaços comerciais agroecológicos. Além disto, este Núcleo possui um expressivo percentual de autossuficiência alimentar no que se refere ao Grupo e às Famílias. Finalmente, este Núcleo, apesar de possuir a maior quantidade de produtos ecológicos alocados no mercado local (contribuindo com a segurança alimentar local), também aloca seus produtos nos mercados regional e nacional.

Os fatores citados acima são importantes para a construção deste trabalho acadêmico, uma vez que contribuem para a discussão acerca **(a)** da pluriatividade; **(b)** do desenvolvimento de múltiplas atividades socioeconômicas agrícolas e não-agrícolas; **(c)** da inserção em múltiplos mercados; **(d)** da renda obtida (monetária e

não-monetária) pelos agricultores; e **(e)** das práticas de conservação ambiental dos estabelecimentos rurais.

Ocorre ainda que o Núcleo MBA está inserido numa das principais Regiões Metropolitanas do país, possuindo uma expressiva interação dos espaços rurais com os espaços urbanos, uma vez que num mesmo território (a Região Metropolitana de Curitiba - RMC) existem municípios caracterizados como urbanos e como rurais.

Portanto, esta pluralidade de identidades produtivas, geográficas, culturais, sociais e ecológicas torna-se um espaço de pesquisa interessante, pois proporcionam informações peculiares sobre o sistema socioprodutivo agroecológico, sobre a pluriatividade, sobre a sustentabilidade socioambiental dos estabelecimentos rurais e agricultores agroecológicos e sobre as questões ligadas ao processo de desenvolvimento para o ambiente rural.

#### 2.4.2 Determinação do tamanho da amostra para a pesquisa individual

A determinação do tamanho da amostra para esta pesquisa foi definida por meio de um processo subdividido em 03 (três) momentos. Num primeiro momento, buscaram-se informações sobre o número de grupos de agricultores agroecológicos, de famílias de agricultores agroecológicos e de municípios que compõem o Núcleo MBA.

No segundo momento, delimitou-se o número de famílias de agricultores agroecológicos que estaria num universo de pessoas que poderiam ser entrevistadas, tendo como parâmetro para essa definição os Planos de Manejo Orgânico (PMO) dos agricultores pertencentes ao Núcleo MBA.

Finalmente, no terceiro momento, a partir de método estatístico, calculou-se o tamanho da amostra para a aplicação de questionário semiestruturado, tendo como delimitação os agricultores agroecológicos que detinham os Planos de Manejo Orgânico.

#### 2.4.2.1 Levantamento de informações sobre o Núcleo MBA

Como mencionado acima, o primeiro momento para a determinação do tamanho da amostra para a pesquisa foi a realização de um levantamento sobre o número de grupos, de família de agricultores agroecológicos e de municípios que compõem o Núcleo MBA.

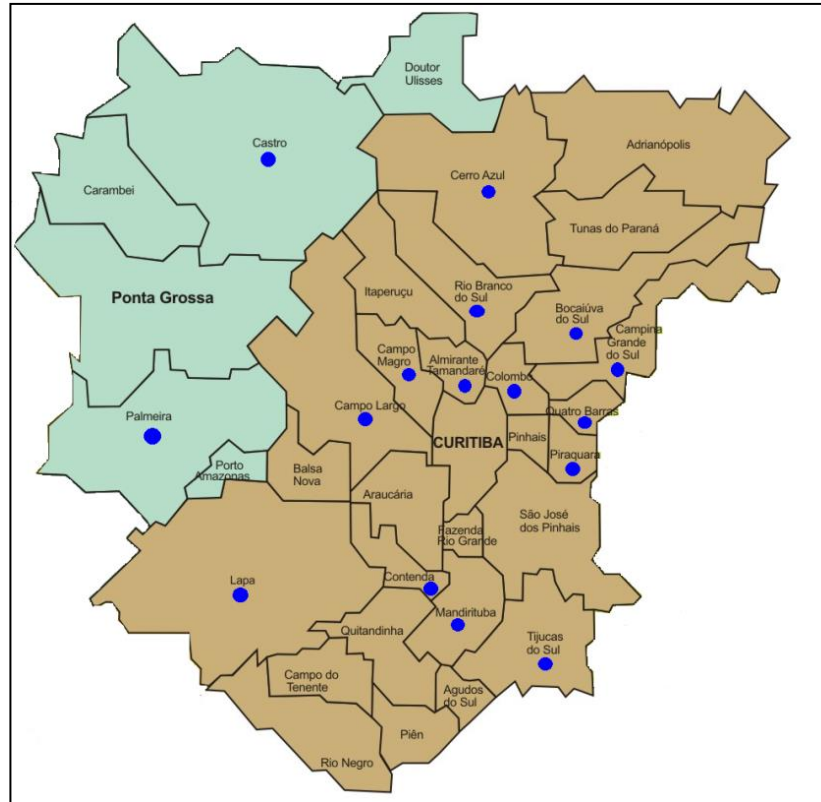
Assim, a partir das informações prestadas pela Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA) – instituição que presta assessoria ao Núcleo MBA, tendo como membros desta instituição os próprios agricultores agroecológicos deste Núcleo – foi realizado o referido levantamento de dados.

O Núcleo MBA é composto por 200 famílias de agricultores agroecológicos, divididos em 20 grupos, distribuídos em 16 Municípios pertencentes à Região Metropolitana de Curitiba, no Paraná, conforme o QUADRO 3 e a FIGURA 5 abaixo.

| <b>N</b> | <b>Municípios</b>     | <b>Nº de Famílias</b> | <b>Grupos</b>                              |
|----------|-----------------------|-----------------------|--|
| 1        | Almirante Tamandaré   | 8                     | Manancial                                  |
| 2        | Bocaiuva do Sul       | 8                     | Sabugueiro                                 |
| 3        | Campina Grande do Sul | 4                     | Mandassaia                                 |
| 4        | Campo Largo           | 12                    | Prodorgan                                  |
| 5        | Campo Magro           | 6                     | Solo Vivo de Davi                          |
| 6        | Campo Magro           | 6                     | Cheiro da Terra                            |
| 7        | Castro                | 8                     | Conceição                                  |
| 8        | Cerro Azul            | 8                     | Sertaneja Orgânica                         |
| 9        | Colombo               | 12                    | Girassol                                   |
| 10       | Contenda              | 28                    | Cooperativa 3 Plano                        |
| 11       | Lapa                  | 37                    | Terra Livre                                |
| 12       | Lapa                  | 8                     | Gralha Azul                                |
| 13       | Lapa                  | 4                     | Beija Flor                                 |
| 14       | Mandirituba           | 6                     | Saúde e Vida                               |
| 15       | Palmeira              | 9                     | APEP - Associação Agricultores de Palmeira |
| 16       | Piraquara             | 6                     | Piraquara                                  |
| 17       | Quatro Barras         | 8                     | Graciosa                                   |
| 18       | Rio Branco do Sul     | 10                    | Dois pinheiros                             |
| 19       | Rio Branco do Sul     | 6                     | Amigos                                     |
| 20       | Tijucas do Sul        | 6                     | Terra Nobre                                |

**QUADRO 3 – NÚMERO DE FAMÍLIAS DE AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS, GRUPOS E MUNICÍPIOS PERTENCENTES AO NÚCLEO MBA, REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA 2012**

FONTE: AOPA



**FIGURA 5 – MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA QUE COMPÕEM O NÚCLEO MBA 2012**

FONTE: Adaptado da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba

Esta diversidade de perfis socioprodutivos, que caracteriza os agricultores do Núcleo MBA, pode ser observada ao analisar os Planos de Manejo Orgânico destes agricultores. Apesar do Núcleo MBA ser composto por 200 famílias rurais agroecológicas, estavam à disposição na AOPA, apenas, 93 Planos, sendo este contingente considerado a população alvo desta pesquisa, logo, a base de informações/dados utilizados para as análises que ocorrerão no transcorrer desta tese de doutorado.

#### 2.4.2.2 Plano de manejo orgânico

O Plano de Manejo Orgânico (PMO) é um documento elaborado pela Rede Ecovida de Agroecologia e que possui o papel de ficha cadastral dos agricultores ingressantes na Rede, via Núcleos. Além disso, as informações contidas neste documento são utilizadas como parâmetro no processo de certificação e acompanhamento das atividades do agricultor agroecológico (ANEXO 4).

O Plano de Manejo Orgânico constitui-se num dos instrumentos importantes para o desenvolvimento deste trabalho acadêmico, uma vez que traz informações sobre **(i)** a situação e as lógicas de conservação ecológica dos estabelecimentos rurais; **(ii)** as atividades socioeconômicas agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas no estabelecimentos rurais, tipos de atividades socioeconômica desenvolvidas, quantidade de área utilizada para cada atividade socioeconômica, quantidade de produto produzido, ciclos de produção e comercialização, etc.; **(iii)** a inserção comercial dos produtos segundo o mercado (feira-livre, agroindústria, mercado institucional, etc.) e **(iv)** a utilização de mão de obra familiar e contratada alocadas nos estabelecimentos rurais.

O Plano é dividido em 08 (oito) seções, coletando informações que vão desde simples dados cadastrais até onde são comercializados os produtos agroecológicos dos agricultores. As seções são as seguintes:

- I. **Cadastro do(a) produtor(a):** esta seção refere-se às informações pessoais do agricultor, tais como: nome, endereço, número de filhos, etc.
- II. **Descrição da propriedade:** nesta seção, são descritos os aspectos ligados à constituição, ao ecossistema, ao sistema produtivo e às perspectivas futuras inerentes à propriedade. Aspectos como a história, localização, produção, solo, matas, vento, etc. Também, consta um croqui com a distribuição espacial das atividades e infraestrutura existentes na propriedade.
- III. **Cultivo ecológico:** nesta seção, é apresentado o que está sendo cultivado na propriedade. Pede-se que o(a) agricultor(a) descreva qual é a área de produção e o tipo de cultivo, segundo a época do ano (inverno e verão), por cada talhão apresentado no croqui da seção II.
- IV. **Itens e atividades na propriedade:** nesta seção, são apresentados a infraestrutura, as atividades desenvolvidas e os recursos ecológicos existentes na propriedade e a respectiva área ocupada pelos mesmos. Assim, pede-se a área total do estabelecimento e se existe e qual a área ocupada com (a) instalações, (b) estradas, (c) rios, (d) pastagens, (e) lavouras anuais, (f) lavouras permanentes, (g) Área de Proteção Permanente (APP) e/ou Reserva Legal (RL), (h) reflorestamento, (i) capoeiras, (j) áreas alagadas e (k) outras atividades.

- V. ***Produção na propriedade***: nesta seção, apresenta-se o que está sendo desenvolvido em termos de produção vegetal e animal. Neste contexto, esta seção traz informações sobre (a) se a produção é manejada apenas de forma ecológica; (b) a origem das sementes e mudas (se são ecológicas e/ou convencionais, ou se são próprias e/ou compradas); (c) as práticas utilizadas para a conservação do solo, para o tratamento e destino dado aos resíduos provenientes das criações animais; (d) as condições para a criação animal; (e) o tipo de criação animal existente na propriedade; (f) a alimentação e medicamentos (convencionais e/ou ecológicos) utilizados na criação animal; (g) a descrição dos produtos e insumos adquiridos fora da propriedade; (h) a descrição dos insumos e ferramentas que ficam estocados em depósitos na propriedade; (i) a descrição dos produtos beneficiados/agroindustrializados, segundo suas classificações: ecológico ou convencional; (j) a existência de beneficiamento/agroindustrialização consorciado de produtos convencionais e ecológicos, descrevendo os processos utilizados para sua separação, limpeza dos equipamentos (e quais os produtos utilizados), além de descrever se há a utilização de ingrediente não ecológico na fabricação de produtos ecológicos, o tipo de embalagem utilizada; (l) a descrição do tratamento e destino dado aos efluentes e lixo orgânico; (m) aspectos ligados à rotulagem; (n) o manejo da vegetação existente na propriedade; (o) a forma de proteção e utilização das águas existentes na propriedade; (p) a descrição sobre a forma dos manejos dos resíduos sólidos e efluentes líquidos da propriedade e (q) a forma que ocorre a relação de trabalho na propriedade.
- VI. ***Estimativas de produção agroecológica***: nesta seção, são descritos os tipos de produtos produzidos na propriedade, segundo suas classificações (olerícolas, frutas, grãos, produtos de origem animal e produtos agroindustrializados); (b) quantidade aproximada de produção e (c) época do ano que são produzidos (ano/mês).
- VII. ***Comercialização dos produtos agroecológicos***: nesta seção, é descrita a distribuição percentual dos produtos agroecológicos,

segundo o mercado acessado: (a) mercado; (b) feiras livres; (c) cestas ou sacolas; (d) como matéria-prima para agroindústria ecológica; (e) para intermediários; (f) para outros agricultores; (g) supermercados; (h) mercado institucional; (i) caracterização dos agricultores; (j) alimentação escolar e (k) outros mercados.

VIII. **Plano de manejo das áreas:** nesta seção, é descrito o plano de manejo das culturas ecológicas e/ou outras atividades, segundo a área e a época do ano (inverno e verão).

Neste sentido, observa-se a diversidade de informações (são aproximadamente 40 perguntas abertas, fechadas e mistas) que compõe este documento, sendo indispensável para a contextualização do Núcleo MBA, para a observação das práticas adotadas pelos agricultores agroecológicos para a conservação ambiental de seus estabelecimentos rurais e para a observação acerca das múltiplas atividades socioeconômicas agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas por estes agricultores.

Além disto, a diversidade de informações descrita acima é necessária para a análise e discussão acerca **(i)** da questão da conservação ecológica dos estabelecimentos rurais, **(ii)** do desenvolvimento das múltiplas atividades socioeconômicas (agrícola e não-agrícola), **(iii)** da inserção em múltiplos mercados e ou autoconsumo dos produtos e serviços agrícolas e não-agrícolas, **(iv)** da renda bruta total estimada dos agricultores agroecológicos e **(v)** da questão da sustentabilidade socioambiental para os estabelecimentos rurais e para os agricultores agroecológicos.

Assim, pode-se afirmar que a execução deste trabalho acadêmico está em grande parte atrelado às informações contidas e apresentadas pelos Planos de Manejo Orgânico. Desta forma, buscou-se, junto à Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA), ter acesso aos PMOs dos agricultores agroecológicos participantes do Núcleo MBA.

Do total de 200 famílias de agricultores agroecológicos participantes do Núcleo MBA, a AOPA possuía em seus arquivos 93 Planos de Manejo Orgânico, referentes ao período de 2008 a 2010 (QUADRO 4). Cabe salientar que 01 (um) dos 93 Planos refere-se a um grupo de 21 famílias de agricultores agroecológicos que estão organizados em comunidade denominada Cooperativa 3º Plano.



| Grupos                | Nº de Famílias | Município             | Quantidade de PMOs |
|-----------------------|----------------|-----------------------|--------------------|
| Amigos                | 10             | Cerro Azul            | 10                 |
| Cheiro da Terra       | 6              | Campo Magro           | 6                  |
| Cooperativa 3º Plano* | 23             | Contenda              | 1                  |
| Girassol              | 8              | Colombo               | 8                  |
|                       |                | Campina Grande do Sul |                    |
| Graciosa              | 8              | Campina Grande do Sul | 8                  |
|                       |                | Quatro Barras         |                    |
| Gralha Azul           | 8              | Lapa                  | 8                  |
| Mandassaia            | 3              | Campina Grande do Sul | 3                  |
|                       |                | Bocaiúva do Sul       |                    |
| Manancial             | 7              | Almirante Tamandaré   | 7                  |
| Piraquara             | 2              | Piraquara             | 2                  |
| Prodorgan             | 9              | Campo Largo           | 9                  |
| Sabugueiro            | 5              | Bocaiuva do Sul       | 5                  |
| Saúde e Vida          | 5              | Mandirituba           | 5                  |
| Sertaneja             | 10             | Cerro Azul            | 10                 |
| Solo Vivo de Davi     | 6              | Campo Magro           | 6                  |
| Terra Nobre           | 5              | Tijucas do Sul        | 5                  |
| <b>TOTAL</b>          | <b>115</b>     | <b>15</b>             | <b>93</b>          |

**QUADRO 4 – NÚMERO DE FAMÍLIAS DE AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS, GRUPOS E MUNICÍPIOS PERTENCENTES AO NÚCLEO MBA, REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, QUE POSSUÍAM PLANOS DE MANEJO ORGÂNICO EM JULHO DE 2012**

FONTE: AOPA

NOTA: \* Apesar de contabilizar 21 famílias de agricultores agroecológicos, como estas famílias estão organizadas em uma comunidade manejando uma área de maneira coletiva, existe um único Plano de Manejo Orgânico que contempla todas as famílias.

#### 2.4.2.3 Cálculo para a determinação do tamanho da amostra para a pesquisa individual

O cálculo para a determinação do tamanho da amostra para esta pesquisa considerou como universo os 93 Planos de Manejo Orgânico mencionados anteriormente. Além disso, foram utilizadas como referências as expressões algébricas formuladas por Hoffmann (2011) e Walpole *et al.* (2009) para a determinação do tamanho da amostra.

A partir da formulação destes autores, foram desenvolvidos dois cálculos. O primeiro cálculo efetuado serviu para determinar o tamanho da amostra retirada de uma população finita e sem reposição amostral.

$$n_0 = \frac{Z_0^2 \sigma^2}{e} \quad (1)$$

Onde:

$n_0$  = tamanho da amostra

$Z_0^2$  = normal reduzida elevada ao quadrado

$\sigma^2$  = desvio padrão da população elevado ao quadrado;

$e^2$  = margem de erro elevada ao quadrado

No segundo cálculo, foi utilizado um fator de correção finita necessário para a correção do tamanho da amostra de uma população finita que detenha uma amostra sem reposição de tamanho maior que 5% do tamanho da população.

$$n = \frac{n_0}{1 + \frac{n_0}{m}} \quad (2)$$

Onde:

$n$  = tamanho da amostra com correção

$n_0$  = tamanho da amostra

$m$  = população

Assim, para o desenvolvimento do cálculo para a determinação do tamanho da amostra desta pesquisa, consideraram-se um nível de confiança de 99% e uma margem de erro de 2,5%. Lembrando que o tamanho da população é de 93 Planos de Manejo Orgânico.

Para o desenvolvimento da primeira fórmula, foram inseridos na mesma, os seguintes valores: **(i)** valor da normal reduzida (**Z**) para um grau de confiança de 99% é 2,576, **(ii)** valor do desvio padrão ( $\sigma$ ) é 4,822 e **(iii)** a margem de erro ( $e$ ) é de 2,5%.

$$n_0 = \frac{Z_0^2 \sigma^2}{e^2} = \frac{2,576^2 4,822^2}{2,5^2} = 24,6869 \quad (1)$$

Substituindo os valores de  $n_0$  e  $m$  (tamanho da população) na segunda fórmula, obtém-se o seguinte tamanho da amostra para a pesquisa:

$$n = \frac{N_0}{1 + \frac{n_0}{m}} = \frac{24,6869}{1 + \frac{24,6869}{93}} = 19,5084 \quad (2)$$

Assim, foi determinado como tamanho da amostra para a pesquisa 19 famílias de agricultores agroecológicos (Planos de Manejo Orgânico).

#### 2.4.3 Procedimentos e instrumentos para a coleta dos dados de campo

Após todo o processo metodológico descrito anteriormente, buscou-se determinar os procedimentos que iriam ser adotados para a coleta dos dados/informações necessárias à pesquisa. Assim, no mês de fevereiro de 2011, foi realizado o primeiro contato com a instituição que assessora o Núcleo MBA, a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA).

A AOPA possui diversas informações sobre o Núcleo e sobre a dinâmica da agroecologia no Estado do Paraná e na Região Metropolitana de Curitiba, além de informações sobre a Rede Ecovida de Agroecologia. Todavia, a maior parte destas informações não está sistematizada. Por exemplo, nem todos os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA possuem Planos de Manejo Orgânico, assim como não há um banco de informações sistematizadas dos referidos Planos.

No mês de abril de 2011, foi realizado o primeiro levantamento de informações junto à AOPA, momento no qual foi explicado como ocorre a dinâmica de funcionamento do Núcleo MBA e como se dá sua articulação com a Rede Ecovida e com outros atores sociais (Estado, instituições públicas, privadas e não-governamentais e com a sociedade) local, regional, nacional e internacional.

Ainda no mês de abril, foi repassada pela AOPA uma listagem contendo os nomes dos Grupos participantes do Núcleo, com seu respectivo número de famílias e localização por município, além de informações acerca dos mercados que eram acessados por estes Grupos em seu processo de comercialização.

A AOPA também explicou quais eram os Grupos que detinham famílias que realizavam outras atividades além da produção de alimentos. Esta explicação foi importante para o andamento da pesquisa, uma vez que a proposta metodológica

definida para este trabalho demanda a realização de entrevistas com agricultores que exerçam a pluriatividade, assim como com agricultores monoativos (dedicados apenas à produção agroalimentar), para que se possam entender as lógicas envolvidas, os problemas e perspectivas existentes neste sistema socioprodutivo no âmbito de atuação e dinâmica do Núcleo MBA.

No mês de julho de 2011, a AOPA disponibilizou os 93 Planos de Manejo Orgânico para a análise, os quais foram utilizados para o cálculo da determinação da amostra (item 2.4.2.3). Após esta determinação, no período de 20 a 25 de junho de 2012, foi realizada a pesquisa de campo na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, a partir da aplicação de questionário semiestruturado e visita aos estabelecimentos rurais dos produtores agroecológicos do Núcleo MBA.

No que concerne à aplicação dos questionários aos agricultores agroecológicos, a escolha de quem seria entrevistado ocorreu de maneira aleatória. Buscou-se um agendamento prévio com os agricultores por meio de contato via e-mail e/ou telefônico.

Contudo, alguns destes agendamentos não se concretizaram, pois num segundo contato para confirmação das entrevistas (marcação de hora e local) com os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, durante o período de 20 a 25 de junho de 2012, alguns agricultores encontravam-se impossibilitados de participar da pesquisa devido a estarem desenvolvendo outras atividades.

A solução para este problema foi abordar alguns agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, e que detém Plano de Manejo Orgânico, durante a realização de algumas Feiras Agroecológicas que ocorrem na cidade de Curitiba/PR, quais sejam: **(i)** Feira da Praça do Expedicionário – que ocorre às quartas-feiras; **(ii)** Feira da Praça do Cabral e da Praça do Japão – que ocorre às quintas-feiras; e **(iii)** Feira do Passeio Público e da Praça da Ucrânia – que ocorrem aos sábados.

Apesar do problema mencionado, no processo de aplicação dos questionários, a meta de 19 questionários foi cumprida (QUADRO 5 abaixo).

| Produtores | Município             | Grupo                |
|------------|-----------------------|----------------------|
| 1          | Campo Magro           | Cheiro da Terra      |
| 2          | Campo Magro           | Cheiro da Terra      |
| 3          | Contenda              | Cooperativa 3º Plano |
| 4          | Campina Grande do Sul | Girassol             |
| 5          | Campina Grande do Sul | Graciosa             |
| 6          | Quatro Barras         | Graciosa             |
| 7          | Almirante Tamandaré   | Manancial            |
| 8          | Almirante Tamandaré   | Manancial            |
| 9          | Campo Largo           | Prodorgan            |
| 10         | Campo Magro           | Prodorgan            |
| 11         | Bocaiuva do Sul       | Sabugueiro           |
| 12         | Bocaiuva do Sul       | Sabugueiro           |
| 13         | Mandirituba           | Saúde e Vida         |
| 14         | Mandirituba           | Saúde e Vida         |
| 15         | Cerro Azul            | Sertaneja            |
| 16         | Campo Magro           | Solo Vivo de Davi    |
| 17         | Campo Magro           | Solo Vivo de Davi    |
| 18         | Campo Magro           | Solo Vivo de Davi    |
| 19         | Tijucas do Sul        | Terra Nobre          |

**QUADRO 5** – AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS PERTENCENTES AO NÚCLEO MBA, REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, ENTREVISTADOS NO PERÍODO DE 20 A 25 DE JUNHO DE 2012

FONTE: O Autor (2012)

Cabe salientar que esta pesquisa foi realizada a partir de dois planos de empiria: um mais geral, considerando o Plano de Manejo Orgânico e outro mais específico, mediante processo de amostragem, em que se aprofunda a investigação. Nesse sentido, foram utilizados 02 (dois) instrumentos para a coleta de dados/informações: **(1)** o Plano de Manejo Orgânico da Rede Ecovida referente aos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA e **(2)** o Questionário semiestruturado elaborado pelo autor deste trabalho. Além disso, ressalta-se que as informações coletadas através desses dois instrumentos constituem-se na base de dados principal para análise das questões levantadas a partir da problemática e dos objetivos de pesquisa aqui propostos.

#### 2.4.3.1 Questionário acerca da Renda Total Bruta Anual Estimada dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA

Associado ao Plano de Manejo Orgânico dos agricultores agroecológicos pertencentes ao Núcleo MBA, foi elaborado um questionário semiestruturado que buscou construir informações sobre as diversas Rendias Brutas Anuais Estimadas

(RBAE) que dão origem à Renda Total Bruta Anual Estimada (RTBAE) obtida pelos agricultores agroecológicos e pelos membros da família que residem com os agricultores.

Tais rendas são obtidas por meio do desenvolvimento de atividades socioeconômicas agrícolas e não-agrícolas, que podem ou não ser executadas no próprio estabelecimento rural, podendo os bens e/ou serviços gerados por estas atividades serem alocados no mercado para a troca e/ou para o autoconsumo.

Deste modo, este questionário busca caracterizar e contabilizar, de maneira estimada, quais são as atividades socioeconômicas agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas pelos agricultores agroecológicos e pelos membros da família que residem com os agricultores, atividades estas que podem ser desenvolvidas fora ou no âmbito do estabelecimento rural, buscando ainda, monetizar as ações de troca e autoconsumo como um fator componente da RTBAE estimada destes agricultores.

O questionário é composto por 06 (seis) perguntas mistas (mesclando perguntas fechadas com abertas), quais sejam (APÊNDICE A):

1. **Tamanho do Estabelecimento Rural.**
2. **Renda Agrícola:** Tipos de Produtos: Alimentar (olerícolas, frutas, grãos, produtos de origem animal *in natura*, plantas medicinais) e Não-Alimentar (flores, insumos para a produção, sementes, trocas de serviços por meio de mutirão, trabalho comunitário e produtos florestais); Quantidade de Itens Produzidos por Tipo de Produtos Alimentares; Renda Total Bruta Anual Estimada Obtida com a Comercialização e/ou a Troca e/ou Autoconsumo, por Tipo de Produtos; Local Onde são Comercializados os Produtos (feira, loja, etc.); e Qual a Frequência destas Comercializações (diária, semanal, quinzenal, etc.).
3. **Renda Não-Agrícola:** Classificação (agroindustrializado, beneficiado, serviços ambientais, artesanato, turismo rural, ecoturismo, fitoterápico, biocombustível, outras energias renováveis, e outros produtos); Renda Total Bruta Anual Estimada Obtida com a Comercialização e/ou a Troca e/ou Autoconsumo, segundo sua Classificação; Local Onde são Comercializados os Produtos (feira, loja, etc.); e Qual a Frequência destas Comercializações (diária, semanal, quinzenal, etc.).
4. **Local de Trabalho dos Agricultores Ecológicos:** Apenas no Estabelecimento Rural; No Estabelecimento Rural e em Outro Local

(onde?); Em Outro Local (onde?); e O Valor Recebido Estimado Mensalmente.

5. **Local de Trabalho dos Familiares que Residem com os Agricultores Ecológicos:** Apenas no Estabelecimento Rural; No Estabelecimento Rural e em Outro Local (onde?); Em Outro Local (onde?); e O Valor Recebido Estimado Mensalmente.
6. **Utilização de Mão de Obra:** Qual Tipo (familiar, contratada e familiar e contratada); Quantas Pessoas; Onde é Utilizada a Mão de Obra; e Valor Pago Estimado Mensal.

#### 2.4.4 Elementos para a análise e interpretação de dados/informações referentes à Renda Total Bruta Anual Estimada dos agricultores agroecológicos

Observa-se, no ambiente rural, uma grande heterogeneidade de tempos de reprodução socioeconômica e modos de vida. Esta heterogeneidade, por sua vez, reflete diretamente sobre o nível de renda obtido pelos diversos agricultores: patronal, familiar, agroecológico, tradicional, etc. Todavia, esta diversidade de níveis de renda vem gerando um ambiente favorável à desigualdade de condições de vida e de oportunidades para a reprodução destes agricultores.

Neste contexto, cria-se uma situação de vulnerabilidade para alguns agricultores que se encontram abaixo de níveis de renda considerados necessários à reprodução socioeconômica no ambiente rural, decorrente da degradação das condições de vida de alguns agricultores, devido a sua baixa obtenção de renda (SABOURIN, 2009; BROSE, 2000; ZANONI, 2004).

Sem recursos financeiros para investir e potencializar os recursos produtivos existentes em seus estabelecimentos rurais, os agricultores são forçados a endividarem-se com empréstimos financeiros para que possam desenvolver suas atividades socioeconômicas, para assim obter um nível de renda satisfatório a sua reprodução socioeconômica.

Entretanto, estabelecimentos rurais com baixa área disponível à produção no longo prazo – e a partir do pacote proposto pela Revolução Verde – tendem a inviabilizar-se financeiramente, pois nestes pequenos espaços produtivos há uma tendência de ocorrer baixos níveis de escala de produção ou dificuldades de

ampliação desta escala sem que haja uma elevação substancial nos custos de produção.

Neste sentido, Zanoni (2004, p. 105) discorre que “[...] Os altos investimentos efetuados na produção intensiva, aliados aos baixos preços dos produtos e à limitação do volume de produção, acarretaram progressivamente os endividamentos. Nesse contexto, a única maneira de resistir era intensificar mais para compensar as perdas”.

Este contexto produtivo para Zanoni (*loc. cit.*) pode ser considerado uns dos elementos causadores das desigualdades socioeconômicas entre os agricultores, uma vez que por meio da visão gerencial econômico-financeira exigida pela Revolução Verde e que não contempla a heterogeneidade existente no rural:

[...] Acelerou-se o processo de concentração dos estabelecimentos agrícolas e o desaparecimento de milhares de pequenos agricultores que, não podendo aumentar os rendimentos físicos, não eram competitivos para acompanhar a ‘corrida à produtividade’. De fato, o aumento do capital de exploração exigido pelos sistemas de produção intensivos acarretou um acréscimo de custos. Para reembolsar os investimentos, foi necessário aumentar as receitas e, para tal, aumentar os rendimentos físicos, o que, por sua vez, significou novos investimentos, resultando em novo aumento dos custos de produção.

Sendo assim, alguns agricultores buscaram construir novas formas de se pensar a gestão (ou manejo) de seus estabelecimento rurais, principalmente, para aqueles que detêm uma pequena área disponível à produção em seus estabelecimentos, assim como um baixo nível de renda. Deste modo, alguns agricultores buscaram inovar suas estratégias reprodutivas inserindo em seus agroecossistemas novas lógicas de produção, tais como a agroecologia.

A partir da agroecologia, os agricultores conseguiram organizar um novo caminho para a obtenção de renda, que por sua vez ocorre no transcorrer de todo o ano (Cf. ALTIERI, 2004; PEDERSEN, 2009). Além disso, “[...] Esse acréscimo nas rendas também tem criado a possibilidade de (re)investimento na estrutura produtiva de suas propriedades (JALFIM *et al.*, 2008, p. 24).

Outro fato interessante é que o sistema socioprodutivo agroecológico insere na lógica reprodutiva dos agricultores a visão de que sua obtenção de renda ocorre por meio da obtenção simultânea de rendas monetárias (advindas de transações mercantis) e não monetárias (advindas de transações não mercantis) (Cf. SCHMITT, 2011; RIBEIRO, 2011; SANTOS; BARRETO, 2005; MAYER, 2006; dentre outros),



sendo este um elemento importante para a gestão dos seus sistemas produtivos e para a reprodução socioeconômica da família.

Esta percepção gerencial contribui para a redução da vulnerabilidade dos agricultores, pois reduz a visão dicotômica em torno da oposição entre realizar transações mercantil ou não mercantil? O problema consiste no fato de que pensar dicotomicamente pode impactar negativamente os agricultores, uma vez que primar pela comercialização em detrimento do autoconsumo poderá elevar os gastos da família com alimentação, ou seja, demandar mais recursos financeiros para obter produtos necessários à sobrevivência da família (Cf. ARL, 2008; GAZOLLA, 2009; SHCNEIDER, 2009).

Sabourin (2009, p. 178) argumenta que “[...] Recorrer à oposição mercantil/não-mercantil induz um erro, com duras conseqüências; excluir a reciprocidade do mercado, quando a maioria dos mercados no mundo não-capitalista são mercados de reciprocidade”, ou seja, são transações ou alocações de produtos que não se realizam no mercado, mas no âmbito da família ou da comunidade, por exemplo, fora dos circuitos comerciais mercantis.

Neste sentido, os agricultores detêm a possibilidade de definirem qual estratégia reprodutiva pretendem utilizar. Desta forma, os agricultores agroecológicos possuem uma situação favorável à liberdade de transações mercantil e/ou não-mercantil, ou seja, este agricultores detêm “[...] boas razões para comprar e vender, para trocar e para buscar um tipo de vida que possa prosperar com base nas transações” (SEN, 2000, p.136).

Assim, a agroecologia permite a organização de um conceito diferenciado acerca do que venha ser renda. Conceito este que tenta romper com o raciocínio construído em torno do enfoque econômico da renda que está

[...] centrado exclusivamente nas relações monetárias insumo-produto e voltado para oportunidades de mercado. Esse reducionismo se deve também à não-disponibilização de instrumentos metodológicos para a análise da realidade sob outra perspectiva, contribuindo para abstrair do debate e da tomada de decisões a questão dos modelos de desenvolvimento e projetos de sociedade. Além disso, esse enfoque torna; agricultores, organizações, instituições de apoio, programas de desenvolvimento e políticas; reféns de um único objetivo: a oportunidade de bons negócios no mercado que, via de regra, se traduz em ganhos individuais somente viáveis em cenários de resultados negativos para a maioria (SANTOS, 2005, p. 07).

A possibilidade de se adquirir um fluxo de renda que se organiza por meio da obtenção de rendas monetárias e não monetárias exige do agricultor

agroecológico a estruturação de sistemas socioprodutivos balizados na diversidade de desenvolvimento de bens e/ou serviços agrícola e/ou não-agrícola (práticas pluriativas). Através das práticas produtivas pluriativas, o agricultor tende a reduzir sua vulnerabilidade perante as oscilações de mercado, ao tempo que amplia seu poder de barganha perante os canais de comercialização.

Tal fato ocorre, pois ter diversidade produtiva significa organizar um leque de estratégias que se constroem a partir da multiplicidade de formas de alocação dos bens e/ou serviços agrícolas e/ou não-agrícolas produzidos por estes agricultores de acordo com a necessidade da família e/ou da demanda apresentada pelo mercado num determinado momento (ABRAMOVAY, 2009; ALENTAJANO, 2001; ALMEIDA, 2009; FEIJÓ, 2011; GAZOLLA, 2009; MOREIRA, 1999; PLOEG, 2008; SCHNEIDER, 2009; VEIGA; EHLERS, 2003). Assim, os agricultores agroecológicos detêm a possibilidade de alocar seus bens e serviços em circuitos comerciais (obtenção de renda monetária) e/ou para o autoconsumo e/ou troca (obtenção de renda não-monetária).

Deste modo, como é bastante comum no mercado agroalimentar, caso o consumidor pretenda substituir temporariamente um determinado produto por outro por causa de aumentos de preços, o agricultor poderá, também, substituir a pauta de produtos ofertados, autoconsumidos e trocados. Para Vilckas; Nantes (2005, p. 159) “[...] A opção por produtos substitutos é interessante para reduzir riscos, não só da oscilação de preços, mas também para o produtor não perder vendas, no caso de o produto ainda não se encontrar no ponto de colheita”, fato este que contribui com a obtenção contínua dos fluxos de renda necessários à reprodução socioeconômica dos agricultores.

Neste sentido, Veiga; Ehlers (2003, p. 283) discorrem que “[...] nas propriedades diversificadas, os ingressos de renda agrícola são distribuídos de forma mais homogênea durante o ano. A quebra de uma safra ou a queda de preço de uma determinada cultura não causa tantos estragos quanto nas propriedades monoculturais, e os riscos de falência são muito menores”.

Assim, autores como Batalha; Buainain; Souza Filho (2005), Abramovay (2009), Almeida (2009), Schneider (2009), Wanderley (2009b), Kageyama (2008), dentre outros, argumentam que o manejo socioprodutivo balizado no desenvolvimento diversificado de múltiplas atividades socioeconômicas agrícolas e/ou não-agrícolas emerge como uma estratégia importante para a reprodução

socioeconômica para os agricultores que detêm restrições produtivas em seus estabelecimentos rurais, pois possibilitam a obtenção de múltiplas rendas.

Perondi (2009, p. 12) a partir de um estudo realizado e que pesquisou

[...] 100 famílias rurais do município de Itapejara D'Oeste, no Sudoeste do Paraná, apontou que a diversificação das atividades e a combinação de rendas agrícolas e não-agrícolas melhoram o desempenho econômico da agricultura familiar. Além disso, como na época em que foi conduzido houve uma seca muito forte, o estudo mostrou que produtores diversificados enfrentaram esse tipo de conjuntura com menos dificuldade, pois possuem alternativas frente às adversidades de clima e de mercado.

Associado à produção de bens e serviços agrícolas e não-agrícolas, os agricultores agroecológicos alocam a força de trabalho familiar no desenvolvimento de múltiplas atividades socioeconômicas, tanto em seus estabelecimentos rurais como em outros sistemas socioprodutivos, de maneira remunerada ou não, não pertencente à família. Este mecanismo constitui-se em mais um elemento importante para a reprodução socioeconômica da família, bem como, numa forma diferenciada de gestão econômico-financeira dos fatores de produção existentes nos estabelecimentos agroecológicos familiares.

A partir dos casos observados em algumas regiões gaúchas e catarinenses, Schneider (2009, p. 172) discorre que por meio das práticas pluriativas as “[...] unidades agrícolas familiares que, através da inserção de partes de seus membros no mercado de trabalho não-agrícola, garantem não somente sua sobrevivência econômica, mas alcançam razoáveis índices de bem-estar social, garantindo a reprodução social dos membros que integram essas unidades”.

Neste sentido, diante do contexto apresentado, nota-se que a pluriatividade na agroecologia pode possibilitar a estruturação de uma forma diferenciada de se contabilizar a Renda Total Bruta Anual (RTBA) dos Agricultores Agroecológicos. Esta Renda é constituída a partir do somatório de 03 (três) rendas: **(i)** a Renda Bruta Anual Agrícola (RBA Agrícola); **(ii)** a Renda Bruta Anual Não-Agrícola (RBA Não-agrícola); e **(iii)** a Renda Bruta Anual Força de Trabalho Familiar (RBA Força de trabalho) obtidas pelos agricultores agroecológicos e pelos membros da família que contribuem na composição da renda familiar destes agricultores.

$$\text{RTBA} = \text{RBA Agrícola} + \text{RBA Não-agrícola} + \text{RBA Força de trabalho} \quad (3)$$

As RBAs Agrícola, Não-agrícola e Força de trabalho são formadas através de 02 (dois) tipos de rendas: Renda Monetária (RM) e Renda Não Monetária (RNM).

Estas rendas possuem a mesma origem, ou seja, são provenientes dos produtos e/ou serviços agrícolas e não-agrícolas desenvolvidos no âmbito do estabelecimento rural, diferindo apenas de sua alocação.

Assim a RM é uma renda obtida por meio de transações comerciais que detêm como objetivo adquirir recursos financeiros. Já a RNM é uma renda obtida através de transações comerciais que não possuem como objetivo adquirir recursos financeiros, mas são oriundas do autoconsumido e/ou trocado(s) dos produtos e serviços agrícolas e não-agrícolas produzidos pelos agricultores agroecológicos por outro(s) bem(ns) e/ou serviço(s) agrícolas e não-agrícolas produzidos por outros agentes produtivos.

$$\text{RTBA} = \text{RM} + \text{RNM} \quad (4)$$

A Renda Monetária (RM) advém de duas origens: da **Renda Monetária Produtiva (RMP)** que é obtida através da comercialização dos bens e serviços agrícola e não-agrícola produzidos pelos agricultores agroecológicos e pelos membros de sua família em sistemas produtivos situados dentro ou fora do estabelecimento rural, mas que pertençam a estes agricultores e da **Renda Monetária Força de Trabalho Familiar (RMFTF)**, obtida através da remuneração paga aos agricultores agroecológicos e aos membros de sua família, decorrente da execução de atividades socioprodutivas agrícolas e não-agrícolas realizadas fora do estabelecimento rural, em sistemas produtivos não pertencentes à família.

$$\text{RM} = \text{RMP} + \text{RMFTF} \quad (5)$$

A **Renda Monetária Produtiva (RMP)** origina-se do somatório da Comercialização dos Produtos Agrícolas (CPA) com a Comercialização dos Produtos Não-Agrícolas (CPNA).

$$\text{RM} = \text{CPA} + \text{CPNA} \quad (6)$$

Assim,

$$\text{RM} = (\text{CO} + \text{CF} + \text{CG} + \text{CPOA} + \text{CS} + \text{CMP} + \text{CFL} + \text{CPF} + \text{CPM} + \text{CIP}) + (\text{CPAG} + \text{CPB} + \text{CSA} + \text{CA} + \text{CTR} + \text{CE} + \text{CB} + \text{CEA} + \text{CFI} + \text{COP}) \quad (6)$$

Onde:

| SIGLA   | ALOCÇÃO DAS ATIVIDADES  | SIGLA      | ALOCÇÃO DAS ATIVIDADES                          |
|---|---|------------|---|
| <b>Comercialização de Produtos Agrícolas (CPA)</b>      |   |            |   |
| <b>CO</b>   | Comercialização de Olerícolas                                 | <b>CS</b>  | Comercialização de Sementes                     |
| <b>CF</b>   | Comercialização de Frutas                                     | <b>CMP</b> | Comercialização de Mudanças e Plantas           |
| <b>CG</b>   | Comercialização de Grãos                                      | <b>CFL</b> | Comercialização de Flores                       |
| <b>CPOA</b>   | Comercialização de Produtos de Origem Animal <i>in natura</i> | <b>CPF</b> | Comercialização de Produtos Florestais          |
| <b>COM</b>  | Comercialização de Plantas Medicinais                         | <b>CIP</b> | Comercialização de Insumos para Produção        |
| <b>Comercialização de Produtos Não-Agrícolas (CPNA)</b> |   |            |   |
| <b>CPAG</b>   | Comercialização de Produtos Agroindustrializados              | <b>CE</b>  | Comercialização de Ecoturismo                   |
| <b>CPB</b>  | Comercialização de Produtos Beneficiados                      | <b>CB</b>  | Comercialização de Biocombustíveis              |
| <b>CSA</b>  | Comercialização de Serviços Ambientais                        | <b>CEA</b> | Comercialização de Outras Energias Alternativas |
| <b>CA</b>   | Comercialização de Artesanato                                 | <b>CFI</b> | Comercialização de Fitoterápicos                |
| <b>CTR</b>  | Comercialização de Turismo Rural                              | <b>COP</b> | Comercialização de Outros Produtos              |

Já a **Renda Monetária Força de Trabalho Familiar (RMFTF)** é uma renda oriunda de outras atividades econômicas realizadas fora do estabelecimento rural, realizada de maneira remunerada, obtida pelos agricultores agroecológicos e/ou pelos membros de sua família que residem em sua residência, contribuindo assim, para a formação da renda familiar.

$$\text{RMFTF} = \text{RFTAA} + \text{RFTMF} \quad (7)$$

Onde:

RFTAA – Renda proveniente da alocação da força de trabalho do Agricultor Agroecológico

RFTMF – Renda proveniente da alocação da força de trabalho dos Membros da Família

Já a **Renda Não Monetária (RNM)** é formada a partir do somatório do Autoconsumo dos Produtos Agrícolas (APA), com o Autoconsumo dos Produtos Não-Agrícolas (APNA), com as Trocas dos Produtos Agrícolas (TPA), com as Trocas dos Produtos Não-Agrícolas (TPNA).

$$\text{RNM} = \text{APA} + \text{APNA} + \text{TPA} + \text{TPNA} \quad (8)$$

Assim,

$$\text{RNM} = (\text{AO} + \text{AF} + \text{AG} + \text{APOA} + \text{AS} + \text{AMP} + \text{AFL} + \text{APM} + \text{APF} + \text{AIP}) + (\text{APAG} + \text{APB} + \text{ASA} + \text{AA} + \text{ATR} + \text{AE} + \text{AB} + \text{AEA} + \text{AFI} + \text{AOP}) + (\text{TO} + \text{TF} + \text{TG} + \text{TPOA} + \text{TMP} + \text{TS} + \text{TFL} + \text{TPM} + \text{TPF} + \text{TIP} + \text{TSAG}) + (\text{TPAG} + \text{TPB} + \text{TSA} + \text{TA} + \text{TB} + \text{TEA} + \text{TFI} + \text{TOP}) \quad (8)$$

Onde:

| SIGLA   | ALOCAÇÃO DAS ATIVIDADES                                   | SIGLA        | ALOCAÇÃO DAS ATIVIDADES                     |
|---|---|--------------|---|
| <b>Autoconsumo de Produtos Agrícolas (APA)</b>      |   |              |   |
| <b>AO</b>   | Autoconsumo de Olerícolas                                 | <b>AS</b>    | Autoconsumo de Sementes                     |
| <b>AF</b>   | Autoconsumo de Frutas                                     | <b>AMP</b>   | Autoconsumo de Mudanças e Plantas           |
| <b>AG</b>   | Autoconsumo de Grãos                                      | <b>AFL</b>   | Autoconsumo de Flores                       |
| <b>APOA</b>   | Autoconsumo de Produtos de Origem Animal <i>in natura</i> | <b>APF</b>   | Autoconsumo de Produtos Florestais          |
| <b>APM</b>  | Autoconsumo de Plantas Medicinais                         | <b>AIP</b>   | Autoconsumo de Insumos para Produção        |
| <b>Autoconsumo de Produtos Não-Agrícolas (APNA)</b> |   |              |   |
| <b>APAG</b>   | Autoconsumo de Produtos Agroindustrializados              | <b>AE</b>    | Autoconsumo de Ecoturismo                   |
| <b>APB</b>  | Autoconsumo de Produtos Beneficiados                      | <b>AB</b>    | Autoconsumo de Biocombustíveis              |
| <b>ASA</b>  | Autoconsumo de Serviços Ambientais                        | <b>AEA</b>   | Autoconsumo de Outras Energias Alternativas |
| <b>AA</b>   | Autoconsumo de Artesanato                                 | <b>AFI</b>   | Autoconsumo de Fitoterápicos                |
| <b>ATR</b>  | Autoconsumo de Turismo Rural                              | <b>AOP</b>   | Autoconsumo de Outros Produtos              |
| <b>SIGLA</b>  | <b>ALOCAÇÃO DAS ATIVIDADES</b>                            | <b>SIGLA</b> | <b>ALOCAÇÃO DAS ATIVIDADES</b>              |
| <b>Troca de Produtos Agrícolas (TPA)</b>            |   |              |   |
| <b>TO</b>   | Troca de Olerícolas                                       | <b>TMP</b>   | Troca de Mudanças e Plantas                 |
| <b>TF</b>   | Troca de Frutas   | <b>TFL</b>   | Troca de Flores                             |
| <b>TG</b>   | Troca de Grãos  | <b>TPF</b>   | Troca de Produtos Florestais                |
| <b>TPOA</b>   | Troca de Produtos de Origem Animal <i>in natura</i>       | <b>TIP</b>   | Troca de Insumos para Produção              |
| <b>TPM</b>  | Troca de Plantas Medicinais                               | <b>TSAG</b>  | Troca de Serviços Agrícolas                 |
| <b>TS</b>   | Troca de Sementes   |              |   |
| <b>Troca de Produtos Não-Agrícolas (TPNA)</b>       |   |              |   |
| <b>TPAG</b>   | Troca de Produtos Agroindustrializados                    | <b>TB</b>    | Troca de Biocombustíveis                    |
| <b>TPB</b>  | Troca de Produtos Beneficiados                            | <b>TEA</b>   | Troca de Outras Energias Alternativas       |
| <b>TSA</b>  | Troca de Serviços Ambientais                              | <b>TFI</b>   | Troca de Fitoterápicos                      |
| <b>TA</b>   | Troca de Artesanato                                       | <b>TOP</b>   | Troca de Outros Produtos                    |

Reunindo as 03 (três) rendas na fórmula para a obtenção da Renda Total Bruta Anual (RTBA) dos Agricultores Agroecológicos, tem-se a seguinte expressão numérica:

$$\begin{aligned}
 \text{RTBA} = & (\text{CO} + \text{CF} + \text{CG} + \text{CPOA} + \text{CS} + \text{CMP} + \text{CFL} + \text{CPF} + \text{COM} + \\
 & \text{CIP}) + (\text{CPAG} + \text{CPB} + \text{CSA} + \text{CA} + \text{CTR} + \text{CE} + \text{CB} + \text{CEA} + \text{CFI} + \\
 & \text{COP}) + (\text{AO} + \text{AF} + \text{AG} + \text{APOA} + \text{AS} + \text{AMP} + \text{AFL} + \text{APM} + \text{APF} + \\
 & \text{AIP}) + (\text{APAG} + \text{APB} + \text{ASA} + \text{AA} + \text{ATR} + \text{AE} + \text{AB} + \text{AEA} + \text{AFI} + \\
 & \text{AOP}) + (\text{TO} + \text{TF} + \text{TG} + \text{TPOA} + \text{TMP} + \text{TS} + \text{TFL} + \text{TPM} + \text{TPF} + \text{TIP} \\
 & + \text{TSAG}) + (\text{TPAG} + \text{TPB} + \text{TSA} + \text{TA} + \text{TB} + \text{TEA} + \text{TFI} + \text{TOP}) + \\
 & (\text{RFTAA} + \text{RFTMF})
 \end{aligned}
 \tag{9}$$

Assim, no processo de construção do desenvolvimento para o ambiente rural, a pluriatividade na agroecologia emerge como uma alternativa para a melhoria das condições de vida dos agricultores agroecológicos e da população residente no ambiente rural, por meio da inserção e desenvolvimento de práticas produtivas agrícolas e não-agrícolas que geram emprego e renda, segurança alimentar e conservação ambiental (ver Capítulo 3, item 3.3).

Deste modo, Almeida (2005, p. 04) discorre que “[...] a lógica que orienta a sustentabilidade econômica da produção familiar agroecológica, ao visar a otimização a longo prazo das rendas geradas no conjunto do sistema, difere diametralmente dos critérios da empresa capitalista, estruturada em torno da obtenção de lucros a curto prazo”. Assim, há uma tendência do agricultor em contemplar as particularidades e demandas existentes em seu estabelecimento rural e no ambiente rural onde está situado seu *lócus* socioproductivo.

Para Niedzielski; Marques; Bona (2008, p. 19), o sistema socioproductivo agroecológico organiza sua lógica produtiva balizada na

[...] diversificação dos sistemas produtivos, com a inclusão de cultivos alimentícios, de espécies de adubação verde de inverno e verão, além da produção própria de sementes. Essas iniciativas tornaram os sistemas produtivos menos dependentes de insumos externos e levaram à redução dos custos de produção. Além disso, os agricultores reconheceram que a produção agroecológica trouxe benefícios com relação à conservação do meio ambiente e à saúde de suas famílias e dos consumidores.

Ocorre ainda, como expõem Serrano; Funes-Monzote; Rodríguez (2011, p. 24) que o sistema socioproductivo agroecológico deve deter a capacidade de atender no longo prazo às necessidades nutricionais das populações, sendo esta “[...] uma dimensão relevante para a análise da sustentabilidade dos agroecossistemas”.

A pluriatividade na agroecologia emerge como um processo de articulação de saberes, experiências e técnicas oriundas do saber fazer do agricultor agroecológico (conhecimento tácito) como do saber técnico-científico (conhecimento codificado), que culmina com a estruturação de sistemas socioprodutivos (agrícolas e não-agrícolas) diferenciados e que respeitam a multiplicidade de lógicas reprodutivas existentes no território (ver Capítulo 3, item 3.3).

Neste sentido, Altieri (2004, p. 23) expõe que

Os agricultores tradicionais preservam a biodiversidade não somente nas áreas cultivadas, mas também naquelas sem cultivos. Muitos camponeses mantêm áreas cobertas por florestas, lagos, pastagens, arroios e pântanos, no interior ou em áreas adjacentes aos seus campos de cultivos, suprindo-se, assim, de produtos úteis, como alimentos, materiais de construção, medicamentos, fertilizantes orgânicos, combustíveis e artigos religiosos.

Esta é a mesma lógica adotada pelos agricultores agroecológicos, uma vez que em alguns casos os mesmos podem ser caracterizados como agricultores tradicionais.

Sendo assim, este respeito à multiplicidade de estratégias reprodutivas existentes no ambiente rural possibilita que haja, simultaneamente, um manejo consciente da biodiversidade e a busca por retornos econômicos necessários ao desenvolvimento e manutenção do agroecossistema, do sistema produtivo e das condições de vida dos agricultores agroecológicos e dos membros de sua família.

Deste modo, as práticas agroecológicas estão sendo organizadas de maneira a contemplar a diversidade de conhecimentos existentes no local, uma vez que este conhecimento “[...] responde às prioridades e capacidades das comunidades rurais, aceitando, ademais, que estas são capazes de desenvolver agroecossistemas eficazes, rentáveis e sustentáveis” (GUZMÁN, 2001, p. 37).

Neste contexto, observa-se o surgimento de “[...] ‘iniciativas descentradas’ para construir uma nova racionalidade produtiva, fundada em práticas de manejo múltiplo, integrado e sustentado dos recursos naturais, adaptadas às condições ecológicas particulares de cada região e aos valores culturais das comunidades” (LEFF, 2001, p. 63).

Ocorre ainda que os bens e serviços gerados por um sistema multiprodutivo poderão ser utilizados para a comercialização, para a troca e/ou para o autoconsumo, possibilitando um ambiente propício para a redução e/ou eliminação da dependência externa dos estabelecimentos rurais, construindo-se assim, um



ambiente favorável à geração de sustentabilidade socioambiental para os agricultores agroecológicos e para os estabelecimentos rurais.

Portanto, o desenvolvimento para o ambiente rural constrói-se num processo fundamentado

[...] na necessidade de fazer com que as novas gerações estejam dispostas a assumir as unidades de produção rural, sendo a elevação da renda per capita um efetivo caminho para realização desse objetivo. Portanto, é preponderante pensar em políticas de incentivo à diversificação dos meios de vida nessas áreas, visando, justamente, a aumentar a renda das famílias do campo. Entretanto, sabemos que essa visão contrasta com o senso comum, o qual se apegava à ideia de que a renda rural somente poderá se elevar quando o agricultor estiver focado num único negócio. A realidade dos sistemas de Itapejara d'Oeste comprova, pelo contrário, que quanto maior a diversificação, maior a autonomia e as perspectivas das famílias agricultoras (PERONDI, 2009, p. 14).

Assim, a pluriatividade na agroecologia proporciona um ambiente favorável à Diversidade de Atividades Socioeconômica (DAS). Esta diversidade emerge como um somatório oriundo da Diversificação de Atividades Socioeconômicas existentes no estabelecimento rural ( $DAS_{ER}$ ), da Diversificação de Atividades Socioeconômicas exercidas pelo agricultor agroecológico ( $DAS_{AA}$ ) e da Diversificação de Atividades Socioeconômicas exercidas pelos membros da família do agricultor agroecológico ( $DAS_{MF}$ ). Deste modo, tem-se a seguinte expressão algébrica:

$$DAS = DAS_{ER} + DAS_{AA} + DAS_{MF} \quad (10)$$

Assim, o Desenvolvimento para o Ambiente Rural (DAR) constitui-se num processo contínuo de crescimento do nível de Autonomia Socioambiental (AS) dos agricultores agroecológicos no transcorrer do tempo, sendo que tal autonomia tende a ser disseminada para o restante do território.

### **3 DESENVOLVIMENTO PARA O AMBIENTE RURAL**

Nos últimos anos, o ambiente rural vem passando por um processo de transformação que, ao invés de esvaziá-lo, está dinamizando a economia local, que agora não se expressa apenas através da produção de bens e serviços voltados às atividades socioeconômicas agrícolas, mas estão sendo desenvolvidas atividades não-agrícolas que se estruturam a partir de uma multiplicidade de setores e sistemas socioprodutivos.

Este atual cenário desenvolvido no âmbito do ambiente rural estrutura-se por meio de uma lógica reprodutiva que se fundamenta na possibilidade de um ator inserir-se em uma gama variada de atividades socioeconômicas, seja ela relacionada ao setor produtivo agrícola ou não-agrícola.

A nova configuração socioprodutiva demanda que haja uma visão diferenciada, plural e empreendedora por parte dos diversos atores inseridos no ambiente rural. Por outro lado, esta reorganização vem gerando uma pressão sobre os agricultores e seus familiares para que estruturem seus sistemas socioprodutivos a partir de preceitos que detenham como fundamento balizador a busca por sustentabilidade socioambiental, sendo este considerado um critério necessário para a inserção na emergente economia da nova ruralidade e para a construção de um ambiente favorável e duradouro para o desenvolvimento socioeconômico das famílias rurais.

Neste sentido, o processo de desenvolvimento para o ambiente rural não está restrito, apenas, a um pensamento que se estrutura de maneira unidimensional (a partir de uma atividade produtiva), mas de forma multidimensional (a partir de múltiplas atividades produtivas), fato este que demanda dos diversos atores envolvidos no processo a construção de lógicas econômica, social e ecológica que se construam através dos limites e potencialidades existentes no local ou nos agroecossistemas.

Desta forma, o processo de desenvolvimento para o ambiente rural deve ser construído a partir de um movimento socioeconômico que se organiza de baixo para cima, utilizando-se dos preceitos oriundos da sustentabilidade como um elemento importante para a estruturação deste processo e para a dinamização e fortalecimento da economia local do rural.

Sendo assim, este Capítulo detém como finalidade apresentar o embasamento teórico acerca do debate em torno do desenvolvimento para o ambiente rural.

### 3.1 DEBATENDO A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

O termo desenvolvimento – conforme discussão construída após a Segunda Guerra Mundial – fundamenta-se numa ideia-mestra de desenvolvimento baseada no “humanismo ocidental”, na qual desenvolvimento técnico-científico gera desenvolvimento socioeconômico que conduz em última instância ao progresso, ao crescimento econômico e à elevação do bem-estar social (ALMEIDA, 2002).

Incorporou-se naquele momento a noção de desenvolvimento e progresso na ideologia como um processo linear e que levaria as nações a um padrão de vida moderno e sofisticado, que deveria basear-se em tecnologia, ciência, geração e distribuição de riqueza e melhoria da qualidade de vida para a sociedade.

Furtado (2000, p. 09) nessa vertente de pensamento expõe que

As raízes da idéia de progresso podem ser destacadas em três correntes do pensamento europeu que assumem uma visão otimista da história a partir do século XVIII. A primeira dela se filia ao Iluminismo, que concebe a história como uma marcha *progressiva* para o racional. A segunda brota da idéia de *acumulação* da riqueza, na qual está implícita a opção de um futuro que encerra uma promessa de melhor bem-estar. A terceira, enfim, surge com a concepção de que a expansão geográfica da influência européia significa para os demais povos da Terra, implicitamente considerados ‘retardados’, o acesso a uma forma superior de civilização.

Essa visão demonstra a importância que a evolução das técnicas deteve para a constituição da sociedade capitalista, pois o progresso técnico é visto como “[...] o conjunto das transformações sociais que possibilita a persistência do processo de acumulação, por conseguinte a reprodução da sociedade capitalista” (FURTADO, 2000, p. 14).

Assim, percebe-se que, para essa sociedade, as técnicas são consideradas um meio de se obter maiores rendimentos econômicos dos fatores de produção – mesmo que haja escassez dos mesmos – propiciando uma maior acumulação de capital, ao tempo que permite a criação de mais capital, gerando dessa forma um ambiente para a ocorrência de um estado de bem-estar social, por consequência, seria uma forma de se chegar ao desenvolvimento (FURTADO, 2000).

O desenvolvimento, nesse contexto, é construído num arcabouço ideológico de uma concepção progressista balizada na prosperidade burguesa e no progresso científico-tecnológico, que teria como consequência uma melhora social, e este seria o ideal que deveria ser buscado pelos países em desenvolvimento. No entanto, o que se observa é uma inviabilidade econômica na grande maioria dos países ditos em desenvolvimento, gerada por uma miséria científico-tecnológica e pela explosão demográfica urbana (VEIGA, 2005).

Diante deste contexto, Veiga (2005) considera que há um efeito darwiniano da tecnologia e do mercado global sobre os países, que só será superado com a modernização de sua produção tornando-os mais intensivos em tecnologia. Entretanto, a seleção natural, imposta pela revolução tecnológica e pelo mercado global, impossibilita que os países constituam estratégias para seu desenvolvimento, ficando subordinados às condutas estabelecidas pelos países mais desenvolvidos tecnologicamente.

Todavia, a discussão sobre o desenvolvimento não fica circunscrita apenas à questão científica e/ou tecnológica, mesmo sendo ela de fundamental importância. Para Veiga (2005), existem três vertentes de argumentação sobre o desenvolvimento: **(1)** o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico (Teoria Neoclássica), **(2)** o desenvolvimento como uma ilusão, crença, mito, ou manipulação ideológica e **(3)** o desenvolvimento como um caminho do meio, ou seja, nem é crescimento, nem é uma ilusão, mas uma via alternativa a estas duas visões desenvolvimentistas. Cabe ainda salientar que as duas primeiras correntes preferem utilizar o termo “desenvolvimento econômico” em vez de “desenvolvimento”, uma vez que consideram estes dois termos como sinônimos.

Realmente a grande maioria das discussões sobre desenvolvimento associa este termo ao contexto do econômico, sendo crescimento econômico o sinônimo de desenvolvimento, como explica Furtado (2000, p. 21)

O conceito de desenvolvimento tem sido utilizado, com referência à história contemporânea, em dois sentidos distintos. O primeiro diz respeito à evolução de um sistema social de produção à medida que este, mediante a acumulação e o progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho [...].

O segundo sentido em que se faz referência ao conceito de desenvolvimento relaciona-se com o grau de satisfação das necessidades humanas [...].

Nesta vertente, a acumulação e o progresso de técnicas e a satisfação das necessidades humanas levam ao incremento da quantidade produzida, que por sua

vez proporciona o crescimento econômico, que seria o fundamento balizador do desenvolvimento.

No entanto, o caminho a ser percorrido para se obter taxas crescentes de crescimento econômico pode seguir duas trajetórias distintas: levar ao progresso social, econômico e ambiental ou a retrocessos sociais, econômicos e ambientais (SACHS, 2003). Ou seja, pode conduzir uma sociedade ao desenvolvimento ou ao mau desenvolvimento.

Neste contexto, Sachs (2003, p. 68) expõe que o desenvolvimento é um processo que emerge de fatores mais amplos e complexos de que apenas a obtenção de taxas crescentes de crescimento econômico, neste sentido o

[...] O sucesso na promoção do desenvolvimento será medido pelo tempo necessário para que todos eles possam aceder à cidadania plena, ao exercício do conjunto dos seus direitos não apenas políticos, civis e cívicos, mas também econômicos, sociais e culturais – entre estes o direito ao trabalho digno -, enfim, os direitos coletivos ao desenvolvimento, ao meio ambiente e à infância.

Assim como Sachs, Furtado (2000) desenvolve sua linha de pensamento acerca do desenvolvimento ampliando o debate além-crescimento econômico, apresentando três dimensões, quais sejam: **(1)** a existência de um incremento eficaz do sistema social de produção associado à supressão da satisfação das necessidades elementares da população, **(2)** a busca da realização dos objetivos almejados pelos grupos dominantes de uma sociedade que influem diretamente sobre a utilização das bases de recursos escassos e **(3)** a ocorrência de certa ambiguidade, uma vez que o que é aspiração para um determinado grupo social pode ser considerado mero desperdício de recursos naturais para outros grupos.

Já Souza (2005) explica que não há uma definição universalmente aceita para conceituar o desenvolvimento, mas percebe-se que este autor compartilha uma lógica de pensamento próxima ao de Veiga. Ele determina o desenvolvimento, por meio de duas correntes econômicas ideológicas, o primeiro grupo enquadra-se na ideologia neoclássica e no segundo grupo enquadram-se os estruturalistas: “[...] Uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, voltada para realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente” (SOUZA, 2005, p. 05).

Diante deste contexto ideológico, Souza (2005) argumenta que os economistas neoclássicos, ao associarem crescimento econômico com

desenvolvimento, atribuem a condição de desenvolvimento ou de subdesenvolvimento de um país à problemática do crescimento econômico. Ou seja, um país é considerado subdesenvolvido porque cresce economicamente menos que um país dito desenvolvido, mesmo que apresente recursos naturais, mão de obra e terra em abundância, mas como não utiliza integralmente os seus fatores de produção, a economia expande-se abaixo de suas possibilidades.

Já a segunda corrente de economistas, os estruturalistas, discute que o crescimento econômico é apenas uma simples variação quantitativa do produto gerado pelos países, enquanto que, no desenvolvimento, ocorrem mudanças qualitativas nas estruturas sociais, econômicas, institucionais, políticas e produtivas. Para os estruturalistas, o desenvolvimento deve proporcionar uma melhora qualitativa no modo de vida das pessoas, assim como uma melhoria da produtividade e da renda média da população (SOUZA, 2005).

Sendo assim, Souza (2005, p. 06) argumenta que “[...] o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente; juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população”. Entretanto, para que esta definição esteja completa, falta ser inserida a questão inerente à conservação e/ou preservação do meio ambiente, uma vez que desenvolvimento não envolve apenas melhoria de indicadores econômicos e sociais, mas está, também, intimamente ligado ao aspecto ambiental.

No entanto, com a disseminação da ideologia desenvolvimentista baseada na teoria econômica neoclássica, as discussões sobre desenvolvimento (seja ele social, econômico ou ambiental) está restrita às benesses que serão geradas pelo mercado, precisamente por sua “mão invisível”.

A ordem neoliberal (ou neoclássica), prima – de maneira intransigente – pela preferência da esfera privada sobre a pública. Seus defensores advogam sobre um maravilhoso mundo novo que poderá ser criado com a economia de livre mercado. Além disso, os neoliberais promovem uma idolatria do mercado rejeitando o legado humanístico do discernimento (GARLIPP, 2004).

Garlipp (2004, p. 10) discorre que a economia de livre mercado “[...] viria reconciliar a humanidade com a natureza. Os homens se dariam conta, finalmente e em definitivo, do grande equívoco em que teria se revestido a intenção de moldar as forças naturais”.

A economia de livre mercado só ocorre de fato quando (a) há uma desregulamentação dos mercados, de maneira a propiciar um ambiente favorável à livre concorrência, (b) existe uma maior mobilidade do capital financeiro e produtivo, (c) ocorre a flexibilização das relações trabalhistas e (d) há uma limitação dos direitos econômicos e sociais dos mais fracos (GARLIPP, 2004).

Dessa forma, observa que a economia de livre mercado desmantela a concepção da construção de um Estado Nacional forte que promova um bem-estar social (*Welfare State*) para a coletividade e que seja o principal motor para a realização do desenvolvimento, por uma concepção de Estado Nacional que atue o mínimo (*Estado Mínimo*) possível na economia e no social, apenas regulamentando as regras do jogo e servindo como um árbitro reconhecido e imparcial para mediar os conflitos que poderiam surgir sendo estes mecanismos os necessários ao desenvolvimento e consecução da economia neoclássica (CARCANHOLO, 2004; GARLIPP, 2004).

Nesse sentido, Garlipp (2004) explica que os Estados Nacionais estão sendo desonerados de sua responsabilidade quanto Estado responsável pela busca de bem-estar social, tanto que as tentativas em consorciar programas de bem-estar social ao capitalismo, fracassaram, pois o livre mercado impõe aos Estados que ajustem seus programas macroeconômicos, buscando fundamentalmente a estabilização monetária para impedir a ocorrência de um fluxo crescente de mobilidade do capital financeiro para outros Estados Nacionais, deixando à margem do sistema político a problemática social, uma vez que esta será solucionada naturalmente pela economia.

Ainda, segundo Garlipp (2004, p. 13), a economia neoclássica “[...] mostra-se intransigente e resistente às demandas sociais e políticas. Postas nos termos liberais, tais demandas encontram-se submetidas à lógica de uma *economia desregrada*, que trata de se libertar da disciplina imposta pela sociedade”.

Além das questões associadas anteriormente ao neoliberalismo, ocorreu um desmantelamento do padrão global de desenvolvimento proveniente do pós-Segunda Guerra Mundial, fato este derivado da construção de circuitos produtivos e financeiros internacionais.

Esta internacionalização da economia proporciona a superação do modelo econômico adotado no pós-Segunda Guerra Mundial para um modelo econômico baseado na concepção da existência de uma economia global cujas forças se

propõem a desbançar o Estado Nacional, que agora vê seus horizontes de atuação reduzidos, à proporção que precisam se ajustar aos imperativos impostos pelas finanças globalizadas (GARLIPP, 2004).

Diante deste contexto, percebe-se que a economia do final do século XX e início do século XXI é baseada numa concepção de mercado livre e globalizado, no qual existe o desaparecimento de regras e fronteiras para o capital financeiro, que se vê agora entregue as suas próprias leis de movimento, ao tempo em que há uma redução do raio de ação das políticas econômicas propostas pelos Estados Nacionais, uma vez que devem demonstrar que possuem credibilidade perante o capital financeiro transnacionalizado (GARLIPP, 2004).

Por isso, Garlipp (2004, p. 15-16) argumenta que “[...] Hoje, mais que ontem, a problemática do desenvolvimento nacional não se confunde com o problema de gestão interna de política econômica [...]”, uma vez que está se referindo a que tal problemática tem a ver, agora, com a gestão da credibilidade internacional que os Estados nacionais devem ter perante os capitalistas financeiros globais.

Já a corrente estruturalista crítica à posição neoliberal de excluir da discussão sobre o desenvolvimento os aspectos qualitativos associados aos processos históricos e culturais; ao progresso não-linear da sociedade; as abordagens discursivas de cunho ético e a problemática gerada pelos impactos ao meio ambiente (VEIGA, 2005).

Ainda criticam a postura confusa que os neoliberais possuem ao confundirem crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento de uma sociedade capitalista moderna, uma vez que este não traduz as particularidades existentes nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Este fato ocorre, pois ao invés dos neoliberais observarem apenas os aspectos econômicos associados ao Produto Interno Bruto (PIB), ao sistema financeiro ou às relações comerciais (exportação e importação), eles deveriam incluir, em suas estratégias para a busca do desenvolvimento, as questões inerentes aos problemas estruturais, culturais, sociais e ecológicos que são tão (ou mais) importantes para os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento quanto à problemática econômica.

Argumentam ainda, os estruturalistas, que o erro neoliberal de confundir crescimento econômico com desenvolvimento é oriundo de cenários econômicos que vigoraram até o início da década de 60, em que havia poucos países



desenvolvidos e este desenvolvimento era originário da acumulação de capital advinda da industrialização. Todavia, com o transcorrer do tempo e com as novas reconfigurações econômicas e espaciais, esta tese foi perdendo espaço e sendo contestada, pois industrialização e acumulação de capital não estavam mais significando desenvolvimento.

Mas foi a partir da publicação do Relatório do Desenvolvimento Humano, em 1990, documento elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e que trouxe em seu bojo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que a tese do crescimento econômico, como sinônimo de desenvolvimento, caiu por terra, uma vez que para ser desenvolvido um país necessitava, além de possuir uma excelente vitalidade econômica, bons índices sociais, que não poderiam ser alcançados apenas pela ótica do crescimento econômico (VEIGA, 2005).

Já para os tecnocratas (planejadores, técnicos e especialistas), o desenvolvimento apenas será conseguido por meio da ciência (lei de desenvolvimento) e do poder da razão “[...] visto como a realização lógica de uma racionalidade instrumental capaz de mobilizar os instrumentos e as estratégias mais apropriados para construir sociedades melhores, mais ‘desenvolvidas’ como se diz atualmente” (SCHWARZ, 1999, p. 23).

Entretanto, os tecnocratas não levam em consideração os interesses particulares dos atores sociais que serão contemplados em seus planos e projetos, ao contrário, baseiam-se em uma razão do desenvolvimento que automaticamente resolveria as mazelas que deveriam ser superadas para se obter o tão sonhado padrão moderno de modo de vida.

Schwarz (1999, 23-24) comenta que

Na verdade, é a hora do fetichismo do instrumento que se junta ao fetichismo do dinheiro, esquecendo o homem. O que descreve o desenvolvimento, o que o sacraliza, o que fascina, é esse fetichismo da ciência, onde se confunde todo avanço progressivo do método com o progresso social e moral, remetendo somente a uma visão difusa e dispersa do ambiente social e político no qual se situa esse mesmo avanço. Essa visão idolátrica do desenvolvimento – onde a ciência real tem feito suas provas nas ciências exatas, se transforma em conceito-fetice de um pensamento vulgar trabalhando alegremente, sob o disfarce de uma crítica patética do subdesenvolvimento – contribui para a reprodução ampliada de uma ideologia de desenvolvimento que expulsou de seus cálculos o peso das paixões, da subjetividade e da sem-razão na construção do mundo.

Ou seja, a subjetividade que deveria existir é permutada por uma racionalidade instrumental que não está levando em consideração os reais anseios

da sociedade, vislumbrando apenas o que os tecnocratas consideram, em sua concepção, importante. Schwarz (1999, p. 24) também parte deste pressuposto e comenta que

Esse exercício é perigoso porque deixa de lado a análise da condição humana que ultrapassa em sua complexidade, a do mero desenvolvimento econômico e social. Ao minimizar o jogo das paixões subjetivas e das razões pessoais frequentemente contrárias aos objetivos de desenvolvimento da comunidade em seu conjunto, os planejadores e outros especialistas removem de seus cálculos a natureza do homem. Ora, a natureza do homem não é o homem naturalmente racional. Os tecnocratas têm muita dificuldade para aceitar isso. Seria para eles perda de prestígio. Sua vocação de administradores titulados da razão está fundamentada no postulado de uma racionalidade à prova de toda perversão humana.

Furtado (2000, p. 07) nesta mesma vertente crítica de pensamento, considera que “[...] o desenvolvimento traduz a realização das potencialidades humanas, é natural que se empreste à idéia um sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas à medida que nelas o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações”. Ou seja, o desenvolvimento deve observar a natureza do homem que não se traduz simplesmente por uma equação matemática.

Ainda segundo Furtado (2000, p. 41) o desenvolvimento constitui-se num processo de transformação

[...] que engloba o conjunto de uma sociedade. Essa transformação está ligada à introdução de métodos produtivos mais eficazes e se manifesta na forma de aumento do fluxo de bens e serviços finais à disposição da coletividade. Assim, a idéia de desenvolvimento articula-se, numa direção, com o conceito de eficiência, e noutra, com o de riqueza. As formas mais racionais de comportamento corresponde uma satisfação mais plena das necessidades humanas.

Brandenburg (1999, p. 44) argumenta que

[...] A história demonstra que não há desenvolvimento sem transformação social, e nem uma transformação social sem vontade individual de mobilização política [...] o desenvolvimento é um processo interno de construção social de uma sociedade, através de vários atores que se realizam enquanto sujeitos dessa construção. Segundo essa perspectiva, desenvolver não significa progredir em direção ao reino da razão, mas possibilitar a expansão da multidimensionalidade da natureza humana, através da construção de sociedades livres e integradas a uma ordem social diversa.

Todavia, os tecnocratas e/ou planejadores do desenvolvimento não vislumbram a ideia do desenvolvimento como um processo ligado à transformação social. Ao contrário, a partir da racionalidade instrumental (técnico-científica) se constroem modelos e políticas de desenvolvimento centradas numa racionalidade matematizada.

Ocorre que, esta racionalidade estruturada por equações matemáticas é tida como uma representação fidedigna da realidade social, esquecendo-se que a sociedade se constitui a partir de um processo dinâmico de transformações sociais, econômicas, políticas, geográficas, culturais e ecológicas.

Esta problemática que envolve o desenvolvimento é proveniente dos pressupostos trazidos pela Revolução Industrial. Isso ocorre, pois a capacidade inventiva da sociedade na civilização industrial foi canalizada para a invenção e as inovações de técnicas que, por sua vez, proporcionou a extraordinária expansão desta civilização pelo globo terrestre (FURTADO, 2000).

A partir deste quadro histórico, Furtado (2000, p. 8) discorre que “[...] deve-se atribuir o fato de que a teoria do desenvolvimento em nossa época se haja circunscrito à lógica dos meios, tendendo a confundir-se com a explicação do sistema produtivo que emergiu com a civilização industrial. Os valores substantivos são considerados como meros epifenômenos”.

O problema é que esta civilização industrial está se expandindo balizada numa concentração de riqueza nas mãos de uma minoria, que para manter seus padrões de vida exercem um dispêndio crescente sobre os recursos naturais não-renováveis e submete a grande maioria da humanidade a diversas formas de penúria (como a fome). Além disto, esta minoria utiliza, de forma inconsequente, as bases de recursos naturais escassas sem se importar com as possíveis consequências para as gerações futuras do desperdício que ela hoje realiza (FURTADO, 1998).

Apesar dos problemas gerados à sociedade, todas as nações ocidentais, com um mínimo de estrutura institucional, seguiram este receituário de desenvolvimento, adotando assim, a política ditada pelos grandes centros de poder, sem observar suas particularidades locais, mas aderindo a uma nova ideologia global.

Todavia, cabe salientar, que a analogia do desenvolvimento dos Estados como sinônimo de crescimento até se chegar à maturidade (modernidade, riqueza, bem-estar social, etc.) vem da biologia e é bastante cativante, se não fosse falsa, pois pressupõe que todos têm as mesmas potencialidades para alcançar esta maturidade, seria só uma questão de tempo e de se seguir os receituários de desenvolvimento proposto pelo centro de poder político-econômico (leia-se países desenvolvidos) (ALMEIDA, 2002).

Entretanto, este receituário de desenvolvimento utilizado pelos países hegemônicos e disseminado para os demais países no pós-Segunda Guerra Mundial, trouxe um rápido crescimento da disparidade da renda entre os mais ricos e os mais pobres, conseqüentemente, observava-se que o atual modelo de desenvolvimento, ao invés de gerar soluções para a sociedade, propicia um ambiente favorável à criação de problemas sociais, econômicos e ecológicos, além de gerar um ambiente de conflito nas interações entre a sociedade com ela mesma e da sociedade com a natureza.

Todavia, Furtado traz à baila um dilema importante para os países tidos como subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Segundo o autor,

[...] De um lado, apresentam-se as exigências de um processo de mundialização, imposto pela lógica dos mercados, que está na base da difusão da civilização industrial. De outro, configuram-se os requerimentos de uma tecnologia que é fruto da história das economias centrais e que exacerba sua tendência original a limitar a criação de empregos. Por último, estão as especificidades das formas sociais mais aptas para operar essa tecnologia, ou seja, as formas de organização da produção e de incitação ao trabalho, as quais tendem a limitar a possibilidade de recursos aos sistemas centralizados de decisões (FURTADO, 2000, p. 49).

Assim, estes países se veem num importante dilema: o que fazer para obter desenvolvimento? Especialmente, quando fica evidente que, nestas últimas duas décadas, os países hegemônicos argumentam que

[...] a fonte de produtividade e crescimento econômico torna-se mais e mais dependente das aplicações de ciência e tecnologia, tanto quanto da qualidade de informação e gerência nos processos de produção, consumo, distribuição e comércio. Assim é que o incremento da produtividade ocorre não tanto como resultado de mera adição de capital e trabalho ao processo produtivo, e sim como fruto de uma mais eficiente combinação entre aguda penetração de ciência, tecnologia, habilidades de trabalho e *know-how* organizacional (GARLIPP, 2004, p. 17).

E este receituário é seguido piamente pelos países ditos subdesenvolvidos e em desenvolvimento, sem observar suas particularidades, seguindo apenas os moldes desenvolvimentistas propostos pelos países hegemônicos.

Furtado (2000, p. 22) discorre que mesmo com a ocorrência de um aumento da eficácia do sistema de produção, sendo este considerado como o principal indicador de desenvolvimento, esta eficácia “[...] não é condição suficiente para que sejam bem mais satisfeitas as necessidades elementares da população. Tem-se mesmo observado a degradação das condições de vida de uma massa populacional como conseqüência da introdução técnica mais sofisticada”.

Na busca por uma maior satisfação das necessidades elementares da população, o desenvolvimento deve ter como premissa a observação das

necessidades do ser humano, segundo o seu modo de vida. A não observação destas demandas tende a estruturar processos de desenvolvimento que tendem a excluir algum grupo social, uma vez que as sociedades são compostas por diversos grupos sociais que possuem dinâmicas e demandas diferenciadas que podem não estar contempladas nos processos de desenvolvimento.

Sendo assim, Furtado (2002, p. 77) expõe que

É a partir do conceito de desenvolvimento que se pode afirmar que o homem é um elemento de transformação, agindo tanto sobre o contexto social e ecológico como sobre si mesmo. Uma vez o equilíbrio dinâmico atingido, o homem avança no sentido de realizar suas potencialidades. A reflexão sobre o desenvolvimento traz em si mesma uma teoria do ser humano, uma antropologia filosófica. Somente uma sociedade aberta – democrática e pluralista – é apta para um verdadeiro desenvolvimento social [...].

Reforçando a premissa de que o desenvolvimento deve emergir a partir das necessidades e modos de vida do ser humano, Sen (2000, p. 17) expõe que o desenvolvimento emerge “[...] como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Desta forma, é importante perceber a condição de agente livre e sustentável que detém o ser humano, sendo tal condição o motor fundamental para a obtenção do (ou construção do processo de) desenvolvimento (SEN, 2000).

Ainda, de acordo com Sen (2000, p. 29), “O desenvolvimento tem de estar relacionado com a melhora de vida que levamos e das liberdades que desfrutamos [...]”. Neste sentido, deve-se observar “[...] em que grau as pessoas têm a oportunidade de obter resultados que elas valorizam e que têm razão para valorizar (SEN, 2000, p. 330)”, sendo tal observação um pressuposto necessário para a obtenção do desenvolvimento.

Portanto, o debate acerca do desenvolvimento não deve estar centrado na busca incessante por crescimento econômico ou na construção de processos que apenas vislumbrem os fundamentos trazidos pela racionalidade instrumental. Ou tampouco, estar alicerçado sobre fundamentos oriundos da racionalidade econômica mercantil, em que o desenvolvimento emerge como uma consequência dos benefícios gerados pelo livre comércio entre as nações e/ou pela liberdade dada ao mercado para que este se reproduza, segundo suas lógicas e demandas.

Mas o desenvolvimento deve ser pensado e estruturado a partir de um processo que contemple a diversidade de lógicas reprodutivas, de modos de vida e das demandas materiais e imateriais, proporcionando, desta maneira, a capacidade

dos indivíduos se tornarem atores livres e ativos na construção de seus projetos de vida e processos de desenvolvimento.

Diante deste contexto, o desenvolvimento local sustentável emerge como uma alternativa para a construção de processos de desenvolvimento mais condizentes com as particularidades e com as demandas materiais e imateriais locais, uma vez que sua estruturação parte de baixo para cima, ou seja, a partir do território, sendo organizado para atender as necessidades dos atores locais, contudo, sem deixar de se interligar com outros espaços socioeconômicos.

### 3.1.1 Desenvolvimento local sustentável

Para Franco (2002) o desenvolvimento local é decorrente da articulação dos recursos endógenos que estão à disposição e são alavancados pelas próprias comunidades locais. “[...] Além disso, cada processo de desenvolvimento local é único, singular, não-replicável automaticamente e representa a afirmação de uma identidade própria, que é local” (FRANCO, 2002, p. 95).

Com relação ao desenvolvimento local, existe a premissa de que na busca por uma maior eficiência econômica, uma melhora nos aspectos ambientais e um maior grau de bem-estar social, são os atores sociais locais as peças fundamentais para o sucesso da construção de tal modelo de desenvolvimento.

Moyano citado por Nunes; Ortega (2004, p. 384) afirma que estes atores “[...] possuem confiança, organização, estabelecem normas de cooperação e de participação da comunidade na busca de um resultado social de somatório diferente de zero, ainda que em uma intermediação sempre conflituosa”.

Desta maneira, tais atores se constituem nas peças-chaves na busca de um desenvolvimento com bases sustentáveis. Isso ocorre porque um desenvolvimento local sustentável deve ter como pressuposto básico

[...] a identificação ou criação de uma cultura na comunidade centrada na crença em uma perspectiva de desenvolvimento, alicerçada em capacidades e recursos existentes a nível local, no aproveitamento de recursos humanos, na mobilização de atitudes e valores com o objetivo de criar uma trajetória de desenvolvimento (NUNES; ORTEGA, 2004, p. 385).

Para Melo (2005, p. 466) “[...] o desenvolvimento local sustentável é fortemente dirigido para a liberdade, pois tende a propiciar a autonomia, a consciência e a participação cooperativa da maioria”. Neste sentido, ser sustentável

significa potencializar as oportunidades dos atores sociais locais obterem melhores condições de vida a partir do desenvolvimento das capacidades socioprodutivas destes atores que são estruturadas a partir da diversidade identitária existente no território.

Desta forma, o desenvolvimento local sustentável demanda da localidade:

[...] (i) mobilizar a criatividade e a inovação, despertando o empreendedorismo individual e coletivo; (ii) incentivar a cooperação e o protagonismo policêntrico (ou a multiliderança), ensejando a captação e a multiplicação de recursos endógenos na solução de problemas locais; (iii) horizontalizar as relações entre grupos, pessoas e organizações estimulando o surgimento e animando o funcionamento de redes de atores sociais; e (iv) inaugurar novas institucionalidades e novos processos participativos, democratizando decisões e procedimentos, incluindo novos atores na esfera pública e ampliando essa esfera (FRANCO, 2002, p. 117).

Franco (2002, p. 52) expõe que o “[...] desenvolvimento é aquela classe de mudanças sociais nas quais se verificam alterações dos fatores humanos e sociais que garantam a estabilidade dos sistemas sociais [...]”.

Entretanto, fica praticamente impossível de se alcançar um ambiente propício ao desenvolvimento local sustentável se não houver a construção e elevação dos níveis de capitais social e humano e a manutenção dos níveis de capital natural locais. Pois, como pode ser alcançado um nível maior de crescimento e de desenvolvimento socioeconômico sem a mobilização e participação da sociedade ou sem a difusão do conhecimento e a base da destruição dos recursos naturais necessários à produção de bens e serviços? Assim, pode-se afirmar que estes três fatores são importantes para a construção da sustentabilidade no processo de desenvolvimento de uma determinada localidade.

Deste modo, a busca por um desenvolvimento local sustentável, seja local e/ou regional, os agentes sociais qualificados (administradores, cientistas sociais, economistas, pedagogos, jornalistas, etc.) devem identificar e mobilizar os recursos da comunidade local com a finalidade de se alcançar tais objetivos, de maneira que é indispensável que se constitua uma reserva de conhecimentos, capacidades inatas e competência técnica – esses fatores são elementos relacionados ao capital humano – para conduzir tal iniciativa, além de se constituir num ambiente favorável ao empreendedorismo, à solidariedade entre as pessoas (cooperativismo, associativismo, etc.) e à formação de redes sociais e produtivas – esses fatores são elementos relacionados ao capital social (FROES; MELO NETO, 2002).

O desenvolvimento local sustentável cria um ambiente favorável à potencialização dos capitais social, humano e natural existentes nos territórios. Além disto, por meio destes capitais, os grupos sociais detêm a capacidade de identificar e desenvolver suas capacidades socioprodutivas de maneira a gerar crescentes retornos econômicos, sem degradar o ecossistema local, ao tempo em que gerem melhorias nas condições sociais da população local.

Além disso, estes capitais permitem que a multiplicidade de identidades, de sistemas produtivos e de ambientes naturais existentes no território possam reivindicar espaços na elaboração das políticas, projetos e/ou agendas de desenvolvimento de maneira a serem contempladas as diversidades de lógicas de reprodução social, econômica e ambiental e as particularidades existentes no local.

Franco (2002, p. 50) argumenta que o desenvolvimento demanda “[...] que haja alteração do capital humano e do capital social, alterações que garantam uma congruência dinâmica com o meio, uma capacidade continuamente construída e reconstruída, de adaptação e conservação da adaptação [...]”. Ainda segundo o autor

[...] criar um ambiente favorável ao desenvolvimento é começar investindo no capital social (quer dizer, na capacidade da sociedade de cooperar, formar redes, regular seus conflitos democraticamente e, enfim, constituir comunidade) e no capital humano (sobretudo no empreendedorismo). Sem a base de confiança fornecida pela cooperação ampliada, acumulada e reproduzida socialmente e sem empreendedorismo, dificilmente conseguiremos promover o desenvolvimento, como mostram numerosas evidências registradas em todas as partes do mundo (FRANCO, 2002, p. 67-68).

Associado aos investimentos nos capitais social e humano, Leff (2006, p. 140) discorre que “[...] Os processos ecológicos e simbólicos são reconvertidos em capital natural, humano e cultural, para serem assimilados pelo processo de reprodução e expansão da ordem econômica, reestruturando as condições da produção mediante uma gestão economicamente racional do ambiente”.

No entanto, quando são adotados processos socioprodutivos que gerem uma degradação acelerada do capital natural há uma tendência a ocorrer desinvestimentos nos capitais social e humano, que por sua vez propiciará um ambiente favorável a uma situação de pobreza e exclusão social de grupos e/ou atores sociais locais. Tal situação deriva-se do fato de que o fortalecimento das capacidades das pessoas e comunidades de satisfazer suas necessidades, resolver seus problemas e melhorar sua qualidade de vida, depende dos níveis de capital



social e capital humano existentes, produzidos e reproduzidos na localidade (FRANCO, 2002).

Neste sentido, tanto o processo de desenvolvimento quanto o crescimento econômico são dependentes do desenvolvimento e reprodução dos capitais social, humano e natural. Tal dependência decorre do fato de que estes capitais são os recursos necessários à organização e retroalimentação do sistema socioproductivo, ao tempo que propicia um ambiente favorável à autonomia e emancipação socioeconômica dos diversos atores locais.

Kliksberg citado por Brose (2000), por meio de um estudo realizado pelo Banco Mundial, com um universo de 192 países, que detinha o objetivo de analisar as causas do crescimento econômico, concluiu que cerca de 64% deste crescimento pode ser atribuído ao capital humano e ao capital social. Ainda de acordo com o autor, a inclusão social ou a redução da iniquidade social é um fator determinante em até 64% para a obtenção do desenvolvimento e do crescimento econômico.

Como exemplo dos benefícios gerados pelos capitais social e humano, podem ser citados os Estados Unidos, o Japão e a Alemanha (Ocidental) que estruturaram um círculo virtuoso a partir destes capitais. Nestes países, observou-se que o crescimento dos capitais social e humano representou um crescimento da renda, que por sua vez realimentou o circuito incrementando ainda mais os referidos capitais (FRANCO, 2002).

Todavia, a maioria dos países, ainda, “[...] não conseguem ver que a capacidade de apropriação e multiplicação da renda é função dos níveis de capital humano e de capital social existentes numa dada sociedade” (FRANCO, 2002, p. 41). Ou seja, estes países associam e constroem seus processos de desenvolvimento a partir de modelos exógenos a sua realidade em detrimento de pressupostos de desenvolvimento que são construídos de maneira endógena e articulando os capitais social, humano e natural, estruturados a partir da multiplicidade de identidades, modos de vida e sistemas socioproductivos locais.

Nesta perspectiva de construção do processo de desenvolvimento estruturado endogenamente ao território, Santos; Rodríguez (2005) expõem que o desenvolvimento não deve ser construído “a partir de cima” (ou exogenamente), mas deve ser estruturado “de baixo para cima” (endogenamente), como um desenvolvimento de base. Ainda segundo este autor

[...] A iniciativa e o poder de decisão sobre o desenvolvimento, longe de ser competência exclusiva do Estado e das elites econômicas, deve residir na sociedade civil. [...] O caráter coletivo do desenvolvimento de baixo para cima gera um processo de construção de poder comunitário que pode criar o potencial para que os efeitos das iniciativas econômicas populares atinjam a esfera política e gerem um círculo virtuoso que contrarie as causas estruturais da marginalização (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005, p.46-47).

Desta forma, o desenvolvimento estruturado “de baixo para cima” reforça a necessidade de se contemplar a diversidade e os tempos de vida existentes nos diversos territórios. Também significa possibilitar aos múltiplos grupos e atores sociais inseridos no território a oportunidade de reproduzir-se sócio-produtivamente respeitando os limites impostos e as potencialidades geradas pelo capital social, capital humano e capital natural, pela diversidade identitária e pelos projetos de vida existentes no âmbito do local.

Sendo assim, no contexto do desenvolvimento como um processo estruturado “de baixo para cima”, o território emerge como o principal fator para a construção deste processo. Neste sentido, Leff (2006, p. 158-159) afirma que

Precipitam-se no território tempos diferenciados em que se articulam identidades culturais e potencialidades ecológicas. É o lugar onde convergem os *tempos da sustentabilidade*: os processos de restauração e produtividade ecológica, de inovação e assimilação tecnológica, de reconstrução de identidades culturais. [...] No entanto, os desafios da sustentabilidade e da democracia, da entropia e da outridade rompem o cerco do pensamento único globalizado e o deslocam para as singularidades locais, conduzindo a construção de uma racionalidade capaz de amalgamar a potencialidade do real (ecologia) e o sentido do simbólico (cultural): uma racionalidade ambiental que acolha a diferença (as diversas matrizes de racionalidade cultural), assumindo sua relatividade e sua incomensurabilidade.

Ainda no âmbito do desenvolvimento construído a partir da base, Zaoual (2003, p. 75) discorre que “[...] A ajuda externa, como qualquer financiamento, não leva, por si só, a uma melhoria do bem-estar quando o indivíduo e seu meio não adquirem as capacidades endógenas para uma evolução autônoma. Pressupõe-se a capacidade de se situar para poder definir os verdadeiros problemas e soluções em um real esforço de inovação local [...]”.

Portanto, construir um processo de desenvolvimento local balizados nos preceitos da sustentabilidade e construído através dos limites e potencialidades existentes no território demanda **(i)** a produção, reprodução e articulação dos capitais social, humano e natural; **(ii)** a estruturação de sistemas socioprodutivos que contemple as particularidades existentes em cada território e que respeite os limites impostos pelo ambiente natural; **(iii)** a possibilidade que os diversos grupos e atores sociais locais possam se desenvolver repetindo suas identidades culturais e

modos de vida; **(iv)** a liberdade dos indivíduos e da coletividade em desenvolver sua capacidade inovadora e de disseminar o conhecimento local adquirido para as gerações presentes e futuras; e **(v)** a criação de um ambiente favorável à organização social e econômica balizada nos princípios da solidariedade e reciprocidade entre os grupos e atores sociais residentes no território, como os residentes em outras localidades.

### 3.2 AMBIENTE RURAL

Assim como vem ocorrendo com o debate em torno da noção de desenvolvimento, o ambiente rural, também, vem passando por um processo de ressignificação quanto a sua noção. Neste sentido, observa-se que há uma mudança de percepção dos diversos atores (estejam eles no próprio espaço rural ou urbano) acerca do que venha a ser o rural.

Ocorre que, erroneamente, o ambiente rural, em alguns momentos, é visto como um espaço eminentemente agrícola, sendo associado a apenas um espaço produtivo, não sendo consideradas a dinâmica social, cultural, política e ambiental que constitui este espaço. Para Brose (2000, p. 97) “É recorrente na opinião pública, e também entre técnicos e políticos, que ações no meio rural estejam umbilicalmente ligadas à agropecuária, colocando o conceito de *rural* como sinônimo de *agrícola* [...]”.

Kageyama (2008, p. 27) afirma que as definições ingênuas (rural como sinônimo de atraso ou de resistência à mudança) ou simplistas (rural como agrícola) acerca do ambiente rural, estão dando lugar a uma visão na qual a “[...] essência da noção de rural é *territorial* ou *espacial*, não podendo ser identificada com setor de atividade nem com mercado enquanto *locus* de transações mercantis específicas”.

Mas, não se pode esquecer da importância que a atividade agrícola detém para o ambiente rural, “Isto porque os processos de ocupação e uso do espaço são, historicamente, fortemente associados à produção agrícola e similares (pecuária, silvicultura, extrativismo etc), que se tornam, assim, igualmente, elementos essenciais das paisagens [...]” (WANDERLEY, 2009(b), p. 76-77).

Neste sentido, observa-se que o ambiente rural vem passando por um surpreendente renascimento, não sendo mais percebido apenas como um espaço

ligado à produção de alimentos, de geração de divisas e depositário de mão de obra potencial para o desenvolvimento, mas, atualmente, começa a ser percebido como um espaço que detém múltiplas “funções” e é composto por múltiplos atores (SOUZA; BRANDENBURG, 2006).

Deste modo, observa-se que o ambiente rural constitui-se num espaço, que além de ser, construído a partir de um processo histórico balizado por atividades de cunho agrícola, simultaneamente, vem desenvolvendo outras atividades não ligadas à agricultura, pecuária, silvicultura, extrativismo, etc., mas associadas a tarefas geralmente executadas no ambiente urbano, como industrialização, prestação de serviços na construção civil, no comércio local, etc.

Isto decorre do fato, já mencionado, de que o ambiente rural possui uma dinâmica que perpassa os limites da atividade agrícola, estando estruturado a partir de uma organização social local. Assim, além de campos de cultivos e pastos há, no rural, espaços para convívio social e lazer (praças, parques, clubes, igrejas), instituições públicas, instituições financeiras, empresas de diversos setores e de diversos portes, profissionais de diversas áreas, infraestrutura de cunho urbano, etc.

Ocorre ainda que o ambiente rural se constrói por meio de uma dualidade, em que, por um lado, há um crescente processo de urbanização e industrialização no rural e, por outro lado, há uma reconstrução do rural balizado num mundo da vida rural que se articula com valores e espaços urbanos (BRANDENBURG, 2005).

Neste sentido, o rural deve ser entendido como um espaço de vida que detém características singulares, ao tempo que permite a realização material e imaterial dos diversos grupos e atores sociais locais a partir da construção de um projeto de vida estruturado por meio da interligação da racionalidade econômica com a autonomia, saúde, trabalho. Além disso, possibilita à família construir uma relação de pertencimento a um grupo e/ou a uma determinada localidade (PINHEIRO, 2007).

O ambiente rural é formado por espaços construídos e espaços naturais. Os espaços construídos referem-se às transformações realizadas nos ecossistemas locais, existentes no ambiente rural, por meio da construção de infraestrutura que dá suporte aos sistemas socioprodutivos, com a finalidade de se produzirem alimentos, meios de subsistências e infraestrutura para a habitação e produção de bens e serviços. Já os espaços naturais são áreas ainda preservadas existentes no ambiente rural, onde o ser humano ainda não exerceu seu poder de transformação.

Desta forma, o ambiente rural constitui-se num espaço em processo dinâmico e em constante reestruturação, detendo a identidade cultural local e a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas e de novos elementos econômicos, culturais e sociais como pressupostos balizadores para a reprodução socioprodutiva e para a construção e desenvolvimento dos projetos de vida dos grupos e atores sociais locais.

Além do contexto exposto acima, Ruscheinsky (2004, p. 68) discorre que “[...] atualmente o ambiente rural é também reconstruído por formas alternativas de organização social e de gestão de recursos naturais, configurando um espaço de ação de múltiplos atores sociais, com projetos sociais e modelos de gestão que não se reduzem aos padrões homogêneos da modernidade”.

Observa-se ainda, que o rural constitui-se em um dos principais depositários “[...] da biodiversidade, de um rico patrimônio paisagístico e de formas da biodiversidade valorizadas nos dias de hoje, os espaços rurais ganham dimensões promissoras para o processo de desenvolvimento” (ABRAMOVAY, 2009, p.13).

Assim, emerge mais uma função do ambiente rural à proteção/conservação da biodiversidade. Atualmente, esta é um das funções que mais se destaca, ao lado da produção alimentar e da industrialização no campo, como estratégia de reprodução socioprodutiva no ambiente rural. Neste sentido, em alguns momentos, são determinados limites ao desenvolvimento de atividades agrícolas para que se conservem os serviços prestados pela biodiversidade existente no ambiente rural. Diante deste contexto, de acordo com Brandenburg *et al* (2004, p. 121),

O ambiente natural muitas vezes se impõe de forma restritiva à agricultura, ou incita a buscar modelos e práticas alternativas em função do papel que as áreas rurais são demandadas a assumir. Na Região Metropolitana de Curitiba, por exemplo, as áreas de mananciais têm um papel importante no fornecimento de água potável. Nesse caso, ou se restringe a prática de uma agricultura convencional ou se estimulam modelos ecológicos de produção. O mesmo vale para as Áreas de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, Litoral Norte do Paraná.

Outro debate importante envolvendo o ambiente rural refere-se à dicotomia entre urbano e rural. Divergente do propagado por alguns autores, não é a oposição que define o rural, mas sua relação com as cidades, assim como, o rural não pode ser definido a partir da agricultura, nem as cidades pela indústria (ABRAMOVAY, 2009; VEIGA, 2006(b)).

Esta relação urbano-rural é mais complexa que simplesmente a delimitação de áreas ou atividades econômicas. Inicialmente, cabe salientar que existem

espaços pertencentes ao rural que se dedicam a atividades ligadas à industrialização de bens não-agrícolas, assim como existem espaços pertencentes às cidades que se dedicam a atividades ligadas à agropecuária.

Além disso, existem algumas situações em que o espaço rural torna-se *lócus* de residência de profissionais que exercem suas atividades nos espaços urbanos – o inverso também ocorre. Deste modo, observa-se, nas últimas décadas, uma maior articulação entre os espaços urbanos com os espaços rurais, não sendo tal relação construída a partir da produção e do abastecimento alimentar, mas, em alguns casos, constitui-se num *continuum* campo-cidade.

Carneiro (2002, p. 226) destaca dois fatores como importantes para esta nova dinâmica inerente à relação rural-urbano.

[...] Em primeiro, destaca-se a ampliação da mobilidade estimulada pela expansão dos meios de comunicação reais (melhoria da rede de estradas rodoviárias e do serviço de transporte coletivo, além das maiores facilidades e acesso ao automóvel) e virtuais (principalmente a TV). A transmissão televisiva no meio rural brasileiro foi ampliada enormemente, recentemente, após a instalação das antenas parabólicas, contribuindo para o estreitamento das relações entre universos culturais e sociais distintos.

Wanderley (2009(a), p. 233-234) argumenta que é no espaço local que se constroem os conflitos gerados pela relação rural-urbano, assim como, neste mesmo espaço, são encontradas suas soluções, uma vez que

[...] o espaço local é, por excelência, o lugar da convergência entre o rural e o urbano, no qual, as particularidades de cada um não são anuladas; ao contrário, são a fonte da integração e da cooperação, tanto quanto da afirmação dos interesses específicos dos diversos atores sociais em confronto. O que resulta desta aproximação é a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades.

No debate acerca da relação rural-urbano, Veiga (2006(b)) traz para a discussão Lefebvre e Kayser, que definem a diferença entre rural e urbano por meio do grau de artificialização dos ecossistemas como o elemento que distingue estes dois espaços. Assim, “[...] em vez da revolução urbana, profetizada por Lefebvre, ou do renascimento rural, preferido por Kayser, o que se testemunha neste início do século XXI é o nascimento de outra ruralidade” (VEIGA, 2006(b), p. 348).

Ruralidade esta que se constrói por meio da unidade dos contrários. Ou seja, as diferenças não repelem estes dois espaços, mas tendem a uni-los, pois o rural necessita dos bens e serviços produzidos nas cidades como as cidades necessitam dos bens e serviços produzidos no rural, e desta forma, cria-se o ambiente necessário à sustentação dos modos e projetos de vida dos diversos

indivíduos e à coletividade existente no rural e no urbano, bem como, necessários à reprodução socioprodutiva destes espaços de maneira articulada.

Ainda, de acordo com Tonietto (2007), a relação rural-urbano não descaracteriza culturalmente nenhum dos dois espaços, mas os redefine. O autor ainda ressalta que esta relação resgata a identidade cultural que estava se perdendo no ambiente rural ao afirmar que “[...] Esta inter-relação promove a reconstrução de um rural múltiplo, em que os agricultores reexaminam suas práticas tradicionais e imprimem-lhes novos significados, passando a valorizar sua cultura” (TONIETTO, 2007, p. 311).

Deste modo, Tonietto (2007, p. 312) discorre que

A intensidade das relações com os ‘de fora’, propiciada pelas atividades vinculadas ao turismo na comunidade, promoveu a consolidação da identidade social dos moradores. Ao invés da irresistível descaracterização do espaço rural em função da incorporação de elementos sociais, culturais e econômicos distintos, das trocas com outras categorias, processa-se a sua reconstrução, alicerçada na valorização da cultura do lugar. Isso evidencia que a complexidade das relações entre o rural e o urbano não mais comporta o enfoque de dualidade entre estes espaços, nem tampouco a de uniformização de ambos. Ocorre, antes, um ajustamento recíproco, com influência mútua entre as sociedades urbanas e rurais e não a absorção destas pelo mundo urbano-industrial.

Assim, a relação rural-urbano pode estar construindo um ambiente favorável à produção e reprodução dos capitais social, humano e natural de maneira mais sustentável, no ambiente rural, por meio da criação de um ambiente propício à reprodução socioprodutiva dos grupos e atores sociais locais a partir de sua identidade cultural, capacidade inovadora e potencialidade ecológica.

Além disso, esta nova reorganização do ambiente rural tende a proporcionar aos grupos e atores sociais locais condições de realizarem seus projetos de vida e suprirem suas necessidades a partir de seus agroecossistemas e/ou espaços produtivos não-agrícolas, bem como, por meio do desenvolvimento de atividades socioeconômicas agrícolas e não-agrícolas. Exemplo disto pode ser observado na Colônia Mergulhão, situada na Região Metropolitana de Curitiba, no Paraná, em que, segundo Brandenburg (2010, p. 425)

[...] a agricultura desempenha um papel central na redefinição da identidade do agricultor, e a renda oriunda de atividades não-agrícolas é interna à unidade de produção. Outras atividades de renda complementar, externas à propriedade, são desempenhadas principalmente por filhos de agricultores ou mesmo as esposas. Essa constatação local nos chama atenção para considerar as diversas situações do rural. Nesse caso, observa-se que o turismo não promove o que se chama de um processo de urbanização do campo, com perda da identidade rural. Ao contrário, o turismo vem redefinir a identidade do agricultor ao mesmo tempo em que lhe permite obter maior

rendimento econômico e, assim, inserir-se na sociedade moderna mediante uma sociabilidade e um estilo de vida ressignificado, sem romper com suas raízes.

Ocorre ainda que diversos trabalhos e pesquisas estão sendo elaboradas a partir da relação rural-urbano, especificamente, no que concerne ao resgate da (ou construção de uma nova) percepção acerca do ambiente rural, balizada em sua característica multiprodutiva (desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas) ou multifuncional.

Neste sentido, Abramovay (2009) expõe que diferente do que a opinião pública americana pensa (de que entre 2 a 3% de sua população seria rural), a população rural americana, no ano de 2009, correspondeu a pouco mais de 20% da população total. Complementa o autor, expondo que 74,4% da população residente no nordeste dos Estados Unidos vivia em aglomerados não-metropolitanos com menos de 1.000 habitantes, mesmo trabalhando em outras localidades fora do seu local de residência. Abramovay (2009, p. 13-14) discorre que

[...] Na França, 27% da população vive em regiões rurais. De maneira geral, nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o clube dos países mais ricos do mundo, um em cada quatro habitantes vive em regiões rurais. São operários, funcionários, enfermeiros, professores, artesãos, guias turísticos, aposentados, profissionais liberais, em suma, levam adiante imensa quantidade de atividades que, muitas vezes, nada tem a ver com a agricultura. Da mesma forma que nas cidades não existem apenas indústrias, no meio rural, tampouco, há só agricultura e agricultores. Menos de 10% dos americanos rurais dependem da agricultura. Na França, mesmo nas localidades de população inferior a 2.000 habitantes, menos de 13% vivem da atividade agropecuária.

Este reavivamento do ambiente rural deve-se ao fato de que este espaço se constitui num *lócus* que detém múltiplas funções (paisagísticas, habitacional, produtiva, etc.), fato este que atrai diversos indivíduos ou famílias para este ambiente como forma de se obter qualidade de vida. Nesse sentido, as amenidades rurais têm papel relevante, conforme bem caracteriza Ruivo (2008).

Carneiro (2002, p. 229) tece comentários sobre o caso da reocupação do ambiente rural francês por cidadãos desde o fim dos anos 60. Segundo a autora, houve na França uma

[...] valorização das condições de vida no campo – como lugar onde predomina o ar ‘puro’, a ‘simplicidade de vida’ e a ‘natureza’, em oposição à cidade, cada vez mais poluída pelo crescimento industrial – exerce um poder de atração sobre a população urbana que, sem abandonar seus empregos, estabelece suas residências nessas áreas, promovendo um deslocamento regular e cotidiano entre cidade e campo.



Ainda sobre o caso do ambiente rural francês, Ricardo Abramovay relaciona a percepção das pessoas acerca do rural, não como um *locus* associado ao atraso, mas um espaço ligado à qualidade de vida. Desta forma, uma pesquisa conduzida por Hervieu e Viard citados por Abramovay (2009, p. 33-34) demonstrou

[...] que, enquanto, para os franceses, as *palavras progresso, trabalho, medo e solidão* evocam mais as cidades que o campo, os termos *beleza, igualdade, saúde, aposentadoria e tranqüilidade* associam-se ao meio rural. O mais notável é que a *liberdade*, atributo urbano desde a Idade Média ('o ar das cidades torna as pessoas livres', segundo um ditado alemão medieval), liga-se, para quase 70% dos franceses, ao campo e apenas para 20% deles às cidades; mesmo em Paris, 56% das pessoas associam a liberdade ao campo (Hervieu e Vaird, 1996, p. 14-16). Os franceses consideram também mais humanas as relações entre as pessoas no campo (Hervieu e Viart, 1996, p. 40).

Com relação ao Brasil, Sachs (2003, p. 92) discorre que “[...] há quem acredite que o Brasil rural está fadado a se encolher em termos populacionais, a exemplo do que aconteceu nos países industrializados, limitando-se a um setor moderno, altamente mecanizado e internacionalmente competitivo de agricultura de grãos e alguns produtos tropicais [...]”.

Já Carneiro (2002, p. 225) apresenta uma concepção estruturada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca do ambiente rural, identificando-o a uma

[...] área de atraso, pelo desenvolvimento, ou seja, pela urbanização. É assim reforçada a imagem, recorrente no país, do 'rural' como lugar pobre, onde predomina a carência generalizada. Não há lugar, portanto, para se pensar em espaço rural desenvolvido, pois ele se transforma desde logo em 'urbano'. A categoria 'rural' revela-se assim, inútil, já que engloba em uma mesma etiqueta uma enorme diversidade de realidades.

Todavia, numa visão contrária ao apresentado pelo IBGE e pelas percepções pessimistas concernentes ao ambiente rural, Abramovay (2009, p. 14) argumenta que

[...] a população rural não se compõe de um conjunto de remanescentes, cujo destino histórico é a desapareição. Quase um terço dos brasileiros, mais de cinquenta milhões de pessoas, vive em regiões que podem ser definidas como rurais e nada indica que esta proporção tenda a cair de forma significativa num horizonte previsível. Muitas regiões rurais apresentam surpreendentemente crescimento demográfico durante a década de 90. As transferências públicas de renda a populações pobres – aposentadorias rural, bolsa-escola, bolsa-renda, programas de erradicação do trabalho infantil – reforçaram, no meio rural, atividades econômicas modestas – pequeno comércio, construção civil, transporte escolar – mas cuja repercussão sobre a vida local é da maior importância.

A partir do exposto, nota-se que está ocorrendo um ciclo migratório com fluxo inverso ao do êxodo rural, no qual a população urbana está migrando para o

ambiente rural e trazendo consigo novas demandas de bens e serviços e o desenvolvimento da infraestrutura local.

Este fluxo migratório do urbano para o rural está sendo realizado, principalmente, por aposentados urbanos que, na maioria das vezes, deixam os centros metropolitanos em direção aos seus lugares de origem ou aonde possuem laços sociais que vão além da amizade profissional (ABRAMOVAY, 2009; HESPANHOL, 2008, GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Assim, estes novos atores, se por um lado, há a injeção de renda e melhoria da dinâmica socioeconômica nos ambientes rurais, então relativamente estagnados, por outro lado, trazem exigências de qualidade de vida, tendo como referência os bens, serviços e infraestruturas a que tinham acesso no ambiente urbano.

Ocorre ainda um processo de migração de jovens também do ambiente urbano para o rural ou há a permanência dos mesmos residindo e/ou trabalhando no ambiente rural. Carneiro (2002, p. 231-232) discorre que

Compartilhando os valores que atraem os cidadãos para o campo, os jovens rurais sustentam a decisão de permanecerem no meio rural como o argumento de encontrarem aí «melhores condições de vida do que na cidade», o que se traduz por uma ampla gama de expressões adjetivas, tais como: «maior liberdade para as crianças», «proximidade de família de origem», «tranqüilidade», «proximidade com a natureza», etc [...].

Neste contexto, os jovens pressionam as instituições públicas locais a investir em equipamentos públicos e infraestrutura como uma forma de mantê-los (ou de atração para novos jovens) no ambiente rural, uma vez que este grupo social está buscando integrar qualidade de vida a oportunidades profissionais que lhes tragam satisfação e melhores rendimentos econômicos.

Carneiro (2002, p. 232) expõe que os

[...] jovens casais estão inaugurando um novo padrão de vida no campo que, combinado ao que é colocado em prática pelos recém-chegados, mobiliza a localidade (e a municipalidade) na incorporação de novos hábitos na vida da aldeia: criação de espaços e de atividades de lazer (de esporte, de música, de ginástica e de arte em geral) para os filhos e para eles próprios, ampliação e melhoria das instalações da escola e da creche, melhoria dos serviços básicos da municipalidade, etc [...].

Este retorno ou migração para o ambiente rural só está sendo possível graças à mobilidade cotidiana entre os espaços rural e urbano, propiciada devido ao “[...] rápido trânsito entre residência, trabalho, lazer, compras que permite o acesso a infra-estruturas e a serviços básicos da vida contemporânea fora do espaço físico dos centros metropolitanos” (ABRAMOVAY, 2009, p. 34).

Além desta mobilidade, o ambiente rural sofre um processo de transformação constituindo-se, agora, também em “[...] espaço de lazer ou mesmo de residência principal para integrantes de camadas médias da população urbana que buscam uma qualidade de vida diferente (e ‘melhor’) daquela a que estão submetidos na cidade” (CARNEIRO, 2002, p. 226).

Assim, observa-se que o ambiente rural passa por um processo de ressignificação deixando de ser caracterizado apenas como um espaço produtivo de cunho agrícola e sendo associado a um espaço que detém múltiplas funções, sejam estas funções ligadas a fatores social, ambiental ou econômico.

Observa-se ainda que há um processo de diversificação social e de relação com o ambiente urbano, ocorrendo no rural, sendo reorganizada a relação existente entre o espaço rural e urbano, que agora é percebido como um espaço *continuum* e não antagônico, uma vez que existem trocas cotidianas de bens e serviços e de fluxos de pessoas (seja a trabalho, turismo, ou em busca de infraestrutura – escola, hospitais, etc.) (WANDERLEY, 2009(a); GRAZIANO DA SILVA, 2001; VEIGA, 2002).

Além disso, um ambiente rural diversificado detém uma paisagem na qual convivem atividades socioprodutivas de caráter industrial, de prestação de serviço, agropecuária, extrativista, florestal, vias de comunicação e tipos de residências diferenciadas (WANDERLEY, 2009(a); FAVARETO, 2007).

### 3.3 DESENVOLVIMENTO E AMBIENTE RURAL

O ambiente rural, nas últimas décadas, não está passando apenas por um processo de ressignificação, mas está, também, passando por um processo de transformação socioeconômica. Esta mudança detém como elemento indutor a nova percepção que permeia a relação entre os espaços rural e urbano. Relação esta que se constrói a partir de um ambiente propício à complementaridade entre estes dois espaços, mas que preserva a identidade cultural, econômica, social, política e ambiental que os caracteriza.

Esta reorganização econômica no ambiente rural tende a absorver as demandas socioeconômicas oriundas do ambiente urbano como uma forma para a obtenção de desenvolvimento local, sendo o estreitamento desta relação uma estratégia importante para a prosperidade econômica do rural (FAVARETO;

SEIFER, 2012). Para Favareto; Seifer (2012, p. 66) pode-se afirmar que a economia do ambiente urbano molda a economia do ambiente rural, sendo tal cenário constituído por meio da “[...] exportação de produtos primários, pela atração de atividades de transformação, ou pela captação da renda de setores urbanos, como aposentados ou profissionais liberais, estes em busca de segunda residência, ou via atividades turísticas [...]”.

Deste modo, a dinâmica socioeconômica do ambiente rural não está atrelada apenas ao comportamento oriundo de um único setor produtivo (setor agropecuário), mas da multiplicidade de atividades produtivas multissetoriais que existem neste ambiente. Neste sentido, esta dinâmica ocorre a partir de fatores e práticas socioprodutivas que se organizam de maneira territorial e não setorial.

Assim, há uma emergência no ambiente rural de uma visão socioprodutiva multissetorial que se estrutura por meio de uma percepção territorial em detrimento de uma visão setorial (ou agropecuária). Isto implica no reconhecimento de que o rural se organiza através de “[...] uma **lógica econômica cada vez mais intersetorial**, e em uma **escala geográfica de ocorrência de tais processos que remete à ideia de região**” (FAVARETO; SEIFER, 2012, p. 63).

Na Europa, esta transformação socioeconômica no ambiente rural vem ocorrendo desde os anos 1960, através do processo de industrialização difusa e da formação de economias locais (KAGEYAMA, 2008). A industrialização difusa contribui para o processo de disseminação das atividades produtivas não-agrícolas no ambiente rural, ao tempo que possibilita a revitalização ou a formação de uma economia local mais dinâmica neste ambiente.

Kageyama (2008, p. 31) explica que

[...] o processo de difusão territorial do emprego industrial e dos serviços, no sentido de sua redistribuição a favor das cidades pequenas e médias e da diversificação das atividades nas áreas rurais, impôs a necessidade de uma nova categoria analítica, um conceito flexível e não apriorístico de ruralidade, a ‘economia local’, uma área funcional que integra espaço, atividades, sociedade, cultura e instituições.

Neste processo, o rural passa a ser estruturado a partir de uma economia local que se constrói por meio de um ambiente produtivo que se baliza através da diversificação interna e da integração externa (KAGEYAMA, 2008) de sua economia de maneira intersetorial. Desta forma, ao diversificar internamente sua economia (sua pauta produtiva), o ambiente rural possibilita aos diversos agentes produtivos a oportunidade de desenvolver iniciativas econômicas que contribuam para a

permanência da População Economicamente Ativa Rural (PEA rural) no rural, podendo esta PEA desenvolver atividades produtivas agrícola como não-agrícola.

Associada à diversificação interna, a integração externa contribui para a articulação produtiva e econômica do ambiente rural com outros espaços, seja o rural ou urbano, estejam eles na circunvizinha, na região ou se expressem de maneira global. Além disso, tanto a diversificação interna como a integração externa da economia local existente no ambiente rural, possibilitam que haja um maior fluxo interno na circulação de moeda neste ambiente, devido às transações comerciais intra e extraterritorial e aos pagamentos recebidos pela mão de obra local. Este fluxo, também, permite que haja um ambiente favorável à ocorrência de uma acumulação de capital econômico-financeiro no espaço rural. Ocorre ainda que estes fatores são importantes para diminuir o êxodo rural e atrair novos atores para este ambiente.

A dinâmica socioeconômica multissetorial também contribuiu para o fortalecimento das unidades produtivas familiares agrícolas. Kageyama (2008) discorre que, no período recente de industrialização na Itália (anos de 1970 e 1980), as pequenas unidades produtivas familiares continuaram organizando suas estratégias reprodutivas balizadas na prática agrícola. Os fatores que contribuem para esta estratégia reprodutiva foram: “[...] a criação de *economias de diversificação* pela divisão do trabalho; a *pluriatividade*, que minimizou o problema das baixas rendas dos pequenos estabelecimentos familiares, e as *economias externas* geradas pelas cadeias agroindustriais, que mantiveram rentável a própria produção agrícola” (KAGEYAMA, 2008, p. 32-33).

Neste contexto, o atual processo de desenvolvimento rural deve contemplar estes novos elementos existentes no ambiente rural e não restringir-se apenas a estratégias desenvolvimentistas balizadas, unicamente, sob a dinâmica produtiva agrícola. Isto ocorre, pois o “[...] desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele” (ABRAMOVAY, 2009, p. 26), desta forma, “[...] Com a emergência desta nova ruralidade, emerge também a abordagem territorial do desenvolvimento rural [...]” (FAVARETO; SEIFER, 2012, p. 56).

O atual processo de desenvolvimento rural detém como características fundamentais “[...] a *diversidade* – de atores envolvidos, de atividades empreendidas e de padrões de motivação emergentes – e a *multifuncionalidade*, que implica a reconfiguração no uso dos recursos como terra, trabalho, conhecimento e natureza

(reconfiguração que se opera no interior das unidades agrícolas e entre a agricultura e outras atividades rurais) [...]” (KAGEYAMA, 2008, p. 70).

Além das características acima, Kageyama (2008) apresenta como principais estratégias para o desenvolvimento rural:

|                       | <b>Estratégias</b>  |
|-----------------------|---|
| Desenvolvimento rural | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ diversificação das economia locais;</li> <li>▪ diversidade multissetorial;</li> <li>▪ agricultura em sistema de policultura;</li> <li>▪ salubridade do meio ambiente;</li> <li>▪ pluriatividade das famílias rurais para absorção da mão-de-obra.</li> </ul> |

**QUADRO 6** – ALTERNATIVA ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO  
 FONTE: Elaborado a partir de Veiga (2001) citado por Kageyama (2008, p. 62)

Neste sentido, o ambiente rural passa a demandar novas propostas, práticas e características para o seu processo de desenvolvimento. Tal fato deriva-se da diversidade de atividades, atores e funções que passa a deter o ambiente rural. Neste contexto, o processo de desenvolvimento para o rural está demandando novas infraestruturas econômicas, instituições e políticas governamentais, assim como requer que sejam adotadas novas lógicas econômicas e reprodutivas neste ambiente.

No âmbito do debate em torno do desenvolvimento para o rural Favareto; Seifer (2012, p. 96-97) apresentam uma proposta interessante: a Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – PNDRS, sendo esta considerada pelo autor como a busca por uma

[...] **inserção competitiva com diversificação das economias regionais**, explorando suas novas vantagens comparativas. As mudanças demográficas e econômicas têm levado a uma tendência de diversificação das economias rurais. Isto é importante porque permite a estas regiões compensar a perda de postos de trabalho na atividade agrícola. Estimular essa diversificação e orientá-la na direção de aproveitar novos mercados ou de promover novas formas de uso social dos recursos naturais é crucial para um futuro sustentável. Para isso, três vetores precisam ser operados: **desconcentração da atividade econômica com a criação de lugares intermediários** capazes de gerar novas formas de inserção destas regiões rurais ou interioranas; a **conexão entre áreas dinâmicas e as de dinamismo embrionário** e a **valorização** daquilo que se poderia chamar de **‘economia da nova ruralidade’**.

No âmbito desta discussão, Favareto; Seifer (2012) apontam um elemento importante para o entendimento da atual dinâmica socioeconômica a qual está inserido o ambiente rural. Para estes autores, o rural deve valorizar e desenvolver o

que eles denominam como **economia da nova ruralidade**<sup>11</sup>. Esta economia se organiza por meio do

[...] aproveitamento das amenidades naturais largamente disponíveis em boa parte do país, por intermédio, sobretudo, da atividade turística ou da atração de novas populações. Outro segmento de enorme importância é o aproveitamento do potencial produtivo da biodiversidade e da biomassa, seja pela produção de biocombustíveis (em bases diferentes daquela verificada na experiência recente do etanol e mais robustas do que aquela presente na experiência do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel), por exemplo, seja por meio da exploração industrial de produtos químicos, fármacos ou cosméticos (que apesar de seu enorme potencial ainda tem efeitos praticamente nulos para as populações que vivem em áreas ricas em biodiversidade). E um terceiro segmento está relacionado à exploração de nichos de mercado, como marcas de qualidade ou produtos típicos, todos eles de apelo crescente nos mercados mais dinâmicos (mas sobre os quais o país não dispõe de qualquer estratégia consistente) (FAVARETO; SEIFER, 2012, p. 85-86).

Graziano da Silva (2001), atual Diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), expõe que o enfoque do desenvolvimento local sustentável contribuiu para ampliar o debate acerca do desenvolvimento rural além das perspectivas dicotômicas urbano/rural e agrícola/não-agrícola, trazendo para a discussão a importância que o ambiente rural detém para a gestão e conservação dos recursos naturais.

Neste contexto, Veiga (2001, p. 110) observa que

A promoção da diversidade biológica poderá ser um fator crucial na dinamização das regiões rurais, particularmente nas áreas tropicais do país, nas quais o crescimento econômico já não tenha destruído os atrativos naturais que podem captar rendas urbanas das classes médias e altas. Nelas, será perfeitamente possível incentivar simultaneamente a conservação da biodiversidade e a criação de empresas e empregos. Ou seja, neste caso, as restrições ambientais poderão alavancar o dinamismo econômico em vez de prejudicá-lo.

As amenidades existentes no ambiente rural estão se constituindo num fator importante para a reorganização socioeconômica e para a construção desta nova percepção acerca do rural. Além disso, estas amenidades possibilitam a organização de uma lógica empreendedora para o rural que se estrutura por meio da sinergia entre práticas produtivas sustentáveis e conservação da biodiversidade (FAVARETO, 2007; VEIGA, 2001).

Neste sentido, Favareto (2007, p. 127) discorre que nos Estados Unidos os condados que mais cresceram nas últimas décadas do século passado foram os “[...] que mais oferecem serviços ligados ao aproveitamento de amenidades rurais – paisagens naturais e cultivadas, ar puro, água limpa, atrativos culturais [...]”. Deste

---

<sup>11</sup> Ver também Favareto (2011).

modo, para este autor, neste novo ambiente socioeconômico que permeia o ambiente rural pelo mundo

O fator mais enfatizado, condizente com o estatuto da nova ruralidade, tem sido a disponibilidade de amenidades naturais como principal vantagem comparativa. McGranahan (1999) mostra como as amenidades rurais são o principal vetor de mudanças. Entre 1970 e 1996 a média do crescimento populacional nos condados não metropolitanos com alta atratividade baseada em amenidades foi de 120%, enquanto naqueles com baixa atratividade este percentual ficou em mísero 1%. Da mesma forma, este autor mostra como mudanças na oferta de emprego têm correspondência com a presença de amenidades [...] (FAVARETO, 2007, p. 121-123).

Verifica-se ainda, que a conservação e/ou a preservação da biodiversidade e, conseqüentemente, as amenidades rurais, por ela gerada, está fazendo emergir no ambiente rural uma discussão importante e que poderá constituir-se numa estratégia para a melhoria das condições socioeconômicas dos atores rurais, qual seja: o debate em torno do pagamento por serviços ambientais aos atores socioeconômicos rurais.

Altmann (2009) expõe que a natureza é provedora de serviços para o homem. Estes serviços denominados de “ambientais” ou “ecológicos” apontam para a sociedade que a vida humana depende social, econômica e culturalmente, diretamente, dos ecossistemas. Isto ocorre, pois os ecossistemas são fornecedores direto de serviços ao homem. Neste sentido, a Política Nacional de Serviços Ambientais (PNSA) “[...] considera como serviços ambientais os serviços desempenhados pelo meio ambiente que resultam em condições adequadas à sadia qualidade de vida” (PL 5.487/09, art. 2º, inciso I, *apud* ALTMANN, 2009, p. 94). Deste modo, a água limpa e própria para o consumo, ou as paisagens naturais contemplativas, ou a manutenção do equilíbrio ecossistêmico dos estabelecimentos rurais, são exemplos deste tipo serviço.

Todavia, os serviços ambientais, na maioria das vezes, ainda são ignorados pelos agentes econômicos, que tendem a primar por retornos econômicos crescentes e no curto prazo, mesmo que isto traga perdas consideráveis em sua base de capital natural, logo em sua perspectiva futura de lucratividade financeira, principalmente quando não há internalização dos impactos ambientais em seus custos de produção.

Para Daly; Farley (2004, p. 486) esta visão decorre do fato de que

Há cerca de 150 anos, muitos bens de ecossistemas e de serviços eram tão abundantes que uma unidade a mais não tinha valor apreciável. Como resultado, o sistema econômico ignorava o valor desses bens. Com o passar do tempo, contudo, esses bens e serviços tornaram-se cada vez



mais raros e os seus valores marginais aumentaram dramaticamente, razão pela qual os economistas tentam agora calcular os seus valores. À medida que nos aproximamos de limites ecológicos, o que provavelmente já está a acontecer, o valor marginal e portanto o preço destes bens e serviços aumentará de maneira extremamente rápida.

Diante deste contexto, Born; Talocchi (2002, p. 27) discorrem que os

Mecanismos de compensações e prêmios pela conservação e restauração de serviços ambientais podem ser importantes instrumentos para a promoção da sustentabilidade social, ambiental e econômica, sobretudo de populações rurais que habitavam áreas estratégicas para a conservação da biodiversidade, a produção de água e a proteção de mananciais, a proteção de florestas, a produção de alimentos saudáveis e até para o exercício de atividades recreativas, religiosas e turísticas.

Os mecanismos de compensações ou prêmios pagos pela conservação e/ou pela ampliação de serviços ambientais, estão servindo de estímulo para a conversão de alguns sistemas socioprodutivos anteriormente considerados degradadores para ecologicamente corretos, ou mesmo, possibilitando que os sistemas que já eram estruturados sob esta lógica reprodutiva (ou seja, balizados no desenvolvimento de atividades socioeconômicas ecologicamente corretas) possam obter benefícios financeiros por executar práticas produtivas sustentáveis e poupadoras de capital natural. Por sua vez, estes mecanismos vêm sendo considerados uma importante estratégia para a inclusão socioeconômica dos atores socioeconômicos rurais antes excluídos ou marginalizados dos benefícios gerados pelos circuitos econômicos.

A utilização destes instrumentos econômicos (pagamento por serviços ambientais), de acordo com Born; Talocchi (2002) já vem sendo utilizado na Europa para gerar melhoria das condições de vida de seus agricultores, logo como uma estratégia de desenvolvimento para seu ambiente rural. Segundo estes autores a União Europeia “[...] mantém subsídios à sua agricultura em nome do uso múltiplo do território, reconhecendo assim a função paisagística, a proteção do sistema microclimático, a conservação dos bens históricos e a valorização dos conhecimentos e das culturas tradicionais na ocupação dos espaços rurais [...]” (BORN, TALOCCHI, 2002, p. 43).

Sendo assim, o ambiente rural, gradativamente, vem estruturando um processo de reconfiguração socioeconômica que, a longo prazo, tende a romper com os pressupostos insustentáveis disseminados pelo atual sistema socioprodutivo agrícola que se nutre dos referenciais trazidos pelo pacote tecnológico da Revolução Verde. Wehrle (2009, p. 174) define este sistema socioprodutivo como “[...]”

socialmente injusto, economicamente concentrador, fundiariamente excludente, tecnologicamente inadaptado e ambientalmente insustentável”.

De maneira lenta, percebe-se – a partir do exposto – que novos pressupostos já estão sendo inseridos no ambiente rural e estão proporcionando uma transformação nos antigos preceitos socioeconômicos que o fundamentava. Deste modo, este ambiente, passa a assimilar as noções de sustentabilidade em seu cotidiano. Noções estas que busca, cria e dissemina um ambiente favorável à utilização de práticas produtivas que sejam socialmente justas, ecologicamente corretas e economicamente viáveis. Neste sentido, Veiga; Ehlers (2003, p. 274) afirmam que

[...] o século XX foi marcado pela crescente degradação dos ecossistemas e pela extinção de milhares de espécies de plantas e de animais. Mesmo assim, essas ideias deram início a um processo de transição no qual a diversidade biológica passa a ser considerada – ainda que em círculos muito restritos – uma vantagem competitiva do meio rural e não um obstáculo ao seu crescimento econômico.

Campos (2001, p. 320) apresenta uma proposta que foi formulada durante um seminário sobre Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, ocorrido em Porto Alegre, no período de 18 a 22 de setembro de 1995, onde

[...] ficou estabelecido que a construção de um novo padrão de desenvolvimento rural sustentável, em sua dimensão ambiental, deve levar em consideração a importância de se criar nos municípios uma estrutura produtiva economicamente eficiente e socialmente equitativa, tendo por base a pequena propriedade agrícola. Para tanto, é de fundamental importância que os planejadores municipais se proponham a criar um modelo de planejamento agrícola que leve em consideração a necessidade imperiosa de se repensar o atual padrão de desenvolvimento tecnológico na agricultura, que, por sua vez, tem sido caracterizado pelo uso intensivo e predatório dos recursos naturais, os quais são a base da riqueza de grande parte dos municípios que dependem das atividades agropastoris.

Ainda, de acordo com Campos (2001, p. 322)

[...] a criação de um novo paradigma para o desenvolvimento rural dos municípios da Região da Produção deve levar em consideração a importância da preservação dos recursos naturais, por meio de uma política de gerenciamento ambiental que priorize a criação de novas formas de produção e que assegure à agricultura familiar um nível de renda mais justo, ao mesmo tempo em que consolide a preservação e a renovação dos recursos naturais.

Assim, Hespanhol (2008, p. 91) afirma que “A recuperação ou a manifestação dos recursos naturais é de crucial importância para o resgate da qualidade ambiental no campo e para a melhoria dos níveis de vida de sua população rural”, sendo estes fatores, também, pré-requisitos para a construção de

um processo de desenvolvimento local que se estruture a partir dos pressupostos da sustentabilidade.

Deste modo, conservar o capital natural não significa inviabilizar o processo de reprodução socioeconômica do ambiente rural ou impossibilitar que o produtor rural desenvolva suas atividades socioprodutivas, mas constitui-se numa alternativa de construir um processo de desenvolvimento local sustentável que gere melhoria na condição de vida dos grupos e atores sociais inseridos no ambiente rural, ao tempo que proteja a base de recursos necessária ao processo de produção e à manutenção da vida.

Neste sentido, conforme expõe Wehrle (2009, p. 179), os sistemas socioprodutivos quando incorporam os pressupostos da sustentabilidade busca construir “[...] sistemas de produção reprodutíveis e diversificados, baseados nas condições e limitações dos agroecossistemas, necessitando a valorização da experimentação local e do conhecimento etnológico acumulado por diversas gerações”.

Desta forma, vem se observando uma busca, por parte dos produtores rurais, pela construção de sistemas socioprodutivos que sejam condizentes com as particularidades existentes nos agroecossistemas, ao tempo que buscam utilizar ou reutilizar todos os recursos naturais disponíveis em seus estabelecimentos rurais, sendo esta uma estratégia importante para a proteção de suas amenidades. Além disso, esta prática produtiva mais ecológica tende a habilitar os agricultores a pleitear o recebimento de compensações ou prêmios pela conservação e/ou ampliação dos serviços ambientais existentes em seus agroecossistemas.

Ocorre ainda que as práticas produtivas destes produtores são organizadas através da articulação do capital humano, capital social e capital natural; considerando-os como os principais fatores que geram sustentabilidade, uma vez que tendem a contemplar os projetos de vida, as identidades culturais e as demandas materiais e imateriais destes produtores rurais.

Neste sentido, Campos (2001, p. 318-319) expõe que a

[...] questão ambiental torna-se um fator de grande importância para o planejamento e a preservação das propriedades agrícolas, enquanto unidades econômicas de grande importância para o desenvolvimento socioeconômico de inúmeras regiões. No caso do estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, a pequena propriedade agrícola constitui-se, em certa medida, na unidade de produção estratégica de grande parte dos municípios, ou seja, parte da riqueza econômica gerada em algumas localidades tem como base a participação significativa da pequena

produção agrícola de caráter familiar. E, nesse sentido, é preciso considerar a importância do planejamento ambiental das pequenas propriedades agrícolas, que leve em consideração a problemática dos recursos naturais.

Deste modo, a partir da questão ambiental e da lógica oriunda da economia da nova ruralidade, os produtores rurais detêm a possibilidade de organizar suas práticas produtivas de maneira diferenciada, podendo até mesmo estruturar novas atividades produtivas que perpassam o âmbito do agrícola.

Tal contexto é proveniente da forma como os produtores rurais se apropriam e se utilizam dos recursos produtivos existentes em seus estabelecimentos. Assim, de acordo com os recursos naturais e humanos disponíveis em seu agroecossistemas e da lógica adotada pelo produtor, este poderá determinar de que forma alocará seus recursos produtivos, podendo produzir apenas produtos agropecuários ou desenvolver atividades caracterizadas como não-agrícolas, por exemplo, o turismo rural.

Maluf (2002, p. 244) afirma que,

[...] de modo geral no Brasil, a viabilização das atividades de produção agroalimentar continua sendo elemento importante para a reprodução das famílias rurais em condições de vida dignas, embora com diferenças regionais no interior do país. Estas atividades [...] fornecem a base necessária para o desenvolvimento de muitas das atividades não-agrícolas, como o próprio turismo rural e a elaboração, preparação ou transformação agroindustrial de produtos agropecuários (ótica da pluratividade). Visto que a reprodução das famílias rurais depende do conjunto das atividades (agrícolas e não-agrícolas) envolvidas, a dinâmica de reprodução a ser considerada é a da unidade familiar (individual ou em associação com outras), tendo o agrícola como a referência central do rural.

Graziano da Silva (1997) discorre que o ambiente rural não pode ser mais percebido apenas como um *lócus* produtor de mercadorias agrícolas e ofertador de mão de obra, mas deve ser visto como um espaço que detém uma multiplicidade de recursos a oferecer, tais como: ar, água, turismo, lazer, bens de saúde.

Desta forma, diversas localidades no Brasil estão se apropriando desta nova lógica econômica balizada nos preceitos da conservação e exploração produtiva das amenidades rurais de forma sustentada. Por exemplo, no Paraná, existem diversas iniciativas, inclusive governamental, que prezam pela sustentabilidade dos recursos naturais como elemento estruturador do processo de desenvolvimento e dinamização do ambiente rural. Neste sentido, podem ser citadas a criação do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA); ou a determinação de uma cota a ser adquirida de produtos agroecológicos pelo Programa de Aquisição

de Alimentos (PAA); ou ainda, a criação de uma rota turística organizada a partir dos estabelecimentos rurais agroecológicos em Quatro Barras.

No que concerne ao Brasil, pode ser citado o Projeto PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável que está sendo executado em 12 Estados, e foi desenvolvido a partir de uma parceria entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Fundação Banco do Brasil e o Ministério da Integração Nacional.

Além disso, os produtores rurais também estão desenvolvendo iniciativas balizadas nos pressupostos da sustentabilidade, um exemplo é a formação da Rede Ecovida de Agroecologia que atua no Sul do Brasil e que detém como elemento agregador a agroecologia.

Todas estas experiências estão contribuindo para a construção de sistemas estruturados a partir da busca pela diversificação socioproductiva – seja consorciando apenas culturas alimentares, ou consorciando culturas alimentares com a criação de animais, ou até mesmo consorciando a prática de atividades agrícolas com atividades não-agrícolas – que se organiza através das amenidades existentes no ambiente rural.

Diante do contexto aqui exposto acerca da reconfiguração socioeconômica do ambiente rural, percebe-se que

[...] a continuação do 'êxodo rural' nada tem de inevitável. E ela tem sido cada vez mais desmentida por evidências que realçam, ao contrário, o tremendo potencial ainda inexplorado de desenvolvimento do interior do País, desde que voltado à forte capacidade de absorção de força de trabalho de sistemas produtivos familiares que se tornam cada vez mais 'pluriativos' e multifuncionais. O aproveitamento de sinergias latentes entre a agricultura familiar e atividades dos setores terciário e secundário oferece amplas oportunidades de ocupação e geração de renda. Não somente pela carência de uma infinidade de serviços técnicos, sociais e pessoais, como pelas imensas possibilidades de industrialização difusa de arranjos produtivos locais como os clusters, distritos ou pólos. (VEIGA, 2002, p. 392)

Assim, “[...] É necessário **criar lugares intermediários** capazes de gerar novas formas de inserção destas regiões rurais ou interioranas nos fluxos nacionais e mesmo internacionais, seja por meio da exploração de vantagens comparativas locais, seja pela indução à formação de capacidades locais para criação de novas habilidades” (FAVARETO; SEIFER, 2012, p. 85).

As novas atividades socioeconômicas (agrícolas e não-agrícolas) que estão sendo produzidas no ambiente rural, em conjunto com as atividades agrícolas já praticadas, podem constituir-se nestes lugares intermediários, uma vez que

propiciam um ambiente favorável à inserção produtiva dos ambientes rurais em circuitos econômicos multissetoriais locais e/ou globais e que, na maioria das vezes, são dinâmicos, muito exigentes e altamente rentáveis.

Sendo assim, um processo de desenvolvimento para o ambiente rural que almeje ser sustentável impõe aos atores envolvidos no processo a observação e inclusão da diversidade de identidades e projetos de vida existentes no território. Deste modo, torna-se necessário que os atores locais participem da construção do desenvolvimento, sendo incluídos nos projetos, nas políticas e/ou nas agendas de desenvolvimento, suas demandas materiais e imateriais, tendo como referência seus modos de vida e a busca por melhores condições de vida. Além disso, deve-se observar a singularidade do território.

Esta prudência na construção do processo de desenvolvimento torna-se importante para que não sejam estruturados processos socioprodutivos que tendam a excluir alguns atores sociais ou localidades das benesses geradas pelo desenvolvimento. Neste sentido, Mazzoleni; Nogueira (2006, p. 265) discorrem que “Agir de forma sustentável é estudar, planejar e implementar ações pensando no hoje e no amanhã, abordando os aspectos econômicos, sociais e ambientais, respeitando as diferenças culturais [...]”.

Além disso, conforme expõem Caporal; Costabeber (2001), para a obtenção de um processo de desenvolvimento com bases sustentáveis é necessário que haja a ocorrência de um pluralismo tecnológico, calcado na importância da utilização das tecnologias tradicionais e modernas de forma adequada, de maneira a respeitar as condições do ecossistema local e, ao mesmo tempo, deve estar de acordo com as necessidades e decisões conscientes dos atores envolvidos nos processos de desenvolvimento.

Diante deste contexto, observa-se que os processos de desenvolvimento para o ambiente rural devem se alicerçar nas vantagens locais, respeitando os limites impostos pela natureza e pelos padrões sociais e econômicos presentes na região (ALMEIDA, 2002), ao tempo que devem contemplar a pluralidade de projetos e modos de vidas dos diversos atores inseridos neste ambiente.

Sendo assim, observa-se atualmente, no ambiente rural, 02 (duas) estratégias reprodutivas que pode constituir-se em fundamento balizador para as políticas e agendas de desenvolvimento para este ambiente, quais sejam: o sistema socioprodutivo agroecológico e a pluriatividade. Cabe salientar, ainda, que estas 02

(duas) estratégias podem ocorrer de forma individual ou de maneira inter-relacionada.

### 3.3.1 Sistema socioprodutivo agroecológico

O sistema socioprodutivo agroecológico nutri-se dos pressupostos oriundos da agricultura sustentável. Esta agricultura tem sua origem na década de 1970, emergindo como um movimento socialmente organizado, constituindo-se num contramovimento, uma via alternativa à política da modernização e industrialização indiscriminada dos sistemas socioprodutivos agrícolas (BRANDENBURG, 2002).

A agricultura sustentável pode ser entendida como uma forma de organização da produção que potencializa a utilização dos recursos disponíveis nos estabelecimentos rurais, que contribui para que haja uma redução no uso de insumo (BRANDENBURG, 2002).

Ocorre ainda que esta agricultura representa uma alternativa de sobrevivência para os agricultores, uma vez que os mesmos conseguem reconstruir ou construir uma relação socioambiental (BRANDENBURG, 2002) com seus agroecossistemas balizados nos conhecimentos tácitos adquiridos na relação cotidiana entre o agricultor e seu agroecossistema e nas práticas adotadas em seus sistemas socioprodutivos.

Assim como a agricultura sustentável, a agroecologia, de acordo com Assis; Romeiro (2002, p. 72), surge na década de 1970 como “[...] uma ciência que busca o entendimento do funcionamento de agroecossistemas complexos, bem como das diferentes interações presentes nestes, tendo como princípio a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícola como base para produzir auto-regulação e consequentemente sustentabilidade”.

Neste sentido, o sistema socioprodutivo agroecológico constitui-se numa agricultura menos agressiva ao meio ambiente, ao tempo que promove a inclusão social e uma situação de segurança alimentar para os agricultores e para a sociedade. Proporciona, ainda, melhores condições socioeconômicas aos agricultores, uma vez que este sistema prima pela produção diversificada de produtos agropecuários *in natura* e agroindustrializados, fato este que possibilita

uma diversificação da pauta produtiva e do fluxo de recebimento de rendas no transcorrer de todo ano.

Cabe ainda salientar que os alimentos agroecológicos são isentos de resíduos químicos e de hormônios, além de não serem utilizados na produção de organismos geneticamente modificados (HESPANHOL, 2008; SAQUET *et al*, 2010).

Guzmán (2009, p. 29) sintetiza as estratégias agroecológicas

[...] como o manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando uma ação social coletiva de caráter participativo, permitia projetar métodos de desenvolvimento sustentável. Isso se realiza através de um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica que reconduza o curso alterado da evolução social e ecológica, mediante o estabelecimento de mecanismo de controle das forças produtivas para frear as formas de produção degradantes e expoliadora da natureza e da sociedade, causadoras da atual crise ecológica. Em tal estratégia, desempenha o papel central da dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implantação de sistemas de agricultura alternativa potenciadores da biodiversidade ecológica e sociocultural.

Já Guzmán; Ottmann; Molina (2006, p.120-121) discorrem que

[...] La Agroecología, que propone el diseño de métodos de desarrollo endógeno para el manejo ecológico de los recursos naturales, necesita utilizar, en la mayor medida posible, de los elementos de resistencia específicos de cada identidad local. En nuestra opinión, la manera más eficaz para realizar esta tarea consiste en potenciar las formas de acción social colectiva, dado que éstas poseen un potencial endógeno transformador. Por lo tanto, no se trata de llevar soluciones rápidas para la comunidad, sino de detectar aquellas que existen localmente y “acompañar” y animar los procesos de transformación existentes, en una dinámica participativa.

Desta forma, observa-se que o sistema socioprodutivo agroecológico busca perpassar o âmbito da produção, estruturando-se como uma forma diferenciada de se obter uma melhor qualidade de vida a partir da articulação eficiente dos recursos existentes nos agroecossistemas, podendo o produto (bem ou serviço) gerado por esta articulação ser inserido no circuito econômico ou ser utilizado para a manutenção ou reprodução de seu modo e/ou projeto de vida.

Percebe-se assim que este sistema socioprodutivo não detém como único objetivo apenas a obtenção de um maior nível de renda, mas busca construir uma estratégia reprodutiva que contemple simultaneamente a obtenção de uma melhoria das condições social, econômica e ambiental dos estabelecimentos rurais que, por sua vez, se traduz em uma melhoria na qualidade de vida para os agricultores e para sua família.

Desta forma, o sistema socioprodutivo agroecológico organiza uma lógica reprodutiva que, por um lado, busca a viabilidade econômica dos estabelecimentos



rurais a partir da inserção dos produtos agroecológicos num mercado em crescente expansão e que remunera de maneira diferenciada (pagamento de preço premium) os agricultores pelo serviço que prestam à sociedade, seja por meio de atributos ligados à segurança alimentar e nutricional, à preservação/conservação do ambiente natural e à responsabilidade social. Vale destacar nesse quadro que nem sempre os preços são como deveriam ser, diferenciados, porque não há uma legitimação desse por parte do consumidor de acordo com a localização do mercado varejista em questão.

Por outro lado, são estruturados sistemas socioprodutivos que integram o homem e a natureza, possibilitando que ambos se desenvolvam de maneira conjunta. Possibilitam ainda, que o agricultor perceba que ele detém uma relação diretamente proporcional, ou seja, a melhoria em sua condição socioeconômica está atrelada ao equilíbrio ecossistêmico e à diversidade biológica existente em seus agroecossistemas.

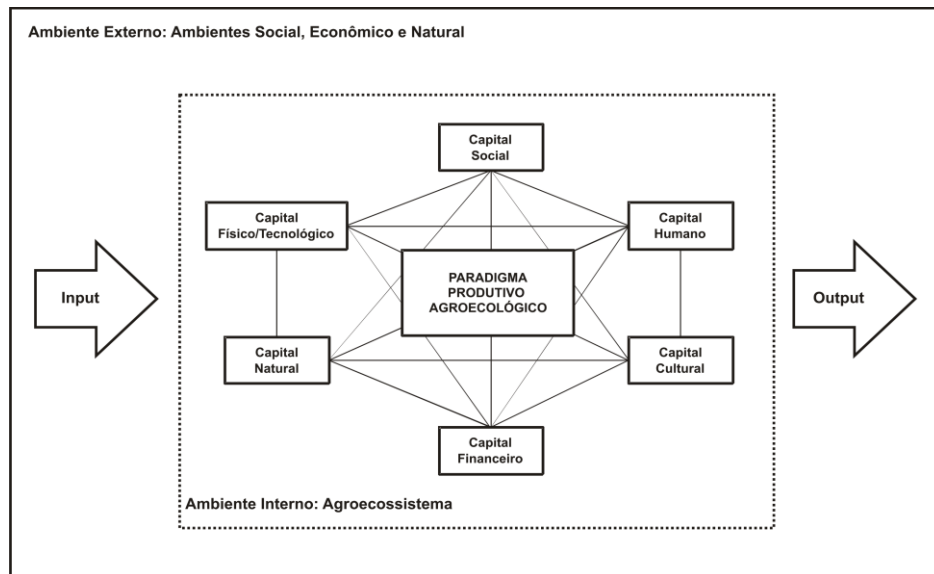
Neste sentido, por meio da agroecologia, os agricultores acessam o ambiente socioeconômico organizado pela economia da nova ruralidade, uma vez que contribuem e/ou usufruem (imaterialmente ou materialmente) das amenidades existentes no ambiente rural, ao tempo que também contribuem para a sua conservação e ou ampliação.

Através das amenidades, os agricultores, além de produzirem produtos agropecuários de qualidade, seguros e diferenciados mercadologicamente, podem utilizar os agroecossistemas para a produção de bens e/ou serviços não-agrícolas, por exemplo, desenvolvendo o turismo rural em suas propriedades agroecológicas.

Buscando se inserir na economia da nova ruralidade, seja produzindo atividades agrícolas e/ou não-agrícolas a partir dos pressupostos oriundos do sistema socioprodutivo agroecológico, os agricultores utilizam-se de dois fatores gerenciais importantes: o **comportamento** e o **manejo** do sistema.

Com relação ao primeiro elemento, o **comportamento**, observa-se que o sistema socioprodutivo agroecológico se organiza como um sistema aberto. Por ser um sistema aberto, ele se organiza como um espaço de interação entre os ambientes interno (articulação dos diversos capitais existentes no estabelecimento rural) e externo (articulação com os ambientes social, econômico e natural), sendo este um espaço importante para a sustentabilidade dos agroecossistemas e dos

agricultores agroecológicos, ao tempo que se constitui no principal elemento organizador do sistema socioprodutivo agroecológico (FIGURA 6).



**FIGURA 6 – DINÂMICA DO SISTEMA SOCIOPRODUTIVO AGROECOLÓGICO**  
 FONTE: O Autor (2012)

Internamente o sistema socioprodutivo agroecológico tenta potencializar os diversos capitais existentes no agroecossistema, buscando organizar um sistema de produção, senão autossuficiente, que detenha níveis elevados de autossuficiência. Neste contexto, quanto mais autônomo for o agroecossistema, perante a dependência gerada pelo sistema agroindustrial (insumos, industrialização, distribuição e comercialização), no que concerne à exigência em se adotar o pacote tecnológico da Revolução Verde, mais autossuficiente será este lócus de produção e o agricultor.

O nível de autonomia e autossuficiência dos agroecossistemas correlaciona-se com a capacidade de articulação dos diversos capitais (social, humano, natural, cultural, financeiro, físico/tecnológico) existentes neste *lócus* de produção e da capacidade gerencial dos agricultores para gestar esta articulação. Por exemplo, em seu agroecossistema, um agricultor agroecológico poderá deter **(i)** capital social (por exemplo, participação em uma rede produtiva); **(ii)** capital humano (por exemplo, capacitação profissional constante da mão de obra utilizada no sistema produtivo); **(iii)** capital natural (por exemplo, conservação da fauna e flora existentes no estabelecimento); **(iv)** um capital cultural (por exemplo, disseminação intra e intergeracional de seu conhecimento tácito); **(v)** capital financeiro (por exemplo, capacidade financeira necessária à expansão de seu sistema produtivo); e **(vi)**

capital físico/tecnológico (por exemplo, um equipamento utilizado para a agroindustrialização de um determinado produto agrícola).

Neste sentido, todo sistema socioprodutivo agroecológico detém os capitais descritos acima em maior ou menor grau, cada um cumprindo sua função dentro do sistema. Desta forma, os agricultores agroecológicos devem gerir, de maneira eficiente e de acordo com sua capacidade produtiva e de seu modo e projeto de vida, os capitais existentes em seus agroecossistemas.

Deste modo, quanto mais diverso for o agroecossistema, maior será a possibilidade de se gerar autonomia e autossuficiência, todavia, também, há uma maior demanda em se organizar processos gerenciais que contemplem a realidade concernente a cada agroecossistema e para cada agricultor.

Já no que concerne ao ambiente externo ao sistema socioprodutivo agroecológico, tanto o agroecossistema quanto o agricultor estão imersos na dinâmica social, econômica e natural dos ambientes que os circundam e, desta forma, seus comportamentos são organizados por meio da imposição de limites e da geração de oportunidades criados por estes ambientes (social, econômica e natural) e pela interação do ambiente externo com o interno.

Assim, por exemplo, dos limites e oportunidades gerados pelo ambiente econômico, podem ser derivados do comportamento do mercado, do ambiente institucional e da estrutura de governança, no qual estão inseridos os bens e serviços produzidos pelos sistemas socioprodutivos existentes no agroecossistema.

Com relação ao manejo do sistema socioprodutivo agroecológico, o agricultor a partir das informações, dos limites e das potencialidades concernentes aos ambientes externos e internos ao agroecossistema, busca construir estratégias reprodutivas que contemplem seu conhecimento tácito, os instrumentos produtivos a sua disposição e a realidade socioambiental no qual está inserido. Deste modo, cabe ao agricultor agroecológico

[...] decidir, a partir das informações disponíveis, como os recursos (humanos, de insumos, de capital e tecnológicos) serão utilizados para serem transformados em produtos finais. Decisões como o que, quanto, como, quando e para quem produzir devem ser tomadas considerando fatores restritivos, como o tamanho da propriedade, a tecnologia disponível, os recursos financeiros do empreendimento e as necessidades de autoconsumo (LORENZANI; SOUZA FILHO, 2005, p. 87).

Desta forma, de acordo com Batalha; Buainain; Souza Filho (2005, p. 53-54), o manejo do sistema socioprodutivo agroecológico demanda o desenvolvimento da capacidade de inovação e de gestão dos agricultores agroecológicos, uma vez que

[...] Ao contrário do que defende o senso comum, a produção de orgânicos ou a agroecologia está longe de ser uma 'volta à natureza', à exploração elementar da terra. Ao contrário, é um processo de produção que adota pressupostos rígidos e até mais difíceis, na medida em que não permite o uso de meios artificiais, em particular os químicos, facilitadores e estimuladores. Nesse sentido, adquire relevância a utilização de técnicas de gerenciamento que permite que esses produtos sejam disponibilizados ao consumidor final no tempo e na forma adequados, com sustentabilidade econômica. Para isso, é absolutamente vital que o agricultor possa contar com ferramentas de gestão da qualidade, planejamento e controle da produção, logística de provisão e de distribuição, análise e controle de custos, *marketing*, etc.

Ocorre ainda que o manejo deste sistema estrutura-se a partir da busca por níveis crescentes de produtividade ecotecnológica. Sendo assim, os agricultores agroecológicos manejam seus sistemas socioprodutivos por meio da estruturação de um manejo múltiplo dos recursos provenientes da biodiversidade.

Tal fato proporciona a organização de um ambiente favorável à geração de níveis cada vez mais elevados de produtividade sustentada através da inovação e da aplicação de novas biotecnologias que incentivam a produtividade primária dos ecossistemas naturais, possibilitando assim que as necessidades fundamentais das populações que se encontrem em crescimento sejam satisfeitas (LEFF, 2001).

Assim, o sistema socioprodutivo agroecológico incentiva o agricultor a desenvolver em seu agroecossistema práticas produtivas que se organizem a partir de uma multiplicidade de atividades socioeconômicas. Esta multiplicidade se desenvolve através da dinâmica de cada agroecossistema e suas possíveis implicações sobre as dimensões ambiental, social e econômica (CANDIOTTO; CARRIJO; OLIVEIRA, 2008).

Além disso, os agricultores agroecológicos manejam seus estabelecimentos rurais de maneira a valorizar e potencializar os recursos naturais existentes nestes ecossistemas. Desta maneira, a agroecologia incentiva que as estratégias reprodutivas nela empregadas, não busquem apenas retornos econômicos, mas que possibilitem a ocorrência de retornos sociais e ambientais para os agricultores e a sua família, para os agroecossistemas, para o ambiente rural e para os atores inseridos neste sistema socioprodutivo.

Desta forma, Candiotto; Carrijo; Oliveira (2008, p. 222-223) discorrem que “[...] A saúde da família rural, o aproveitamento dos recursos naturais da

propriedade, a policultura e o extrativismo, a aproximação direta com o consumidor, a criação de mercados justos fundamentados na economia solidária e a politização dos agricultores, para que estes sejam protagonistas do desenvolvimento rural local [...]”, emergem como mecanismos importantes para a estabilidade socioeconômica e equilíbrio ambiental dos estabelecimentos rurais e para a busca da melhoria da qualidade de vida dos agricultores e de seus familiares por meio da possibilidade de ser estruturada uma lógica reprodutiva que se constrói de maneira multiprodutiva e multidimensional. Mas, ainda precisa ser evidenciado que esse, certamente, é um paradigma em construção.

Neste contexto, o sistema socioprodutivo agroecológico que a partir da utilização múltipla das amenidades rurais existentes nos agroecossistemas agroecológicos para o desenvolvimento de bens agropecuários e bens e/ou serviços não-agrícolas, constitui-se numa estratégia importante para o fortalecimento e expansão da economia da nova ruralidade que, por sua vez, se reflete sobre a economia local do ambiente rural. Este cenário socioeconômico, que se organiza por meio dos princípios oriundos do desenvolvimento local sustentável, se constitui num elemento importante que tende a estruturar um ambiente favorável para a geração de desenvolvimento para o ambiente rural.

Guzmán (2001) afirma que a agroecologia possui elementos para o desenho de métodos voltados para o desenvolvimento endógeno no rural. Este desenvolvimento ocorre por meio da organização de estruturas socioeconômicas balizadas no

[...] desenvolvimento participativo de tecnologias agrícolas, como orientação que permite fortalecer a capacidade local de experimentação e inovação dos próprios agricultores, com os recursos naturais específicos de seu agroecossistema. Se trata, pois, de criar e avaliar tecnologias autóctones, articuladas com tecnologias externas que, mediante o ensaio e a adaptação, possam ser incorporadas ao acervo cultural dos saberes e ao sistema de valores próprio de cada comunidade (GUZMÁN, 2001, p. 36-37).

Ocorre ainda que o sistema socioprodutivo agroecológico detém elementos que podem transformá-lo num espaço importante para a pluriatividade. Esta observação origina-se do fato de que os agricultores agroecológicos organizam em seus agroecossistemas uma pauta produtiva diversificada ofertando uma gama variada de bens e serviços, seja de origem agrícola como não-agrícola ou consorciando estes dois tipos de atividades socioeconômicas.

Consoiciado com este manejo produtivo diversificado, os agricultores agroecológicos detêm a possibilidade de organizar suas estratégias reprodutivas, também, através da ocupação da força de trabalho familiar em múltiplas atividades produtivas agrícolas e/ou não-agrícolas dentro ou fora do estabelecimento rural. Assim, no âmbito do sistema socioprodutivo agroecológico, a força de trabalho familiar poderá ser alocada de forma múltipla no manejo das culturas agrícolas, ou produzindo bens agroindustrializados, ou comercializando os produtos agroecológicos em feiras livres e/ou pontos especializados de venda.

Grícólo (2008, p. 250) argumenta que esta lógica reprodutiva constitui-se numa estratégia importante, pois “[...] a sustentação da agricultura familiar passa por reconstruir uma nova lógica de produção e mercado onde as famílias agricultoras exercem, efetivamente, um maior controle sobre todo o processo, desde a produção, armazenamento, transformação e comercialização, apropriando-se da riqueza produzida”.

Ocorre ainda que a prática da agroecologia, especialmente para os agricultores de pequeno porte, constitui-se, além de uma alternativa ou uma opção vantajosa, numa necessidade substancial, pois por meio deste sistema socioprodutivo, os agricultores conseguem reduzir seus custos de produção, ao tempo que, no longo prazo, tornam-se mais produtivos que os sistemas convencionais de produção (WEHRLE, 2009; ALTIERI, 2004) que são estruturados sob a lógica do pacote de modernização oriundos dos pressupostos trazidos pela Revolução Verde.

Assim, o sistema socioprodutivo agroecológico, pensado como uma estratégia para o desenvolvimento local sustentável para o ambiente rural, deve possuir em seu rol de elementos estruturadores de sua lógica socioeconômica:

[...]

f) a valorização, recuperação e/ou criação de conhecimentos locais, para sua utilização como elementos de criatividade, que melhorem o nível de vida da população, definido a partir de sua identidade local;

g) o estabelecimento de circuitos curtos para o consumo de mercadorias que permitam uma melhoria da qualidade de vida da população local e uma progressiva expansão espacial do comércio, segundo os acordos participativos alcançados pela sua forma de ação social coletiva; e finalmente,

h) a potencialização da diversidade local, tanto biológica como sociocultural. (GUZMÁN, 2001, p. 43)

Além disso, o sistema socioprodutivo agroecológico deve primar por estratégias de desenvolvimento que sejam elaboradas a partir da identidade local de

cada etnoecossistema como um fator importante para o manejo sustentável dos recursos naturais dos *lócus* de produção em que está inserido este sistema de produção (GUZMÁN, 2001). Tal contexto constitui-se em um elemento gerador de desenvolvimento endógeno que tende a se organizar através da inserção dos agricultores agroecológicos na economia da nova ruralidade e no fortalecimento e expansão da economia local.

### 3.3.2 Pluriatividade

A pluriatividade tem sua origem no continente europeu. Ela surge ou ressurgiu na década de 1980, oriunda de uma crise de superprodução que afetou a agricultura europeia e que levou os agricultores a procurarem a diversificação produtiva de suas culturas agrícolas e/ou inserirem-se em outras atividades econômicas de cunho não-agrícola, em detrimento do processo de especialização produtiva dos estabelecimentos rurais propagados pela Revolução Verde (ALENTEJANO, 2001).

No Brasil, a pluriatividade deteve uma maior visibilidade a partir de meados da década de 1990, por meio de uma pesquisa denominada de “Novo Rural Brasileiro” (também conhecido como Projeto Rurbano), conduzida pelo Professor da Unicamp, José Graziano da Silva, a qual teve como um de seus resultados a observação da ocorrência de diversas atividades não-agrícolas e de práticas pluriativas no ambiente rural.

Schneider (2009) expõe que foi a partir desta pesquisa ou projeto que o debate em torno das atividades não-agrícolas e da pluriatividade no ambiente rural ganhou projeção, sendo, posteriormente, esta temática incluída nas agendas de pesquisas dos cientistas sociais brasileiros.

Assim como Schneider, Anjos; Caldas (2009) ressaltam que o Projeto Rurbano constituiu-se numa importante pesquisa que conseguiu captar as novas dinâmicas socioeconômicas existentes no ambiente rural brasileiro, assim como, a identificação dos novos papéis que cumpre este ambiente para com a sociedade que transcende à esfera ligada à produção alimentar e de matéria-prima.

A pluriatividade constitui-se numa noção utilizada pelos pesquisadores com o intuito de analisar e explicar como se realiza o processo de diversificação do

trabalho que ocorre no âmbito dos estabelecimentos rurais familiares (SCHNEIDER *et al*, 2009). Refere-se ainda à combinação de uma ou mais formas de inserção profissional e/ou obtenção de renda inerente aos membros de uma mesma família rural (SCHNEIDER, 2009) que pode realizar-se dentro ou fora do estabelecimento rural, podendo ainda ser realizado no próprio ambiente rural onde reside, assim como em ambientes rurais e/ou urbanos circunvizinhos.

Desta forma, segundo Brumer (2001), esta combinação pode ocorrer por meio (a) da associação de atividades agropecuárias com atividades desenvolvidas fora do estabelecimento e (b) da divisão do trabalho familiar ficando um ou mais membros da família responsáveis pelas atividades agropecuárias dentro do estabelecimento rural, enquanto um ou mais membros da família desenvolvem atividades fora do estabelecimento.

Ocorre ainda que a pluriatividade vem sendo utilizada para apontar e explicar a emergência de uma nova ruralidade que se organiza a partir de um conjunto de novas atividades socioeconômicas (MARAFON, 2009), assim como de novas ocupações profissionais que estão se desenvolvendo no ambiente rural. Nesta nova ruralidade, a pluriatividade se define como

[...] um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade seja decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não-agrícola, ela é uma prática que depende de decisões dos indivíduos ou das famílias (SCHNEIDER, 2009, p. 98).

Além disso, a pluriatividade emerge em decorrência da inter-relação existente entre os ambientes rurais e urbanos – por meio do fluxo de mão de obra e da mercantilização de bens e serviços agrícolas e não-agrícolas – e da estruturação de espaços urbanos no ambiente rural – através da infraestrutura urbana que existe neste ambiente, uma vez que o rural não se restringe apenas a um *lócus* de produção agrícola, mas constitui-se num espaço de múltiplas relações sociais.

Neste contexto e levando em consideração que o ambiente rural perpassa a dinâmica socioprodutiva de cunho agrícola, as famílias rurais, no âmbito do desenvolvimento da economia local, utilizam-se da pluriatividade como uma estratégia de reprodução socioeconômica que se constrói por meio da combinação múltipla de inserções ocupacionais desenvolvidas dentro ou fora do



estabelecimento, realizadas por um ou mais membros da família e que podem ser de caráter agrícola e/ou não-agrícola.

Neste sentido, a pluriatividade constitui-se numa importante estratégia de sobrevivência para as famílias rurais que se encontram em situação de pobreza, pois poderá reverter a dinâmica de perdas substanciais de suas rendas decorrentes das contínuas quedas dos preços das principais *commodities* (SCHNEIDER, 2009).

Apesar de atualmente a pluriatividade ser considerada uma importante estratégia para a melhoria das condições socioeconômicas para as famílias rurais, de acordo com Schneider (2009), para alguns autores, esta estratégia seria uma fase transitória para as famílias rurais que, ao ver reduzidos seus riscos e precariedades a partir da consolidação de seus sistemas socioprodutivos agropecuário, tenderiam a abandonar a pluriatividade realocando novamente a força de trabalho familiar apenas no manejo de sua produção agropecuária.

De fato, ocorrem algumas situações em que a pluriatividade se apresenta como uma estratégia transitória na perspectiva do ciclo vital de uma família rural, pois serviria, apenas, como um instrumento para a obtenção de renda que seria utilizado para garantir o atendimento das necessidades de consumo da família em um determinado período ou para um determinado objetivo (ANJOS; CALDAS, 2009).

Entretanto, a pluriatividade tem se mostrado como um novo modo ou lógica de funcionamento das famílias rurais, de seus estabelecimentos e da dinâmica produtiva (agrícola e não-agrícola) existentes no ambiente rural. Constitui-se ainda numa nova estratégia de reprodução socioeconômica para os estabelecimentos rurais familiares, ao tempo que se apresenta como uma expressão inerente ao comportamento de determinadas economias regional ou local, por meio das interações existentes entre a estrutura econômica e as condições socioculturais e políticas presentes num determinado ambiente rural (CARNEIRO, 2009; SCHNEIDER, 2009).

Neste contexto, a partir da lógica pluriativa das famílias rurais, emerge, no ambiente rural, uma multiplicidade de estratégias socioeconômicas que se organizam através da identidade cultural que a formata. Por exemplo, Tonietto (2007) apresenta o caso da Comunidade do Mergulhão, localizada no município de São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, no Paraná.

Esta Comunidade, por meio dos conhecimentos adquiridos através da tradição local no cultivo da videira e na produção de vinho, organizou uma lógica

socioeconômica que associa o desenvolvimento de atividades agrícolas com as não-agrícolas. Desta forma, em conjunto com o poder local, foi estruturado um roteiro turístico denominado de “Caminho do Vinho”, rota esta na qual o turista poderá desfrutar da paisagem natural local, da característica singular arquitetônica das residências e da produção agroindustrial artesanal (indústrias caseiras) de diversos itens, tais como: vinho, doces caseiros, embutidos, compotas, queijos. Além disso, foram estruturados locais para as refeições, assim como espaços para a realização de festas e áreas de lazer (TONIETTO, 2007).

Ainda no Paraná, mas agora no município de Guaraqueçaba, numa comunidade formada por agricultores denominada de Rio Verde, observa-se uma importante inter-relação entre os espaços rurais e urbanos. Ocorre que, nos meses de inverno, os filhos e netos de agricultores, por exemplo, alocam sua força de trabalho na produção agrícola da comunidade, especialmente na produção da banana, enquanto que, nos meses de verão, sua força de trabalho é alocada nos espaços urbanos exercendo atividades em lanchonetes, pousadas e hotéis no litoral (FRANCISCO, 2007).

Já em Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis no Estado do Rio de Janeiro, algumas famílias rurais se dividiram entre o desenvolvimento de atividades agrícolas (produção de hortigranjeiros) com o de atividades não agrícolas (produção de flores e exercendo atividades de jardineiros, caseiros, domésticos, ou trabalhando em empresas das cidades da região). Como estas famílias possuem estabelecimentos rurais de pequeno porte e detêm baixa tecnificação e pouco acesso a instrumentos (insumos, equipamentos, crédito, financiamento, assistência técnica, etc.) para o desenvolvimento da produção, elas buscam se inserir em múltiplos mercados de bens e serviços agrícolas e não-agrícolas como um forma de superar os limites impostos pelo sistema de produção agrícola, ora fundamentado pelos princípios da Revolução Verde. (MARAFFON, 2009).

Assim, estas famílias organizam uma multiplicidade de estratégias socioeconômicas como um pressuposto básico para a melhoria de suas condições socioeconômicas. Desta forma, como expõe Marafon (2009), estas famílias *(i)* abastecem alimentalmente e de flores a Região Metropolitana do Rio de Janeiro; *(ii)* ou dedicam-se à produção de orgânicos e hidropônicos para comercializá-los no mercado consumidor restrito à Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro; *(iii)* ou dedicam-se a atividades relacionadas ao turismo rural; *(iv)* ou, ainda, aloca a sua

força de trabalho no mercado de trabalho remunerado formal e informal nos espaços urbanos da região.

Já na região do Médio São Francisco, em algumas comunidades rurais próximas ao curso do Rio São Francisco, a melhoria das condições de vida das famílias rurais ocorrem por meio da associação de atividades agrícolas (pequena produção agropecuária) com as atividades não-agrícolas (agroindustrialização de frutas silvestres, produção de carvão e extração mineral – calcário, mármore e outros metais associados, ainda em processo de licenciamento). Além disso, um ou mais membros destas famílias rurais alocam sua força de trabalho, de forma eventual, na criação de gado e em outras atividades que são desenvolvidas nas grandes fazendas existentes na circunvizinhança da comunidade (MARAFON, 2009).

Diante do contexto apresentado, pode-se observar a importância que pluriatividade vem detendo para a dinamização socioeconômica do ambiente rural brasileiro, ou seja, uma estratégia importante para o desenvolvimento e fortalecimento da economia local deste ambiente. Isto ocorre, pois por meio da pluriatividade há a possibilidade das famílias rurais organizarem processos de desenvolvimento social, econômico e ecológico que se realizem de maneira múltipla, seja por meio da produção e reprodução de atividades socioeconômicas agrícolas e não-agrícolas ou pela inserção da força de trabalho familiar em atividades de cunho agrícola e não-agrícola, podendo ser, tanto as atividades como as inserções, desenvolvidas dentro e/ou fora do estabelecimento rural.

Importa destacar a natureza rural da pluriatividade e sua territorialidade e o impacto disso sobre o desenvolvimento. Enfim, essa estratégia de sobrevivência representa uma diversificação de fontes de renda agrícolas e não-agrícolas; monetárias e não-monetárias. Por outro lado, possibilita a permanência do homem rural em seu ambiente, alargando seu impacto positivo no processo de desenvolvimento no ambiente rural.

De acordo com Conterato; Schneider (2005, p. 10)

[...] estima-se que a pluriatividade tenha um papel importante na promoção do desenvolvimento rural. O desafio em promover o desenvolvimento rural levando-se em consideração o papel da pluriatividade dar-se-ia na medida em que ela poderia apresentar alternativas a alguns dos principais problemas que afetam as populações rurais, tais como a questão do emprego, da renda, a sazonalidade, o êxodo dos mais jovens, a gestão interna da unidade familiar, entre outros. Segundo alguns estudiosos (Schneider, 2003; Graziano da Silva, 1999; Echeverría, 2001; Berdegué,

et.alii. 2001; Kinsella, et alii, 2000), a pluriatividade pode apresentar alternativas à um conjunto de problemas que afetam as populações rurais. Entre as alternativas pode-se citar: elevar a renda familiar no meio rural; estabilizar a renda em face da sazonalidade dos ingressos na agricultura; diversificação das fontes de ingresso monetárias; contribuir na geração de emprego no espaço rural; reduzir as migrações campo-cidade; estimular os mercados locais e desenvolver os territórios rurais; contribuir para estimular mudanças nas relações de poder e gênero e; modificar o sentido da terra e do rural.

Deste modo, a pluriatividade vem gradativamente ganhando espaço no debate em torno do desenvolvimento rural, uma vez que possibilita a estruturação de um ambiente favorável à redução da pobreza no rural. Helfand; Pereira (2012, p. 154) afirmam que

Na última década, o caminho da pluriatividade para a saída da pobreza tem conquistado cada vez mais atenção. Um número especial da revista *World Development* de 2001, por exemplo, focou no emprego rural e renda não-agrícola na América Latina. Nesta edição especial, Reardon, Berdegue & Escobar (2001) mostraram que a renda não-agrícola representou em média entre 35% e 45% da renda rural na África, Ásia e América Latina. Jonasson e Helfand (2010) relataram que cerca de 30% da força de trabalho do Brasil rural teve como atividade principal as atividades não-agrícolas.

Conterato; Schneider (2005, p. 3) explicam que

[...] a pluriatividade passa a ser reconhecida como uma importante estratégia de reprodução dos agricultores familiares e de promoção do desenvolvimento rural, principalmente naquelas regiões onde a agricultura familiar se apresenta como a forma social hegemônica, contribuindo decisivamente para o fortalecimento das economias locais, para a permanência dos agricultores no meio rural, para geração de renda e até como um mecanismo que permite fortalecer o modo de vida dos agricultores familiares.

A pluriatividade vem aproveitando-se da nova dinâmica socioeconômica que está sendo criada a partir da economia da nova ruralidade e dos princípios do desenvolvimento local sustentável para torna-se um fator importante, senão necessário, ao planejamento e para as políticas de desenvolvimento para o ambiente rural.

Além disso, deve-se observar que

[...] É a complexidade dos processos sociais que caracteriza a promoção do desenvolvimento rural, o que significa dizer que se trata de um processo dinâmico e pode assumir distintas facetas em função da heterogeneidade social, econômica, cultural e política que é típica do meio rural. Neste debate, a pluriatividade assume um papel primordial a partir do seu reconhecimento como estratégia de reprodução, de fortalecimento das estratégias de vivência e diversificação das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares (CONTERATO; SCHNEIDER, 2005, p. 3)

Diante deste contexto, percebe-se que a pluriatividade constitui-se numa importante forma de se viabilizar e gerar estabilidade socioeconômica para as famílias rurais, para seus estabelecimentos e para o ambiente rural, podendo ser,

ainda, uma estratégia construída para suprir necessidades e objetivos específicos num determinado período ou ser uma lógica a ser inserida na *práxis* reprodutiva das famílias rurais.

A pluriatividade não deve ser percebida apenas como um elemento gerado por meio dos processos de urbanização e industrialização dos ambientes rurais ou em decorrência de possíveis influências econômicas advindas dos espaços urbanos e/ou rurais circunvizinhos, mas se organiza a partir das potencialidades e das capacidades inovadoras existentes no local.

Desta forma, como expõe Alentejano (2001), crescem, no ambiente rural, formas de trabalho pluriativos que associam as atividades de cunho agrícola com as de cunho não-agrícola. Por exemplo, podem ser citados os casos em que estabelecimentos rurais que possuem práticas de conservação ambiental utilizam-se das amenidades existentes em seus agroecossistemas para a realização de atividades de turismo e de lazer, ao tempo que, também, se dedicam à produção agrícola.

Esta prática esta se constituindo numa forma diferenciada e que vem se mostrando viável para o fortalecimento da economia local do rural, por meio da utilização das amenidades existente neste espaço como uma vantagem comparativa, ao tempo que continuam produzindo seus produtos agrícolas, uma vez que esta atividade constitui-se na identidade cultural que baliza os modos e projetos de vida das famílias rurais e no sistema de produção que norteia as estratégias de reprodução socioeconômica destas famílias.

Assim, ao serem aplicados os princípios da sustentabilidade no manejo agrícola (por exemplo, através do manejo agroecológico), pode ser estruturado um ambiente propício à emergência de novas alternativas para o desenvolvimento econômico no rural. Neste sentido, Veiga (2002, p. 391) argumenta que

[...] em termos de salubridade e de meio ambiente – duas das principais vantagens competitivas do século 21 – essa ‘agrodiversidade’ é infinitamente superior à especialização. Ela permitirá que as famílias se tornem tanto mais ‘pluriativas’ quanto mais aumentar a produtividade de suas atividades agropecuárias [...].

Tal situação, segundo Conterato; Schneider (2005, p. 10), decorre do fato de que “[...] a pluriatividade pode ser considerada como parte constituinte dos modos de vida das populações rurais e não como algo efêmero ou conjuntural. O reconhecimento da importância da pluriatividade é fundamental para identificar as dinâmicas regionais de reprodução da agricultura familiar”.

Deste modo, a partir do panorama apresentado, resta verificar as seguintes questões: *se o sistema socioprodutivo agroecológico se insere nessa perspectiva, constituindo-se num sistema balizado em uma forma de fazer agricultura que se expressa, também, por meio do desenvolvimento de atividades socioeconômicas agrícolas e/ou não-agrícolas dentro ou fora de seu estabelecimento rural, sendo manejadas de maneira múltipla? Ou este sistema, devido à natureza de sua atividade produtiva, faz do agricultor agroecológico um ator que concentra sua lógica exclusivamente no desenvolvimento de atividades ligadas à agricultura em seu estabelecimento rural?*

### 3.3.3 Rendas monetária e não-monetária geradas no ambiente rural

As múltiplas atividades socioeconômicas agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas no ambiente rural propiciam aos agricultores a possibilidade de obtenção diversificada e contínua no transcorrer de todo ano. Isto por sua vez possibilita, além de uma melhoria das condições socioeconômicas da família rural, a oportunidade dos agricultores obterem recursos financeiros que poderão ser utilizados para o reinvestimento no estabelecimento rural e/ou para subsidiar o desenvolvimento de novas atividades produtivas no estabelecimento.

Além disso, este fluxo contínuo de obtenção de renda poderá significar um investimento para a ampliação do nível de capital humano da família rural, por meio da capacitação profissional dos membros da família, seja para o desenvolvimento de atividades agrícolas e/ou não-agrícolas, seja para esta força de trabalho ser ocupada no manejo produtivo familiar ou ser ofertada no mercado de trabalho urbano e/ou rural.

Na busca pela obtenção contínua de renda, os agricultores reivindicam processos de desenvolvimento para o ambiente rural que se fundamentem em estratégias para o fortalecimento e expansão da economia local, principalmente, com ações que visem a promover o desenvolvimento das vantagens comparativas existentes no ambiente rural, tais como suas amenidades.

Neste contexto, o atual processo de desenvolvimento rural deve ter como premissa basilar a busca por sistemas produtivos que combine “[...] o aspecto econômico (aumento do nível e da estabilidade da renda familiar), o aspecto social

(obtenção de um nível de vida socialmente aceitável) e o ambiental e que uma de suas trajetórias principais reside na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade)” (KAGEYAMA, 2008, p. 71).

Ocorre ainda que a diversificação produtiva possibilita que as famílias rurais obtenham ingressos de renda agrícola no decorrer de todo ano de forma mais homogênea, fato este que torna os estabelecimentos rurais familiares pluriativos menos vulneráveis e menos suscetíveis à falência, pois não sofrem (ou sofrem de maneira mais amena) os efeitos negativos quando há uma quebra de safra ou queda nos preços de uma ou mais culturas agrícolas ou criação animal, diferente do que se observa nos estabelecimentos rurais monoculturais (monoprodutivos) (VEIGA; EHLERS, 2003).

Esse aspecto auxilia o processo de desenvolvimento em sua tentativa em ser mais sustentável nos aspectos econômico e social, por sua vez, tende a exercer influência sobre os aspectos ecológicos, uma vez que os agroecossistemas conservados significam manutenção ou ampliação das fontes de rendas obtidas no curto ou longo prazo.

Um fato interessante observado na reconfiguração da dinâmica socioeconômica do ambiente rural é que iniciativas produtivas voltadas à obtenção de rendas não-monetárias (transações mercantis em que não ocorrem o pagamento pela mercadoria com valores monetários – dinheiro) – autoconsumo e troca de produtos e realização de serviços – estão ganhando espaço e importância no debate em torno das estratégias de desenvolvimento da economia local e do ambiente rural.

Assim, as famílias rurais que manejam seus sistemas socioprodutivos por meio das práticas agroecológicas e/ou que exercem a pluriatividade, ou mesmo as que associam estas duas práticas produtivas, constroem uma lógica reprodutiva estruturada através de uma pluralidade de estratégias que se expressam tanto no desenvolvimento de múltiplas atividades socioeconômicas como nas múltiplas ocupações da força de trabalho familiar, sejam realizando atividades de cunho agrícola como não-agrícola, podendo os produtos e serviços produzidos pelas mesmas terem um caráter mercadológico (ser vendida ou comprada através de transações monetárias - comercialização) ou não mercadológico (ser autoconsumida ou trocada).

Cabe salientar que as transações comerciais monetárias, para este trabalho, serão apresentadas como comercialização, mesmo sabendo que a comercialização

de um determinado produto pode ocorrer via escambo, ou seja, pode ocorrer através de uma transação comercial sem que haja uma relação monetária, mas por meio da troca de um bem por outro ou de um serviço prestado por outro a ser prestado no futuro, por exemplo.

A lógica reprodutiva dos agricultores pode ser organizada através da obtenção de um fluxo de renda que pode ocorrer por meio de 02 (dois) caminhos: *via obtenção de renda monetária* e *via obtenção de renda não-monetária*. No caso do recebimento *via obtenção de renda monetária*, esta decorre do recebimento de valores monetários (dinheiro) que são oriundos de transações comerciais entre dois agentes econômicos (vendedor e consumidor), ou seja, através da comercialização. Já no caso do recebimento *via obtenção de renda não-monetária*, essa é resultado não do recebimento de valores monetários (dinheiro), mas dos valores poupados pelo não gasto de recursos financeiros para a obtenção de algum produto ou serviço necessário ao manejo das atividades produtivas agrícolas e/ou não-agrícolas e produto agrícola e/ou não-agrícola consumidos pela família rural.

Este mesmo raciocínio aplica-se à ocupação da força de trabalho familiar que pode obter uma renda monetária, quando executa alguma atividade produtiva de forma remunerada ou obter uma renda não-monetária, quando executa alguma atividade produtiva, mas em troca recebe algum produto agrícola e/ou não-agrícola ou acorda a realização de algum serviço agrícola e/ou não-agrícola em troca de seu trabalho executado em outro sistema produtivo não pertencente à família rural.

Deste modo, um determinado gênero alimentício ou insumo utilizado para a produção (produzidos por uma determinada família rural) podem ser objeto de uma comercialização (renda monetária) e/ou serem autoconsumidos ou trocados por outro(s) produto(s) agrícola(s) ou não-agrícola(s) – obtenção de renda não-monetária. Por outro lado, uma família rural que desenvolve apenas a prática agrícola poderá decidir que um ou mais membros da família aloquem sua força de trabalho em outro estabelecimento rural de forma remunerada (obtenção de renda monetária); ou que haja uma troca de serviços executada pela força de trabalho familiar por algum produto agrícola ou não-agrícola, ou que haja uma permuta de trabalho (troca de serviços) entre os estabelecimentos rurais (obtenção de renda não-monetária).

Assim, no que se refere ao recebimento de renda *via obtenção de renda monetária*, Maluf (2009, 159) expõe que “[...], a inserção mercantil da agricultura



familiar e sua capacidade de agregar valor (renda) ao que produz tornaram-se preocupações centrais dos projetos de desenvolvimento, aí incluindo-se tanto o mercado doméstico como também a participação direta ou indireta (via empresas agroindustriais e comerciais) desses agricultores no mercado internacional”. Afirma ainda que o segmento rural comporta que os agricultores recebam rendas advindas das atividades não-agrícolas sem que haja um prejuízo sobre a obtenção de rendas agrícolas (MALUF, 2009).

Maluf (2002, p. 241) discorre que

[...] No que se refere as famílias rurais, as atividades agroalimentares constituem, ainda, importante fonte de renda, além de serem a base da maior parte da atividades rurais não-agrícolas que desempenham. Supõe-se, aqui, que o caminho mais apropriado para desenvolver as atividades agroalimentares pelas unidades familiares rurais seria adotar a perspectiva da agregação de valor às matérias-primas agrícolas por seus próprios produtores, caso em que as questões de mercado sobressaem entre os principais determinantes do êxito deste tipo de empreendimento.

Além das rendas monetárias provenientes das atividades agrícolas, Conterato; Schneider (2005, p. 19) argumentam que “[...] Na maioria das vezes, são as atividades não-agrícolas que geram novas oportunidades de ocupação e renda, o que indica que se trata de uma estratégia de reprodução das famílias rurais e exerce influência na definição dos modos de vida das populações rurais”. Esta percepção também foi observada por Graziano da Silva (2001, p. 42) quando menciona que “[...] as famílias rurais brasileiras estão se tornando cada vez mais não-agrícolas, garantido sua sobrevivência mediante transferências sociais (aposentadorias e pensões) e em ocupações não-agrícolas”.

Por outro lado, ocorrem os recebimentos de rendas *via obtenção de renda não-monetária*, sendo esta uma estratégia importante para o desenvolvimento socioeconômico das famílias rurais. Gazolla (2009, p. 99) afirma que não destinar uma quantidade de sua produção para o autoconsumo, leva os agricultores a uma situação de vulnerabilidade. Para o autor

[...] Os agricultores vulneráveis, geralmente, são definidos como vivendo numa situação de fragilidade, por terem que comprar o seu consumo no mercado e não possuírem a sua propriedade organizada. Ao contrário dos outros, não vulneráveis, que possuem um equilíbrio financeiro melhor, produzem os próprios alimentos e a sua propriedade é bem mais ‘cuidada’.

Ainda segundo Gazolla (*loc. cit.*), a não opção pelo autoconsumo gera graves problemas à reprodução socioeconômica das famílias rurais, uma vez que a situação de mercantilização do consumo de alimentos nas unidades familiares

[...] engloba a compra de alimentos externos à propriedade, como no caso dos feirantes, que os revendem aos agricultores no meio rural ou, no caso da compra destes nos supermercados locais. Também gera situações de fragilização social e de pobreza rural, levando os agricultores familiares a uma situação de insegurança alimentar e, em muitos casos, a um acesso deficiente aos alimentos, inclusive via compra direta, já que muitos não mais os produzem e não dispõem das condições financeiras para adquiri-los nos comércios locais.

Gazolla (2009, p. 91) finaliza sua análise sobre o autoconsumo alimentar expondo que

[...] os produtos para autoconsumo são fundamentais para as unidades familiares porque propiciam alternativas entre consumo e venda e permitem ao agricultor familiar um maior domínio e autonomia para fazer frente à mercantilização do processo produtivo e do próprio consumo de alimentos. Além disso, facultam ao agricultor familiar maior segurança, pois à medida que obtiver os alimentos estacionais necessários ao consumo da família também desfrutará da garantia de sua qualidade alimentar e nutricional.

Deste modo, a obtenção dupla de rendas, via monetária e via não-monetária, constitui-se num elemento importante para a diminuição da vulnerabilidade dos agricultores perante as oscilações de mercado e sistêmicas, uma vez que estes podem deter um *mix* diversificado e contínuo de obtenções de rendas no transcorrer do ano.

Desta maneira, enquanto a renda monetária pode ser reinvestida no sistema socioprodutivo, utilizada para a ampliação comercial e/ou utilizada para a capacitação profissional do agricultor e de sua família, a renda não-monetária contribui com a diminuição dos gastos da família rural, uma vez que a mesma detém, num grau maior ou menor, em seus sistemas socioprodutivos ou estabelecimentos rurais, os produtos agrícolas e não-agrícolas necessários a sua reprodução social, econômica e ecológica.

Nesse quadro, ainda, deve ser destacado que a renda não-monetária convertida em autoconsumo representa também valor nutricional que não pode ser encontrada enquanto opção nos grandes centros urbanos. Por isto, Maluf (2002, p. 244) explica que o desenvolvimento da produção agrícola deve ser considerado um elemento importante para a reprodução das famílias rurais em condições de vida dignas, pois “[...] Estas atividades são fontes direta de renda monetária e de alimentos para o autoconsumo [...]”.

Diante deste cenário, Wanderley (2009(a), p. 238) expõe que

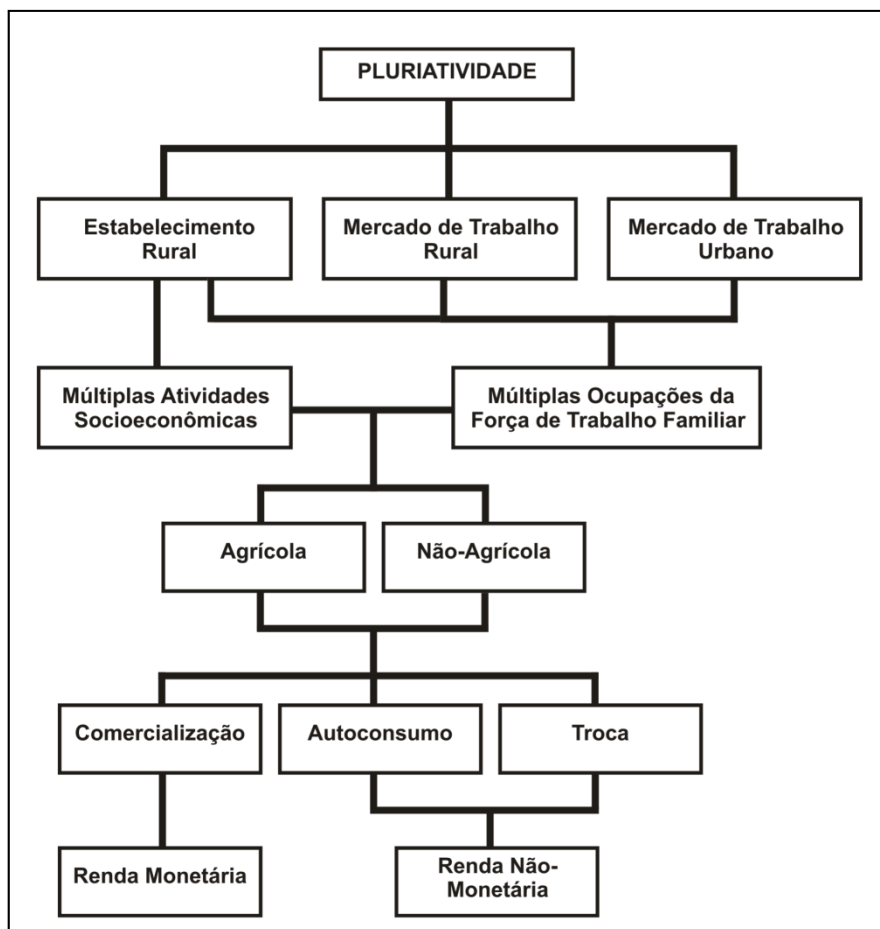
[...] Com efeito, o que caracteriza hoje o perfil da ‘categoria socioprofissional’ dos agricultores, é a diversidade de situações, tanto quanto de estratégias adotadas; neste caso, à competência, no que se refere ao campo propriamente profissional, da produção agrícola, imposição crescente da inserção em mercados competitivos, deve-se acrescentar a

necessidade frequente de que os agricultores se tornem polivalentes e pluriativos, capazes, portanto, de estender sua atuação profissional para além da produção agrícola – especialmente nas fases de transformação e comercialização dos produtos – e ampliar a renda, com atividades, agrícolas ou não, dentro ou fora do estabelecimento familiar [...].

A partir desta observação, nota-se que a lógica econômica vigente no ambiente rural – através desta nova ruralidade que está emergindo com o pós-fordismo – demanda do agricultor novas formas de lidar com o cotidiano no qual está inserido. Desta forma, torna-se necessário que este estruture estratégias que se expressem por meio da multiplicidade de iniciativas, seja produtiva, de ocupação da força de trabalho familiar e/ou de obtenção de renda.

Neste quadro, observa-se que amplia a complexidade em torno das lógicas reprodutivas adotadas pelos agricultores que, agora, não está subscrita apenas no âmbito do desenvolvimento de atividades agrícolas, mas agora se expressa na possibilidade do desenvolvimento de atividades não-agrícolas, na múltipla ocupação da força de trabalho familiar e nas demais oportunidades econômicas que vêm sendo estruturadas a partir da economia da nova ruralidade.

Desta forma, as famílias devem construir estratégias na qual sua obtenção de renda deve originar-se por meio **(i)** do somatório proveniente das comercializações dos bens e serviços desenvolvidos através das atividades socioeconômicas agrícolas e/ou não-agrícolas; **(ii)** da ocupação da força de trabalho de um ou mais membros da família em atividades remuneradas; **(iii)** do autoconsumo e/ou da troca dos bens e serviços desenvolvidos através das atividades socioeconômicas agrícolas e/ou não-agrícolas e **(iv)** da ocupação não remunerada monetariamente da força de trabalho de um ou mais membros da família e/ou em atividades agrícolas e/ou não-agrícolas, tendo como remuneração o recebimento de produtos e a prestação de serviços agrícolas e/ou não-agrícolas. Podendo estas estratégias serem desenvolvidas tanto dentro como fora do estabelecimento rural (FIGURA 7).



**FIGURA 7 – DINÂMICA SOCIOPRODUTIVA NO AMBIENTE RURAL A PARTIR DA PLURIATIVIDADE**  
 FONTE: O Autor (2012)

Assim, a formação da renda obtida pelos agricultores emerge em decorrência da maneira como estes “[...] *avaliam sua atividade não com base no custo de oportunidade do capital, mas sim do custo de oportunidade do trabalho* [...]” (ABRAMOVAY, 2007, p. 233). Ou seja, ao alocar uma determinada quantidade de força de trabalho familiar no desenvolvimento de uma determinada atividade produtiva (seja ela agrícola e/ou não-agrícola), em uma determinada quantidade de tempo (horas, dias, meses, etc.), quanto isso poderia significar de receita monetária e/ou não-monetária obtida ou perdida quando comparada com outra atividade que poderia ser realizada por esta força de trabalho, sob as mesmas condições produtivas.

Neste cenário, as capacidades inovadoras das famílias rurais cada vez mais tornam-se importantes para a sua reprodução e para sua autonomia socioeconômica. Entretanto, cabe salientar, que esta autonomia não se organiza

apenas através da obtenção de rendas monetárias, mas da associação da obtenção de rendas monetária e não-monetárias.

Além disso, no âmbito do desenvolvimento local sustentável, a renda, “[...] embora necessária para o desenvolvimento, é um meio e não um fim; e o bem-estar da sociedade depende de como a renda é utilizada e não apenas do seu nível” (KAGEYAMA, 2008, p. 57), isto é, no contexto da sustentabilidade, o equilíbrio entre as diversas dimensões da vida humana não se dá pela acumulação em grande quantidade de um fator reprodutivo (econômico, social, ecológico, cultural, por exemplo), mas no crescimento equitativo dos diversos fatores reprodutivos de uma maneira que um não inviabilize ou deteriore as oportunidades de desenvolvimento do outro.

Assim, percebe-se que a pluriatividade contribui ou incentiva que os estabelecimentos rurais desenvolvam sistemas socioprodutivos que se organizam a partir da diversificação de atividades agrícolas e/ou não-agrícolas (que sejam pluri-produtivas). Neste sentido, pode-se afirmar que

[...] a pluriatividade contribui consideravelmente para o aumento da renda familiar. A pluriatividade apresenta-se, portanto, não apenas como uma estratégia de diversificação das fontes de renda, mas também permite que as famílias que combinam rendimentos agrícolas e não-agrícolas alcancem uma renda total mais elevada que aquelas exclusivamente dependentes da renda obtida das atividades agrícolas (SCHNEIDER *et al*, 2009, p. 154).

Alentejano (2001, p.170), ao analisar dois assentamentos rurais no Rio de Janeiro, observou que

A complementação de renda através da diversificação de atividades aparece como elemento essencial para a viabilização dos dois assentamentos. Em ambos, o número de famílias pluriativas é maior que o de monoativas, e a média de renda é superior, indicando que o recurso à pluriatividade propicia às famílias melhores condições de vida. Isso vale tanto para os casos em que há a combinação da atividade agrícola com empregos externos de parte da família, como para os casos em que a família desenvolve outras atividades dentro do próprio assentamento, seja por meio do beneficiamento de certos produtos, seja pela prestação de serviços.

Entretanto, Schneider *et al* (2009, p. 162) não detectaram apenas que a renda obtida pelas famílias pluriativas tendem a ser maiores, mas verificaram que

[...] além de aumentar a renda, a pluriatividade permite estabilizar e diversificar as fontes de ganhos, sobretudo, através do acesso a rendas não-agrícolas. A diversificação dos rendimentos permite maior segurança às famílias porque reduz a vulnerabilidade diante de riscos edáficos-climáticos e outros. Apesar da maior proporção de famílias com rendas mais altas serem as pluriativas, não foi possível observar diferenças significativas no que se refere aos indicadores de qualidade de vida, bem como satisfação com o meio rural, perspectivas de futuro, dentre outros aspectos, em relação aos monoativos.

Sendo assim, observa-se que as transformações que estão ocorrendo no ambiente rural estão possibilitando a construção de um ambiente socioeconômico plural e que, pelo que se observou, vêm proporcionando às famílias rurais novas oportunidades produtivas e de obtenção de renda que estão permitindo a estas famílias melhores condições de vida e a possibilidade de permanência no rural, seja dedicando seu tempo ao desenvolvimento de atividades agrícolas como não-agrícola ou de forma conjunta (dedica parte do tempo à prática produtiva agrícola e a não-agrícola).

O sistema socioprodutivo agroecológico e a pluriatividade, neste cenário, detêm papel fundamental, pois são estas lógicas produtivas que disponibilizam os mecanismos, o instrumental e os elementos produtivos necessários à inserção das famílias rurais na economia local do ambiente rural, ora reconfiguradas e geradoras de oportunidades socioeconômicas a serem exploradas, mas que demandam visão empreendedora e capacidade inovadora dos agentes econômicos que pleiteiam adentrar e buscam se consolidar nesta nova dinâmica produtiva que está se estruturando no rural.

## **4 PLURIATIVIDADE NA AGROECOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO PARA O AMBIENTE RURAL**

O processo de transformação socioeconômica pelo qual vem passando a economia local do ambiente rural e as novas demandas mercadológicas e socioambientais das sociedades urbanas, e mesmo das rurais, sobre este ambiente, está propiciando aos espaços rurais a possibilidade de reorganizarem suas estratégias de desenvolvimento.

Este contexto origina-se dos novos atributos econômicos que estão sendo inseridos e desenvolvidos no ambiente rural, principalmente, através da chamada economia da nova ruralidade, conforme foi observado no Capítulo 3. Por sua vez, este novo cenário reprodutivo cria alguns espaços mercadológicos nos quais os agricultores agroecológicos detêm o potencial produtivo, assim como uma lógica gerencial que pode possibilitar sua inserção nestes espaços de forma competitiva.

Competitividade esta que tende a se organizar sobre a articulação de suas práticas e experiências produtivas, dos capitais (humano, social, econômico, cultural, natural, físico/tecnológico) existentes em seus estabelecimentos rurais e das lógicas reprodutivas e gerenciais advindas da agroecologia e da pluriatividade. A partir desta articulação, há a possibilidade de ser criado um ambiente favorável à organização de uma estratégia produtiva e mercadológica fundamentada sobre o tripé: diversificação da pauta de produção, conservação dos recursos naturais e pela obtenção de múltiplas rendas monetárias e não-monetárias.

Entretanto, existem diversos fatores que podem conduzir o agricultor para um contexto produtivo que lhe gere uma melhoria substancial em suas condições socioeconômicas ou conduza-o a uma situação de vulnerabilidade produtiva, podendo ainda, ser percorrida uma trajetória que o leve à inviabilização produtiva, logo à falência.

Neste sentido, a articulação entre os modos e projetos de vida dos agricultores, com os capitais produtivos a sua disposição, com a necessidade por recursos financeiros para a reprodução da família, constitui-se no elemento importante, pois caso esta articulação seja realizada de maneira equivocada, poderá culminar com o pior contexto socioeconômico para os agricultores agroecológicos, ou seja, com sua falência.

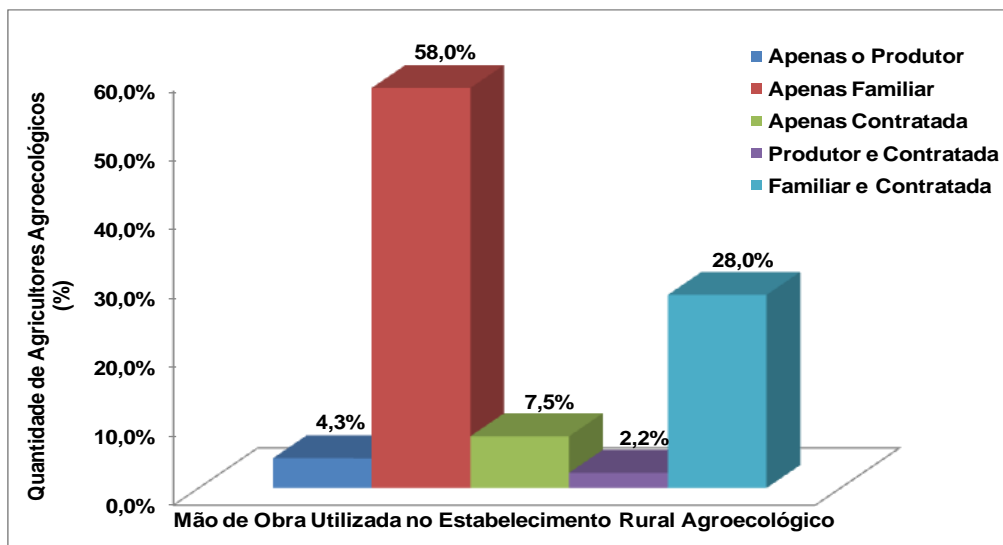
Neste contexto, segundo Tedesco; Vieira (2006, p. 31), o sistema socioprodutivo agroecológico apresenta-se como uma estratégia importante para a geração de autonomia para os agricultores, pois a agroecologia se apresenta como uma maneira para “[...] construir alternativas para tirar da crise a agricultura, especialmente a familiar, organizando-a tanto da porteira para fora quanto da porteira para dentro da propriedade, valorizando a cultura e o saber dos pequenos agricultores [...]”.

Sendo assim, este Capítulo detém como objetivo analisar como os sistemas socioprodutivos agroecológicos manejados pelos agricultores do Núcleo MBA propiciam o desenvolvimento de práticas produtivas organizadas a partir da pluriatividade. Pretende-se ainda avaliar se esta inter-relação, entre práticas agroecológicas e pluriativas, possibilita um ambiente favorável para a geração de sustentabilidade socioambiental aos agricultores do Núcleo MBA, ao tempo que se constitui numa alternativa que contribui para a construção de um processo de desenvolvimento para o ambiente rural.

Como parâmetro para esta análise – e, conseqüentemente, para a realização do objetivo aqui proposto – serão apresentados e debatidos os dados e informações relacionados ao Núcleo MBA, da Rede Ecovida, considerando os Planos de Manejo e os resultados obtidos através de observações e pesquisas de campo realizados junto aos agricultores agroecológicos pertencentes ao Núcleo MBA, especificamente dos 19 agricultores selecionados para aplicação de questionário.

Foi verificado que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA detêm uma diversidade de estratégias no que concerne à alocação da força de trabalho em seus estabelecimentos rurais. Observa-se um gradiente de alocações no qual, de uma lado, tem-se a aplicação no manejo produtivo apenas da força de trabalho do agricultor e, do outro lado, tem-se apenas a utilização da mão de obra contratada para a execução das atividades produtivas nos estabelecimentos rurais agroecológicos (GRÁFICO 1).





**GRÁFICO 1** –MÃO DE OBRA UTILIZADA NO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO NOS ESTABELECEMENTOS RURAIS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2008-2010

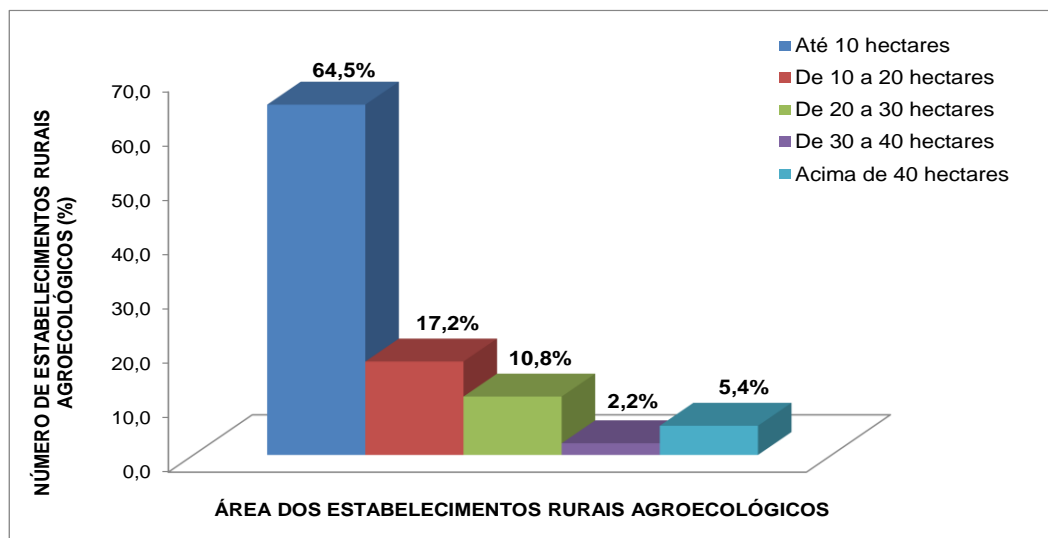
FONTE: Elaborado com base nas informações contidas nos Planos de Manejo Orgânico/AOPA

A partir deste GRÁFICO, nota-se que 54 agricultores alocam a força de trabalho familiar em seus estabelecimentos rurais, sem que haja a necessidade de contratação de mão de obra (58,1% dos casos). Entretanto, 07 (sete) agricultores aplicam no manejo de suas atividades produtivas, apenas mão de obra contratada (7,5% dos casos). Este cenário demonstra bem a diversidade de lógicas existentes neste Núcleo que, por sua vez, molda-se através das identidades que o compõem.

Estas lógicas traduzem-se desde uma perspectiva reprodutiva de cunho familiar até uma concepção gerencial oriunda de uma visão mais empresarial, que, em alguns casos, advém do fluxo migratório do urbano para o rural, trazida pelos agricultores denominados de neorrural<sup>12</sup>, fato este que foi verificado no transcorrer da pesquisa.

Deste modo, observou-se que a maioria dos agricultores agroecológicos deste Núcleo possuem estabelecimentos com área pequena, uma vez que 60 agricultores detêm propriedades com até 10 hectares (64,5% dos casos). Por outro lado, 05 (cinco) agricultores possuem unidades rurais com áreas superiores a 40 hectares, sendo estas consideradas propriedades de médio à grande porte (5,4% dos casos) (GRÁFICO 2).

<sup>12</sup> De maneira simplificada, pode ser considerado neorrural os indivíduos que decidiram migrar do ambiente urbano para o rural. Estes novos atores podem deter como motivação para esta troca de ambientes a busca por: qualidade de vida (ora associada as amenidades existentes no rural); ocupação produtiva em atividades agrícolas, mas principalmente, não-agrícola; ou um retorno as localidades de origem ou onde residiam seus pais, avos, etc, antes de migrarem para o urbano.



**GRÁFICO 2** –ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2008-2010

FONTE: Elaborado com base nas informações contidas nos Planos de Manejo Orgânico/AOPA

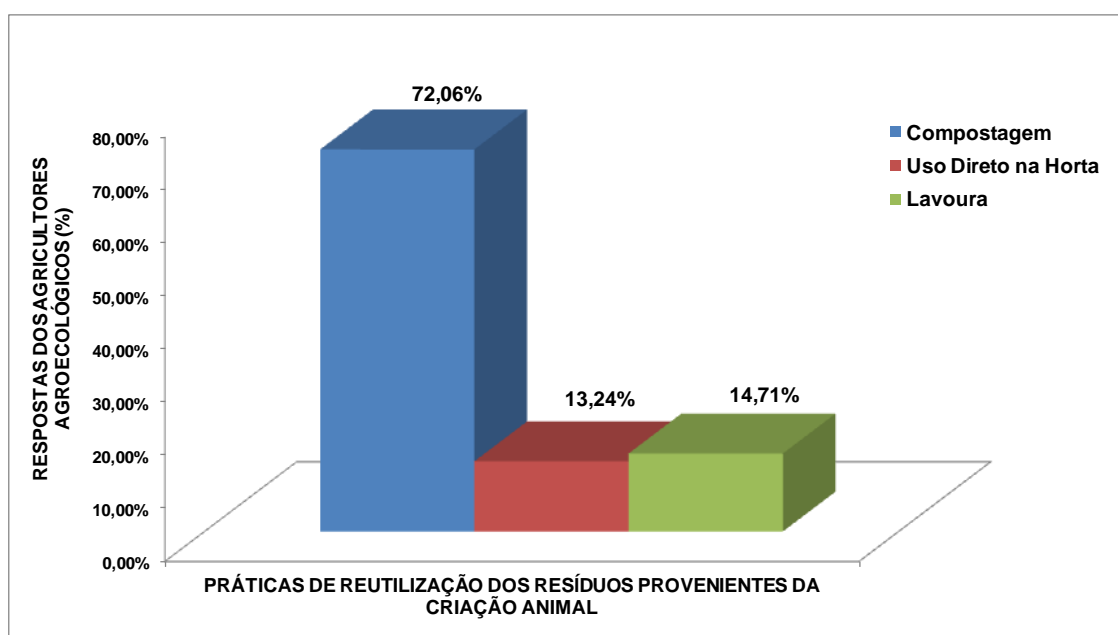
Entretanto, dos estabelecimentos rurais agroecológicos analisados, observou-se que 09 (nove) agricultores possuem área de até 1 hectare (9,7% dos casos). Verificou-se ainda que ampliando a avaliação para até 2 hectares, observou-se que 19 agricultores detêm unidades rurais com esta área (20,4% dos casos). Todavia, a maior quantidade dos agricultores, 42, detêm propriedades com área de até 5 hectares (45,2% dos casos).

Este cenário indica que a maioria dos estabelecimentos rurais agroecológicos deste Núcleo possuem área que inviabilizam a produção em grande escala – pelo menos no que concerne às estratégias mercadológicas que se construam de maneira individual – e, desta forma, tende a proporcionar aos agricultores uma situação de insustentabilidade econômica quando se opta pelo manejo produtivo sob a lógica dos pressupostos gerenciais advindos da Revolução Verde.

Deste modo, a sustentabilidade para estes agricultores estrutura-se através dos ganhos que são obtidos por meio da agregação de valor sobre os bens e serviços agrícolas e não-agrícolas e sobre a diversificação produtiva introduzida em seus estabelecimentos, principalmente, quando se busca inserir, senão toda a produção agrícola e não-agrícola voltada à comercialização, uma parte desta produção nos mercados que detêm maior remuneração (pagamento de preço *premium*) para os produtos que são diferenciados e que detêm algum atributo de qualidade inserido a sua característica.

Assim, os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA estão recorrendo às práticas produtivas ecologicamente mais corretas, como uma forma de obter melhores ganhos econômico-financeiros, de reduzir os impactos sobre seus agroecossistemas e como uma estratégia para a redução dos custos de produção, uma vez que o equilíbrio ecológico dos sistemas produtivos tende a contribuir para a redução do consumo de insumos como fertilizantes, corretivos de solo, etc., ao tempo que, como são produzidos internamente, tende a reduzir a necessidade da ida ao mercado para a compra dos insumos utilizados na produção.

Por exemplo, verificou-se que, dos 93 agricultores do Núcleo MBA, 68 possuem criação animal. Estes agricultores reutilizam os resíduos gerados nesta criação para a aplicação em seus agroecossistemas (seja, utilizando-os na lavoura, na horta doméstica, na mata, ou jardins). Observa-se ainda, que 49 agricultores realizam a compostagem como a principal prática utilizada para a manutenção e equilíbrio de seus agroecossistemas (72,06% dos casos) (GRÁFICO 3).



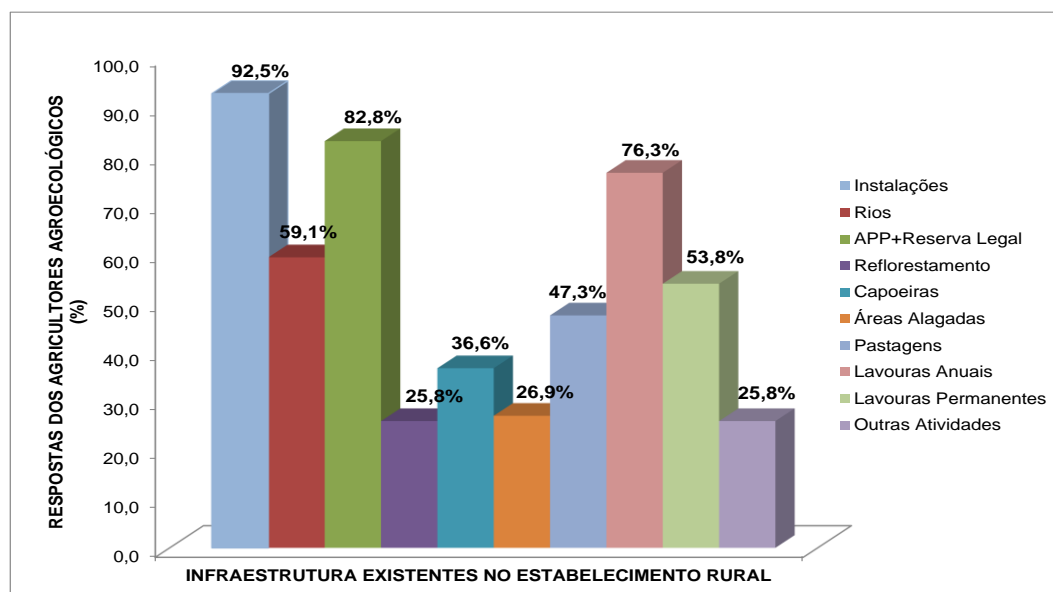
**GRÁFICO 3** –PRÁTICAS DE REUTILIZAÇÃO DOS RESÍDUOS PROVENIENTES DA CRIAÇÃO ANIMAL ADOTADAS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2008-2010

FONTE: Elaborado com base nas informações contidas nos Planos de Manejo Orgânico/AOPA

Observou-se assim durante a pesquisa, que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA utilizam os resíduos gerados pela criação animal como uma prática usada para a manutenção e equilíbrio de seus agroecossistemas. Esta prática ocorre através da transformação dos resíduos em insumo produtivo, que por sua vez propicia ao agricultor um ambiente favorável à redução de seus custos de

manutenção do sistema e de produção, ao tempo que agrega mais valor ao produto, pois o mesmo passa a incorporar a sua característica, atributos ligados à prestação de serviços ambientais.

Mas não só estas práticas de reutilização de resíduos estão agregando valor aos produtos ou os diferenciando no mercado. Existem, no Núcleo MBA, agricultores que realizam a prática do reflorestamento e/ou detêm áreas destinadas à conservação/preservação ambiental, tais como: Área de Preservação Permanente (APP) e/ou Reserva Legal (GRÁFICO 4).



**GRÁFICO 4** – INFRAESTRUTURA EXISTENTE NOS ESTABELECEMENTOS RURAIS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2008-2010

FONTE: Elaborado com base nas informações contidas nos Planos de Manejo Orgânico/AOPA

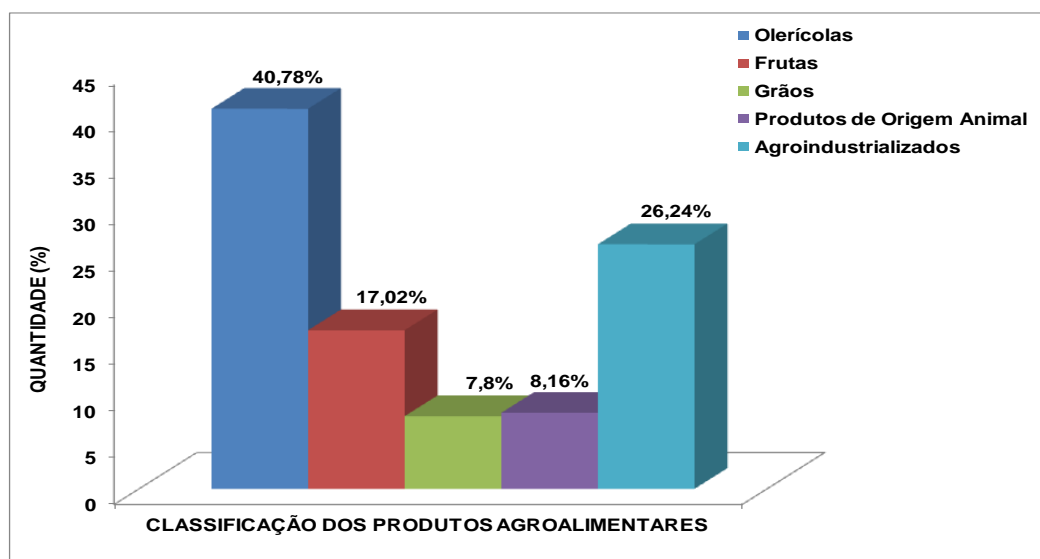
Neste GRÁFICO, verifica-se que 77 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA possuem em seus estabelecimentos rurais uma Área de Proteção Permanente (APP) e/ou uma Reserva Local (82,8% dos casos). Observou-se ainda que 24 agricultores já reflorestaram seus estabelecimentos rurais (25,8% dos casos). Ou seja, os agricultores deste Núcleo buscam organizar sistemas produtivos que associem espaços produtivos com áreas detentoras de biodiversidade, que, às vezes se tornam, também, espaços utilizados para a reprodução socioeconômica da família, por exemplo, através da exploração econômica por meio do manejo sustentável da madeira, ou desenvolvendo o turismo rural.

Por outro lado, estas áreas associadas à existência, nas propriedades rurais, de rios, capoeiras e áreas alagadas, dependendo do tamanho destes estabelecimentos, podem constituir-se num fator limitante à produção agropecuária,

ao tempo que podem representar uma oportunidade para o desenvolvimento de atividades não-agrícolas.

Neste contexto, a partir do GRÁFICO 4, nota-se que os agricultores do Núcleo MBA detêm uma diversidade de práticas produtivas: pastagem, lavoura permanente, lavoura anuais e desenvolvimento de outras atividades (leia-se atividades não-agrícolas). Percebe-se ainda que 24 agricultores possuem algum tipo de atividades não-agrícolas (25,8% dos casos), tais como: agroindustrialização e turismo rural. Por outro lado, 71 agricultores manejam algum tipo de lavoura anual (76,3% dos casos).

Com relação a estas práticas produtivas manejadas pelos agricultores do Núcleo MBA, o GRÁFICO 5 expõe as 04 (quatro) atividades agrícolas e a principal atividade não-agrícola desenvolvidas por estes agricultores. Deste modo verifica-se que no período de 2008 a 2010 foram produzidos 282 produtos agroecológicos *in natura* e agroindustrializados, sendo que 40,78% destes itens são classificados como olerícolas, seguidos pela produção de produtos processados (representa 26,24% dos itens).



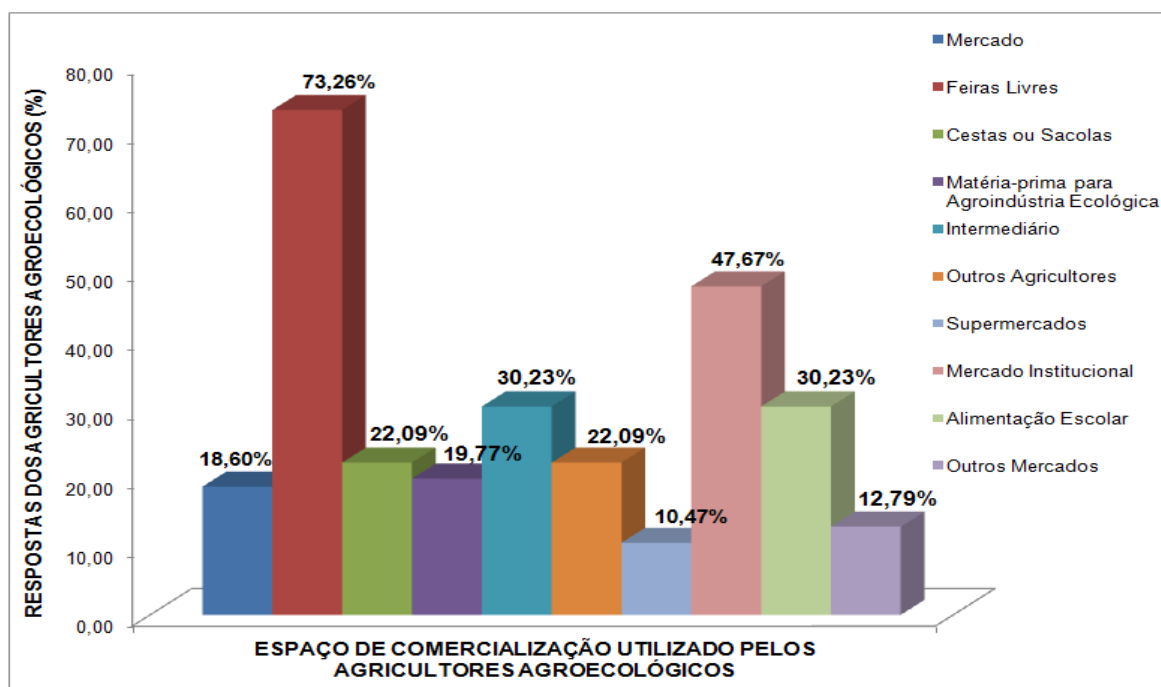
**GRÁFICO 5** –PRODUÇÃO DE PRODUTOS AGROALIMENTARES, POR CLASSIFICAÇÃO, DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2008-2010

FONTE: Elaborado com base nas informações contidas nos Planos de Manejo Orgânico/AOPA

Entretanto, quando se avalia as 05 (cinco) atividades produtivas a partir do percentual de agricultores que as desenvolvem, observa-se que as olerícolas continuam sendo a principal atividade manejada (praticada por 76 agricultores, ou seja, em 81,7% dos casos), seguida pelas produções de frutas (praticada por 63 agricultores, ou seja, em 67,7% dos casos), de grãos (praticada por 47 agricultores,

ou seja, em 50,5% dos casos), de produtos agroindustrializados (praticada por 32 agricultores, ou seja, em 34,4% dos casos) e pela produção de origem animal *in natura* (praticada por 20 agricultores, ou seja, em 21,5% dos casos).

Este cenário demonstra a importância que a produção agroalimentar detém para a reprodução socioeconômica dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, sendo este o sistema produtivo norteador das lógicas que serão adotadas pelos mesmos em seus estabelecimentos rurais. Estes produtos, por sua vez, são alocados em múltiplos canais de comercialização. Todavia, dos 93 agricultores avaliados, 86 informaram qual era o canal acessado para a comercialização de seus produtos (GRÁFICO 6).



**GRÁFICO 6** – CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO UTILIZADOS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA PARA A TRANSAÇÃO MONETÁRIA DE SEUS PRODUTOS AGROECOLÓGICOS 2008-2010

FONTE: Elaborado com base nas informações contidas nos Planos de Manejo Orgânico/AOPA

O GRÁFICO 6 expõe que as feiras livres (63 agricultores acessam este canal, 73,26% dos casos) constituem-se no principal espaço para o escoamento e transação monetária dos produtos agroecológicos manejados pelos agricultores do Núcleo MBA. No entanto, as feiras, também, apresentam-se como o *locus* de interação mercadológica em que os consumidores indicam quais são as exigências e os atributos que devem conter os produtos para que as transações se realizem no presente e no futuro, ao tempo que apontam o quanto estão dispostos a pagar por tais requisitos.

Neste sentido, estes espaços constituem-se no principal espaço para a reprodução socioeconômica do agricultor, pois por meio dele é possível observar as tendências e o comportamento mercadológico que influenciam a dinâmica comercial do segmento produtivo agroecológico.

Associados às feiras livres, os mercados institucionais (41 agricultores acessam este canal, 47,67% dos casos) apresentam-se como um importante canal de comercialização. Por outro lado, os supermercados (09 (nove) agricultores acessam este canal, 10,47% dos casos) constituem-se no canal menos acessado por estes agricultores. Isto ocorre, pois, grande parte (senão todos) dos agricultores agroecológicos busca não deter a necessidade de inserir seus produtos neste espaço de comercialização, uma vez que o valor pago pelos seus produtos é baixo quando comparado aos outros canais, além de haver diversas exigências que na maioria das vezes não podem ser cumpridas pelos agricultores.

Deste modo, os agricultores agroecológicos vêm organizando uma lógica mercadológica que se estrutura na inserção comercial múltipla, uma vez que 71 agricultores acessam pelo menos 02 (dois) canais de comercialização (representando 82,6% dos casos). Além disso, 46 agricultores inserem seus produtos em mais de 02 (dois) canais de comercialização (representando, 53,5%). Esta multiplicidade de locais para a inserção comercial tende a gerar uma situação propícia à redução da vulnerabilidade do agricultor, pois a diversificação na fonte de renda proporciona certa segurança frente às oscilações de preço no mercado agropecuário.

Por fim, existe um aspecto que pode constituir-se num problema para o Núcleo MBA a longo prazo, principalmente, caso não haja a organização de estratégias socioeconômicas que busquem a permanência dos jovens no ambiente rural, especificamente manejando os estabelecimentos rurais agroecológicos.

Neste sentido, verificou-se que a maioria dos agricultores possuía idade acima de 50 anos (43 agricultores, ou seja, em 47,8% dos casos), enquanto que apenas 06 (seis) agricultores detêm idade inferior a 30 anos (6,5% dos casos). Este fato pode inviabilizar a reprodução da família a longo prazo caso não haja a sucessão familiar (TABELA 4).

**TABELA 4** – FAIXA ETÁRIA DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2008-2010

| <b>Faixa Etária</b> | <b>Número de agricultores agroecológicos (%)</b> |
|---------------------|--|
| Até 30 anos         | 6,5  |
| De 30 a 40 anos     | 16,3   |
| De 40 a 50 anos     | 29,3   |
| De 50 a 60 anos     | 31,5   |
| Acima de 60 anos    | 16,3   |

FONTE: Elaborado com base nas informações contidas nos Planos de Manejo Orgânico/AOPA

No entanto, o atual cenário não demonstra uma tendência à situação de esvaziamento dos estabelecimentos rurais agroecológicos, pois, como foi observado no GRÁFICO 1, 80 agricultores (que representa 86% das famílias rurais) alocam a força de trabalho familiar em seus estabelecimentos rurais, mesmo que em alguns casos, também utilizam mão de obra contratada.

Deste modo, o saber fazer dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA vem sendo repassado aos membros mais novos da família e, desta forma, cria-se o ambiente favorável à permanência destes membros no estabelecimento rural agroecológico. Todavia, em alguns casos, os membros mais jovens não estão inseridos no sistema produtivo agrícola ou dedicam apenas um tempo de sua jornada de trabalho para o manejo agrícola.

Isto decorre do fato de que novas atividades estão emergindo no ambiente rural, tais como, o turismo rural e a produção de bioenergia, por exemplo, enquanto que outras atividades estão obtendo uma maior importância para a lógica gerencial dos agricultores, por exemplo, a agroindustrialização e o beneficiamento. Essas atividades vêm atraindo os membros mais jovens das famílias rurais para a sua execução, seja no âmbito do estabelecimento rural ou fora deste, seja desenvolvendo atividades não-agrícolas pertencentes à família rural ou ocupando sua força de trabalho remuneradamente em práticas produtivas pertencentes a outros agentes econômicos.

Contudo, cabe salientar que 01 (um) PMO não está inserido nesta análise, pois ele se refere a 21 famílias de agricultores agroecológicos<sup>13</sup>, e em seu conteúdo, não foi exposta tal informação.

Associado a este quadro mais geral acerca dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, foi observada qual era a lógica gerencial adotada por esses agricultores, sendo este um fator importante para a caracterização dos 19

<sup>13</sup> Este PMO (ou Agricultor Agroecológico), das 21 famílias, será melhor apresentado no item 4.1.



agricultores agroecológicos selecionados para a pesquisa empírica, assim como para a análise acerca da geração de sustentabilidade socioambiental para esses agricultores.

Para a discussão acerca da lógica gerencial dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, foi utilizada a tipologia desenvolvida por Lamarche (1998), que detém como finalidade a caracterização dos agricultores familiares, segundo sua perspectiva reprodutiva. Para a execução desta tipologia, o autor realizou uma observação sobre a realidade de alguns grupos de agricultores familiares pelo mundo, inclusive no Brasil.

Deste modo, a partir destas observações, Lamarche (1998) definiu como elementos determinantes para a organização das lógicas produtivas dos agricultores familiares o trabalho, a terra, a reprodução familiar do estabelecimento e o grau de dependência: comercial, tecnológica e financeira.

Através destes elementos, os agricultores organizam os arranjos produtivos que serão inseridos e desenvolvidos em seus estabelecimentos rurais familiares, podendo ser construídos cenários produtivos que detenham uma lógica que transita por um extremo que vai desde uma inserção integral da força de trabalho familiar no manejo produtivo dentro do estabelecimento rural (***lógica muito familiar***), como a inserção desta força completamente fora do estabelecimento rural exercendo outras atividades produtivas não pertencentes à família rural de maneira remunerada (***lógica pouco familiar***). Ou ainda transita desde uma situação de completa dependência comercial, financeira e tecnológica (***lógica muito dependente***), como para uma situação de baixa dependência comercial, financeira e tecnológica (***lógica pouco dependente***) (LAMARCHE, 1998).

Assim, conforme Lamarche (1998), por meio destes gradientes de lógicas, os agricultores familiares podem estar inseridos nos seguintes modelos produtivos: empresa, empresa familiar, agricultura camponesa ou de subsistência e agricultura familiar moderna.

Neste contexto, no transcorrer desta pesquisa, também foram verificados que estes 03 (três) elementos podem ser considerados os fatores determinantes para a definição de qual trajetória reprodutiva o agricultor agroecológico do Núcleo MBA irá percorrer, assim como se observou em qual modelo produtivo estes agricultores estão inseridos, ou se há um processo de transição sendo realizado por algum agricultor.

Esta caracterização constitui-se numa peça-chave para o debate em torno da pluriatividade na agroecologia, acerca da sustentabilidade socioambiental para os agricultores e, conseqüentemente, para a discussão sobre o desenvolvimento para o ambiente rural, pois de acordo com o perfil reprodutivo adotado, o agricultor poderá percorrer uma trajetória que o leve a uma situação de sustentabilidade ou de insustentabilidade, de acordo com o arranjo produtivo que venha a ser adotado em seu estabelecimento rural.

#### 4.1 OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FAMILIAR E A LÓGICA PRODUTIVA DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA

A investigação em profundidade realizada junto aos 19 agricultores agroecológicos pesquisados reforça o contexto de heterogeneidade observado acima, acerca dos 93 agricultores do Núcleo MBA. Estes agricultores detêm uma diversidade de lógicas reprodutivas que se expressam por uma multiplicidade de formas de ocupações da força de trabalho familiar, de manejos em seus estabelecimentos rurais, de práticas produtivas agrícolas e não-agrícolas e de obtenção de rendas.

A escolha de qual caminho reprodutivo seguir emerge como uma consequência do posicionamento do agricultor perante a lógica produtiva a qual está mais alinhada aos seus modos e projetos de vida. Tal decisão, por sua vez, decorre das especificidades oriundas dos aspectos econômico, cultural, social e ecológico locais, que tendem a impactar positiva e/ou negativamente as estratégias elaboradas pelos agricultores agroecológicos, ao tempo que podem limitar ou potencializar o desenvolvimento de capacidades necessárias para o processo de adaptação e reprodução dos estabelecimentos rurais em uma dada realidade.

Ocorre ainda que a realidade local e mercadológica no qual estão inseridos os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, associadas as suas lógicas reprodutiva e gerencial, constituem-se nos fatores responsáveis pela organização do arranjo produtivo a ser inserido e desenvolvido em seus estabelecimentos rurais.

O arranjo produtivo decorre da possibilidade de que o agricultor agroecológico do Núcleo MBA detém para organizar seu sistema produtivo de maneira diversificada e/ou multissetorial, podendo optar por um manejo produtivo

que se estrutura apenas desenvolvendo práticas agrícolas, ou apenas desenvolvendo práticas não-agrícolas, ou consorciando estes dois tipos de atividades. Nesse contexto, o arranjo produtivo constitui-se na estruturação de subsistemas de produção agrícola e/ou não-agrícola, que podem ser desenvolvidos de maneira integrada, a partir de um mesmo sistema de produção.

Além disso, este arranjo produtivo emerge como uma consequência do potencial econômico, social e ecológico que detém os estabelecimentos rurais do Núcleo MBA, quando manejados sob os princípios oriundos do sistema produtivo agroecológico e articulados com as práticas produtivas advindas da pluriatividade. Cabe salientar que este cenário só é possível devido ao atual processo de reconfiguração socioeconômica por que vem passando o ambiente rural.

Ocorre ainda que o modelo proposto por Lamarche (1998), a partir das observações realizadas durante a pesquisa, tende a ressaltar a forma como estão construídos os projetos de vida dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, demonstrando se estes projetos estão alinhados a uma visão empresarial ou camponesa, ou se sua lógica produtiva está imersa num processo de transição (redefinição produtiva).

Diante deste contexto, o QUADRO 7 apresenta como ocorre a ocupação da força de trabalho familiar, assim como se há a ocorrência de contratação de mão de obra. Também, aponta, de maneira preliminar, que tipos de atividades (agrícola e não-agrícola) estão sendo realizadas pela família rural agroecológica.

Ocorre ainda que este QUADRO apresenta-se com um quadro-referencial acerca da forma como é alocada a força de trabalho familiar no manejo produtivo, seja no estabelecimento rural como no mercado de trabalho rural e urbano local e/ou existente na circunvizinhança. Também, apresenta a necessidade dos agricultores do Núcleo MBA por mão de obra, bem como que tipos de atividades estão sendo desenvolvidas dentro do estabelecimento rural: atividades agrícolas e/ou não-agrícolas.

| AA           | Ocupação da Força de Trabalho Familiar |          |          |                                 |          |          | Mão de Obra Contratada | Atividade Socioeconômica |              |
|--------------|--|----------|----------|---------------------------------|----------|----------|------------------------|--------------------------|--------------|
|              | Agricultor Agroecológico               |          |          | Demais Membros da Família Rural |          |          |                        | Agrícola                 | Não-Agrícola |
|              | AE                                     | OL       | DAFT     | AE                              | OL       | DAFT     |                        |                          |              |
| 1            |  |          |          |                                 |          |          | -                      | X                        | X            |
| 2            |  |          |          |                                 |          |          | 2                      | X                        |              |
| 3            |  |          |          |                                 |          |          | -                      | X                        |              |
| 4            | Não Informado                          |          |          |                                 |          |          |                        | X                        | X            |
| 5            |  |          |          |                                 |          |          | 15                     | X                        | X            |
| 6            |  |          |          |                                 |          |          | 1                      | X                        | X            |
| 7            |  |          |          |                                 |          |          | 2                      | X                        |              |
| 8            |  |          |          |                                 |          |          | -                      | X                        | X            |
| 9            |  |          |          |                                 |          |          | 2                      | X                        | X            |
| 10           |  |          |          |                                 |          |          | 17                     | X                        | X            |
| 11           |  |          |          |                                 |          |          | -                      | X                        | X            |
| 12           |  |          |          |                                 |          |          | 4                      | X                        | X            |
| 13           |  |          |          |                                 |          |          | 4                      | X                        | X            |
| 14           |  |          |          |                                 |          |          | 1                      | X                        | X            |
| 15           |  |          |          |                                 |          |          | 2                      | X                        |              |
| 16           |  |          |          |                                 |          |          | -                      | X                        | X            |
| 17           |  |          |          |                                 |          |          | 3                      | X                        | X            |
| 18           |  |          |          |                                 |          |          | 1                      | X                        | X            |
| 19           |  |          |          |                                 |          |          | -                      | X                        | X            |
| <b>Total</b> | <b>14</b>                              | <b>1</b> | <b>3</b> | <b>10</b>                       | <b>3</b> | <b>6</b> | <b>54</b>              | <b>19</b>                | <b>15</b>    |

AE – Apenas no Estabelecimento Rural  
 OL – Outro Local fora do Estabelecimento Rural  
 DAFT – Dupla Alocação da Força de Trabalho (Estabelecimento Rural e Outro Local)

**QUADRO 7 – OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FAMILIAR, MÃO DE OBRA CONTRATADA E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA PESQUISADOS 2012**

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo, 2012

NOTA: AA – Agricultor Agroecológico

Deste modo, verificou-se que dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados, 09 (nove) (47,4%) alocam a força de trabalho familiar apenas no estabelecimento rural. Noutro extremo, observou-se que apenas o Agricultor Agroecológico 14 aloca integralmente a força de trabalho familiar fora do estabelecimento. No meio deste gradiente, existem 08 (oito) agricultores que alocam parcialmente a força de trabalho familiar no manejo produtivo em seus estabelecimentos.

Deste modo, assim como o observado no contexto mais geral de análise (no âmbito dos 93 agricultores agroecológicos do Núcleo), a alocação da força de trabalho familiar dos 19 agricultores do Núcleo MBA se realiza de maneira diversificada, sendo a ocupação desta força apenas no estabelecimento rural a

principal lógica adotada por estes agricultores, da mesma forma que verificado no GRÁFICO 1.

Outro fato notado foi que independente da lógica de inserção da força de trabalho familiar (integralmente dentro ou fora do estabelecimento rural ou de maneira consorciada entre estes dois ambientes – interno e externo ao estabelecimento), foi observado que os agricultores recorrem à contratação de mão de obra, seja de maneira temporária ou permanente.

Neste sentido, verificou-se que o maior contingente de mão de obra contratada está alocado em estabelecimentos rurais que detêm dupla inserção da força de trabalho familiar, ou seja, que os membros da família alocam parcialmente sua força de trabalho no estabelecimento e fora dele. Ocorre que estes agricultores (os Agricultores Agroecológicos 5 e 10) possuem uma diversidade de atividades agrícolas e não-agrícolas, sendo que algumas destas atividades não-agrícolas, tendem a demandar uma maior quantidade de mão de obra, pois além de ambos desenvolverem a agroindustrialização, se dedicam à fabricação de água mineral e turismo rural, respectivamente.

Por outro lado, observa-se que apesar de alocar a força de trabalho familiar integralmente fora do estabelecimento rural, o Agricultor Agroecológico 14 possui apenas 01 (uma) mão de obra contratada, mas como será visto adiante (item 4.3) este agricultor possui uma pequena diversidade produtiva agrícola e não-agrícola, concentrando-se, basicamente, na extração de madeira através de um manejo florestal sustentável.

Outro ponto observado é que os agricultores que desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas possuem uma diversidade de lógicas para a alocação da força de trabalho familiar. Todavia, observou-se que prevalece a lógica que prima pela alocação integral da força de trabalho familiar apenas no estabelecimento rural, pois dos 15 agricultores que consorciam o desenvolvimento das atividades agrícolas com as não-agrícolas, 08 (oito) detêm esta característica (53,3%).

Além disso, verificou-se que dos 19 agricultores do Núcleo MBA pesquisados, 04 (quatro), ou seja, 21,05%; dedicam-se apenas ao desenvolvimento de atividades socioeconômicas agrícolas em seus estabelecimentos rurais. Ocorre ainda que destes 04 (quatro) agricultores, 03 (três) alocam a força de trabalho familiar de maneira parcial no manejo produtivo desenvolvido em seus estabelecimentos. Ou seja, mesmo não desenvolvendo algum tipo de atividade não-

agrícola em seu estabelecimento, a grande maioria da força de trabalho familiar destes 03 (três) agricultores realizam atividades produtivas, de forma remunerada, no ambiente urbano em setores produtivos não-agrícolas (QUADRO 8).

| AA | OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FAMILIAR |  |
|----|--|--|
|    | Agricultor Agroecológico               | Demais Membros da Família Rural  |
| 2  | -                                      | Enfermeira (Hospital)  |
| 3  | -                                      | Funcionário de um Colégio  |
| 4  | <b>Não Informado</b>                   |  |
| 5  | Fábrica de Água Mineral                | Secretária Municipal de Saúde, Fábrica e Comercialização dos Produtos Agroecológicos |
| 10 | Advogado                               | Artesã   |
| 11 | -                                      | Feira Agroecológica e Recursos Humanos de uma Fábrica                                |
| 14 | Auxiliar Administrativo                | Autônomo   |
| 15 | -                                      | Empresa de Telecomunicações Móvel e Multinacional do Setor Alimentício               |
| 17 | -                                      | Programador de Informática   |
| 18 | Motorista                              | Multinacional no Setor de Eletrônica e Eletrodoméstico                               |

**QUADRO 8 – OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FAMILIAR DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA FORA DO ESTABELECIMENTO RURAL FAMILIAR 2012**

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo, 2012

NOTA: AA – Agricultor Agroecológico

O QUADRO 8 demonstra que todos os 09 (nove) agricultores agroecológicos do Núcleo MBA que alocam parcialmente ou integralmente a força de trabalho familiar fora do estabelecimento rural desenvolvem algum tipo de atividade produtiva não-agrícola no ambiente urbano. Entretanto, estas atividades – ao contrário do exposto por Kageyama (2008) e Graziano da Silva (1997; 2001) no Capítulo 4 – não são caracterizadas como de baixa qualificação, como de empregada doméstica, ou servente de pedreiro, ou faxineiro, mas são atividades que, em alguns casos, necessitam de um grau de qualificação mais elevado, por exemplo, no caso da profissão de enfermeira hospitalar, ou da profissão de advogado, ou da profissão de programador de informática, ou ainda, da função de administrador de fábrica de água mineral.

Diante deste contexto, e a partir da lógica produtiva apresentada por Lamarche (1998), observa-se que dos 19 agricultores do Núcleo MBA pesquisados, 17 detêm uma lógica muito familiar, enquanto que 02 (dois) possuem uma lógica pouco familiar. Além disso, como será visto no transcorrer deste Capítulo, que os 16 agricultores que possuem uma lógica muito familiar estão inseridos numa lógica produtiva caracterizada como modelo empresa familiar, enquanto que 01 (um)

agricultor pode ser caracterizado como Modelo Agricultura Camponesa ou de Subsistência. Além disso, os 02 (dois) agricultores que detêm uma lógica pouco familiar estão inseridos num modelo caracterizado como empresa (QUADRO 9).

| <b>AA</b> | <b>Lógica Produtiva</b> | <b>Modelo Produtivo</b>                         |
|-----------|-------------------------|---|
| 1         | Lógica Muito Familiar   | Modelo Empresa Familiar                         |
| 2         | Lógica Muito Familiar   | Modelo Empresa Familiar                         |
| 3         | Lógica Muito Familiar   | Modelo Empresa Familiar                         |
| 4         | Lógica Muito Familiar   | Modelo Agricultura Camponesa ou de Subsistência |
| 5         | Lógica Pouco Familiar   | Modelo Empresa                                  |
| 6         | Lógica Muito Familiar   | Modelo Empresa Familiar                         |
| 7         | Lógica Muito Familiar   | Modelo Empresa Familiar                         |
| 8         | Lógica Muito Familiar   | Modelo Empresa Familiar                         |
| 9         | Lógica Muito Familiar   | Modelo Empresa Familiar                         |
| 10        | Lógica Muito Familiar   | Modelo Empresa Familiar                         |
| 11        | Lógica Muito Familiar   | Modelo Empresa Familiar                         |
| 12        | Lógica Muito Familiar   | Modelo Empresa Familiar                         |
| 13        | Lógica Muito Familiar   | Modelo Empresa Familiar                         |
| 14        | Lógica Pouco Familiar   | Modelo Empresa                                  |
| 15        | Lógica Muito Familiar   | Modelo Empresa Familiar                         |
| 16        | Lógica Muito Familiar   | Modelo Empresa Familiar                         |
| 17        | Lógica Muito Familiar   | Modelo Empresa Familiar                         |
| 18        | Lógica Muito Familiar   | Modelo Empresa Familiar                         |
| 19        | Lógica Muito Familiar   | Modelo Empresa Familiar                         |

**QUADRO 9 – CLASSIFICAÇÃO DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA, DE ACORDO COM A LÓGICA E MODELO PRODUTIVO ADOTADOS PELOS MESMOS**

FONTE: O Autor (2012)

NOTA: AA – Agricultor Agroecológico

Assim, observa-se que as estratégias reprodutivas organizadas por estes agricultores tendem a ter uma perspectiva gerencial ligada à gestão empresarial e não a uma visão camponesa ou de subsistência. De fato, foi observado que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados tendem a primar pela adoção de manejos produtivos que lhes tragam rendimentos econômicos satisfatórios a longo prazo, a partir dos recursos produtivos que estão a sua disposição, conforme será visto no item 5.5 deste Capítulo.

Além disso, no transcorrer da pesquisa, observou-se que, neste Núcleo, alguns agricultores estão mais posicionados a uma característica que os defina como neorrural do que agricultor familiar. Neste sentido, podem ser classificados como neorrurais, os Agricultores Agroecológicos 5, 10, 14, 17 e 18.

Cabe ainda salientar que existe um caso particular sendo avaliado neste trabalho. Refere-se ao Agricultor Agroecológico 4. Este agricultor constitui-se, na

verdade, numa comunidade formada por 27 famílias rurais, sendo que 21 estão cadastradas junto à Rede Ecovida, utilizando o mesmo estabelecimento sob o regime comunitário.

Esta comunidade é denominada de Comunidade do Terceiro Plano, mas está cadastrada na AOPA como Cooperativa Agrícola do Terceiro Plano. Esta Cooperativa está situada no Município de Contenda/PR, sendo criada no ano de 1991 por 06 (seis) famílias que decidiram migrar da cidade para o ambiente rural e, desta forma, se desfizeram de seus bens na cidade e compraram um estabelecimento rural de forma conjunta.

A comunidade administra de forma coletiva os valores monetários obtidos com a comercialização dos bens agrícolas e não-agrícolas produzidos (ou seja, produzido de forma coletiva). Além disso, de maneira coletiva, a comunidade define quais bens materiais devem ser comprados, como gastar seus recursos com lazer ou insumos produtivos, o que deve ser produzido para o autoconsumo, comercialização ou para ambas as finalidades, dentre outras ações.

#### 4.2 O MANEJO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA<sup>14</sup>

O manejo dos estabelecimentos rurais agroecológicos constitui-se num elemento importante para entender como são organizadas as estratégias reprodutivas social, econômica e ambiental dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA. Além disso, a maneira como é gerenciado o estabelecimento rural indica quais são os fundamentos adotados pelos agricultores para a determinação dos arranjos produtivos a serem desenvolvidos neste locus, bem como quais são as lógicas produtivas que contribuem para a formatação destes ambientes produtivos.

O manejo dos estabelecimentos rurais do Núcleo MBA organiza-se através de um gerenciamento que, por um lado, apresenta-se a partir das diferentes formas

---

<sup>14</sup> O manejo do Estabelecimento Rural constitui-se num fator-chave para a geração e elevação do nível de Autonomia Socioambiental para os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA. Neste sentido, a Diversificação de Atividades Socioeconômicas exercidas por estes agricultores (equação 10, apresentada no Capítulo 2, subitem 2.4.4) emerge da forma como são elaboradas e gestadas as lógicas reprodutiva e gerencial do agricultor do Núcleo MBA.



de se alocar a força de trabalho familiar e contratada<sup>15</sup> nas práticas desenvolvidas nestes lócus produtivos. Por outro lado, ocorre por meio da estruturação de sistemas socioprodutivos agrícolas e não-agrícolas que detenham o potencial de inserir os agricultores em espaços comerciais diferenciados e atraentes economicamente, ao tempo que possibilitem a ocorrência de retornos não econômicos, tais como: a melhoria das condições alimentares das famílias rurais por meio do autoconsumo e das condições ecológicas dos estabelecimentos decorrentes das práticas sustentáveis de produção.

Este contexto reprodutivo detém como elementos-chave as possibilidades de inserção mercadológicas geradas pela economia da nova ruralidade, bem como das oportunidades propiciadas pela reconfiguração da economia local do ambiente rural. Isto ocorre, pois os agricultores passam a deter a possibilidade de vislumbrar novos cenários socioeconômicos que se expressam pela organização no espaço local de novos mercados, tais como: o turismo rural, a produção de bioenergia ou a realização de feiras agroecológicas.

Neste contexto, observou-se – através da pesquisa de campo e observações realizadas no transcorrer desta pesquisa – que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA manejam seus estabelecimentos rurais e organizam suas estratégias reprodutivas, levando em consideração o tamanho de seus estabelecimentos rurais e as práticas de conservação ambiental utilizadas.

No que concerne ao tamanho do estabelecimento rural, verificou-se que dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados, 11 detêm estabelecimentos com área de até 10 hectares, enquanto que 02 (dois) possuem área com mais de 100 hectares. Porém, o número de agricultores que detém estabelecimento com áreas de até 5 hectares é expressivo, contemplando 05 (cinco) agricultores dos 19 pesquisados (TABELA 5).

---

<sup>15</sup> Discussão realizada no item 4.1.

**TABELA 5 – ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2008-2010**

| <b>Agricultor Agroecológico</b> | <b>Área Total (ha)</b> |
|---------------------------------|------------------------|
| 1                               | 20,00                  |
| 2                               | 4,84                   |
| 3                               | 8,80                   |
| 4                               | 50,00                  |
| 5                               | 24,00                  |
| 6                               | 6,90                   |
| 7                               | 128,00                 |
| 8                               | 10,00                  |
| 9                               | 2,00                   |
| 10                              | 10,10                  |
| 11                              | 8,80                   |
| 12                              | 2,25                   |
| 13                              | 27,00                  |
| 14                              | 121,00                 |
| 15                              | 4,00                   |
| 16                              | 3,00                   |
| 17                              | 91,96                  |
| 18                              | 5,20                   |
| 19                              | 10,00                  |

FONTE: Elaborado com base nas informações contidas nos Planos de Manejo Orgânico/AOPA

Assim, da mesma maneira como foi observado no contexto referente aos 93 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA (GRÁFICO 2), o maior contingente de estabelecimentos rurais pesquisados possui área de até 10 hectares, enquanto que os agricultores que detêm estabelecimentos com maior área (acima de 100 hectares) possuem baixa expressividade, uma vez que dos 19 agricultores, apenas 02 (dois) detêm propriedade com este porte e dos 93 agricultores, apenas 04 (quatro) possuem propriedades com este porte.

Cabe ressaltar que a área dos estabelecimentos rurais dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA detém múltiplos usos, ou seja, no espaço abrangido pelo estabelecimento, existem áreas que são ocupadas por construções para a moradia e/ou para a produção de bens, áreas com infraestrutura necessária ao desenvolvimento produtivo, áreas com vegetação e outros recursos naturais, por exemplo, sendo esse um cenário semelhante ao verificado no contexto dos 93 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA.

O tamanho dos estabelecimentos apresenta-se como um limite imposto ao desenvolvimento socioprodutivo para alguns agricultores do Núcleo MBA, uma vez que o tamanho de seus estabelecimentos rurais agroecológicos, por possuírem uma pequena área, gera uma dificuldade para que os mesmos organizem sistemas produtivos baseados na produção em larga escala e especializada (monocultura).

Neste sentido, torna-se necessário que estes agricultores desenvolvam e/ou apliquem sua capacidade inovadora, seu conhecimento tácito e os instrumentos produtivos a sua disposição. Assim, estes agricultores estão organizando sistemas socioprodutivos que buscam potencializar os diversos capitais (social, humano, natural, econômico, cultural e físico/tecnológico) existentes em seus estabelecimentos rurais agroecológicos, estruturando em alguns casos agroecossistemas e/ou sistemas socioprodutivos quase que autossuficientes.

Um exemplo disto, pode ser observado por meio do caso do Agricultor Agroecológico 5. O estabelecimento rural deste agricultor possui uma área de 24 hectares, sendo que 60% desta área é coberta por vegetação nativa, além de deter em seu estabelecimento uma área ocupada por um rio (0,5ha), Área de Proteção Permanente (APP)/Reserva Legal (RL) (12ha) e área com capoeira (1,5ha). Todavia, este agricultor inseriu em seu estabelecimento rural uma diversidade de práticas socioprodutivas que lhe possibilitou desenvolver simultaneamente uma gama variada de atividades socioeconômicas agrícolas e não-agrícolas (FIGURA 8).



**FIGURA 8 – EXEMPLOS DE ATIVIDADES PRODUTIVAS DESENVOLVIDAS NO ESTABELECIMENTO RURAL DO AGRICULTOR AGROECOLÓGICO 5 DO NÚCLEO MBA 2012**

FONTE: Pesquisa de Campo, 2012

O exemplo citado acima indica que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA estão buscando inserir em seus estabelecimentos rurais manejos socioprodutivos que se alicercem em práticas produtivas plurais. Estas práticas se organizam por meio das observações realizadas, das experiências acumuladas e das trocas de saberes realizadas pelo agricultor e incentivadas pela Rede Ecovida de Agroecologia.

No caso do Agricultor Agroecológico 5, observou-se que por ser um neorrural, o conhecimento acumulado durante o tempo de vivência no ambiente

urbano e da experiência acumulada como técnico agrícola, possibilitou-lhe o instrumental (experiência, conhecimento, capacidade inovadora) necessário para que pudesse interagir de maneira eficiente sobre os recursos produtivos existentes em seu estabelecimento, de maneira, que fosse possível organizar um arranjo produtivo que o potencializasse socioeconomicamente.

Este mesmo panorama reprodutivo foi verificado no contexto de outros agricultores. Assim, da mesma forma que foi observado para o Agricultor Agroecológico 5, existem outros agricultores (Agricultores Agroecológicos 4 e 17, por exemplo) que possuem estratégias reprodutivas semelhantes a este agricultor. Também, foi observada, a existência de agricultores (Agricultores Agroecológicos 9 e 16, por exemplo) que, através da convivência com os neorrurais, principalmente nas reuniões, oficinas e momentos coletivos proporcionados pela Rede Ecovida e pela AOPA, acrescentou aos seus instrumentais gerenciais novos pressupostos trazidos com esta convivência.

Foi percebido ainda que existem agricultores agroecológicos (Agricultores Agroecológicos 1 e 7, por exemplo) que organizaram de maneira própria suas estratégias gerenciais multiprodutivas e/ou multissetoriais. Estes agricultores também possuem o acesso aos espaços coletivos de interação proporcionados pela Rede Ecovida e pela AOPA, mas que seu espírito empreendedor e as oportunidades proporcionadas pela economia local onde está situado seu estabelecimento rural, constituem-se nos elementos indutores das iniciativas produtivas destes agricultores.

As práticas socioprodutivas plurais adotadas pelos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA são estruturadas levando em consideração as singularidades existentes em seus agroecossistemas. Esta lógica contribui para que estes agricultores reduzam sua vulnerabilidade social, econômica e ecológica, uma vez que seus sistemas produtivos tendem a conciliar retornos econômicos com conservação ambiental e com desenvolvimento do capital humano.

Pinheiro (2007) argumenta que esta lógica possibilita ao agricultor determinar qual o rumo socioprodutivo pretende seguir de maneira a contemplar sua autonomia e seu modo e projeto de vida. Ainda, de acordo com Pinheiro (2007, p. 92), os agricultores agroecológicos manejam seus estabelecimentos rurais de maneira a “[...] conciliar no interior da unidade produtiva diferentes dimensões que permitem conciliar a esfera econômica à proposta ambiental e ainda satisfazer os anseios individuais da família agricultora em diversos níveis [...]”.

A visão apontada por Pinheiro (2007) é observada na organização produtiva dos agricultores do Núcleo MBA. Estes manejam seus estabelecimentos rurais de maneira a integrar práticas econômicas com práticas ambientais (FIGURA 9).



**FIGURA 9 – MANEJO SOCIOPRODUTIVO ADOTADO PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA QUE INTEGRA ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS COM CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO ESTABELECIMENTO RURAL 2012**

FONTE: Pesquisa de Campo, 2012

Esta integração é possível, pois estes agricultores utilizam-se de dois pressupostos que estão se mostrando complementares para a maioria dos agricultores pesquisados: os fundamentos inerentes ao sistema socioprodutivo agroecológico e a pluriatividade.

Deste modo, a partir do manejo dos estabelecimentos rurais dos agricultores do Núcleo MBA, foi possível observar que as práticas agroecológicas propiciam um ambiente favorável para que estes agricultores desenvolvam práticas socioprodutivas plurais.

Para o desenvolvimento destas práticas, os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA utilizam os recursos provenientes da natureza e/ou resíduos gerados em seus estabelecimentos rurais como insumos necessários ao desenvolvimento de seus sistemas socioprodutivos agrícola e/ou não-agrícola, por exemplo, as fontes, nascentes e rios que podem ser utilizados, tanto para a irrigação da produção agrícola como para a atividade de pesque e pague (APÊNDICE B).

Além disso, os recursos provenientes da natureza existentes nos estabelecimentos rurais poderão ser utilizados para a geração de bem-estar para as famílias rurais agroecológicas, por exemplo, através da organização de espaços para a contemplação da paisagem e/ou a organização de áreas para o lazer familiar.

Neste sentido, estes agricultores organizam seus estabelecimentos rurais balizados na baixa dependência de insumos externos, uma vez que parte dos insumos necessários à produção é produzido e/ou extraído do próprio estabelecimento agroecológico.

Desta forma, observou-se que todos os estabelecimentos rurais avaliados realizam algum tratamento ou reutilizam os resíduos sólidos e efluentes líquidos gerados no estabelecimento rural, ou possuem fontes ou nascentes, ou detêm área a ser conservada ou coberta por vegetação nativa. Os agricultores manejam os resíduos sólidos ou efluentes líquidos de maneira a reinseri-lo no sistema socioprodutivo por meio da compostagem, do uso direto na plantação/horta, da produção de húmus, do tratamento animal e da produção de energia via biodigestores. Os resíduos sólidos e efluentes líquidos que não são reutilizados são destinados à coleta ou coleta seletiva de lixo e são acondicionados, majoritariamente, em fossas sépticas (APÊNDICE B).

Outra prática importante desenvolvida pelos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA refere-se à utilização do recurso hídrico existente no agroecossistema como um insumo utilizado nos sistemas socioprodutivos agrícola e não-agrícola. Assim, estes agricultores detêm fontes e nascentes protegidas de diversas formas em seus agroecossistemas, utilizando a água para a irrigação de sua produção agrícola e/ou para a alimentação animal (QUADRO 11).

| <b>Agricultores Agroecológicos</b> | <b>Formas de Proteção das Fontes e Nascentes</b> |
|------------------------------------|--|
| 1                                  | Mata ciliar e Concretagem                        |
| 2                                  | Mata nativa                                      |
| 3                                  | Mata ciliar                                      |
| 4                                  | Vegetação nativa e Alvenaria                     |
| 5                                  | Mata - protegidas com manilhas                   |
| 6                                  | Mata nativa e ciliar                             |
| 7                                  | Mata nativa                                      |
| 8                                  | Mata nativa                                      |
| 9                                  | Mata nativa                                      |
| 10                                 | Com cercas                                       |
| 11                                 | Mata e Cisterna                                  |
| 12                                 | Não há nascentes                                 |
| 13                                 | Reserva permanente                               |
| 14                                 | Mata Ciliar                                      |
| 15                                 | Mata   |
| 16                                 | Mata nativa                                      |
| 17                                 | Mata nativa e ciliar                             |
| 18                                 | Mata ciliar                                      |
| 19                                 | Mata nativa                                      |

**QUADRO 11 – FORMAS ADOTADAS PARA A PROTEÇÃO DAS FONTES E NASCENTES EXISTENTES NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DO NÚCLEO MBA 2008-2010**  
 FONTE: Elaborado com base nas informações contidas nos Planos de Manejo Orgânico/AOPA

Mas não são apenas as fontes e nascentes que são utilizadas na irrigação. Associado a estes dos tipos de recursos naturais, os agricultores manejam, também, os pequenos lagos e/ou rios, utilizando-os para o desenvolvimento de atividades produtivas agrícola e, principalmente, não-agrícola, como o turismo rural ou para a produção de peixes, por exemplo.

A conservação e ampliação da biodiversidade existentes nos estabelecimentos rurais, também, contribuem para que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA possam criar e desenvolver práticas socioprodutivas inovadoras que balizam-se na interação entre as dimensões econômicas e ecológicas, por exemplo, o turismo rural. Tal fato ocorre, pois a biodiversidade constitui-se no elemento importante para a formação da paisagem que compõe o estabelecimento rural agroecológico, paisagem esta, que pode se tornar um atrativo turístico na região (FIGURA 10).



**FIGURA 10 – EXEMPLOS DE PAISAGENS EXISTENTES NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2012**

FONTE: Pesquisa de Campo, 2012

Cabe salientar que apesar de serem apresentadas como exemplo, os Agricultores Agroecológicos 4 e 5 não desenvolvem turismo rural, apesar de que o Agricultor Agroecológico 5 detém a vontade de executar esta atividade e o 4 possui potencialidade para desenvolver a prática do turismo rural.<sup>2</sup>

Neste sentido, percebe-se que há uma tendência em os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA associarem suas práticas socioprodutivos à conservação da biodiversidade, até porque os pressupostos da agroecologia demandam tal ação por parte destes agricultores. Deste modo, estes agricultores



detêm em seus estabelecimentos rurais pelo menos duas áreas que são cobertas por vegetação ou detêm recursos hídricos (TABELA 6).

**TABELA 6 – ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA QUE POSSUEM ALGUMA ÁREA A SER CONSERVADA E ÁREA COBERTA POR VEGETAÇÃO NATIVA 2008-2010**

| AA | Área dos Estabelecimentos Rurais (ha) | Área Conservada nos Estabelecimentos Rurais Agroecológicos em Hectares (ha) |       |       |       |       |               | Área da Propriedade Coberta por Vegetação Nativa (%) |
|----|---------------------------------------|---|-------|-------|-------|-------|---------------|--|
|    |                                       | 1   | 2     | 3     | 4     | 5     | 6             |  |
| 1  | 20,00                                 | 0,03  | 6,70  | -     | -     | -     | <b>6,73</b>   | 33,50  |
| 2  | 4,84                                  | 0,20  | 0,50  | -     | -     | -     | <b>0,70</b>   | 20,00  |
| 3  | 8,80                                  | -   | 1,00  | -     | -     | 0,30  | <b>1,30</b>   | 15,00  |
| 4  | 50,00                                 | 0,0002  | 17,00 | 0,50  | 2,70  | 4,00  | <b>24,20</b>  | 37,00  |
| 5  | 24,00                                 | 0,50  | 12,00 | -     | 1,50  | -     | <b>14,00</b>  | 60,00  |
| 6  | 6,90                                  | 0,45  | 1,80  | 0,01  | 0,10  | -     | <b>2,36</b>   | 27,50  |
| 7  | 128,00                                | 0,04  | 85,00 | -     | -     | 40,00 | <b>125,04</b> | 70,30  |
| 8  | 10,00                                 | -   | 5,00  | -     | -     | -     | <b>5,00</b>   | 50,00  |
| 9  | 2,00                                  | 0,02  | 0,50  | 0,50  | -     | -     | <b>1,02</b>   | 60,00  |
| 10 | 10,10                                 | 0,10  | 6,00  | -     | 1,00  | 1,00  | <b>8,10</b>   | 70,00  |
| 11 | 8,80                                  | 0,10  | 4,00  | -     | -     | 0,60  | <b>4,70</b>   | 35,00  |
| 12 | 2,25                                  | 0,01  | 0,75  | 1,00  | -     | -     | <b>1,76</b>   | 30,00  |
| 13 | 27,00                                 | 0,02  | 6,48  | 0,50  | 0,30  | 0,10  | <b>7,40</b>   | 98,00  |
| 14 | 121,00                                | 1,00  | 2,40  | 42,45 | 1,00  | 3,00  | <b>49,85</b>  | 60,00  |
| 15 | 4,00                                  | 0,03  | 1,00  | -     | 1,00  | -     | <b>2,03</b>   | 2,00   |
| 16 | 3,00                                  | 0,01  | 0,50  | -     | -     | -     | <b>0,51</b>   | 33,33  |
| 17 | 91,96                                 | -   | 20,00 | 8,00  | 14,00 | -     | <b>42,00</b>  | 80,00  |
| 18 | 5,20                                  | 0,10  | 1,40  | -     | 0,50  | -     | <b>2,00</b>   | 0,50   |
| 19 | 10,00                                 | -   | -     | -     | -     | -     | -             | 50,00  |

|   |                            |                                     |
|---|----------------------------|-------------------------------------|
| <b>AA</b> – Agricultores Agroecológicos | <b>3</b> – Reflorestamento | <b>6</b> – Total da Área Conservada |
| <b>1</b> – Rios                         | <b>4</b> – Capoeiras       |                                     |
| <b>2</b> – APP + Reserva Legal          | <b>5</b> – Áreas Alagadas  |                                     |

FONTE: Elaborado com base nas informações contidas nos Planos de Manejo Orgânico/AOPA

Esta TABELA também traz à baila um fato importante para a discussão acerca dos limites impostos ao desenvolvimento de práticas produtivas no âmbito do estabelecimento rural para alguns agricultores agroecológicos do Núcleo MBA. Tal fato decorre da verificação de que, em alguns casos, se o agricultor não manejasse seu estabelecimento rural por meio das práticas oriundas da agroecologia em conjunto com as práticas advindas da pluriatividade, dificilmente conseguiria organizar um sistema socioprodutivo sustentável a longo prazo, pois necessitaria de quantidades crescentes de insumos externos para manterem seus níveis de produção e, sem escalas crescentes de produção, ficariam a margem do sistema econômico.

Exemplo disto é verificado quando se observa o caso do Agricultor Agroecológico 7, que detém 97,7% de seu estabelecimento rural composto por



áreas que necessitam ser conservadas: rio, Área de Proteção Permanente/Reserva Legal e área alagada. Associado a esta área a ser conservada, observa-se que 70,3% do estabelecimento deste agricultor é coberta por vegetação nativa. Sendo assim, este agricultor possui um estabelecimento rural que detém áreas que limitam a prática agrícola, fato este que tende a elevar os custos de produção para a manutenção ou elevação dos níveis produtivos requeridos pelos circuitos comerciais.

Estes custos tendem a se elevar, pois a ampliação da produção agrícola tende a resultar numa pressão sobre as áreas preservadas, que possuam potencialidade para serem exploradas, ou seja, gera-se um ambiente favorável à degradação do agroecossistema em prol de benefícios econômicos e, desta forma, poderá ocorrer um processo de desequilíbrio ecológico, que por sua vez, culminaria com uma situação de insustentabilidade produtiva a longo prazo, da mesma forma como ocorre atualmente com os estabelecimentos rurais que detêm estas mesmas particularidades e estão inseridas nos sistemas produtivos e comerciais que reproduzem a lógica oriunda da Revolução Verde.

Desta forma, o Agricultor Agroecológico 7, ao manejar seus estabelecimentos rurais, deve primar pela organização de uma lógica reprodutiva que se estruture a partir da interação entre as práticas oriundas do sistema socioprodutivo agroecológico e da pluriatividade. Ou seja, deve detectar e desenvolver atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas que potencializem os diversos recursos existentes em seu estabelecimento, gerando o mínimo de impacto ambiental (desequilíbrio ecológico). No entanto, pelo que foi observado no transcorrer da pesquisa, este agricultor optou por desenvolver em seu estabelecimento apenas atividades de cunho agrícola, mas de maneira diversificada.

Assim, estabelecimentos rurais que possuem limitantes ecológicos podem buscar a organização de sistemas produtivos que se estruturam através da pluralidade de atividades. Neste sentido, a pluriatividade na agroecológica abre espaço para que esta realidade produtiva aconteça. Este cenário, por sua vez, permite a estes agricultores a produção de uma gama variada de bens e serviços agrícolas e não-agrícolas, tendo como parâmetro limitador e/ou potencializador a singularidade existente em cada estabelecimento rural.

#### 4.3 AS MÚLTIPLAS ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS DESENVOLVIDAS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA

A organização produtiva dos estabelecimentos rurais do Núcleo MBA decorre da forma como são estruturados a lógica produtiva e o tipo de gerenciamento adotado (mais empresarial ou mais ligado à subsistência familiar) pelos agricultores agroecológicos. Estes dois fatores são os responsáveis pela maneira como serão articulados os diversos capitais existentes num dado agroecossistema e, conseqüentemente, que tipo de arranjo produtivo agrícola e/ou não-agrícola será formatado neste *lócus* de produção.

Desta forma, existe um leque variado de trajetórias reprodutivas que pode ser adotado pelos agricultores do Núcleo MBA. Assim, um determinado agricultor, a partir dos capitais existentes em seu agroecossistema, pode construir um arranjo produtivo cuja finalidade é acumular capital financeiro no médio prazo, utilizando-se para tal objetivo, os pressupostos oriundos de uma visão gerencial de cunho empresarial associada a uma lógica balizada nos princípios da sustentabilidade.

Por outro lado, um agricultor pode organizar um arranjo produtivo com a finalidade de obter os recursos financeiros necessários à reprodução da família, utilizando-se para isso de instrumentos gerenciais informais e que são provenientes do saber fazer de agricultor (conhecimento tácito), sem que haja a necessidade de acumular capital financeiro, mas buscando acumular os outros capitais existentes no estabelecimento (social, cultural, ecológico, humano e físico/tecnológico).

Associado ao contexto exposto, observa-se, no ambiente rural, a ocorrência de um processo de reconfiguração da economia local<sup>16</sup>. Esta reorganização faz emergir, conforme expôs Favareto; Seifer (2012), um novo tipo de economia, a “economia da nova ruralidade” que está estruturada sob três eixos produtivos: produção de bioenergia, produção de bens e serviços para inserção em mercados de alto valor e exploração econômica das amenidades rurais.

Neste sentido, no transcorrer desta pesquisa, foi observado que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados estão inseridos nesta nova dinâmica econômica do ambiente rural, sejam inseridos em mercados que agregam valor aos seus produtos (mercados de produtos agroecológicos), sejam inseridos em

---

<sup>16</sup> Este assunto foi apresentado e debatido no Capítulo 3.

setores produtivos que estão em expansão e que possibilitam um satisfatório retorno econômico (desenvolvimento do turismo rural nos estabelecimentos), ou ainda, desenvolvendo novas iniciativas produtivas (produção de energia a partir de resíduos gerados no estabelecimento).

Também foi verificado que a melhoria das condições econômicas dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA – melhoria esta que decorre de um processo contínuo de capacitação profissional dos membros da família rural e da reorganização produtiva dos estabelecimentos rurais – possibilita que um ou mais membros da família possam se inserir no mercado de trabalho agrícola e/ou não-agrícola em atividades produtivas especializadas e que demanda qualificação (como observado no item 4.1). Cabe salientar que a decisão de como alocar a força de trabalho é definida através de uma decisão coletiva da família.

Assim, de acordo com o manejo realizado no estabelecimento rural, os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA constroem um ambiente propício ao desenvolvimento de uma gama diversificada de atividades socioeconômicas agrícolas e/ou não-agrícolas. Por sua vez, os bens e serviços, produzidos a partir destas atividades, podem ser alocados de diversas maneiras (comercialização, autoconsumo e troca), sendo esta uma estratégia importante para a reprodução socioeconômica destes agricultores.

Deste modo, verificou-se que a maioria dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados detêm em seus estabelecimentos rurais sistemas socioprodutivos que desenvolvem, simultaneamente, atividades socioeconômicas de cunho agrícola como não-agrícola, assim como alocam de maneira múltipla os bens e serviços produzidos a partir destas atividades, como será visto a seguir.

#### 4.3.1 Atividades socioeconômicas agrícolas<sup>17</sup>

Os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA desenvolvem uma gama diversificada de atividades socioeconômicas agrícolas. São manejadas em seus

---

<sup>17</sup> Este subitem apresenta quais são os produtos e serviços agrícolas que compõe a variável Diversificação de Atividades Socioeconômicas existentes no Estabelecimento Rural ( $DAS_{ER}$ ), sendo este um dos componentes da equação 10, apresentada no Capítulo 2, subitem 2.4.4.

agroecossistemas: olerícolas, frutas, grãos, produtos de origem animal *in natura*, plantas medicinais, sementes, flores, produtos florestais.

O desenvolvimento destas atividades foi organizado e é reproduzido a partir das estratégias que contemplem simultaneamente **(i)** o conhecimento tácito dos agricultores com o conhecimento técnico-científico à disposição no sistema agroalimentar; **(ii)** a conservação ambiental dos estabelecimentos rurais; **(iii)** a busca por produtos que detenham melhores retornos econômicos e mercado consumidor em expansão; **(iv)** a melhoria das condições sociais dos agricultores, seus familiares, da mão de obra contratada e da população local e **(v)** a busca por obtenção de múltiplas rendas monetárias e não-monetárias por meio da diversificação da pauta produtiva agropecuária manejada no estabelecimento rural.

Associado ao manejo produtivo agroecológico de seus estabelecimentos, os agricultores do Núcleo MBA utilizam-se, ainda, dos mecanismos de reprodução socioeconômicas provenientes da pluriatividade como uma estratégia para a redução de suas vulnerabilidades social, econômica e ecológica, uma vez que a diversificação produtiva tende a converter-se em um sistema gerencial estruturado por meio de uma lógica que se fundamenta sobre o fluxo constante de oferta de produtos e obtenção de renda no transcorrer do ano.

Deste modo, esta lógica, tende a contribuir para a ocorrência de um manejo que dê preferência pela redução da pressão sobre os recursos naturais do agroecossistema, uma vez que são respeitados os ciclos produtivos das culturas e do desenvolvimento animal, pois a gestão produtiva adotada não prima pelo retorno econômico-financeiro advindo de um sistema balizado numa economia de escala, mas sim de escopo, em que a integração produtiva e as externalidades positivas contam mais.

As práticas pluriativas adotadas pelos agricultores são as seguintes: **(i)** desenvolvimento de múltiplas atividades socioeconômicas agrícolas; **(ii)** alocação da força de trabalho familiar no desenvolvimento de atividades agrícolas dentro e fora do estabelecimento rural familiar (esse tema já foi discutido no item 4.1); e **(iii)** múltipla alocação das atividades agrícolas, seja para a comercialização, autoconsumo e/ou troca.

Assim, a inter-relação entre as práticas oriundas da agroecologia e da pluriatividade organiza um ambiente reprodutivo, que se estrutura a partir de um *mix* diversificado de estratégias socioprodutivas agrícolas, que se baliza através da

detecção dos limites e potencialidades existentes em seus agroecossistemas e da maximização dos capitais existentes nos estabelecimentos rurais.

Diante deste contexto, observou-se que os 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados desenvolvem uma gama variada de atividades e de produtos agrícolas agroecológicos (TABELA 7).

**TABELA 7 – ÁREAS DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS E ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2012**

| AA | Área Total (ha) | Atividades/Produtos Agrícolas (Quantidade de Produtos Manejados) |    |    |     |    |    |    |    |    |    | Total de Produtos Manejados |
|----|-----------------|--|----|----|-----|----|----|----|----|----|----|-----------------------------|
|    |                 | O  | F  | G  | POA | FL | PF | PM | S  | IP | TS |                             |
| 1  | 20,00           | 20   | 07 | 02 | 05  | -  | -  | -  | -  | -  | -  | 34                          |
| 2  | 4,84            | 08   | -  | -  | 01  | -  | -  | -  | -  | -  | -  | 09                          |
| 3  | 8,80            | 20   | 05 | 01 | 01  | 01 | -  | -  | -  | -  | -  | 28                          |
| 4  | 50,00           | 30   | 10 | 03 | 03  | 01 | 01 | -  | 01 | 01 | -  | 50                          |
| 5  | 24,00           | 20   | 06 | 01 | 03  | -  | 01 | -  | 01 | 01 | -  | 33                          |
| 6  | 6,90            | 20   | 05 | 02 | 01  | -  | -  | 01 | -  | 01 | -  | 30                          |
| 7  | 128,00          | 25   | 01 | 02 | 03  | -  | -  | 01 | -  | -  | -  | 34                          |
| 8  | 10,00           | 10   | -  | 03 | -   | 01 | -  | -  | -  | -  | -  | 14                          |
| 9  | 2,00            | -  | 06 | -  | 01  | 01 | -  | 01 | -  | 01 | 01 | 11                          |
| 10 | 10,10           | 10   | 20 | 05 | 01  | 01 | -  | -  | 01 | 01 | 01 | 40                          |
| 11 | 8,80            | 40   | 03 | -  | -   | -  | -  | -  | -  | -  | -  | 43                          |
| 12 | 2,25            | 12   | 06 | 01 | -   | -  | -  | -  | -  | -  | -  | 19                          |
| 13 | 27,00           | 30   | 01 | 02 | -   | -  | -  | -  | -  | -  | -  | 33                          |
| 14 | 121,00          | 01   | 01 | -  | 03  | -  | 01 | -  | -  | 01 | -  | 07                          |
| 15 | 4,00            | 20   | -  | -  | 01  | -  | -  | -  | -  | -  | -  | 21                          |
| 16 | 3,00            | 50   | 06 | 01 | -   | 01 | 01 | 01 | -  | -  | 01 | 61                          |
| 17 | 91,96           | 08   | 08 | 02 | 02  | -  | 01 | 01 | 01 | 01 | 01 | 25                          |
| 18 | 5,20            | 22   | 10 | -  | 03  | 01 | 01 | 01 | -  | 01 | -  | 38                          |
| 19 | 10,00           | 30   | 01 | 02 | 02  | -  | 01 | -  | 01 | 01 | -  | 38                          |

**Legenda:**

**F** – Frutas

**FL** – Flores

**G** – Grãos

**O** – Olerícolas

**IP** – Insumos para Produção (adubos, humos e fertilizantes)

**PF** – Produtos Florestais

**PM** – Plantas Medicinais

**POA** – Produto de Origem Animal *in natura*

**S** – Semente

**TS** – Troca de Serviços por meio de mutirão, trabalho comunitário, etc.

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo, 2012

NOTA: AA – Agricultor Agroecológico

Esta busca por diversificação agrícola reflete a lógica produtiva disseminada pela agroecologia, que prima pela organização de sistemas produtivos diversificados e que se baliza sobre a produção de uma pauta variada de produtos a partir de um mesmo *lôcus* produtivo, independente de seu tamanho.

A questão do tamanho do estabelecimento, de fato, constitui-se numa questão secundária para a inserção e desenvolvimento do sistema socioprodutivo agroecológico no estabelecimento rural. Ao observar a TABELA 7, nota-se que não há uma relação direta entre tamanho do estabelecimento e quantidade de atividades agrícolas, uma vez que há pequenos estabelecimentos com uma grande diversidade de atividades, assim como grandes estabelecimentos com pouca diversificação.

A partir desta TABELA observa-se, por exemplo, que o Agricultor Agroecológico 16 (o mais diversificado), que detém um estabelecimento rural, que possui uma área de apenas 03 (três) hectares, produz 61 tipos diferentes de produtos agrícolas. Este agricultor organizou seu sistema socioprodutivo balizado na diversificação e no manejo de diferentes culturas, no transcorrer de todo o ano, de acordo com os ciclos produtivos (safra e entressafra) e/ou de maneira a desenvolver sistemas que produzam produtos alimentares e não-alimentares que detenham grande demanda em uma determinada época do ano e que possuam potencialidades para serem desenvolvidos de forma satisfatória e eficiente em seus agroecossistemas.

Por outro lado, verifica-se, por exemplo, que o Agricultor Agroecológico 14 (o menos diversificado), que detém um estabelecimento rural que possui uma área de 121 hectares produz 07 (sete) tipos diferentes de produtos agrícolas. Tal fato pode ser proveniente da lógica reprodutiva adotada por este agricultor, que aloca integralmente a força de trabalho familiar fora do estabelecimento rural e, desta maneira, o estabelecimento constitui-se mais num espaço de lazer e vivência familiar do que, efetivamente, num *lócus* utilizado para o desenvolvimento de atividade produtiva lucrativa em benefício da família, conforme foi observado.

Deste modo, nota-se que cada família rural agroecológica do Núcleo MBA organizará seu agroecossistema tendo como referência seu modo e projeto de vida em detrimento da busca incessante por retornos econômicos crescentes. Neste sentido, seu estabelecimento pode ser bastante ou pouco diversificado, ou o agricultor pode deter uma visão muito ou pouco atrelada aos retornos econômicos crescentes, por exemplo.

Independente da escolha realizada pelo agricultor agroecológico do Núcleo MBA, verificou-se que a diversificação produtiva tende a constituir-se numa estratégia importante para esses agricultores, seja produzindo uma pequena ou uma

grande quantidade de produtos agrícolas, pois além de ser uma prática produtiva que se adequa ao perfil produtivo de alguns estabelecimentos rurais familiares, representa uma forma importante para a obtenção de renda monetária e não-monetária no transcorrer do ano (Cf. ALENTEJANO, 2001; BRUMER, 2001; LOURENZANI; SOUZA FILHO, 2005; SCHNEIDER, 2009). Além disso, a diversificação produtiva constitui-se num princípio requerido pela agroecologia e para a conservação da biodiversidade existente no agroecossistema destes agricultores.

Entretanto, cabe salientar que um estabelecimento rural que detém uma diversificação em suas atividades produtivas, tende a apresentar níveis de escala produtiva reduzida quando se considera apenas um tipo de produto, por exemplo, produção de alface, morango, milho, etc. Todavia, quando se considera “o todo”, observa-se que este sistema detém escala produtiva satisfatória para suprir as necessidades financeiras (obtenção de renda financeira) e sociais (alimentos para autoconsumo) da família rural agroecológica do Núcleo MBA no transcorrer de todo o ano, servindo, ainda, como moeda de troca em alguns casos, por exemplo, trocar milho por feijão, ou morango por leite, etc. Por outro lado, nesse caso, é certa a presença de culturas de ciclo curto.

Na busca pela diversificação da pauta produtiva, cada agricultor agroecológico – a partir de seu modo e projeto de vida – deve determinar qual é a melhor configuração socioprodutiva a ser desenvolvida em seu estabelecimento rural, tendo como parâmetro a organização de manejos agrícolas balizados em ciclos que potencializem a ocorrência de um fluxo contínuo na oferta de produtos e na obtenção de renda no transcorrer do ano.

Deste modo, a partir da pesquisa de campo e observações, verificou-se que quatro elementos podem ser considerados como os principais fatores para a diversificação produtiva dos estabelecimentos rurais dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados, quais sejam: **(i)** a capacidade empreendedora de cada agricultor e/ou de seus familiares; **(ii)** a compreensão dinâmica dos agroecossistemas; **(iii)** o conhecimento tácito acumulado pelo agricultor e pelos seus familiares e **(iv)** a força de trabalho disponível para o desenvolvimento das atividades socioprodutivas.

Estes fatores contribuem para a construção de estratégias de reprodução que sejam condizentes com as particularidades existentes no estabelecimento rural

e inerentes aos agricultores agroecológicos. Ao entender as particularidades que o circundam estes agricultores tende a reduzir sua vulnerabilidade socioeconômica, pois há uma maior possibilidade de se estruturar sistemas socioprodutivos mais sustentáveis ao longo prazo.

De forma agregada, foi observado que os 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados produzem um total de 95 tipos de produtos alimentares *in natura* (TABELA 8).

**TABELA 8 – PAUTA DE PRODUTOS ALIMENTARES PRODUZIDOS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2008-2010**

| <b>PRODUTOS</b>   | <b>QUANTIDADE</b> |
|---|-------------------|
| <b>Olerícolas</b>   |                   |
| Alface, Berinjela, Brócolis, Cebola, Tomate e Vagem   | 1.034 caixas      |
| Brócolis e Couve-flor   | 15.000 dúzias     |
| Abóbora, Abóbora moranga, Abóbora seca, Abobrinha, Abobrinha verde, Alho, Batata, Batata Doce, Batatinha, Berinjela, Beterraba, Cebola, Cenoura, Chuchu, Ervilha, Ervilha torta, Inhame, Jiló, Mandioca (Aipim), Milho verde, Pepino, Pimentão, Pimenta, Pinhão, Quiabo, Raízes, Repolho, Tomate, Tomate cereja, Tubérculos, Hortaliças e Vagem | 267.694 kg        |
| Agrião, Alho Poró, Almeirão, Beterraba, Brócolis de ramo, Capim limão, Cebolinha, Cenoura, Cheiro Verde, Coentro, Couve-flor, Couve manteiga, Espinafre, Manjeriço, Nabo, Rabanete, Raízes, Repolho, Rúcula, Salsinha, Temperos e Salsinha  | 193.450 maços     |
| Acelga, Alface, Brassicas, Brócolis, Brócolis híbrido, Couve, Couve-chinesa, Couve-flor, Escarolas, Milho verde, Nabo comprido, Repolho, Repolho roxo, Hortaliças e Outras folhosas   | 355.280 unidades  |
| <b>Frutas</b>   |                   |
| Cítricos  | 10 caixas         |
| Ameixa preta, Amora, Amora, Caqui, Cítricos, Figo, Fisalis, Framboesa, Jabuticaba, Kiwi, Laranja, Laranja mimosa, Limão rosa, Maçã, Morango, Pera, Pêssego, Pokan e Uva   | 43.500 kg         |
| <b>Grãos</b>  |                   |
| Feijão e Milho  | 195 sacos         |
| Feijão, Milho e Milho – silagem   | 88.300 kg         |
| <b>Produtos de Origem Animal (<i>in natura</i>)</b>   |                   |
| Leite   | 42.000 L          |
| Mel   | 2.000kg           |
| Ovos  | 21.504 dúzias     |
| Peixes  | 3.000kg           |

FONTE: Elaborado com base nas informações contidas nos Planos de Manejo Orgânico/AOPA

Através das informações coletadas verificou-se que dos 19 agricultores agroecológicos selecionados e pesquisados do Núcleo MBA, 18 produzem algum tipo de olerícolas (desenvolvidas por 94,7% dos agricultores), sendo este o principal



item produzido por estes agricultores. No que concerne às frutas, este item é produzido por 16 agricultores (desenvolvidas por 84,2% dos agricultores). Já os produtos de origem animal (*in natura*) são produzidos por 14 agricultores (desenvolvidos por 73,7% dos agricultores), enquanto que os grãos são produzidos por 13 agricultores (desenvolvidos por 68,4% dos agricultores).

Os bens agrícolas são alocados em múltiplos destinos (comercialização, autoconsumo e troca), sendo esta uma estratégia importante para a reprodução socioeconômica dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados, pois por meio destes produtos estes agricultores podem obter **(i)** a renda necessária a sua reprodução; **(ii)** os alimentos demandados para a alimentação familiar e **(iii)** outros produtos necessários ao desenvolvimento do sistema socioprodutivo ou para a reprodução da família.

#### 4.3.1.1 As múltiplas alocações das atividades socioeconômicas agrícolas<sup>18</sup>

Os produtos alimentares e não-alimentares produzidos pelas atividades socioeconômicas agrícolas são alocados de múltiplas maneiras pelos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados. Neste sentido, estes produtos podem ser alocados para a comercialização, ou para o autoconsumo, ou para a troca, ou ser alocados de diversas maneiras simultaneamente. Ocorre ainda que, por meio destas alocações, estes agricultores detêm a possibilidade de obter um fluxo contínuo de entrada de renda monetária e não-monetária no transcorrer do ano.

Nas observações realizadas, verificou-se que, quanto maior o número de itens e de quantidade produzida por item – dentro dos limites de capacidade produtiva dos estabelecimentos e dos agricultores –, maior era a tendência de que o agricultor detivesse um grau elevado de segurança alimentar (alimentos em quantidade, variedade e regularidade necessárias à manutenção da família) ou que possuísse uma quantidade satisfatória de produtos para a comercialização.

Os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA optam por alocar de maneira plural os diversos produtos alimentares e não-alimentares manejados em seus

---

<sup>18</sup> Este subitem apresenta quais são os produtos e serviços agrícolas desenvolvidos pelos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA que compõem as equações 6 (RM = CPA + CPNA) e 8 (RNM = APA + APNA + TPA + TPNA), exposto no Capítulo 2, subitem 2.4.4.

estabelecimentos rurais, sendo esta uma estratégia diferenciada para obtenção de melhores condições de vida para a família (QUADRO 12).

| AA | Alocações das Atividades/Produtos Agrícolas |   |   |   |   |   |   |   |   |     |   |   |    |   |   |    |   |   |    |   |   |   |   |   |    |   |   |    |
|----|---|---|---|---|---|---|---|---|---|-----|---|---|----|---|---|----|---|---|----|---|---|---|---|---|----|---|---|----|
|    | O   |   |   | F |   |   | G |   |   | POA |   |   | FL |   |   | PF |   |   | PM |   |   | S |   |   | IP |   |   | TS |
|    | C   | A | T | C | A | T | C | A | T | C   | A | T | C  | A | T | C  | A | T | C  | A | T | C | A | T | C  | A | T | T  |
| 1  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |     |   |   |    |   |   |    |   |   |    |   |   |   |   |   |    |   |   |    |
| 2  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |     |   |   |    |   |   |    |   |   |    |   |   |   |   |   |    |   |   |    |
| 3  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |     |   |   |    |   |   |    |   |   |    |   |   |   |   |   |    |   |   |    |
| 4  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |     |   |   |    |   |   |    |   |   |    |   |   |   |   |   |    |   |   |    |
| 5  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |     |   |   |    |   |   |    |   |   |    |   |   |   |   |   |    |   |   |    |
| 6  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |     |   |   |    |   |   |    |   |   |    |   |   |   |   |   |    |   |   |    |
| 7  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |     |   |   |    |   |   |    |   |   |    |   |   |   |   |   |    |   |   |    |
| 8  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |     |   |   |    |   |   |    |   |   |    |   |   |   |   |   |    |   |   |    |
| 9  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |     |   |   |    |   |   |    |   |   |    |   |   |   |   |   |    |   |   |    |
| 10 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |     |   |   |    |   |   |    |   |   |    |   |   |   |   |   |    |   |   |    |
| 11 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |     |   |   |    |   |   |    |   |   |    |   |   |   |   |   |    |   |   |    |
| 12 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |     |   |   |    |   |   |    |   |   |    |   |   |   |   |   |    |   |   |    |
| 13 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |     |   |   |    |   |   |    |   |   |    |   |   |   |   |   |    |   |   |    |
| 14 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |     |   |   |    |   |   |    |   |   |    |   |   |   |   |   |    |   |   |    |
| 15 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |     |   |   |    |   |   |    |   |   |    |   |   |   |   |   |    |   |   |    |
| 16 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |     |   |   |    |   |   |    |   |   |    |   |   |   |   |   |    |   |   |    |
| 17 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |     |   |   |    |   |   |    |   |   |    |   |   |   |   |   |    |   |   |    |
| 18 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |     |   |   |    |   |   |    |   |   |    |   |   |   |   |   |    |   |   |    |
| 19 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |     |   |   |    |   |   |    |   |   |    |   |   |   |   |   |    |   |   |    |

**Legenda:**

F – Frutas  
 G – Grãos  
 O – Olerícolas  
 PM – Plantas Medicinais  
 POA – Produto de Origem Animal *in natura*  
 IP – Insumos para Produção (adubos, humos e fertilizantes)  
 TS – Troca de Serviços por meio de mutirão, trabalho comunitário, etc.

FL – Flores  
 PF – Produtos Florestais  
 S – Semente

**Legenda:**

C – Comercialização  
 A – Autoconsumo  
 T – Troca

**QUADRO 12 – ALOCAÇÕES DAS ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2012**

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo, 2012

NOTA: AA – Agricultor Agroecológico

Deste modo, através do QUADRO 12, verifica-se que no caso das olerícolas dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados, apenas o Agricultor Agroecológico 9 não detém este tipo de produção. Em relação aos 18 que produzem este tipo de alimento, 04 (quatro) o fazem, apenas com o intuito de comercializá-lo, enquanto que 12 agricultores o alocam simultaneamente para a comercialização e autoconsumo. Ainda existem 02 (dois) casos em que os agricultores, além de fazerem a mesma alocação, também os utilizam para a troca.

No caso das frutas, observa-se um fato interessante: não há a ação por parte dos agricultores em desenvolver produtos alimentares ligados a esta atividade produtiva apenas para a comercialização. Neste sentido, os produtos classificados

como frutas **(i)** são alocados simultaneamente para a comercialização e autoconsumo, 08 (oito) agricultores realizam esta prática; ou **(ii)** alocados simultaneamente para a comercialização, autoconsumo e troca, 04 (quatro) agricultores utilizam-se desta prática ou **(iii)** alocados apenas para o autoconsumo, 04 (quatro) agricultores executam esta prática.

Assim como com as frutas, os produtos de origem animal *in natura* também não detêm a lógica de serem alocados apenas para a comercialização. Os produtos classificados como produtos de origem animal *in natura* **(i)** são alocados simultaneamente para a comercialização e autoconsumo, 07 (sete) agricultores realizam esta prática; ou **(ii)** alocados simultaneamente para a comercialização, autoconsumo e troca, 01 (um) agricultor utiliza-se desta prática ou **(iii)** alocados apenas para o autoconsumo, 06 (seis) agricultores executam esta prática.

Além disso, é possível observar no QUADRO 12 que os produtos florestais, as plantas medicinais e os insumos para a produção são alocados prioritariamente para o autoconsumo, pois dos 07 (sete) agricultores que manejam os produtos florestais, 05 (cinco) alocam os produtos gerados a partir desta atividade apenas para o autoconsumo. Já no caso dos produtos gerados a partir da atividade plantas medicinais, dos 06 (seis) agricultores que manejam esta atividade, 05 (cinco) alocam seus produtos apenas para o autoconsumo, enquanto que dos 08 (oito) agricultores que produzem insumos para produção, 06 (seis) alocam seus produtos apenas para o autoconsumo.

Sendo assim, os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA não organizam suas estratégias reprodutivas, primando apenas pelo desenvolvimento das atividades agrícolas como uma forma de se obter melhores oportunidades de inserção em circuitos comerciais que lhes proporcionem retornos econômicos mais satisfatórios, mas, também, priorizam o desenvolvimento destas atividades como uma maneira de lhes proporcionar um maior grau de segurança alimentar através do autoconsumo de seus produtos agropecuários agroecológicos, ou de deter os bens necessários à manutenção dos sistemas produtivos, ou como uma forma de reduzir seus gastos financeiros através da utilização de produtos manejados em seus estabelecimentos.

Nota-se assim que os agricultores do Núcleo MBA organizam sua lógica produtiva alicerçada numa dualidade alocativa, na qual, por um lado, estes agricultores destinam seus produtos agrícolas agroecológicos para o autoconsumo

como uma forma de possibilitar a subsistência da família rural. Todavia, por outro lado, eles também vislumbram produzir produtos agrícolas que detenham um alto valor de mercado e uma grande demanda, desta forma, conseguem obter um maior retorno financeiro, mesmo com uma quantidade reduzida de produtos alocados para a comercialização. E neste caso os agroecológicos se apresentam como uma ótima solução.

Além disso, por serem agroecológicos, seus produtos agrícolas conseguem obter um preço maior nas transações, o chamado preço *premium*<sup>19</sup>. Preço este que compensa a escala reduzida de produção e as falhas que possam existir na frequência da oferta dos produtos (devido aos períodos de safra e entressafra). Importa lembrar que dentro da teoria econômica esse preço é uma forma de reduzir o custo de transação, conseqüentemente, de informação assimétrica. Isso quer dizer que o preço *premium* acontece quando há a presença de certificação e se trata, dentro da teoria de assimetria de informação, de uma forma de sinalização.

Neste contexto, no que concerne à comercialização dos produtos agrícolas agroecológicos dos agricultores do Núcleo MBA pesquisados, estes estão sendo alocados num circuito comercial que está em franca expansão e que detém uma quantidade demandada superior à quantidade ofertada. Este fato gera uma maior estabilidade econômica para estes agricultores, pois a tendência é que toda a pauta produtiva desenvolvida para ser alocada na comercialização seja transacionada sem empecilho.

Tal fato é observado no âmbito do Núcleo MBA, pois dos 19 agricultores agroecológicos deste Núcleo que foram pesquisados, verificou-se que todos detêm pelo menos 01 (um) canal de comercialização para onde escoam seus produtos agrícolas, sendo que a maioria destes agricultores se inserem em múltiplos canais de comercialização (TABELA 9).

---

<sup>19</sup> O preço *premium* é um valor adicional que o consumidor paga ao produtor agroecológico pelos serviços que o produto agrícola agroecológico presta à sociedade, tais como: livres de agrotóxico, socialmente correto, conserva o ambiente natural, prima pela saúde do consumidor, dentre outros.

**TABELA 9 – OS MÚLTIPLOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO ACESSADOS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2008-2010**

| AA | CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO |               |                   |  |               |                     |               |                       |                     |                 |
|----|---------------------------|---------------|-------------------|--|---------------|---------------------|---------------|-----------------------|---------------------|-----------------|
|    | Mercado                   | Feiras Livres | Cestas ou Sacolas | Matéria-prima para Agroindústria Ecológica | Intermediário | Outros Agricultores | Supermercados | Mercado Institucional | Alimentação Escolar | Outros Mercados |
| 1  | 10%                       | 70%           |                   |  |               |                     |               |                       |                     | 20%             |
| 2  | 10%                       | 80%           | 10%               |  |               |                     |               |                       |                     |                 |
| 3  |                           | 85%           |                   |  |               |                     |               | 15%                   |                     |                 |
| 4  |                           |               |                   |  |               |                     | 55%           | 45%                   |                     |                 |
| 5  | 10%                       | 30%           | 25%               | 5%   | 5%            | 5%                  |               | 5%                    | 5%                  | 10%             |
| 6  |                           | 60%           | 25%               |  |               |                     |               | 15%                   |                     |                 |
| 7  | 5%                        | 70%           |                   |  | 1%            |                     |               | 6%                    | 18%                 |                 |
| 8  | 10%                       | 90%           |                   |  |               |                     |               |                       |                     |                 |
| 9  |                           | 45%           |                   |  |               |                     |               | 10%                   | 10%                 | 35%             |
| 10 |                           |               | 30%               | 30%  | 20%           |                     |               | 20%                   |                     |                 |
| 11 |                           | 90%           | 5%                |  |               | 5%                  |               |                       |                     |                 |
| 12 |                           | 45%           |                   |  |               |                     |               | 35%                   | 20%                 |                 |
| 13 | 3%                        | 80%           |                   |  |               | 2%                  |               | 10%                   | 5%                  |                 |
| 14 |                           | 50%           |                   | 30%  |               |                     |               |                       |                     | 20%             |
| 15 |                           |               |                   |  |               |                     |               |                       |                     |                 |
| 16 |                           | 80%           |                   | 15%  |               |                     |               |                       |                     |                 |
| 17 |                           | 60%           | 25%               |  |               |                     |               |                       |                     | 15%             |
| 18 |                           |               | 90%               |  |               | 6%                  |               | 2%                    |                     | 2%              |
| 19 |                           | 70%           |                   |  |               |                     |               |                       |                     |                 |

FONTE: Elaborado com base nas informações contidas nos Planos de Manejo Orgânico/AOPA

NOTA: - O Agricultor Agroecológico 15 (AA 15) não informou a percentagem de alocação de seus produtos agroecológicos em cada mercado, mas informou que comercializa seus produtos na feira livre e para outros agricultores.

A partir da TABELA 9, nota-se que dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados, 13 agricultores alocam seus produtos em mais de 02 (dois) canais de comercialização. Já o principal canal de comercialização acessado pelos agricultores é a feira livre, uma vez que 15, dos 19 agricultores, informaram que alocam seus produtos agrícolas agroecológicos neste canal.

As feiras livres se constituem num espaço de reprodução socioeconômica estratégico, pois é o momento no qual o agricultor interage diretamente com seu consumidor construindo um espaço de diálogo. Este espaço também estrutura-se como um *lôcus* de negociação, formal ou informal, entre estas duas partes, uma vez que os consumidores expõem quais são os requisitos que utilizam para determinar

sua compra e qual a frequência em que realizam suas transações (compras de bens).

Outros dois importantes canais de comercialização utilizados pelos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA para a alocação de seus produtos agrícolas agroecológicos são o mercado institucional (Programa de Aquisição de Alimentos, hospitais, presídios, quartéis, etc.) (10 agricultores utilizam este canal) e a alimentação escolar (05 (cinco) agricultores utilizam este canal).

Estes mercados estão se constituindo num importante espaço de comercialização, pois a compra é realizada de maneira contínua pelas instituições públicas e/ou privadas e/ou sem fins lucrativos, ao tempo que é aplicado um sobrepreço de 30% sobre o produto, devido a ser agroecológico.

Ocorre ainda a tendência em haver uma obtenção de margem de lucro maior proveniente da possibilidade em ocorrer uma redução dos custos de transporte devido ao fato de que, geralmente, as relações comerciais ocorrem no local onde estão situados os estabelecimentos rurais familiares, fato este também que contribui para a melhoria do estado de segurança alimentar local.

Além disso – conforme observado durante a pesquisa e a partir das falas dos agricultores pesquisados – verificou-se que estes mercados criam um ambiente favorável à ocorrência de práticas comerciais que se organizam através da cooperação entre os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, uma vez que, na maioria das vezes, estas famílias recorrem à venda conjunta de seus produtos para que possam manter a regularidade acordada entre as partes no que concerne à frequência, quantidade e diversidade de produto.

Cabe salientar que esta mesma lógica é utilizada pelos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA para realizarem sua comercialização junto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ocorre ainda que o PAA também aplica o sobrepreço de 30% na compra de produtos agroecológicos (MAYER, 2006).

Observa-se ainda que as feiras livres e o mercado institucional também são os principais canais de comercialização acessados pelos 93 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA apresentados no início deste Capítulo. Além disso, tanto os 19 como os 93 agricultores, deste Núcleo, detêm uma diversidade de canais de comercialização acessados. Este fato expõe que a lógica gerencial dos agricultores do Núcleo prima por uma estratégia de alocação comercial múltipla de seus produtos, sendo essa, por sua vez, uma forma de reduzir os riscos econômicos

frente às oscilações de mercado, principalmente, local e regional, ao tempo que contribui para um ambiente favorável ao equilíbrio financeiro familiar e de seu estabelecimento rural no transcorrer do ano.

No âmbito da comercialização, existem outros produtos – caracterizados como não alimentares – que são desenvolvidos a partir das atividades agrícolas que estão sendo comercializados pelos agricultores do Núcleo MBA pesquisados e que não constam na TABELA 9, são eles: flores e produtos florestais (QUADRO 13).

| AA | Circuito Comercial acessado e Frequência nas Transações                       |  |
|----|---|--|
|    | Local de Comercialização  | Frequência nas Transações  |
| 3  | <b>Flores:</b> Feira  | Semanalmente   |
| 4  | <b>Flores:</b> Feira<br><b>Produtos Florestais:</b> Terceiros                 | <b>Flores:</b> Semanalmente<br><b>Produtos Florestais:</b> Anualmente                |
| 6  | <b>Insumos para Produção:</b> Não Informado                                   | Não Informado  |
| 8  | <b>Flores:</b> Feira  | Semanalmente   |
| 14 | <b>Insumos para Produção:</b> Vizinho<br><b>Produtos Florestais:</b> Pizzaria | <b>Insumos para Produção:</b> mensalmente<br><b>Produtos Florestais:</b> Diariamente |
| 16 | <b>Flores:</b> Feira  | Semanalmente   |

**QUADRO 13 – CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO ACESSADOS PELOS PRODUTOS NÃO-ALIMENTARES PRODUZIDOS A PARTIR DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2012**

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo, 2012

NOTA: AA – Agricultor Agroecológico

Neste QUADRO, nota-se que, exceto no caso do produto florestal manejado pelo Agricultor Agroecológico 4, os demais produtos rendem para os agricultores uma entrada financeira semanal. Entretanto, não são apenas estes agricultores que possuem uma frequência comercial semanal. Durante a pesquisa, observou-se que todos os agricultores agroecológicos detêm pelo menos uma entrada de renda semanal proveniente da comercialização de seus produtos alimentares e não-alimentares oriundos das atividades agrícolas.

Este fato é importante para os agricultores do Núcleo MBA, pois desta forma eles obtêm entradas financeiras semanais no transcorrer do ano, sendo assim, estes agricultores tendem a deter um fluxo de caixa que pode ser utilizado para custear as despesas comerciais, produtivas e de suas famílias.

Além da comercialização, o autoconsumo possibilita, para as famílias rurais agroecológicas do Núcleo MBA, a oportunidade de manter uma mesa relativamente farta, com alimentos seguros e de qualidade alimentar e nutricional, ao tempo que contribui para a redução do gasto financeiro familiar, uma vez que não é necessário

ir ao mercado comprar toda a cesta de alimentos consumida pelas famílias rurais agroecológicas, logo são economizados recursos financeiros que podem ser alocados para outros fins.

Deste modo, as famílias rurais detêm um maior domínio e autonomia para fazer frente à mercantilização do processo produtivo e do próprio consumo de alimentos, ao tempo que possuem um melhor equilíbrio financeiro, pois produzem parte dos próprios alimentos que consomem. Além de sua propriedade ser bem mais “cuidada” e melhor gerenciada (GRÍGOLO, 2008; GAZOLLA, 2009), fato este que corrobora para que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA detenham uma melhor condição socioeconômica.

Além disso, o autoconsumo traz à baila uma questão importante, qual seja, a renda monetária (proveniente da comercialização) não pode ser considerada como o único elemento que indique que as famílias rurais poderão deter uma melhoria em suas condições socioeconômicas. Apesar deste tipo de renda possuir uma significativa importância para esta melhoria. As famílias rurais estruturam um conjunto de ações e estratégias visando à viabilização das atividades produtivas necessárias a sua reprodução socioeconômica que, por sua vez se estruturam por meio da articulação das dimensões material e subjetiva não sendo uma mais importante que a outra (SCHNEIDER *et al*, 2009).

Desta forma, observa-se que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA desenvolvem uma gama variada de atividades agrícolas a partir de seus estabelecimentos rurais, tendo como parâmetro os limites e potencialidades impostos por seus agroecossistemas e a capacidade empreendedora do agricultor e de seus familiares.

Além disso, os produtos agroecológicos são produzidos para serem alocados de maneira múltipla. Desta maneira, estes produtos são destinados tanto para a comercialização, como para o autoconsumo, como para a troca, sendo tal alocação definida de acordo com a estratégia reprodutiva organizada pelo agricultor.



#### 4.3.2 Atividades socioeconômicas não-agrícolas<sup>20</sup>

Associado com o desenvolvimento das atividades agrícolas, alguns agricultores do Núcleo MBA pesquisados, também, manejam sistemas produtivos caracterizados como não-agrícola. Essas práticas produtivas perpassam o âmbito circunscrito do agrícola e/ou setor primário e se estruturam de maneira multissetorial, atingindo múltiplos mercados em diversos setores produtivos, por exemplo, industrial, energético, construção civil, turismo, lazer, gastronômico, etc.

Atividades não-agrícolas podem ser realizadas dentro ou fora do estabelecimento rural. Podem ainda ser executadas no ambiente rural no qual está localizado o estabelecimento familiar ou em ambientes rurais ou urbanos circunvizinhos. Para definir onde e como serão realizadas estas atividades, os agricultores do Núcleo MBA detectam – na maioria das vezes, a partir do conhecimento e da experiência acumulada – quais são os capitais existentes em seus estabelecimentos e quais são as oportunidades econômicas que estão sendo geradas nas economias locais dos ambientes rurais e urbanos.

Assim, ao contextualizar este cenário, os agricultores (na maioria das vezes de forma tácita em relação aos outros agentes econômicos) determinam quais são seus limites e potencialidades, assim como quais são as suas capacidades produtivas e de inserção comercial. A partir disto, estes agricultores organizam em seus estabelecimentos rurais arranjos produtivos que estejam mais alinhados a sua lógica reprodutiva e gerencial.

Diante deste contexto, observou-se que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA optaram por produzir bens e serviços, tais como: **(i)** que sofrem alguma transformação manufatureira (beneficiamento e industrialização); **(ii)** ligados ao setor de turismo, lazer e gastronômico; ou **(iii)** ligados à produção de energia renovável.

Neste sentido, verificou-se que estes agricultores desenvolvem as seguintes atividades não-agrícolas: **(i)** Agroindustrialização; **(ii)** Artesanato; **(iii)** Beneficiamento; **(iv)** Biocombustíveis; **(v)** Fábrica de envasamento de água mineral; **(vi)** Fábrica de material de construção; **(vii)** Fitoterápico; **(viii)** Gráfica; **(ix)** Serviços ambientais e **(x)** Turismo rural.

<sup>20</sup> Este subitem apresenta quais são os produtos e serviços não-agrícolas que compõe a variável Diversificação de Atividades Socioeconômicas existentes no Estabelecimento Rural (DAS<sub>ER</sub>) (equação 10) e que, também, constam nas equações 6 (RM = CPA + CPNA) e 8 (RNM = APA + APNA + TPA + TPNA), equações estas expostas no Capítulo 2, subitem 2.4.4.

Um fato interessante é que, praticamente, todas estas atividades são desenvolvidas no âmbito do estabelecimento rural agroecológico familiar, de maneira consorciada com o manejo de atividades produtivas agrícolas. Apenas o Agricultor Agroecológico 9 não desenvolve todas as suas atividades não-agrícolas em seu estabelecimento. Ele realiza a agroindustrialização numa cozinha comunitária, que pertence ao Grupo de agricultores agroecológicos Girassol no qual está inserido. Outro ponto interessante é que nenhuma destas atividades não-agrícolas é alocada para a troca (QUADRO 14).

| AA                    | Quantidade | Atividades/Produtos Não- Agrícolas  | Alocações         |   |             |
|-----------------------|------------|---|-------------------|---|-------------|
|                       |            |   | C                 | A | T           |
| 1                     | 01         | Agroindustrializado   | ■                 | ■ |             |
| 4                     | 03         | Agroindustrializado<br>Fitoterápico<br>Outros Produtos  | ■                 | ■ |             |
| 5                     | 02         | Agroindustrializado<br>Outros Produtos  | ■                 | ■ |             |
| 8                     | 02         | Agroindustrializado<br>Serviços Ambientais  | ■                 | ■ |             |
| 9                     | 05         | Agroindustrializado<br>Beneficiado<br>Serviços Ambientais<br>Turismo Rural<br>Outros Produtos | ■                 | ■ |             |
| 10                    | 04         | Agroindustrializado<br>Artesanato<br>Beneficiado<br>Turismo Rural                             | ■                 | ■ |             |
| 11                    | 04         | Agroindustrializado<br>Artesanato<br>Beneficiado<br>Serviços Ambientais                       | ■                 | ■ |             |
| 12                    | 01         | Agroindustrializado   |                   | ■ |             |
| 13                    | 01         | Agroindustrializado   | ■                 | ■ |             |
| 14                    | 02         | Serviços Ambientais<br>Outros Produtos  | ■                 | ■ |             |
| 16                    | 03         | Agroindustrializado<br>Beneficiado<br>Serviços Ambientais                                     | ■                 | ■ |             |
| 17                    | 03         | Agroindustrializado<br>Biocombustíveis<br>Turismo Rural                                       | ■                 | ■ |             |
| 18                    | 02         | Agroindustrializado<br>Serviços Ambientais  |                   | ■ |             |
| 19                    | 01         | Agroindustrializado   | ■                 | ■ |             |
| <b>Legenda:</b>       |            |   |                   |   |             |
| ■ C – Comercialização |            |   | ■ A – Autoconsumo |   | ■ T – Troca |

**QUADRO 14 – ALOCAÇÕES DAS ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS NÃO-AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2012**

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo, 2012

O QUADRO 14 expõe que, dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados, 14 desenvolvem algum tipo de produto e/ou serviço que se caracteriza como não-agrícola (representa 73,7% dos agricultores). Dos 14 agricultores que manejam alguma atividade não-agrícola, 05 (cinco) agricultores desenvolvem suas atividades com o intuito de, simultaneamente, comercializar e autoconsumir os bens produzidos e utilizar os serviços que são prestados a partir delas. Ocorre ainda que 02 (dois) agricultores desenvolvem estas atividades apenas com o intuito de autoconsumir os bens produzidos e utilizar os serviços que são prestados a partir destas atividades.

Por outro lado, a maioria dos agricultores – 07 (sete) – aloca de maneira variada suas atividades não-agrícolas, ora apenas para comercialização, ora apenas para o autoconsumo, ora de forma simultânea. Esta diversidade de formas de alocação dos bens e de utilização dos serviços representa uma importante estratégia para a melhoria das condições socioeconômicas das famílias rurais, pois possibilita a organização de um sistema de recebimento de rendas monetárias que corre no transcorrer de todo ano e de maneira plural – rendas oriundas de diversos mercados consumidores.

Neste contexto, o agricultor do Núcleo MBA utiliza como parâmetro para definir o que desenvolverá e como alocará os bens e/ou serviços prestados produzidos através destas atividades, as suas necessidades pessoais (redução dos gastos financeiros familiares) e produtivas (elevação da renda familiar obtida), sendo esta decisão uma estratégia essencial para sua reprodução, pois uma escolha errada acarretará no risco de inviabilizar-se socioeconomicamente, gerando problemas para reproduzir-se de maneira satisfatória a longo prazo.

Desta forma, torna-se mais importante e necessária uma percepção mais apurada do agricultor para com seu agroecossistema, uma vez que o desenvolvimento de outras atividades, além das agrícolas, só será possível a partir do momento em que os agricultores busquem detectar as potencialidades existentes em seus estabelecimentos rurais, que por sua vez devem estar em consonância com as oportunidades geradas pela economia local rural e urbana.

A economia local do ambiente rural vem gerando uma dinâmica socioeconômica diferenciada, balizada no incentivo e desenvolvimento de outras atividades produtivas que perpassam o âmbito da produção agrícola. Além disso, as iniciativas produtivas que estão sendo criadas no âmbito da economia local rural

vêm aproveitando as oportunidades geradas pela economia de uma outra ruralidade, que por sua vez contribui tanto para a organização de mercados consumidores de produtos e serviços não-agrícolas no ambiente rural, como no urbano, de acordo com a lógica adotada e com o produto a ser comercializado e serviço a ser prestado.

Neste sentido, alguns agricultores do Núcleo MBA estão buscando aproveitar-se destas oportunidades que estão sendo geradas no ambiente rural. Por exemplo, o Agricultor Agroecológico 4 detém uma gráfica e uma fábrica de material de construção, enquanto que o Agricultor Agroecológico 5 possui uma fábrica de água mineral, ambas iniciativas desenvolvidas em seus estabelecimentos rurais.

Já os Agricultores Agroecológicos 9, 10 e 17 estão desenvolvendo em seus estabelecimentos rurais a atividade do turismo rural. Este tipo de turismo, nos últimos anos, vem se expandido bastante no ambiente rural. Tal fato é oriundo do crescente fluxo de pessoas do ambiente urbano para o rural, seja para morar ou para usufruir de suas amenidades.

Assim, como as práticas agroecológicas primam pela conservação do capital ecológico dos agroecossistemas, os estabelecimentos rurais – conforme foi observado – tendem a deter diversas amenidades em seus *lócus* socioprodutivos, tais como: corpos d'água (fontes, nascentes, rios, lagos, etc.), fragmentos de matas, algumas espécies animais, espaços para contemplação, etc. Por outro lado, a visão gerencial pluriativa dos 03 (três) agricultores citados acima detectou o potencial que seus estabelecimentos detinham para adentrar no mercado consumidor do turismo rural.

Outro fator importante observado no transcorrer da pesquisa, associado aos Agricultores Agroecológicos 9, 10 e 17, é que estes agricultores combinam a atividade do turismo rural com a comercialização de seus produtos agroindustrializados. Esta ação tende a elevar os ganhos financeiros destes agricultores, pois possuem a possibilidade de obter dois tipos de renda monetária, através de duas atividades produtivas, a partir de um único *lócus* comercial – o estabelecimento rural.

A busca por um incremento de renda foi considerada um elemento importante para o desenvolvimento das atividades produtivas pelos agricultores do Núcleo MBA pesquisados. Entretanto, quando se fala em renda, esta não está restrita apenas à obtenção de renda monetária (advinda da comercialização), mas também pela obtenção de renda não-monetária (advinda do autoconsumo).

Assim, a agroindustrialização emerge como uma atividade produtiva que contempla esta dupla obtenção de renda. Tal fato é observado quando se verifica que dos 14 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados que possuem atividades não-agrícolas, apenas o Agricultor Agroecológico 14 não pratica este tipo de atividade. Se for considerada a ampliação do universo dos 19 agricultores aqui pesquisados, 13 agricultores praticam a agroindustrialização (68,4% dos agricultores pesquisados). Ocorre ainda que, dos 13 agricultores que desenvolvem a agroindustrialização, 09 (nove) a desenvolvem, simultaneamente, para comercializá-la e consumi-la, 03 (três) a desenvolvem apenas para consumi-la e 02 (dois) a desenvolvem apenas para comercializá-la.

#### 4.3.2.1 A prática produtiva da agroindustrialização

A agroindustrialização constitui-se na principal atividade produtiva não-agrícola desenvolvida pelos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA. O fato que faz esta atividade ser uma das mais desenvolvidas é que ela agrega valor aos produtos agroalimentares *in natura* produzidos pelos agricultores, além dos agricultores deterem em seus estabelecimentos rurais os recursos produtivos necessários a sua produção.

Além da agregação de valor, ao se processar o produto agrícola *in natura*, os agricultores agroecológicos, que realizam esta atividade, informaram que desta forma é possível ampliar o tempo de durabilidade (ciclo de vida) de seus produtos, podendo os mesmos serem consumidos num período de tempo maior, às vezes até no transcorrer de um ano. Esta ampliação no tempo para o consumo contribui para que os agricultores possam reduzir a pressão sobre seus gastos financeiros com alimentação, mesmo nos períodos de entressafra.

Este é o caso do Agricultor Agroecológico 4 que apesar de possuir uma cozinha artesanal que poderia receber autorização para comercializar os produtos processados, prefere alocar sua produção para o autoconsumo, sendo esta uma estratégia para a redução dos gastos financeiros com alimentos, ao tempo que possibilita o acesso familiar a determinados produtos em quantidade e qualidade, principalmente nos períodos de entressafra.

Os 13 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA produzem 32 tipos de produtos agroindustrializados. O leque de itens agroindustrializados contempla desde a produção de produtos como bolo até a produção de óleo de girassol. Neste sentido, a pauta produtiva dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA se estrutura de uma maneira a desenvolver desde produtos agroindustrializados que detêm baixa agregação de valor até produtos com alto valor agregado.

A TABELA 10 apresenta todos os produtos processados produzidos pelos 13 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados e que informaram que praticam a agroindustrialização como atividade não-agrícola. Deste modo, as informações contidas nesta TABELA apresentam o somatório da produção agroindustrial, por item, destes 13 agricultores.

**TABELA 10 – PRODUTOS AGROINDUSTRIALIZADOS PRODUZIDOS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2008-2010**

| <b>Nº</b> | <b>Tipos de Produtos</b>     | <b>Quantidade</b> |
|-----------|------------------------------|-------------------|
| 1         | Bife de soja                 | 480 kg            |
| 2         | Compota                      | 600 unidades      |
| 3         | Conserva (diversos sabores)  | 800 unidades      |
| 4         | Conserva de abobrinha        | 1.500 kg          |
| 5         | Conserva de beterraba        | 2.400 kg          |
| 6         | Conserva de cenoura          | 2.400 kg          |
| 7         | Conserva de pepino           | 3.200 kg          |
| 8         | Conservas (diversos sabores) | 2.500 unidades    |
| 9         | Doce de abóbora              | 100 unidades      |
| 10        | Doce de leite                | 1.200 unidades    |
| 11        | Doces (diversos sabores)     | 300 unidades      |
| 12        | Geleia (diversos sabores)    | 8.000 unidades    |
| 13        | Geleias (diversos sabores)   | 200 kg            |
| 14        | Geleia de figo               | 300 kg            |
| 15        | logurte                      | 1.200 unidades    |
| 16        | Manteiga                     | 96 kg             |
| 17        | Massas                       | 500 kg            |
| 18        | Molho (diversos)             | 1.500 unidades    |
| 19        | Molho de maçã                | 900 unidades      |
| 20        | Molho de tomate - 500g       | 1.300 unidades    |
| 21        | Molho de tomate e Extrato    | 1.000 unidades    |
| 22        | Molho e Polpa de tomate      | 6.000 unidades    |
| 23        | Óleo de Girassol             | 600 unidades      |
| 24        | Pães                         | 10.800 unidades   |
| 25        | Pasta de pinhão              | 1.000 unidades    |
| 26        | Queijo                       | 360 kg            |
| 27        | Ricota                       | 360 kg            |
| 28        | Suco (diversos sabores)      | 3.000 unidades    |
| 29        | Suco de uva                  | 500 unidades      |
| 30        | Barra de cereal              | não informado     |
| 31        | Bolos                        | não informado     |
| 32        | Granola                      | não informado     |

FONTE: Elaborado com base nas informações contidas nos Planos de Manejo Orgânico/AOPA

A agroindustrialização desenvolvida por estes agricultores detém uma característica importante que a faz agregar mais valor, quando comparada com outros produtos. Ocorre que os recursos utilizados para a produção dos produtos agroindustrializados são provenientes dos estabelecimentos rurais dos 13 agricultores do Núcleo MBA. Deste modo, como os sistemas de produção vegetal e animal são desenvolvidos sob a lógica da agroecologia, a matéria-prima utilizada para a produção agroindustrial é de origem agroecológica e, desta forma, estes produtos processados são classificados, também, como agroecológicos.

Além disso, por serem agroecológicos, estes agricultores detém a possibilidade de uma inserção em canais de comercialização constituídos por consumidores mais exigentes e que se apresentam em franca expansão, até como resposta a crescente demanda primária. Estes canais detém consumidores com um maior nível de renda e dispostos a pagarem um preço *premium* pelos serviços e atributos que estão contidos nos produtos agroindustrializados agroecológicos.

Este cenário chama bastante a atenção dos agricultores agroecológicos, pois como manejam seu sistema socioprodutivo a partir de uma lógica que prima pela diversidade da pauta produtiva, estes agricultores vislumbram a possibilidade de desenvolverem produtos que detenham retornos financeiros elevados, fato este que contribui para a estabilidade econômica do agricultor, de seu estabelecimento e do *mix* de sistema produtivo adotado.

A agroindustrialização está se disseminando no ambiente rural como uma estratégia reprodutiva importante para os agricultores, pois, a partir desta prática, há a agregação de valor aos seus produtos agropecuários, sendo esta considerada uma estratégia para a melhoria das condições socioeconômicas das famílias rurais, ao tempo que contribui para a redução do êxodo rural (WANDERLEY, 2009(b); DENANDIN; SULZBACH, 2010; ABRAMOVAY, 2009; FEIJÓ, 2011; LORENZANI; SOUZA FILHO, 2005). Estratégia, esta, adotada pelos agricultores do Núcleo MBA.

#### 4.3.2.2 Outras atividades socioeconômicas não-agrícolas

Além dos agroindustrializados, os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA desenvolvem outros produtos e serviços não-agrícolas: fitoterápico, produtos beneficiados, artesanato, biocombustíveis, serviços ambientais, dentre outros.

Destas atividades, as que detêm maior destaque são os serviços ambientais, sendo esta uma atividade desenvolvida por 06 (seis) agricultores, ou seja, por 42,9% dos agricultores.

Os serviços ambientais<sup>21</sup> se destinam apenas para o usufruto de seu prestador, não sendo uma atividade, pelo menos neste momento, transacionável financeiramente. Entretanto, ela gera para o agricultor uma renda de cunho não-monetário, pois sua utilização pressupõe que o agricultor deixou de gastar um valor monetário para adquirir um bem ou um cesta de bens que seriam necessários a reprodução socioeconômica de sua família.

Ocorre que – de acordo com o observado durante a pesquisa de campo e entrevistas – esta atividade esta atrelada diretamente ao desenvolvimento das atividades agrícolas e, desta forma, impacta diretamente a produção de produtos que são necessários à reprodução socioeconômica dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, seja devido ao fato de que sua produção representa uma diminuição dos gastos com alimentação através do autoconsumo ou porque os produtos agrícolas são uma importante fonte de renda monetária para estes agricultores.

Um fato interessante que se refere ao serviço ambiental – conforme exposto pelos agricultores do Núcleo MBA durante a pesquisa – é que há uma tripla percepção por parte dos agricultores do que venha a ser esta atividade. Para estes agricultores, esta atividade está associada: **(i)** ao serviço que presta para o desenvolvimento de seu sistema socioproductivo agropecuário; **(ii)** ao serviço que presta para ao desenvolvimento da prática do turismo rural e **(iii)** ao serviço que presta para a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais agroecológicas, uma vez que a qualidade ambiental dos estabelecimentos traduz-se em melhoria do bem-estar a partir dos espaços para contemplação, relaxamento, lazer, etc.

Ao contrário do serviço ambiental, os fitoterápicos e os biocombustíveis são duas atividades que possuem pouco desenvolvimento. Estas atividades são manejadas apenas pelo Agricultor Agroecológico 4, que produz fitoterápicos, e o Agricultor Agroecológico 17, que produz biocombustíveis. Tal fato emerge do contexto de que apenas estes 02 (dois) agricultores possuíam os recursos

---

<sup>21</sup> Os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA definiram como serviço ambiental os retornos produtivos, sociais e ecológicos decorrentes da proteção dos recursos hídricos existentes em seus estabelecimentos rurais. Assim, apontaram como serviço ambiental a água, pois esse recurso é utilizado, tanto na produção agropecuária como para o desenvolvimento do turismo rural.



necessários para este tipo de produção, conforme foi exposto e observado durante a pesquisa de campo.

No caso dos fitoterápicos, esta é uma atividade que precisa de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), além do aparato físico (espaço e maquinário) e de qualificação da mão de obra necessários para o processamento da matéria-prima e para o cumprimento das normas e regulamentos que regem este mercado. Já no caso dos biocombustíveis, esta é uma atividade que apesar de deter como insumos produtivos, bens produzidos no estabelecimento rural, esta atividade necessita de um espaço de produção e possui exigências normativas e uma lógica mercadológica diferenciada da que é observada nas práticas agrícolas.

Neste sentido, os ambientes produtivos e institucionais abarcados por estas atividades produtivas, demandam dos agricultores um maior custo de produção que, por sua vez, acabam limitando o desenvolvimento destas atividades, ao tempo que os conduzem para outras em que o custo de oportunidade do capital e da força de trabalho são maiores. Além disto, muitos agricultores não detêm os capitais necessários para o desenvolvimento destas atividades produtivas em seus estabelecimentos rurais, fato este que, também, proporcionaria a elevação do seu custo de produção. Cabe salientar que os dois agricultores que desenvolvem esta atividade o fazem de maneira informal e é utilizada apenas para o autoconsumo.

#### 4.3.2.3 Comercialização dos produtos não-agrícolas

No que se refere à comercialização, foi observado ainda, durante a pesquisa, que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA comercializam seus bens não-agrícolas em múltiplos locais de comercialização que abrangem desde o próprio estabelecimento rural até lojas especializadas. Assim, alguns produtos não-agrícolas (artesanato, produto agroindustrializado, etc.) podem ser comercializados no mercado local, em feiras livres, lojas especializadas, para algumas empresas e mercado institucionais, por exemplo. Além disso, no caso dos agroindustrializados, estes utilizam o mesmo canal de comercialização utilizado pelos produtos agropecuários agroecológicos (QUADRO 15).

| AA | Circuito Comercial acessado e Frequência nas Transações   |   |
|----|---|---|
|    | Canal de Comercialização  | Frequência nas Transações   |
| 1  | <b>Agroindustrializados:</b> Feira/ Mercados/ Merenda Escolar   | <b>Feira:</b> 2 vezes por semana<br><b>Mercados e Merenda Escolar:</b> Semanalmente                                 |
| 4  | <b>Agroindustrializados:</b> PAA  | Quinzenalmente  |
| 5  | <b>Agroindustrializados:</b> Feira / Entrega de Cestas / Refeitório                                       | <b>Feira:</b> 2 vezes por semana<br><b>Entrega de Cestas:</b> Semanalmente<br><b>Refeitório:</b> 3 vezes por semana |
| 8  | <b>Agroindustrializados:</b> Feira / Merenda Escolar / PAA  | Semanalmente  |
| 9  | <b>Agroindustrializados e Beneficiados:</b> Feira / Loja<br><b>Turismo Rural:</b> Estabelecimento Rural   | <b>Agroindustrializados e Beneficiados:</b> Semanalmente<br><b>Turismo Rural:</b> Mensalmente                       |
| 10 | <b>Agroindustrializados e Artesanato e Beneficiados:</b> Chácara / Feira<br><b>Turismo Rural:</b> Chácara | <b>Agroindustrializados:</b> Diária<br><b>Artesanato, Beneficiados e Turismo Rural:</b> Semanalmente                |
| 11 | <b>Agroindustrializados e Beneficiados:</b> Feira / Entrega de Cestas                                     | <b>Feira:</b> 2 vezes por semana<br><b>Entrega de Cestas:</b> Semanalmente  |
| 13 | <b>Agroindustrializados:</b> Feira  | 2 vezes por semana  |
| 16 | <b>Agroindustrializados:</b> Feira/Merenda Escolar<br><b>Beneficiados:</b> Feira/Merenda Escolar/ PAA     | Semanalmente  |
| 17 | <b>Agroindustrializados:</b> PAA<br><b>Turismo Rural:</b> Estabelecimento Rural                           | <b>Agroindustrializados:</b> Não informado<br><b>Turismo Rural:</b> Fins de semana e feriados                       |
| 19 | <b>Agroindustrializados:</b> Não informado  | Não Informado   |

**QUADRO 15 – CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO ACESSADOS PELAS ATIVIDADES/PRODUTOS NÃO-AGRÍCOLAS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2012**

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo, 2012

A partir do QUADRO 15, observa-se que as feiras livres constituem-se no principal canal de comercialização acessado pelos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA. Entretanto, associada à comercialização externa ao estabelecimento rural, existem estratégias de comercialização que se organizam no âmbito do estabelecimento, tais como: turismo rural, artesanato e a venda de produtos agroindustrializados.

Esta estratégia amplia o leque de possibilidades comerciais para os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, pois os mesmos podem estruturar sistemas socioprodutivos que atraiam os consumidores para seus estabelecimentos rurais a partir de singularidades existentes em seus agroecossistemas e/ou no ambiente rural onde estão localizados seus estabelecimentos.

Este fato, além de contribuir com um aumento em sua renda, tende a gerar uma redução em seus custos de comercialização, uma vez que alguns produtos que necessitavam de deslocamentos para serem comercializados podem ser

transacionados em seus estabelecimentos rurais. Além disso, estes agricultores detêm a possibilidade de manter os preços finais de vendas<sup>22</sup>, e desta forma, ampliar sua margem de lucro, uma vez que seus custos tendem a ser reduzidos nesta situação.

Desta forma, observa-se que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA detêm uma estratégia comercial que se constrói a partir da inserção de seus bens não-agrícolas em múltiplos canais de comercialização, ao tempo que, em alguns casos, o próprio estabelecimento rural agroecológico, além de ser o *lócus* de produção, constitui-se no *lócus* de comercialização.

Esta possibilidade do estabelecimento rural deter dupla função econômica (produtora de bens e espaço de comercialização destes bens) para o agricultor, proporciona-lhe a organização de um arranjo produtivo que demande a utilização da força de trabalho familiar existente no estabelecimento, em atividades produtivas que lhe gere uma maior obtenção de renda financeira e que possa ser organizada e desenvolvida pelos membros da família de acordo com a sua capacidade profissional e com os seus projetos de vida.

Para os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, este cenário apresenta-se como uma oportunidade para inserir ainda mais os jovens no processo produtivo e comercial agrícola e não-agrícola, ao tempo que constitui-se numa estratégia reprodutiva importante, uma vez que 80 (86,1% dos agricultores), dos 93 agricultores, e 17 (94,4% dos agricultores), dos 19 agricultores do Núcleo MBA, possuem a força de trabalho familiar alocadas no estabelecimento rural (seja de forma integral ou parcial) e, desta forma, pode ser organizado um ambiente produtivo favorável à elevação do nível de renda financeira da família.

Sendo assim, observa-se que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA detêm uma diversidade de possibilidades para a construção de múltiplos cenários socioprodutivos e de múltiplas alocações dos bens não-agrícolas por eles desenvolvidos. Detêm ainda uma gama variada de possibilidades para a organização de suas estratégias reprodutivas. Porém, o fator decisivo do que produzir e onde alocar os produtos não-agrícolas está atrelado à busca por melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores e de seus familiares, conforme

---

<sup>22</sup> Os preços praticados fora do estabelecimento rural, por exemplo, em feiras livres.

pode ser observado durante as entrevistas e observações realizadas durante a pesquisa.

Outro fator interessante é que a diversidade de atividades não-agrícolas desenvolvidas pelos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pode gerar uma autonomia frente às oscilações e exigências dos diferentes circuitos econômicos. Isto ocorre porque o agricultor tende a estruturar um sistema no qual uma atividade não-agrícola poderá arcar temporariamente com os efeitos comerciais negativos de outra atividade agrícola ou não-agrícola, servindo como um elemento de compensação de perdas e de equilíbrio na condição socioeconômica deste agricultor. Isso está atrelado a necessidade destes agricultores em se adaptarem ao ciclo biológico da produção agropecuária agroecológica.

Ocorre ainda que o agricultor agroecológico do Núcleo MBA leva em consideração a capacidade de suporte dos diversos capitais existentes em seu estabelecimento rural, assim como, preocupa-se com sua estabilidade socioeconômica e de seus estabelecimentos. Por isso, busca desenvolver suas atividades agrícolas e não-agrícolas de maneira gradativa e inserindo-se no mercado aos poucos para que possa manter a regularidade na frequência e na quantidade e na variedade a ser ofertada ao mercado consumidor, conforme fora observado nos relatos, durante as entrevistas e percepções consequentes da pesquisa de campo.

Deste modo, através da comercialização, os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA tendem a obter uma renda monetária necessária a sua reprodução socioeconômica, pois com este recurso há uma tendência em se reinvestir de maneira a melhorar ou ampliar os sistemas socioprodutivos existentes e/ou organizar novos sistemas. Além disso, a renda monetária poderá ser utilizada para a capacitação profissional dos membros da família e/ou da mão de obra contratada. Finalmente, poderá ser usada para a melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores e de seus familiares.

Deste modo, durante a aplicação dos questionários e das observações realizadas no transcorrer da pesquisa, verificou-se que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA desenvolvem as atividades não-agrícolas, definindo-as como uma estratégia complementar à atividade agrícola, mas que lhes proporcionam **(i)** a obtenção de uma maior renda financeira; **(ii)** a manutenção dos diversos membros da família no campo, por meio da oportunidade de inserção

ocupacional em outros setores de atividades, como o turismo rural; *(iii)* a melhoria das condições socioeconômicas da família rural, uma vez que a diversidade de produção e alocações permitem um ambiente propício à elevação da renda da família e da ampliação dos espaços e capitais necessários a sua reprodução.

#### 4.4 RENDA TOTAL BRUTA ANUAL ESTIMADA OBTIDA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA

Os produtos manejados e os serviços prestados agrícolas e não-agrícolas pelos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, assim como a alocação da força de trabalho familiar em atividades produtivas no mercado de trabalho agrícola e/ou não-agrícola, constituem-se para estes agricultores num mecanismo para a obtenção diversificada de um fluxo de renda.

Esta renda, por sua vez, pode ocorrer por meio de transações comerciais monetárias e/ou não-monetárias, bem como por meio do consumo dos produtos e/ou pelo usufruto dos serviços prestados agrícolas e/ou não-agrícolas pela família e pelo estabelecimento rural.

Neste contexto, observou-se que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados estruturaram sua estratégia reprodutiva através da obtenção de 03 (três) tipos de renda: *(i)* a Renda Bruta Anual Estimada oriunda das Atividades Agrícola (RBAE Agrícola), *(ii)* a Renda Bruta Anual Estimada oriunda das Atividades Não-Agrícola (RBAE Não-agrícola) e *(iii)* a Renda Bruta Anual Estimada oriunda da alocação Remunerada da Força de Trabalho Familiar (RBAE Força de trabalho). O somatório destas rendas dá origem à Renda Total Bruta Anual Estimada (RTBAE)<sup>23</sup>.

As RBAE Agrícola e RBAE Não-agrícola são estruturadas através de 02 (dois) tipos de renda: a Renda Monetária (RM)<sup>24</sup> e a Renda Não-Monetária (RNM)<sup>25</sup>. Estes 02 (dois) tipos de rendas são provenientes da forma como são alocados os bens e serviços produzidos a partir das atividades socioeconômicas agrícola e não-agrícola.

---

<sup>23</sup> Conferir equações 3 e 9, apresentadas no Capítulo 2, subitem 2.4.4.

<sup>24</sup> Conferir equação 6, apresentada no Capítulo 2, subitem 2.4.4.

<sup>25</sup> Conferir equação 8, apresentada no Capítulo 2, subitem 2.4.4.

A mensuração destes 02 (dois) tipos de renda foi realizada por meio do somatório dos valores financeiros obtidos pelos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, no transcorrer de 01 (um) ano (entre maio de 2011 a junho de 2012). A coleta destas informações se deu por meio de entrevistas realizadas<sup>26</sup> junto a estes agricultores, momento no qual, os mesmos informaram, de maneira estimada, qual foi o valor financeiro obtido anualmente com a comercialização, o autoconsumo e a troca dos bens produzidos e dos serviços prestados ou usufruídos pela família ou pelo estabelecimento rural familiar, podendo estes valores advim de uma atividade produtiva de cunho agrícola como não-agrícola.

Cabe salientar que a renda não-monetária consiste num valor financeiro estimado que foi poupado pelo agricultor agroecológico do Núcleo MBA, no transcorrer de um ano, proveniente do não desembolso de dinheiro para adquirir um produto agrícola e/ou não-agrícola, ou para obter um insumo ou serviço necessário a reprodução de suas atividades produtivas agrícolas e/ou não-agrícolas, uma vez que tais produtos ou serviços são desenvolvidos em seu estabelecimento rural agroecológico. Lembrando ainda, que este não desembolso, pode ser um resultado do manejo sustentável dos resíduos e recursos ecológicos produzidos/existentes em seu agroecossistema, podendo estes serem reintroduzidos no sistema produtivo como insumos.

Diante deste contexto, para este trabalho de pesquisa, as rendas monetárias são rendas financeiras que se originam por meio da obtenção de valores monetários procedentes da venda dos bens e serviços agrícolas e não-agrícolas e/ou da ocupação da força de trabalho familiar em atividade remunerada. Já as rendas não-monetárias provêm:

- **Do autoconsumo** – esta renda é obtida de duas maneiras: **(i)** por meio da utilização dos produtos agrícolas e não-agrícolas produzidos pelos agricultores para o consumo da família e/ou para serem utilizados como recursos produtivos de seus sistemas socioprodutivos agrícolas e não-agrícolas e **(ii)** através da utilização da força de trabalho familiar no desenvolvimento das atividades agrícolas e não-agrícolas no âmbito de seus estabelecimentos rurais; e

---

<sup>26</sup> Tendo como instrumental de coleta de dados um questionário semiestruturado (ver APÊNDICE A).

- **Da troca** – este tipo de renda é obtido de duas maneiras: (i) por meio da troca (escambo) de bens agrícolas e não-agrícolas por outro(s) bem(ns) e/ou serviço(s) necessário(s) ao manejo produtivo dos estabelecimentos rurais e (ii) através da alocação da força de trabalho familiar em outros sistemas socioprodutivos, não pertencentes à família, como uma forma de se obter os bens agrícolas e/ou não-agrícolas necessários à subsistência da família (para o consumo familiar) e/ou para o desenvolvimento de atividades agrícola e não-agrícola existentes em seus estabelecimentos rurais.

Cabe ainda salientar que este trabalho deteve como foco, analisar as rendas monetárias e não-monetárias provenientes do desenvolvimento de práticas produtivas agrícolas e não-agrícolas, não sendo avaliado as obtenções de rendas adquiridas por meio de transferência governamental ou de benefícios oriundos da previdência social e/ou privada. Isto ocorre, pois o intuito desta pesquisa é observar quais são as rendas (monetárias e não-monetárias) que podem ser obtidas através da inter-relação entre práticas produtivas agroecológicas e pluriativas, assim como a verificar de que forma está alocada produtivamente a força de trabalho familiar, ao tempo que pretende-se observar qual a importância que essas rendas detêm para a geração de sustentabilidade socioambiental para os agricultores do Núcleo MBA.

Sendo assim, esta multiplicidade de fontes de rendas constitui-se numa estratégia importante para que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA possam reduzir sua vulnerabilidade perante as oscilações de mercado. Esta vulnerabilidade emerge como uma consequência da dinâmica socioeconômica dos mercados consumidores e do mercado de trabalho urbano ou rural, nos quais estão inseridos estes agricultores. Além disso, esta é intrinsecamente ligada ao ciclo biológico de produção dos produtos agropecuários agroecológicos e acidentes climáticos cada vez mais comuns, tais como: geadas, enchentes e secas.

Cabe salientar que esta seção realizará uma avaliação da renda obtida, tendo como parâmetro os valores estimados de renda informados pelos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, chegando aos resultados que serão vistos a seguir.

#### 4.4.1 Renda Bruta Anual Estimada proveniente das atividades socioeconômicas agrícolas (RBAE Agrícola)

A pauta produtiva agrícola diversificada representa, para os Agricultores Agroecológicos do Núcleo MBA, a construção de uma lógica gerencial de seus sistemas socioprodutivos que tende a balizar-se por uma multiplicidade de estratégias para a obtenção de um fluxo de renda constante e satisfatório no transcorrer de todo o ano.

As práticas gerenciais adotadas por estes agricultores não estão fundamentadas apenas na busca por melhores retornos econômicos, mas nos possíveis benefícios que os bens produzidos em seus estabelecimentos rurais podem gerar para a família, seja no que concerne a questões ligadas aos gastos com alimentação, seja buscando obter uma redução dos custos produtivos.

Neste sentido, verificou-se que os 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados, organizaram um sistema de obtenção de renda que se estrutura numa dupla obtenção de renda: via transação comercial cujo objetivo é adquirir recursos financeiros (renda monetária) e via consumo e/ou troca dos bens agrícolas e não-agrícola produzidos pelos agricultores (renda não-monetária).

No que concerne à renda monetária agrícola obtida pelos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, a partir da TABELA 11, observa-se que, dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, 12 agricultores (63,2% das observações) possuem mais de uma atividade produtiva agrícola destinada à obtenção de renda monetária.



**TABELA 11 – RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA AGRÍCOLA – MONETÁRIA – OBTIDA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2011-2012**

(Em R\$ 1,00)

| Agricultores Agroecológicos | Renda Bruta Anual Estimada Agrícola – Renda Monetária |        |        |         |       |        |    |       | Renda Monetária |
|-----------------------------|---|--------|--------|---------|-------|--------|----|-------|-----------------|
|                             | O   | F      | G      | POA     | FL    | PF     | PM | IP    |                 |
| 1                           | 25.000  | 10.000 | 15.000 | 30.000  | -     | -      | -  | -     | 80.000,00       |
| 2                           | 64.800  | -      | -      | 151.200 | -     | -      | -  | -     | 216.000,00      |
| 3                           | 20.000  | 5.000  | 1.000  | 15.000  | 1.150 | -      | -  | -     | 42.150,00       |
| 4                           | 152.000   | -      | 33.000 | 1.741   | 8.400 | 100    | -  | -     | 195.241,11      |
| 5                           | 48.000  | 12.000 | -      | -       | -     | -      | -  | -     | 60.000,00       |
| 6                           | 15.000  | 20.000 | -      | -       | -     | -      | 50 | 2.500 | 37.550,00       |
| 7                           | 140.000   | 3.000  | 1.000  | -       | -     | -      | -  | -     | 144.000,00      |
| 8                           | 48.000  | -      | 3.000  | -       | 1.800 | -      | -  | -     | 52.800,00       |
| 9                           | -   | -      | -      | 11.000  | -     | -      | -  | -     | 11.000,00       |
| 10                          | 2.000   | 20.000 | 10.000 | 25.000  | -     | -      | -  | -     | 57.000,00       |
| 11                          | 60.000  | -      | -      | -       | -     | -      | -  | -     | 60.000,00       |
| 12                          | 30.000  | 10.000 | 1.000  | -       | -     | -      | -  | -     | 41.000,00       |
| 13                          | 18.000  | 12.000 | 7.000  | -       | -     | -      | -  | -     | 37.000,00       |
| 14                          | 2.000   | 500    | -      | 500     | -     | 15.000 | -  | 100   | 18.100,00       |
| 15                          | 50.000  | -      | -      | -       | 4.800 | -      | -  | -     | 54.800,00       |
| 16                          | 3.000   | -      | 300    | -       | -     | -      | -  | -     | 3.300,00        |
| 17                          | 40.000  | 20.000 | 10.000 | 7.000   | -     | -      | -  | -     | 77.000,00       |
| 18                          | 60.000  | -      | -      | 500     | -     | -      | -  | -     | 60.500,00       |
| 19                          | 54.000  | 15.000 | 15.000 | -       | -     | -      | -  | -     | 84.000,00       |

**Legenda:**

**O** – Olerícolas      **G** – Grãos      **PM** – Plantas Medicinais  
**F** – Frutas      **IP** – Insumos para Produção      **POA** – Produto de Origem Animal *in natura*  
**FL** – Flores      **PF** – Produtos Florestais

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo, 2012

NOTA: São apresentados nesta TABELA valores correntes que compreendem o período entre maio de 2011 a junho de 2012.

Por outro lado, nota-se que apenas o Agricultor Agroecológico 9 desenvolve uma única atividade produtiva agrícola com fins comerciais, ou seja, como fonte de obtenção de renda monetária. Isto ocorre, pois este agricultor possui como maior fonte de renda monetária valores advindos das atividades não-agrícolas. Além disso, mais à frente, será observado que este agricultor possui uma gama de atividades agrícolas que são destinadas à obtenção de renda não-monetária. Tal fato demonstra a busca do agricultor pela diversificação de sua renda, através da diversificação da sua produção.

Verifica-se ainda que as olerícolas constituem-se na atividade produtiva mais desenvolvida, dentre as outras observadas, para o fim comercial, uma vez que dos 19 agricultores, apenas o Agricultor Agroecológico 9 não realiza este tipo de atividade. Também, nota-se que os maiores valores percebidos pelos agricultores encontram-se neste tipo de atividade. Isto ocorre, pois as olerícolas, geralmente

apresentam ciclo curto de produção, viabilizando a produção em pequenas áreas e permitindo ganhos monetários melhores distribuídos no tempo.

Um fato interessante é que, a partir das informações expostas na TABELA 11, observa-se que o Agricultor Agroecológico 2 detém a maior renda monetária desenvolvendo apenas 02 (duas) atividades produtivas, sendo 08 (oito) produtos produzidos no âmbito da atividade produtiva “Olerícola” e 01 (um) produto manejado no âmbito da atividade produtiva “Produção de Origem Animal *in natura*”, qual seja: a produção agroecológica de 1.480 dúzias de ovos por mês.

Ocorre que os produtos desenvolvidos através da Produção de Origem Animal *in natura* conseguem agregar um maior valor sobre o seu preço final, quando comparados com os outros produtos aqui avaliados, pois são bens agrícolas que possuem pouca oferta frente a sua demanda (Conferir item 4.3.1.1).

Outro fator que determina este maior valor é o seu volume de produção. Foi verificado que os bens produzidos por meio destas duas atividades, por este agricultor, possuem um volume e uma regularidade na oferta, durante o transcorrer do ano, que propiciam sua inserção comercial em múltiplos canais de comercialização, inclusive, os que pagam uma remuneração maior para os produtos agroecológicos.

Já o Agricultor Agroecológico 14, apesar de desenvolver 05 (cinco) atividades agrícolas, possui a terceira menor renda. Isto ocorre, pois estes agricultores obtêm um fluxo de rendas advindas tanto do estabelecimento rural como proveniente de atividades profissionais realizadas fora do estabelecimento rural, ao tempo que o estabelecimento, conforme foi informado, detém mais uma função ligada a espaço de lazer e convivência familiar do que *lócus* econômico.

Desta forma, observou-se que este agricultor gerencia seu estabelecimento não primando apenas pelo ganho econômico, mas, também, contemplando outras funções e benefícios que este estabelecimento proporciona ou poderá proporcionar para a família.

Mas esta não é uma postura adotada apenas por este agricultor. Observando a TABELA 12, percebe-se que o desenvolvimento de atividades agrícolas para a obtenção de renda não-monetária é uma estratégia comum utilizada pelo agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, uma vez que os 19 agricultores desenvolvem algum produto agrícola para este fim (autoconsumo, troca e autoconsumo e troca) (ver também APÊNDICE C).

**TABELA 12 – RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA AGRÍCOLA – NÃO-MONETÁRIA – OBTIDA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2011-2012**

(Em R\$ 1,00)

| Agricultores Agroecológicos | Renda Bruta Anual Estimada Agrícola – Renda Não-Monetária |        |         |        |        |        |       |        |        |       | Renda Não-Monetária |
|-----------------------------|---|--------|---------|--------|--------|--------|-------|--------|--------|-------|---------------------|
|                             | O   | F      | G       | POA    | FL     | PF     | PM    | S      | IP     | TS    |                     |
| 1                           | 2.000   | 2.000  | 500     | 3.000  | -      | -      | -     | -      | -      | -     | 7.500               |
| 2                           | 2.400   | -      | -       | -      | -      | -      | -     | -      | -      | -     | 2.400               |
| 3                           | 5.000   | 10.000 | 1.000   | 1.000  | -      | -      | -     | -      | -      | -     | 17.000              |
| 4                           | 46.143  | 21.252 | 241.510 | 27.688 | 2.520  | 200    | -     | 8.200  | 10.000 | -     | 357.513             |
| 5                           | 28.800  | 600    | 1.500   | 4.200  | -      | 6.000  | -     | 300    | 2.600  | -     | 44.000              |
| 6                           | 10.000  | 15.000 | 10.000  | 15.000 | -      | -      | 25    | -      | 3.000  | -     | 53.025              |
| 7                           | 35.000  | 200    | 200     | 500    | -      | -      | 20    | -      | -      | -     | 35.920              |
| 8                           | -   | -      | 600     | -      | -      | -      | -     | -      | -      | -     | 600                 |
| 9                           | -   | 10.000 | -       | 6.500  | 2.000  | 300    | 1.000 | -      | 3.000  | 3.000 | 25.800              |
| 10                          | 8.000   | 6.000  | 7.000   | 7.000  | 30.000 | -      | 500   | 2.500  | 5.000  | 3.000 | 69.000              |
| 11                          | 7.000   | 2.000  | -       | -      | -      | -      | -     | -      | -      | -     | 9.000               |
| 12                          | 7.000   | 600    | 200     | -      | -      | -      | -     | -      | -      | -     | 7.800               |
| 13                          | 5.500   | 1.500  | 400     | -      | -      | -      | -     | -      | -      | -     | 7.400               |
| 14                          | -   | 650    | -       | 1.000  | -      | -      | -     | -      | 360    | -     | 2.010               |
| 15                          | 10.000  | -      | -       | 720    | -      | -      | -     | -      | -      | -     | 10.720              |
| 16                          | 7.920   | 960    | 200     | 80     | -      | 1.440  | 48    | -      | -      | 4.800 | 15.448              |
| 17                          | 2.400   | 2.400  | 2.400   | 2.400  | -      | 12.000 | 2.000 | 10.000 | 12.000 | 7.440 | 53.040              |
| 18                          | 5.000   | 2.000  | -       | 2.300  | 500    | 1.200  | 100   | -      | 6.000  | -     | 17.100              |
| 19                          | -   | 1.000  | -       | 3.600  | -      | 1.000  | -     | 5.000  | 10.000 | -     | 20.600              |

**Legenda:**

F – Frutas O – Olerícolas

FL – Flores

G – Grãos

IP – Insumos para Produção (adubos, humos e fertilizantes)

PF – Produtos Florestais

PM – Plantas Medicinais

POA – Produto de Origem Animal *in natura*

S – Semente

TS – Troca de Serviços por meio de mutirão, trabalho comunitário, etc.

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo, 2012

NOTA: São apresentados nesta TABELA valores correntes que compreendem o período entre maio de 2011 a junho de 2012.

A partir desta TABELA, nota-se que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA possuem uma gama diversificada de produtos destinados, principalmente, ao autoconsumo e para troca. Dos 19 agricultores pesquisados, 11 agricultores detêm mais de 04 (quatro) atividades agrícolas que são destinadas à obtenção de renda não-monetária, sendo as olerícolas e frutas, as atividades que possuem o maior número de agricultores realizando esta prática alocativa.

Um fato interessante observado é que o Agricultor Agroecológico 4 possui o maior valor obtido com a renda não-monetária. Isto deriva-se do contexto no qual está inserido este agricultor. Como foi mencionado no item 4.1, o Agricultor Agroecológico 4 constitui-se numa comunidade de agricultores que detêm como lógica a articulação de atividades produtivas voltadas para a comunidade e para o mercado. Neste contexto, verificou-se que, das 11 atividades agrícolas pesquisadas neste trabalho, este agricultor pratica 08 (oito) atividades.

Os produtos manejados a partir das atividades agrícolas desenvolvidas pelo Agricultor Agroecológico 4 estão voltadas para o consumo alimentar da família, para fins decorativos das residências e utilizados como insumo produtivo agrícola em seu estabelecimento rural. Assim como o Agricultor Agroecológico 4, os agricultores 5, 6, 10 e 17 também possuem a mesma lógica alocativa, por exemplo.

Deste modo, percebe-se não só a importância das rendas monetária, mas também das não-monetária, para a reprodução socioeconômica das famílias rurais agroecológicas do Núcleo MBA. Assim, a lógica gerencial dos agricultores do Núcleo MBA organiza uma estrutura diferenciada para a obtenção de sua Renda Bruta Anual Estimada Agrícola (RBAE Agrícola), que ocorre por meio de um fluxo de obtenções de valores financeiros e de utilizações de produtos que ocorrem durante o transcorrer de todo o ano, fato este que tende a reduzir a vulnerabilidade socioeconômica destes agricultores, principalmente, no que se refere às oscilações de oferta e demanda que possam ocorrer no mercado de produtos agroecológicos e nos demais mercados nos quais estão inseridos.

Assim, de acordo com o observado durante a pesquisa, verificou-se que o valor total da RBAE Agrícola obtido pelos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA foi de R\$ 2.087.317,11; sendo que 63,8% deste valor é oriundo da renda monetária e 36,2% é oriundo da renda não-monetária. Este cenário evidencia que este tipo de renda tende a ter papel significativo, mas costumeiramente não destacado nos trabalhos científicos que permeiam a linha de pesquisa voltada para a

discussão em torno da agricultura (seja agroecológica ou não) e das novas faces do desenvolvimento rural.

Diante deste contexto, observa-se, através da Tabela 14, a importância que a renda não-monetária possui para alguns agricultores do Núcleo MBA, pois dos 19 agricultores pesquisados, 07 (sete) possuem percentuais de participação da renda não-monetária na formação da RBAE Agrícola superior a 40% (36,8% dos agricultores se enquadram neste cenário).

**TABELA 14 – RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA AGRÍCOLA OBTIDA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2011-2012**

| AA           | RENDA               |             |                   |             | RBAE Agrícola       | Área (ha) | RBAE Agrícola/Área (ha) |
|--------------|---------------------|-------------|-------------------|-------------|---------------------|-----------|-------------------------|
|              | Monetária           |             | Não-Monetária     |             |                     |           |                         |
|              | R\$                 | %           | R\$               | %           |                     |           |                         |
| 1            | 80.000,00           | 91,4        | 7.500,00          | 8,6         | <b>87.500,00</b>    | 20,00     | 4.375,00                |
| 2            | 216.000,00          | 98,9        | 2.400,00          | 1,1         | <b>218.400,00</b>   | 4,84      | 45.123,97               |
| 3            | 42.150,00           | 71,3        | 17.000,00         | 28,7        | <b>59.150,00</b>    | 8,80      | 6.721,59                |
| 4            | 195.241,11          | 35,3        | 357.513,00        | 64,7        | <b>552.754,11</b>   | 50,00     | 11.055,08               |
| 5            | 60.000,00           | 57,7        | 44.000,00         | 42,3        | <b>104.000,00</b>   | 24,00     | 4.333,33                |
| 6            | 37.550,00           | 41,5        | 53.025,00         | 58,5        | <b>90.575,00</b>    | 6,90      | 13.126,81               |
| 7            | 144.000,00          | 80,0        | 35.920,00         | 20,0        | <b>179.920,00</b>   | 128,00    | 1.405,63                |
| 8            | 52.800,00           | 98,9        | 600,00            | 1,1         | <b>53.400,00</b>    | 10,00     | 5.340,00                |
| 9            | 11.000,00           | 29,9        | 25.800,00         | 70,1        | <b>36.800,00</b>    | 2,00      | 18.400,00               |
| 10           | 57.000,00           | 45,2        | 69.000,00         | 54,8        | <b>126.000,00</b>   | 10,10     | 12.475,25               |
| 11           | 60.000,00           | 87,0        | 9.000,00          | 13,0        | <b>69.000,00</b>    | 8,80      | 7.840,91                |
| 12           | 41.000,00           | 84,0        | 7.800,00          | 16,0        | <b>48.800,00</b>    | 2,25      | 21.688,89               |
| 13           | 37.000,00           | 83,3        | 7.400,00          | 16,7        | <b>44.400,00</b>    | 27,00     | 1.644,44                |
| 14           | 18.100,00           | 90,0        | 2.010,00          | 10,0        | <b>20.110,00</b>    | 121,00    | 166,20                  |
| 15           | 54.800,00           | 83,6        | 10.720,00         | 16,4        | <b>65.520,00</b>    | 4,00      | 16.380,00               |
| 16           | 3.300,00            | 17,6        | 15.448,00         | 82,4        | <b>18.748,00</b>    | 3,00      | 6.249,33                |
| 17           | 77.000,00           | 59,2        | 53.040,00         | 40,8        | <b>130.040,00</b>   | 91,96     | 1.414,09                |
| 18           | 60.500,00           | 78,0        | 17.100,00         | 22,0        | <b>77.600,00</b>    | 5,20      | 14.923,08               |
| 19           | 84.000,00           | 80,3        | 20.600,00         | 19,7        | <b>104.600,00</b>   | 10,00     | 10.460,00               |
| <b>TOTAL</b> | <b>1.331.441,11</b> | <b>63,8</b> | <b>755.876,00</b> | <b>36,2</b> | <b>2.087.317,11</b> | -         | -                       |

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo, 2012

NOTA: São apresentados nesta TABELA valores correntes que compreendem o período entre maio de 2011 a junho de 2012.

Todavia, nota-se que para alguns agricultores do Núcleo MBA, a renda não-monetária, ainda, detém pouca relevância quando comparado ao valor obtido com a renda monetária. Este é o caso dos Agricultores Agroecológicos 1, 2, 8 e 14.

Por outro lado, para os Agricultores Agroecológicos 4, 6, 9, 10 e 16; a renda não-monetária representa uma importante fonte de renda, uma vez que estas rendas representam 64,7%, 58,5%, 70,7%, 54,8% e 82,4% da RBAE Agrícola percebida por estes agricultores, respectivamente. Assim, para estes agricultores suas rendas não-monetárias possuem uma relevante importância para a reprodução socioeconômica

da família, pois contribui para o seu equilíbrio financeiro e para a melhoria das condições socioeconômicas da família. Isto ocorre, pois a renda não-monetária implica em um não desembolso monetário e, por consequência, numa redução de custos do manejo das atividades agrícolas, bem como, no orçamento familiar.

Cabe salientar que, no caso do Agricultor Agroecológico 6, esta se constitui numa lógica gerencial diferenciada em relação aos demais agricultores, uma vez que este agricultor prima pelo desenvolvimento da produção, em grande medida, voltada para o autoconsumo, seja no que concerne a produtos agrícolas voltados para o consumo alimentar da família, ou para ser utilizada como insumo para a realização de um novo ciclo produtivo. Ou desenvolve práticas ligadas à realização de trocas de serviços agrícolas por produtos e/ou outros serviços agrícolas e não-agrícolas, necessários ao desenvolvimento de seus sistemas de produção.

Ao serem observados os valores das RBAE Agrícola, de maneira geral, verifica-se que, dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados, 10 possuem uma Renda Bruta Mensal Média Estimada<sup>27</sup> acima de 10 salários mínimos<sup>28</sup> (ou seja, acima de R\$ 6.220,00 por mês), ou seja, possuem uma RBAE Agrícola acima de R\$ 74.640,00. Por outro lado, verifica-se que 15 agricultores possuem uma Renda Bruta Mensal Média Estimada acima de 06 (seis) salários mínimos (ou seja, acima de R\$ 3.732,00 por mês), ou seja, possuem uma RBAE Agrícola acima de R\$ 44.784,00.

Estes níveis de Renda Bruta Mensal Média Estimada apontam que as atividades agrícolas estão gerando, para a maioria dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, um nível de renda satisfatório para a sua reprodução socioeconômica. Informação está também observada durante as entrevistas e que revela uma diferenciação de qualidade de vida, estruturada por novas práticas no ambiente rural, que, por sua vez, não são facilmente encontradas em outras realidades existentes no interior brasileiro. Ao contrário, na maioria das vezes este espaço é considerado bem mais atrasado em seu processo de desenvolvimento,

---

<sup>27</sup> A Renda Bruta Mensal Média Estimada Agrícola (RBMME Agrícola) foi calculada a partir da divisão da RBAE por 12 meses (RBMME Agrícola = RBAE/12). Já para se chegar a esta Renda Bruta Mensal Média Estimada Agrícola (em salários mínimos), basta dividir a RBMME Agrícola pelo salário mínimo em vigor no ano de 2012 (RBMME Agrícola *em salários mínimos* = RBMME Agrícola/Salário Mínimo).

<sup>28</sup> Toda vez que se falar em salário mínimo neste trabalho, está se referindo ao valor de R\$ 622,00, referente ao ano de 2012.

sendo este retardo captado por indicadores de pobreza e/ou através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Além disso, por meio da TABELA 14, verifica-se que apesar de alguns agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados deterem pequenos estabelecimentos rurais, estes conseguem obter uma RBAE Agrícola alta. Por exemplo, o Agricultor Agroecológico 2 que possui um estabelecimento rural com apenas 4,84 hectares, consegue desenvolver 09 (nove) tipos de atividades agrícolas diferentes, adquirindo uma RBAE Agrícola de R\$ 218.400,00. Esta RBAE equivale a uma Renda Bruta Mensal Média Estimada Agrícola de R\$ 18.200,00, valor este, por sua vez, equivalente a 29,3 salários mínimos mensais. Cabe salientar que este agricultor consegue obter uma RBAE Agrícola, por hectares, de R\$ 45.123,97.

Por outro lado, existem agricultores que possuem estabelecimentos rurais com áreas relativamente grandes comparadas com as demais, mas que obtêm uma RBAE Agrícola baixa, comparada à média do Núcleo. Por exemplo, o Agricultor Agroecológico 14 que detém estabelecimento rural com área de 121 hectares e desenvolve 06 (seis) tipos de atividades agrícolas diferentes, adquirindo uma RBAE Agrícola de R\$ 20.110,00, ou seja, uma Renda Bruta Mensal Média Estimada Agrícola de R\$ 1.675,8, que equivale, por sua vez, a 2,7 salários mínimos mensais. Além disso, este agricultor obtém uma RBAE Agrícola, por hectares, de R\$ 166,20.

Estes dois exemplos, apontam que o tamanho é menos importante do que a forma de manejo da atividade agrícola adotada pelo agricultor agroecológico. Além disso, o cultivo de olerícolas, geralmente lavouras temporárias, geram rendimentos mais rápidos que outras atividades agrícolas que exigem mais escala de produção e, portanto, maior tamanho. Cabe ainda destacar que, nesse quadro, a escolha de um perfil mais agroecológico, balizado na maior diversificação, na rotação de culturas e na articulação em sistemas integrados com a criação animal, são estratégias importantes para a obtenção de níveis satisfatórios de rendas monetárias e não-oriundas da prática produtiva agrícola (Cf. ATIERI, 2004; GUZMÁN, 2001; GUZMÁN; OTTMANN; MOLINA, 2006).

Ocorre ainda que a RBAE Agrícola constitui-se numa renda oriunda de uma atividade produtiva (a agrícola), de um sistema de produção (o agroecológico) e de uma lógica reprodutiva (a pluriatividade) que vem sendo desenvolvida há algum tempo por estes agricultores. Neste sentido, ao se inserirem na lógica gerencial agroecológica estes deixaram de ser apenas agricultores ligados exclusivamente ao

manejo de suas culturas agrícolas em seus agroecossistemas e passaram a deter múltiplas funções ocupacionais e produtivas dentro do sistema socioprodutivo agroecológicos (desde a produção de insumos à comercialização).

Além disso, a forma como são organizadas as estratégias para a obtenção das rendas monetárias e não-monetárias são oriundas das demandas materiais e imateriais provenientes dos modos e projetos de vida dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA.

#### 4.4.2 Renda Bruta Anual Estimada proveniente das atividades socioeconômicas não-agrícolas (RBAE Não-agrícola)

A Renda Bruta Anual Estimada Não-agrícola tem como fato gerador três processos socioeconômicos por qual vem passando o ambiente rural e no qual estão inseridos os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA. O primeiro refere-se à busca dos agricultores por agregar um maior valor financeiro aos seus produtos agropecuários *in natura*. O segundo fato refere-se à percepção de que o autoconsumo das famílias rurais constitui-se em um elemento importante para a reprodução da família, pois, por meio desta ação, os agricultores poupam recursos financeiros. O terceiro fato é oriundo das oportunidades mercadológicas que estão sendo desenvolvidas no ambiente rural através da chamada economia da nova ruralidade.

Neste sentido, os agricultores do Núcleo MBA, a partir de suas capacidades produtivas, dos arranjos produtivos organizados em seus estabelecimentos e da lógica gerencial adotada, buscam organizar estratégias reprodutivas que deem aos agricultores a possibilidade de estruturar sistemas socioprodutivos que possam beneficiar-se das oportunidades socioeconômicas propiciadas pela economia local dos ambientes rural e urbano.

Assim, verificou-se durante a pesquisa que, dos 14 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA que desenvolvem algum tipo de atividade não-agrícola, 06 (seis) agricultores possuem mais de 02 (duas) dessas atividades que lhes proporcionam a obtenção de renda monetária (TABELA 15)



**TABELA 15 – RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA NÃO-AGRÍCOLA – MONETÁRIA – OBTIDA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2011-2012**

(Em R\$ 1,00)

| AA | Renda Bruta Anual Estimada Não-Agrícola – Renda Monetária |        |        |    |   |    |        |         | Renda Monetária |
|----|---|--------|--------|----|---|----|--------|---------|-----------------|
|    | AG  | AR     | BE     | BI | F | SA | TR     | OP      |                 |
| 1  | 20.000  | -      | -      | -  | - | -  | -      | -       | 20.000          |
| 4  | 120.000   | -      | -      | -  | - | -  | -      | -       | 120.000         |
| 5  | 2.930   | -      | -      | -  | - | -  | -      | 320.000 | 322.930         |
| 8  | 4.200   | -      | -      | -  | - | -  | -      | -       | 4.200           |
| 9  | 72.000  | -      | 10.000 | -  | - | -  | 6.000  | -       | 88.000          |
| 10 | 100.000   | 2.000  | 20.000 | -  | - | -  | 60.000 | -       | 182.000         |
| 11 | 8.500   | -      | 2.000  | -  | - | -  | -      | -       | 10.500          |
| 12 | -   | -      | -      | -  | - | -  | -      | -       | -               |
| 13 | 8.000   | -      | -      | -  | - | -  | -      | -       | 8.000           |
| 14 | -   | -      | -      | -  | - | -  | -      | 1.000   | 1.000           |
| 16 | 18.000  | 38.400 | -      | -  | - | -  | -      | -       | 56.400          |
| 17 | 30.000  | -      | -      | -  | - | -  | 50.000 | -       | 80.000          |
| 18 | -   | -      | -      | -  | - | -  | -      | -       | -               |
| 19 | 6.000   | -      | -      | -  | - | -  | -      | -       | 6.000           |

**Legenda:**

|                                  |                                 |                             |
|----------------------------------|---------------------------------|-----------------------------|
| <b>AG</b> – Agroindustrialização | <b>BI</b> – Biocombustíveis     | <b>TR</b> – Turismo Rural   |
| <b>AR</b> – Artesanato           | <b>F</b> – Fitoterápico         | <b>OP</b> – Outros Produtos |
| <b>BE</b> – Beneficiamento       | <b>SA</b> – Serviços Ambientais |                             |

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo, 2012

NOTA: São apresentados nesta TABELA valores correntes que compreendem o período entre maio de 2011 a junho de 2012.

Observa-se ainda, nesta TABELA, que a atividade que detém o maior número de agricultores a desenvolvendo como instrumento para a obtenção de renda monetária é a agroindustrialização, uma vez que, dos 14 agricultores que detêm atividades não-agrícolas, 11 agricultores detêm como um de suas fontes de renda monetária a agroindustrialização.

Isto ocorre, pois a agroindustrialização dos produtos agropecuários agroecológicos *in natura* gera uma maior agregação de valor. Além disso, os produtos agroecológicos agroindustrializados possuem uma maior durabilidade e menor perecibilidade, fato este que possibilita seu transporte para localidades mais distantes. Este quadro representa um processo parcial de integração vertical de cadeias produtivas, que internalizam rendas dentro do estabelecimento rural em benefício dos agricultores do Núcleo MBA. Assim, os agricultores detêm a possibilidade de se inserirem em múltiplos mercados consumidores agroecológicos, que, em alguns casos, possuem consumidores com alta renda familiar.

Ainda avaliando a TABELA 15, verifica-se que o maior valor monetário obtido advém de outro tipo de atividade que está sendo desenvolvido no âmbito do

Núcleo MBA, pelo menos no que se refere ao Agricultor Agroecológico 4. Este agricultor detectou que seu estabelecimento rural detinha uma fonte de água mineral que poderia ser explorada economicamente. Assim, construiu uma fábrica de envasamento de água mineral – que ainda não está produzindo em sua capacidade ideal – que gerou uma RBAE entre 2011/2012 no valor de R\$ 320.000,00.

Associada à obtenção de renda monetária, os agricultores do Núcleo MBA, também, detêm um fluxo de renda que não advém de recursos financeiros provenientes da comercialização de seus produtos não-agrícolas, mas é adquirido através do consumo destes produtos pela família. Novamente, a agroindustrialização é a atividade que detém o maior número de agricultores obtendo renda não-monetária a partir desta atividade, um vez que, dos 14 agricultores do Núcleo MBA que possuem esta atividade não-agrícola, 12 utilizam produtos agroecológicos agroindustrializados para o consumo familiar (TABELA 16).

**TABELA 16 – RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA NÃO-AGRÍCOLA – NÃO-MONETÁRIA – OBTIDA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2011-2012**

(Em R\$ 1,00)

| AA | Renda Bruta Anual Estimada Não-Agrícola – Renda Não-Monetária |       |       |        |    |         |        |       | Renda Não-Monetária |
|----|---|-------|-------|--------|----|---------|--------|-------|---------------------|
|    | AG  | AR    | BE    | BI     | F* | SA      | TR     | OP    |                     |
| 1  | 6.000   | -     | -     | -      | -  | -       | -      | -     | 6.000               |
| 4  | 4.020   | -     | -     | -      | -  | -       | -      | -     | 4.020               |
| 5  | 350   | -     | -     | -      | -  | -       | -      | 2.068 | 2.418               |
| 8  | 240   | -     | -     | -      | -  | 1.000   | -      | -     | 1.240               |
| 9  | 30.000  | -     | -     | -      | -  | 120.000 | 6.000  | -     | 156.000             |
| 10 | 150.000   | 3.000 | 5.000 | -      | -  | -       | 36.000 | -     | 194.000             |
| 11 | 600   | 300   | -     | -      | -  | 50.000  | -      | -     | 50.900              |
| 12 | 1.000   | -     | -     | -      | -  | -       | -      | -     | 1.000               |
| 13 | 400   | -     | -     | -      | -  | -       | -      | -     | 400                 |
| 14 | -   | -     | -     | -      | -  | 622     | -      | 100   | 722                 |
| 16 | 1.200   | -     | 384   | -      | -  | 1.000   | -      | -     | 2.584               |
| 17 | -   | -     | -     | 12.000 | -  | -       | 24.000 | -     | 36.000              |
| 18 | 1.800   | -     | -     | -      | -  | 1.200   | -      | -     | 3.000               |
| 19 | 216   | -     | -     | -      | -  | -       | -      | -     | 216                 |

**Legenda:**

**AG** – Agroindustrialização

**BI** – Biocombustíveis

**TR** – Turismo Rural

**AR** – Artesanato

**F** – Fitoterápico

**OP** – Outros Produtos

**BE** – Beneficiamento

**SA** – Serviços Ambientais

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo, 2012

NOTA: \* O Agricultor Agroecológico possui a produção de Fitoterápicos para o autoconsumo, contudo não informou qual a renda não-monetária obtida com esta produção.

São apresentados nesta TABELA valores correntes que compreendem o período entre maio de 2011 a junho de 2012.

Uma atividade que vem se mostrando uma importante fonte de renda não-monetária são os serviços ambientais. Os 06 (seis) Agricultores Agroecológicos (8,

9, 11, 14, 16 e 18) ressaltaram a importância desta renda para a reprodução socioeconômica da família. Segundo estes agricultores, por meio das práticas produtivas agroecológicas, seus estabelecimentos rurais possuem diversas áreas conservadas e/ou preservadas ecologicamente. Estas áreas, por sua vez, detêm recursos necessários e utilizados na produção agrícola, como: a água. Além disso, essas áreas podem, ainda, ser usadas para o desenvolvimento do turismo rural.

Assim, conforme expuseram estes agricultores, estes recursos ecológicos, além de prestarem um serviço à sociedade, também lhes prestam um serviço, pois através deles detêm-se alguns dos recursos necessários ao desenvolvimento de seus sistemas socioprodutivos agrícola e não-agrícola. Deste modo, há uma redução nos custos de produção, que, por sua vez, representa valores financeiros poupados pelos 06 (seis) agricultores, por exemplo, a proteção e o consumo de água existente no estabelecimento rural, usado tanto para a irrigação como para a prática de turismo rural, ou para o envasamento e comercialização como água mineral.

Outro fato interessante observado foi que o turismo rural detém uma dupla obtenção de renda, pois, por um lado, constitui-se num produto comercializado pelo agricultor, mas, por outro lado, a infraestrutura utilizada para o desenvolvimento desta atividade, que ocorre dentro dos estabelecimentos rurais, também é usada para o lazer da família. Desta forma, os agricultores expuseram que por sua família, amigos e demais familiares usufruírem desta infraestrutura de lazer sem que haja o ônus do pagamento por esta utilização, o valor não gasto constitui-se em mais uma fonte de renda, pois caso não tivessem esta estrutura, teriam que pagar por ela em outro local.

Desta forma, observou-se que, dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, 05 (cinco) detêm como maior fonte de renda a não-monetária. Deste modo, observa-se a importância que a utilização dos recursos produtivos e o autoconsumo dos produtos não-agrícolas possuem para a reprodução socioeconômica de alguns agricultores agroecológicos (TABELA 17).

**TABELA 17 – RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA NÃO-AGRÍCOLA OBTIDA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2011-2012**

(Em R\$ 1,00)

| Agricultores Agroecológicos | RENDA          |                | RBAE Não-Agrícola |
|-----------------------------|----------------|----------------|-------------------|
|                             | Monetária      | Não-Monetária  |                   |
| 1                           | 20.000         | 6.000          | <b>26.000</b>     |
| 4                           | 120.000        | 4.020          | <b>124.020</b>    |
| 5                           | 322.930        | 2.418          | <b>325.348</b>    |
| 8                           | 4.200          | 1240           | <b>5.440</b>      |
| 9                           | 88.000         | 156.000        | <b>244.000</b>    |
| 10                          | 182.000        | 194.000        | <b>376.000</b>    |
| 11                          | 10.500         | 50.900         | <b>61.400</b>     |
| 12                          | -              | 1.000          | <b>1.000</b>      |
| 13                          | 8.000          | 400            | <b>8.400</b>      |
| 14                          | 1.000          | 722            | <b>1.722</b>      |
| 16                          | 56.400         | 2.584          | <b>58.984</b>     |
| 17                          | 80.000         | 36.000         | <b>116.000</b>    |
| 18                          | -              | 3.000          | <b>3.000</b>      |
| 19                          | 6.000          | 216            | <b>6.216</b>      |
| <b>TOTAL</b>                | <b>899.030</b> | <b>458.500</b> | <b>1.357.530</b>  |

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo, 2012

NOTA: São apresentados nesta TABELA valores correntes que compreendem o período entre maio de 2011 a junho de 2012.

Durante a pesquisa, verificou-se que há uma desigualdade na obtenção de RBAE Não-agrícola entre os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados, uma vez que, dos 19 agricultores, 06 (seis) obtêm uma Renda Bruta Mensal Média Estimada Não-agrícola<sup>29</sup> inferior a 2 salários mínimos (ou seja, inferior a R\$ 1.244,00 mensais, que, por sua vez, equivale a uma RBAE Não-agrícola inferior a R\$ 14.928,00). Por outro lado, apenas 03 (três) agricultores possuem uma Renda Bruta Mensal Média Estimada Não-agrícola acima de 20 salários mínimos (ou seja, superior a R\$ 12.440,00 mensais, equivalente a uma RBAE Não-agrícola superior a R\$ 149.280,00), conforme pode ser notado na TABELA 17 acima.

Assim, como expõe Schneider (2009, p. 171) “[...] o acesso às atividades não-agrícolas possibilitou a emergência de novas formas de obtenção de rendas e permitiu aos agricultores familiares a redefinição do processo produtivo e da organização do trabalho [...]”. Deste modo, algumas famílias rurais viabilizam socioeconomicamente seus estabelecimentos rurais familiares por meio da adoção de novas estratégias produtivas ou através da reestruturação de seus sistemas

<sup>29</sup> A Renda Bruta Mensal Média Estimada Não-agrícola (RBMME Não-agrícola) é obtida da mesma forma que a, já exposta, Renda Bruta Mensal Média Estimada Agrícola, no item 4.4.1. Isto também ocorre para o caso da obtenção da Renda Bruta Mensal Média Estimada Não-agrícola (em salários mínimos).

produtivos. Esta viabilização constitui-se num elemento importante para a criação de empregos e geração de renda no ambiente rural (BRUMER, 2001).

#### 4.4.3 Renda Bruta Anual Estimada proveniente da ocupação da força de trabalho familiar (RBAE Força de trabalho familiar)<sup>30</sup>

Associados às RBAEs Agrícola e Não-agrícola, alguns agricultores agroecológicos do Núcleo MBA também obtêm uma RBAE oriunda da alocação da força de trabalho familiar no desenvolvimento de atividades produtivas não-agrícolas desenvolvidas fora do estabelecimento rural, em outros *lôcus* produtivos não pertencentes à família rural de maneira remunerada.

A RBAE Força de trabalho obtida pelos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA é originada por meio da contratação da força de trabalho familiar por outro agente produtivo, para o desenvolvimento de atividades não-agrícolas que podem ser realizadas no ambiente rural onde se situa o estabelecimento ou em ambientes rurais e urbanos circunvizinhos<sup>31</sup>.

A RBAE Força de trabalho familiar constitui-se numa renda monetária complementar às RBAEs Agrícola e Não-agrícola, sendo adquirida por 09 (nove) dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados, ou seja, quase 50% dos agricultores pesquisados. Esta renda contribui para a reprodução socioeconômica dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, pois injeta recursos financeiros nos estabelecimentos rurais, seja através de recursos utilizados para as despesas cotidianas da casa ou para o desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas (TABELA 18).

---

<sup>30</sup> Neste subitem são debatidos os elementos que compõe duas variáveis componentes da equação 10 (apresentada no Capítulo 2, subitem 2.4.4), quais sejam: Diversificação de Atividades Socioeconômicas exercidas pelo agricultor agroecológico ( $DAS_{AA}$ ) e Diversificação de Atividades Socioeconômicas exercidas pelos membros da família do agricultor agroecológico ( $DAS_{MF}$ ).

<sup>31</sup> Além disso, este subitem, expõe a importância que detém 02 (duas) variáveis que compõem a equação 7 (apresentada no Capítulo 2, subitem 2.4.4) possui para a reprodução socioeconômica dos agricultores do Núcleo MBA. Lembrando que essa equação se apresenta algebricamente da seguinte forma:  $RMFTF = RFTAA + RFTMF$ .

**TABELA 18**– RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA OBTIDA A PARTIR DA ALOCAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FAMILIAR DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA FORA DO ESTABELECIMENTO RURAL, EXERCENDO ALGUMA ATIVIDADE REMUNERADA NÃO-AGRÍCOLA 2011-2012

| AA           | Renda Bruta Anual Estimada Força de Trabalho Familiar (RBAE Força de trabalho familiar) |                  |   |                   | RBAE Força de trabalho Familiar (R\$) |
|--------------|---|------------------|---|-------------------|---------------------------------------|
|              | Agricultor  |                  | Demais Membros da Família                             |                   |                                       |
|              | Local de Trabalho   | Renda (R\$)      | Local de Trabalho                                     | Renda (R\$)       |                                       |
| 2            |   |                  | Enfermeira (Hospital)                                 | 54.000,00         | <b>54.000,00</b>                      |
| 3            |   |                  | Funcionário de um Colégio                             | 24.000,00         | <b>24.000,00</b>                      |
| 5            |   |                  | Secretária Municipal de Saúde                         | 57.600,00         | <b>57.600,00</b>                      |
| 10           | Advogado  | 40.000,00        | Artesã  | 12.000,00         | <b>52.000,00</b>                      |
| 11           |   |                  | RH de Fábrica   | 24.000,00         | <b>24.000,00</b>                      |
| 14           | Auxiliar administrativo   | 9.600,00         | Autônomo  | 12.000,00         | <b>21.600,00</b>                      |
| 15           |   |                  | Telecomunicações e Multinacional do setor alimentício | 36.000,00         | <b>36.000,00</b>                      |
| 17           |   |                  | Propriedade e Programador de Informática              | 52.800,00         | <b>52.800,00</b>                      |
| 18           | Motorista   | 48.000,00        | Multinacional   | 48.000,00         | <b>96.000,00</b>                      |
| <b>TOTAL</b> |   | <b>97.600,00</b> |   | <b>298.400,00</b> | <b>360.000,00</b>                     |

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo, 2012

NOTA: São apresentados nesta TABELA valores correntes que compreendem o período entre maio de 2011 a junho de 2012.

Ainda foi observado, durante a pesquisa, que a maioria dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA inseridos neste cenário, desenvolvem atividades produtivas que demandam um maior grau de qualificação profissional e, desta forma, detêm uma maior remuneração financeira quando comparadas com as atividades habitualmente exercidas pelas famílias rurais que ofertam sua força de trabalho no mercado de trabalho urbano.

Neste contexto, verificou-se que, dos 09 (nove) agricultores que alocam a força de trabalho familiar de um ou mais membros da família no mercado de trabalho urbano e/ou rural, 05 (cinco) obtêm uma Renda Bruta Média Mensal Estimada oriunda da alocação da força de trabalho familiar acima de 6 salários mínimos (ou seja, superior a R\$ 3.732,00 mensais, que, por sua vez, equivale a uma RBAE Força de trabalho superior a R\$ 44.784,00). Por outro lado, o Agricultor Agroecológico 14 é o que percebe a menor Renda Bruta Média Mensal Estimada<sup>32</sup> oriunda da alocação

<sup>32</sup> Calculada da mesma forma que as Rendias Brutas Mensal Média Estimada Agrícola e Não-agrícola, itens 4.4.1 e 4.4.2.

da força de trabalho familiar, uma vez que recebe mensalmente um valor equivalente a 2,9 salários mínimos (ou seja, um valor de R\$ 1.803,80 mensais, equivalente a uma RBAE Força de trabalho de R\$ 21.645,60).

Deste modo, a alocação da força de trabalho familiar quando não compromete o desenvolvimento produtivo do estabelecimento rural familiar, ou quando se obtém uma renda financeira mensal suficiente para contribuir com a reprodução socioeconômica da família e do estabelecimento, tende a diminuir ainda mais a vulnerabilidade dos agricultores do Núcleo MBA diante das oscilações de mercado e problemas que possam afetar a economia local urbana e/ou rural.

Isto ocorre, pois a diversificação de rendas e de atividades produtivas lhes proporcionam fluxos contínuos e diversificados de recursos financeiros, fato este que tende a diminuir a sensibilidade dos agricultores do Núcleo MBA às mudanças que podem atingir um determinado setor socioprodutivo, no qual poderá estar inserido um dos membros da família destes agricultores.

Sendo assim, a observação de Schneider (2009) acerca das famílias pluriativas cabe perfeitamente ao caso aqui avaliado. Este autor expõe que, no caso das famílias pluriativas, geralmente, é o chefe da família [...] que permanece na propriedade enquanto os demais membros trabalham em atividades não-agrícolas [...] (SCHNEIDER, 2009, p. 212). E como foi aqui apresentado, alguns agricultores agroecológicos do Núcleo MBA detêm esta realidade.

Assim, as múltiplas alocações da força de trabalho familiar emergem como uma estratégia reprodutiva que se apresenta como mais uma maneira do agricultor do Núcleo MBA e de seus familiares, exercerem a condição de agricultor, ao tempo que detêm a possibilidade de inserirem-se em outras práticas produtivas de forma remunerada ou deterem outra identidade profissional além da de agricultor.

#### 4.4.4 Renda Total Bruta Anual Estimada (RTBAE)

As 03 (três) RBEs (Agrícola, Não-agrícola e Força de trabalho familiar) apresentadas anteriormente formam a Renda Total Bruta Anual Estimada (RTBAE) dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados. A RTBAE obtida por estes agricultores é formada por um processo reprodutivo balizado numa interação entre inserção mercadológica dos bens agrícola e não-agrícola (renda monetária);

utilização dos bens agrícola e não-agrícola para o consumo da família para a reprodução dos sistemas produtivos e para a troca (renda não-monetária); a multiplicidade de forma que pode ser ocupada a força de trabalho familiar dentro ou fora do estabelecimento rural de maneira remunerada ou não<sup>33</sup>.

No que concerne à relação renda monetária e renda não-monetária (RBAE Agrícola + Não-agrícola), adquiridas por meio do desenvolvimento de atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas pelos agricultores do Núcleo MBA em seus estabelecimentos rurais, verificou-se, no transcorrer da pesquisa, que ambas são importantes para a melhoria das condições socioeconômicas destes agricultores e de seus familiares. Entretanto, a obtenção de renda monetária detém uma maior importância para esta melhoria, uma vez que, dos 19 agricultores pesquisados deste Núcleo, 15 agricultores possuem este tipo de renda como principal (TABELA 19).

**TABELA 19 – RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA (AGRÍCOLA + NÃO-AGRÍCOLA) – RENDAS MONETÁRIA E NÃO-MONETÁRIA – OBTIDA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2011-2012**

| AA           | Renda               |                                    |                  |                                    | RBAE<br>(Agrícola +<br>Não-Agrícola)<br>(R\$) |
|--------------|---------------------|------------------------------------|------------------|------------------------------------|---|
|              | Monetária           |                                    | Não-Monetária    |                                    |   |
|              | Valor em R\$        | Participação na<br>RTBAE do AA (%) | Valor em R\$     | Participação na<br>RTBAE do AA (%) |   |
| 1            | 100.000,00          | 88,1                               | 13.500           | 11,9                               | <b>113.500,00</b>                             |
| 2            | 216.000,00          | 98,9                               | 2.400            | 1,1                                | <b>218.400,00</b>                             |
| 3            | 42.150,00           | 71,3                               | 17.000           | 28,7                               | <b>59.150,00</b>                              |
| 4            | 315.241,11          | 46,6                               | 361.533          | 53,4                               | <b>676.774,11</b>                             |
| 5            | 382.930,00          | 89,2                               | 46.418           | 10,8                               | <b>429.348,00</b>                             |
| 6            | 37.550,00           | 41,5                               | 53.025           | 58,5                               | <b>90.575,00</b>                              |
| 7            | 144.000,00          | 80,0                               | 35.920           | 20,0                               | <b>179.920,00</b>                             |
| 8            | 57.000,00           | 96,9                               | 1.840            | 3,1                                | <b>58.840,00</b>                              |
| 9            | 99.000,00           | 35,3                               | 181.800          | 64,7                               | <b>280.800,00</b>                             |
| 10           | 239.000,00          | 47,6                               | 263.000          | 52,4                               | <b>502.000,00</b>                             |
| 11           | 70.500,00           | 54,1                               | 59.900           | 45,9                               | <b>130.400,00</b>                             |
| 12           | 41.000,00           | 82,3                               | 8.800            | 17,7                               | <b>49.800,00</b>                              |
| 13           | 45.000,00           | 85,2                               | 7.800            | 14,8                               | <b>52.800,00</b>                              |
| 14           | 19.100,00           | 87,5                               | 2.732            | 12,5                               | <b>21.832,00</b>                              |
| 15           | 54.800,00           | 83,6                               | 10.720           | 16,4                               | <b>65.520,00</b>                              |
| 16           | 59.700,00           | 76,8                               | 18.032           | 23,2                               | <b>77.732,00</b>                              |
| 17           | 157.000,00          | 63,8                               | 89.040           | 36,2                               | <b>246.040,00</b>                             |
| 18           | 60.500,00           | 75,1                               | 20.100           | 24,9                               | <b>80.600,00</b>                              |
| 19           | 90.000,00           | 81,2                               | 20.816           | 18,8                               | <b>110.816,00</b>                             |
| <b>TOTAL</b> | <b>2.230.471,11</b> | <b>64,7</b>                        | <b>1.214.376</b> | <b>35,3</b>                        | <b>3.444.847,11</b>                           |

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo, 2012

NOTA: São apresentados nesta TABELA valores correntes que compreendem o período entre maio de 2011 a junho de 2012.

<sup>33</sup> Conferir a equação 9, apresentada no Capítulo 2, subitem 2.4.4.



Por outro lado, 04 (quatro) Agricultores Agroecológicos 4, 6, 9 e 10 possuem uma renda não-monetária superior à monetária, constituindo-se na principal fonte de renda destes agricultores. No entanto, apenas o Agricultor Agroecológico 6 não possui nenhuma atividade produtiva não-agrícola, sendo sua renda não-monetária constituída a partir do autoconsumo de seus produtos agropecuários agroecológicos pela família e da utilização de insumos produtivos produzidos no próprio estabelecimento rural em seu sistema de produção agrícola.

Além disso, ao utilizar-se dos produtos manejados em seus estabelecimentos rurais como insumos a serem utilizados no desenvolvimento de suas atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas, os agricultores do Núcleo MBA estruturaram uma lógica de gestão balizada na integração de seus sistemas produtivos, seja restrito ao âmbito da prática agrícola, ou de forma cruzada: produtos agrícolas utilizados como insumos voltados à produção não-agrícola ou o inverso.

No caso do Agricultor Agroecológico 9, sua renda não-monetária provém, em grande parte, da utilização dos serviços ambientais que seu estabelecimento rural presta à família e à reprodução de seus sistemas produtivos, seja como insumo produtivo utilizado para a produção agrícola (irrigação, conservação do solo, equilíbrio ecológico dos agroecossistemas), seja como um recurso utilizado para o desenvolvimento do turismo rural.

Já no caso do Agricultor Agroecológico 10, o peso maior para a composição de sua renda não-monetária está associada aos produtos agroindustrializados. O interessante no caso deste agricultor é que a renda não-monetária obtida a partir deste produto é 50% maior que sua renda monetária, apontando que há uma maior alocação dos agroindustrializados para o consumo da família.

Assim, nota-se que há uma pluralidade de estratégias para a alocação dos produtos agrícolas e não-agrícolas desenvolvidos pelos agricultores do Núcleo MBA, sendo que a escolha de qual lógica reprodutiva adotar deriva-se das singularidades que caracterizam cada modo e projeto de vida das famílias rurais deste Núcleo.

Percebe-se, então, que a RTBAE segue uma organização a partir de um leque variado de fatores que perpassa a lógica econômica, mas estrutura-se sobre as demandas materiais e imateriais e sobre a capacidade empreendedora das famílias rurais agroecológicas. Deste modo, nota-se, através da TABELA 20, que há uma multiplicidade de lógicas reprodutivas organizadas pelos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados, que vai desde agricultores que

desenvolvem apenas as atividades agrícolas a agricultores que, além de desenvolver atividades agrícolas e não-agrícolas, inserem um ou mais membros da família em atividades profissionais não-agrícolas no ambiente urbano.




**TABELA 20 – RENDA TOTAL BRUTA ANUAL ESTIMADA OBTIDA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2011-2012**

| AA | Área do ERA (ha) | Ocupação da Força de Trabalho Familiar |    |      | RBAE       |              |                            | RTBAE             | Pagamento Anual Estimado da Mão de Obra Contratada | RTBAE após Dedução do Valor Pagamento Anual Estimado à Mão de Obra Contratada |
|----|------------------|--|----|------|------------|--------------|----------------------------|-------------------|--|---|
|    |                  | AE                                     | OL | DAFT | Agrícola   | Não-agrícola | Força de trabalho familiar |                   |  |   |
| 1  | 20,00            |  |    |      | 87.500,00  | 26.000       | -                          | <b>113.500,00</b> | -  | <b>113.500,00</b>   |
| 2  | 4,84             |  |    |      | 218.400,00 | -            | 54.000,00                  | <b>272.400,00</b> | 31.200,00  | <b>241.200,00</b>   |
| 3  | 8,80             |  |    |      | 59.150,00  | -            | 24.000,00                  | <b>83.150,00</b>  | -  | <b>83.150,00</b>  |
| 4  | 50,00            |  |    |      | 552.754,11 | 124.020      | -                          | <b>676.774,11</b> | -  | <b>676.774,11</b>   |
| 5  | 24,00            |  |    |      | 104.000,00 | 325.348      | 57.600,00                  | <b>486.948,00</b> | 216.000,00   | <b>270.948,00</b>   |
| 6  | 6,90             |  |    |      | 90.575,00  | -            | -                          | <b>90.575,00</b>  | 7.800,00   | <b>82.775,00</b>  |
| 7  | 128,00           |  |    |      | 179.920,00 | -            | -                          | <b>179.920,00</b> | 48.000,00  | <b>131.920,00</b>   |
| 8  | 10,00            |  |    |      | 53.400,00  | 5.440        | -                          | <b>58.840,00</b>  | -  | <b>58.840,00</b>  |
| 9  | 2,00             |  |    |      | 36.800,00  | 244.000      | -                          | <b>280.800,00</b> | 12.000,00  | <b>268.800,00</b>   |
| 10 | 10,10            |  |    |      | 126.000,00 | 376.000      | 52.000,00                  | <b>554.000,00</b> | 43.200,00  | <b>510.800,00</b>   |
| 11 | 8,80             |  |    |      | 69.000,00  | 61.400       | 24.000,00                  | <b>154.400,00</b> | -  | <b>154.400,00</b>   |
| 12 | 2,25             |  |    |      | 48.800,00  | 1.000        | -                          | <b>49.800,00</b>  | 36.000,00  | <b>13.800,00</b>  |
| 13 | 27,00            |  |    |      | 44.400,00  | 8.400        | -                          | <b>52.800,00</b>  | 44.400,00  | <b>8.400,00</b>   |
| 14 | 121,00           |  |    |      | 20.110,00  | 1.722        | 21.600,00                  | <b>43.432,00</b>  | 600,00   | <b>42.832,00</b>  |
| 15 | 4,00             |  |    |      | 65.520,00  | -            | 36.000,00                  | <b>101.520,00</b> | 14.400,00  | <b>87.120,00</b>  |
| 16 | 3,00             |  |    |      | 18.748,00  | 58.984       | -                          | <b>77.732,00</b>  | -  | <b>77.732,00</b>  |
| 17 | 91,96            |  |    |      | 130.040,00 | 116.000      | 52.800,00                  | <b>298.840,00</b> | 28.800,00  | <b>270.040,00</b>   |
| 18 | 5,20             |  |    |      | 77.600,00  | 3.000        | 96.000,00                  | <b>176.600,00</b> | 24.000,00  | <b>152.600,00</b>   |
| 19 | 10,00            |  |    |      | 104.600,00 | 6.216        | -                          | <b>110.816,00</b> | -  | <b>110.816,00</b>   |

**Legenda:**

**ERA** – Estabelecimento Rural Agroecológico  
**RBAE** – Renda Bruta Anual Estimada  
**RTBAE** – Renda Total Bruta Anual Estimada

**Legenda:**

 **AE** – Apenas no Estabelecimento  
 **OL** – Outro Local fora do Estabelecimento  
 **DAFT** – Dupla Alocação da Força de Trabalho Familiar (Estabelecimento e Outro Local)

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo, 2012

NOTA: AA – Agricultor Agroecológico

São apresentados nesta TABELA valores correntes que compreendem o período entre maio de 2011 a junho de 2012.

Através desta TABELA percebe-se a diversidade de lógicas que permeia a realidade socioeconômica dos 19 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados. Por exemplo, há agricultores agroecológicos (por exemplo, o Agricultor 7) que apenas desenvolvem atividades agrícolas em seus estabelecimentos rurais, mas detêm uma RTBAE (no valor de R\$ 179.920,00) superior a outros agricultores agroecológicos (por exemplo, o Agricultor 14) que desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas e ainda alocam a força de trabalho familiar fora do estabelecimento rural, de maneira remunerada, executando atividades profissionais nos ambientes rural e urbano (possui uma RTBAE no valor de R\$ 43.432,00).

Ou ainda, agricultores agroecológicos (por exemplo, o Agricultor 5) que possuem uma RTBAE alta (no valor de R\$ 486.948,00), mas devido à demanda de alguma prática produtiva (sua fábrica de água mineral), contrata mão de obra qualificada e em quantidade fazendo com que esta RTBAE reduza drasticamente quando deduzido os valores pagos à mão de obra (a RTBAE reduziu para R\$ 270.948,00, ou seja, uma redução de 44,4%). Entretanto, cabe salientar que, esta RTBAE equivale a uma Renda Bruta Média Mensal Estimada<sup>34</sup> superior a 36 salários mínimos mensais, ou seja, uma renda bruta média superior a R\$ 22.579,00 mensais.

Por outro lado, existem agricultores agroecológicos (por exemplo, o Agricultor 10) que possuem uma RTBAE alta (no valor de R\$ 554.000,00), que mesmo demandando a contratação de mão de obra qualificada e em quantidade para o desenvolvimento de suas práticas produtivas (turismo rural, agroindustrialização, beneficiamento, por exemplo), sofrem, apenas, uma insignificante redução mantendo seu nível de renda muito alto (a RTBAE reduziu para R\$ 510.800,00, ou seja, uma redução de 0,0002%, entretanto, detém uma Renda Bruta Média Mensal de 68,4 salários mínimos, sendo este valor equivalente a uma renda bruta média de R\$ 42.544,00 mensais).

Outra observação interessante refere-se à análise da lógica reprodutiva adotada pelo agricultor agroecológico do Núcleo MBA pesquisado. A partir desta lógica é possível verificar de que forma se organizaram sócio-produtivamente os agricultores do Núcleo MBA – de forma agregada, uma vez que individualmente já

---

<sup>34</sup> Calculada da mesma forma que as Rendias Brutas Mensal Média Estimadas apresentadas nos itens 4.4.1, 4.4.2 e 4.4.3.

foi discutido acima – e qual é o valor de renda mensal média estimada (em salários mínimos) que foi obtido por estes grupos (TABELA 21)<sup>35</sup>.

**TABELA 21 – LÓGICA REPRODUTIVA ADOTADA PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA E A RENDA BRUTA MENSAL MÉDIA ESTIMADA (EM SALÁRIOS MÍNIMOS) OBTIDA POR MEIO DE SUA REALIZAÇÃO 2011-2012**

| <b>Lógica Reprodutiva dos Agricultores Agroecológicos</b>  | <b>Número de Agricultores Agroecológicos</b> | <b>Renda Mensal Média Estimada (Em SM)<sup>1</sup></b> |
|--|--|--|
| Alocação da Força de Trabalho Familiar Apenas em seus Estabelecimentos Rurais  | 9  | 12,9   |
| Alocação da Força de Trabalho Familiar em Outro Local Fora de seus Estabelecimentos Rurais                                   | 1  | 5,7  |
| Alocação da Força de Trabalho Familiar em seus Estabelecimentos Rurais e Em Outro Local                                      | 8  | 29,6   |
| Desenvolvimento Apenas de Atividade Produtiva Agrícola   | 2  | 14,4   |
| Desenvolvimento Apenas de Atividade Produtiva Não-Agrícola   | 0  | -  |
| Desenvolvimento Conjunto de Atividade Produtiva Agrícola e Não-Agrícola <sup>2</sup>   | 8  | 12,5   |
| Desenvolvimento Conjunto de Atividade Produtiva Agrícola, Inserção Profissional Fora do Estabelecimento Rural                | 3  | 18,4   |
| Desenvolvimento Conjunto de Atividade Produtiva Agrícola, Não-Agrícola e Inserção Profissional Fora do Estabelecimento Rural | 6  | 31,3   |

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo, 2012

NOTA: SM – Salário Mínimo

1. Para a determinação da renda mensal média estimada aqui exposta, foi realizada uma média aritmética das rendas mensais médias estimadas (em salários mínimos) dos agricultores agroecológicos que estavam inseridos no contexto analisado.
2. Apesar de ser apresentado como 8 agricultores, o cálculo da média aritmética para a renda mensal média estimada deste grupo contou apenas com 7 agricultores, uma vez que o Agricultor Agroecológico 4 representa uma comunidade composta por 21 famílias rurais, fato este que poderia gerar incorreções na análise aqui proposta.

Por meio desta TABELA, observa-se que o pior valor concernente à Renda Bruta Mensal Média Estimada (em salários mínimos) refere-se ao grupo de agricultores agroecológicos que empregam integralmente sua força de trabalho fora do estabelecimento rural (obtenção de 5,7 SM por mês, equivalente a uma renda média mensal de R\$ 3.545,40). Este constitui-se num aspecto relevante, pois evidencia que o menor nível de renda obtido pelos agricultores do Núcleo MBA, a partir do desenvolvimento das atividades agrícolas, não-agrícolas agroecológicas, ou

<sup>35</sup> O cálculo para a determinação da Renda Mensal Média Estimada (em salários mínimos) apresentada na TABELA 21 encontra-se no APÊNDICE D.

da inserção ocupacional fora do estabelecimento rural, possui uma considerável importância para a viabilidade socioeconômica da família.

Mas, de acordo com a TABELA 21, o grupo de agricultores agroecológicos que desenvolve em conjunto atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas e insere profissionalmente um ou mais membros da família em atividades produtivas remuneradas fora do estabelecimento rural obteve o maior valor de Renda Bruta Mensal Média Estimada (em salários mínimos) – média de 31,3 SM/mês por agricultor, equivalente a uma renda bruta média de R\$ 19.468,60 mensal por agricultor.

Permutando o foco da observação da análise da Renda Bruta Mensal Média Estimada (em salários mínimos) dos grupos de agricultores agroecológicos que foram observados segundo a sua lógica reprodutiva para a faixa de renda, verifica-se que 08 (oito) agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisado (42,1% dos agricultores) detêm uma RTBAE superior a 20 salários mínimos mensais, ou seja, superior a uma Renda Bruta Mensal Média Estimada de R\$ 12.440,00 (TABELA 22).

**TABELA 22 – FAIXA DE RENDA BRUTA MENSAL MÉDIA (EM SALÁRIOS MÍNIMOS) DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA, CALCULADO A PARTIR DA RTBAE APÓS A DEDUÇÃO DO VALOR PAGO ANUAL ESTIMADO À MÃO DE OBRA CONTRATADA 2011-2012**

| <b>Faixa de Renda</b>   | <b>Número de Agricultores Agroecológicos</b> |
|---|--|
| <b>Até 5 SM mensais</b><br>(RTBAE Total de até R\$ 37.320,00)   | <b>02</b>                                    |
| <b>Acima de 5 SM mensais a 10 SM mensais</b><br>(RTBAE Total acima de R\$ 37.320,00 a R\$ 74.640,00)    | <b>02</b>                                    |
| <b>Acima de 10 SM mensais a 15 SM mensais</b><br>(RTBAE Total acima de R\$ 74.640,00 a R\$ 111.960,00)  | <b>05</b>                                    |
| <b>Acima de 15 SM mensais a 20 SM mensais</b><br>(RTBAE Total acima de R\$ 111.960,00 a R\$ 149.280,00) | <b>02</b>                                    |
| <b>Acima de 20 SM mensais</b><br>(RTBAE Total acima de R\$ 149.280,00)                                  | <b>08</b>                                    |

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo, 2012

NOTA: SM – Salário Mínimo

Mas se for considerado o número de agricultores que possuem uma RTBAE superior a 10 salários mínimos mensais, ou seja, superior a uma Renda Bruta Mensal Média Estimada de R\$ 6.220,00, verifica-se que 15 agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados (78,9 % dos agricultores) estão inseridos nesta faixa de renda.

Assim, pelo observado, nota-se que as práticas produtivas agroecológicas, quando articuladas com as práticas pluriativas, tendem a gerar uma obtenção diversificada dos fluxos de renda adquiridos pelo agricultor no transcorrer do ano, que pode ter como origem uma transação comercial monetária, como não-monetária, ou ainda ser derivado da utilização dos produtos para o consumo familiar e/ou do sistema produtivo existente no estabelecimento rural.

Desta forma, diante do que foi observado neste Capítulo, percebe-se que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA organizaram suas estratégias de reprodução balizadas na dupla eficiência socioprodutiva de seus estabelecimentos rurais, pois, por um lado, estes agricultores estruturaram seus sistemas produtivos por meio de retornos financeiros que não são oriundos dos ganhos de escala de produção, mas decorrentes de uma produção agrícola e/ou não-agrícola flexível ou diversificada e com baixa escala de produção.

Todavia, os produtos agrícolas e não-agrícolas manejados pelos agricultores do Núcleo MBA contêm atributos de qualidade que lhes proporcionam a obtenção de preços maiores, pois agregam um valor adicional ao seu preço (preço *premium*), em alguns casos por serem agroecológicos, em outros por prestarem serviços ligados à conservação da paisagem rural e da cultural local e das amenidades existentes no rural, por exemplo, através do turismo rural, ou de algumas práticas produtivas ligadas ao processamento dos produtos agroecológicos *in natura*, que exprimem um identidade cultural da família rural, tais como a produção de queijos, compotas, geleias, massas, dentre outros.

Por outro lado, os produtos agrícolas e não-agrícolas desenvolvidos por estes agricultores contribuem para a redução na pressão sobre a renda monetária obtida pelas famílias oriundas da prática do autoconsumo de seus produtos. Assim, são economizados recursos financeiros, tanto no consumo familiar, como no consumo de matéria-prima necessária à produção de novos bens e serviços agrícola e não-agrícola.

Diante deste contexto, observa-se que a forma que os agricultores organizam seus arranjos produtivos em seus estabelecimentos rurais (de maneira a potencializar os capitais existentes em seus agroecossistemas) e a organização e a forma como é alocada a força de trabalho familiar na execução de profissional de atividades agrícolas e não-agrícolas, seja dentro ou fora de seu estabelecimento

rural, representa para o agricultor o elemento-chave para seu desenvolvimento socioeconômico, conforme foi observado na pesquisa.

Neste sentido, conforme observou-se na TABELA 21 acima, esta foi a lógica gerencial adotada por 08 (oito) agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, sendo este contexto importante para que haja uma relação equilibrada entre ganhos econômicos, sociais e ambientais, uma vez que o alto valor de Renda Bruta Mensal Média Estimada de R\$ 12.440,00 (equivalente a um nível de renda bruta média superior a 20 salários mínimos mensais), é proveniente do somatório da renda monetária com a renda não-monetária.

Assim, observa-se que a forma como os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA obtém sua RTBAE, tende a não gerar uma redução em suas condições socioeconômicas, ao contrário, há uma tendência à melhora dessas condições, conforme foi percebido durante o transcorrer da pesquisa com estes agricultores.

Além disso, outra observação relevante captada durante a pesquisa, refere-se ao fato de que o valor monetário recebido pelos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA não circula apenas no âmbito do ambiente rural onde está situado o estabelecimento destes agricultores. A renda monetária circula tanto no ambiente rural como no urbano circunvizinho. No entanto, conforme foi salientado pelos agricultores, ao informar que a maior parte deste recurso financeiro fica alocado no mercado local (ambiente rural onde está situado o estabelecimento) contribuindo para a dinâmica socioeconômica de seu ambiente rural.

#### 4.5 PLURIATIVIDADE NA AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO PARA O AMBIENTE RURAL

No transcorrer da discussão teórica realizada no Capítulo 3, observou-se que o ambiente rural vem passando por um processo de reorganização socioeconômica, que se manifesta através da percepção de que o rural é um espaço multiprodutivo que não se restringe apenas à lógica oriunda do setor produtivo agrícola, mas se expressa de maneira multissetorial.

Deste modo, as estratégias de desenvolvimento para o ambiente rural devem ser pensadas de modo territorializado e não de forma setorializada. Essas estratégias devem ser organizadas a partir das potencialidades e singularidades



existentes em um dado território, de maneira a viabilizar neste espaço um conjunto diversificado de atividades socioeconômicas multissetoriais (FEIJÓ, 2011), de formas de obtenções de renda e de práticas de conservação ecológica.

Neste sentido, o desenvolvimento para o ambiente rural emerge como um processo estruturado por meio do estímulo à vocação econômica de cada localidade que, por sua vez, deve ocorrer através da estruturação de estratégias de promoção que sejam específicas a cada microrregião do país (FEIJÓ, 2011). Deste modo, torna-se importante pensar na adoção de processos de desenvolvimento para o rural que propiciem a criação de espaços socioprodutivos e mercadológicos que possibilitem aos agentes produtivos rurais organizarem novos (ou reorganizarem seus) arranjos produtivos de maneira a utilizar-se das oportunidades socioeconômicas que emergem com o desenvolvimento de mercados multissetoriais no rural.

Por sua vez, esta multissetorialidade deriva-se dos novos aparatos tecnológicos que estão sendo gerados globalmente e disseminados e introduzidos no ambiente rural. Assim, o rural vem se apropriando da infraestrutura e dos equipamentos socioeconômicos que estão sendo produzidos no âmbito do “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2005), ou seja, arroga-se e usufrui dos benefícios oriundos das tecnologias de comunicação, da infraestrutura de transporte, saúde e educação, dos equipamentos e espaços produtivos, dentre outros, como fatores estimuladores para a atração de novos agentes produtivos, novos residentes, consumidores; que vêm propiciando um ambiente socioeconômico novo para o rural.

Associado a estes novos aparatos tecnológicos, os pressupostos oriundos do desenvolvimento local sustentável vêm incentivando a organização de um ambiente favorável a uma reestruturação e/ou um fortalecimento da economia local do ambiente rural que se estrutura através da criação de um cenário favorável à produção dos elementos necessários ao desenvolvimento da chamada “economia da nova ruralidade” (FAVARETO; SEIFER, 2012), sendo esta centrada na: *(i)* produção de bioenergia; *(ii)* inserção dos agentes econômicos rurais em mercados que agregam maior valor aos seus produtos agrícolas e não-agrícolas e *(iii)* exploração econômica das amenidades existentes no ambiente rural.

Desta maneira, os novos aparatos tecnológicos e os pressupostos oriundos do desenvolvimento local sustentável estão proporcionando os elementos necessários ao ambiente rural para que este espaço possa organizar/reorganizar e

desenvolver sua economia local sob uma lógica socioeconômica multiprodutiva e multissetorial. Assim, a partir deste quadro, os diversos agentes econômicos rurais detêm a possibilidade de inserirem-se e de estruturarem um leque variado de estratégias produtivas e mercadológicas, tais como: produção de alimentos com maior valor agregado (por exemplo, os agroecológicos), turismo rural, agroindustrialização, produção industrial, produção de bioenergia, atividades do setor de serviços ligadas à saúde, educação, entretenimento, serviços bancários, etc., dentre outros (Cf. GRAZIANO DA SILVA, 1997; 2001; MALUF, 2002; PLOEG, 2008; SCHNEIDER; 2009; KAGEYAMA, 2007; VEIGA, 2001; VEIGA; EHLERS, 2003; WANDERLEY, 2009(b)).

Esta multiplicidade de atividades produtivas está contribuindo para a dinamização da economia local do ambiente rural, ao tempo que possibilita a atração de novos agentes produtivos para este ambiente e incentiva a organização de sistemas socioprodutivos que sejam desenvolvidos por meio da articulação dos recursos locais, mas que detêm os atributos mercadológicos necessários à inserção em outros mercados rurais e urbanos.

Neste ambiente de reestruturação socioeconômica na qual está imerso o rural, novos espaços reprodutivos são abertos ou há o fortalecimento dos já existentes, sendo estes *locus* elementos importantes para a melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados neste trabalho. Estes agricultores passaram a organizar uma lógica gerencial que preza pelo manejo produtivo diversificado e/ou multissetorial, seja produzindo bens e/ou prestando serviços de cunho agrícola e/ou não-agrícola.

Além disso, os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA possuem ainda a possibilidade de deter uma lógica econômica que se organiza pela alocação diversificada da força de trabalho familiar, seja no estabelecimento rural e/ou no mercado de trabalho rural e urbano, desenvolvendo atividades produtivas de maneira remunerada, sem que haja a necessidade de migração da área rural para a urbana, uma vez que a infraestrutura de transporte e de telecomunicações existente na Região Metropolitana de Curitiba possibilita que haja um fluxo interativo rotineiro dos agricultores e de seus familiares com os ambientes rurais e urbanos circunvizinhos – seja para exercer suas atividades profissionais não-agrícolas, a capacitação profissional, acessar espaços coletivos de troca de saberes tácitos e/ou

técnico-científico para comercializar seus produtos agrícolas e não-agrícolas ou divulgar seus serviços não-agrícolas, etc.

Esta inter-relação entre as economias locais do urbano e do rural, propiciada pela infraestrutura existente na Região Metropolitana de Curitiba, torna possível para os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA o desenvolvimento de uma diversidade de estratégias de reprodução socioeconômica que podem ser estruturadas através da inserção dos produtos agrícolas e não-agrícolas na economia local urbana (por exemplo, comercialização de produtos agroecológicos nas feiras livres agroecológicas), como pela atração dos residentes do urbano para consumirem os produtos comercializados na economia local do rural (por exemplo, o turismo rural, pesque e pague, a gastronomia<sup>36</sup>). Ou ainda, pela inserção profissional de um ou mais membros da família no mercado de trabalho urbano.

Desta forma, pode-se afirmar, pelo que foi verificado durante esta pesquisa, que a inter-relação entre a economia local do rural e do urbano – seja no que concerne ao fluxo de pessoas, produtos e serviços que ocorrem no âmbito espacial circunscrito pela Região Metropolitana de Curitiba, ou por outras relações sócio-comerciais com outras localidades geográficas – constitui-se num elemento-chave para a melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores do Núcleo MBA.

Entretanto, apesar das oportunidades produtivas e comerciais que estão sendo geradas pela interação entre as economias locais do rural e do urbano, assim como pelo fortalecimento da economia local do rural, verificou-se no Núcleo MBA uma diversidade de cenários socioeconômicos que pode, no longo prazo, tender a uma situação de fragilidade socioeconômica e ecológica dos agricultores agroecológicos deste Núcleo ou fortalecer e consolidar a lógica reprodutiva socioeconômica e ecológica adotada por estes agricultores.

Esta pluralidade de cenários emerge a partir da lógica reprodutiva e gerencial adotada pelos agricultores do Núcleo MBA que são decorrentes de fatores oriundos da forma como são articulados os capitais e arranjos produtivos existentes nos estabelecimentos rurais, que, por sua vez, são derivados dos modos e projetos de vida estabelecidos por estes agricultores ou devido a limites socioeconômicos e ecológicos impostos ao mesmo.

---

<sup>36</sup> Na pesquisa, observou-se que a gastronomia está inserida na *práxis* do turismo rural, uma vez que os consumidores que detiverem o interesse poderão solicitar ao agricultor agroecológico do Núcleo MBA o preparo de refeições caseiras como parte da atividade de turismo.

Neste sentido, alguns agricultores do Núcleo MBA estão percorrendo uma trajetória reprodutiva que pode conduzi-los a uma situação de insustentabilidade socioambiental a longo prazo, caso não reorganize sua lógica gerencial ou a forma como se relaciona com o ambiente socioeconômico existente em seu ambiente rural, ou não seja capaz de utilizar-se das oportunidades que estão sendo geradas através da inter-relação entre as economias locais do rural e do urbano.

Diante deste contexto, a pluriatividade apresenta-se como um fundamento importante para entender as práticas adotadas pelos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, uma vez que estes agricultores estão organizando suas estratégias reprodutivas por meio do desenvolvimento de múltiplas atividades socioeconômicas, estejam elas circunscritas apenas no âmbito do sistema de produção agrícola ou não-agrícola, ou inseridas em ambos os sistemas. Podendo ainda, estas atividades serem desenvolvidas dentro ou fora do estabelecimento rural agroecológico.

No entanto, para se inserirem neste cenário e tirar as vantagens que estão sendo proporcionadas por este novo ambiente socioeconômico, os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA estão imersos num processo contínuo de compreensão do funcionamento de seus agroecossistemas, sendo tal iniciativa um dos elementos-chave para o desenvolvimento de novas atividades socioeconômicas agrícola e não-agrícola em seus estabelecimentos rurais. Além disto, estas atividades podem constituir-se num potencial instrumento de inserção destes agricultores nas oportunidades produtivas proporcionadas pela economia da nova ruralidade.

Deste modo, conforme foi observado no transcorrer deste Capítulo, a pluriatividade na agroecologia proporciona para os agricultores do Núcleo MBA a possibilidade de organizarem uma *práxis* gerencial balizada na diversificação de sua pauta de produção e de sua obtenção de rendas, contudo, sem comprometer a reprodução ecológica de seus agroecossistemas. Para que esta diversificação ocorra, estes agricultores utilizam-se da biodiversidade (capital natural) e dos múltiplos capitais (social, cultural, humano, econômico e físico/tecnológico) existentes no estabelecimento rural agroecológico, como fatores produtivos importantes para o desenvolvimento das atividades socioeconômicas agrícola e não-agrícola.

Além destes dois elementos (biodiversidade e múltiplos capitais), os agricultores do Núcleo MBA desenvolvem e usam sua capacidade empreendedora

para se inserirem em ambientes produtivos e mercadológicos que lhes confirmem recursos econômico-financeiros e gerenciais necessários a sua reprodução socioeconômica. A capacidade de empreender destes agricultores se expressa através da maneira como articulam e potencializam os diversos capitais (fatores de produção) existentes em seus estabelecimentos rurais.

Associado a capacidade de empreender, os agroecossistemas conservados representam para os agricultores do Núcleo MBA o *lócus* em que podem ser manejados os recursos naturais necessários ao desenvolvimento das múltiplas atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas no âmbito do estabelecimento rural. Desta forma, quanto mais conservado ambientalmente for o estabelecimento, maior será a possibilidade de se organizarem sistemas produtivos diversificados e/ou multissetoriais, ao tempo que poderá ser organizado um fluxo contínuo e diversificado de obtenções de renda no transcorrer do ano.

Diante deste contexto, verificou-se que a biodiversidade e os múltiplos capitais existentes nos agroecossistemas e a capacidade empreendedora dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA são considerados fatores importantes para a construção de um processo de desenvolvimento rural divergente do proposto pela Revolução Verde, ou seja, pelo processo de modernização do campo iniciada na década de 1960 que teve como consequência a exclusão e marginalização de diversos agricultores dos benefícios gerados pelo sistema econômico.

Ocorre ainda que através da pluriatividade na agroecologia, conforme observado no transcorrer da pesquisa, são organizadas estratégias reprodutivas socioeconômicas, pelos agricultores do Núcleo MBA, que tendem a contribuir para a construção de uma visão diferenciada acerca do processo de desenvolvimento. Esta visão tende a contemplar a diversidade de realidades social, econômica, ecológica, cultural e política existentes num determinado local, sendo este um elemento-chave para o agricultor estruturar arranjos socioprodutivos em seus estabelecimentos rurais mais alinhados aos seus modos e projetos de vida.

O contexto acima decorre do fato de que a pluriatividade na agroecologia constitui-se num paradigma socioprodutivo que se fundamenta nos preceitos oriundos da sustentabilidade. Neste sentido, Leff (2001, p. 48) discorre que “A sustentabilidade aparece como uma necessidade de restabelecer o lugar da natureza na teoria econômica e nas práticas do desenvolvimento, internalizando

condições ecológicas da produção que assegurem a sobrevivência e um futuro para a humanidade”.

Deste modo, conforme o observado no contexto do Núcleo MBA, a pluriatividade na agroecologia tende a deter em seu bojo o argumento exposto acima por Leff. Assim, notou-se que a articulação entre o sistema socioproductivo agroecológico, que inclui em sua lógica gerencial os princípios de conservação/preservação ecológica, e a pluriatividade apontam para o território (ou ambiente rural onde estão localizados os estabelecimentos rurais agroecológicos) as possíveis estratégias socioproductivas que podem constituir-se num dos elementos demandados pelo local para a construção de um processo de desenvolvimento mais alinhado as suas singularidades.

A pluriatividade na agroecologia, neste cenário, ao utilizar-se dos pressupostos advindos da sustentabilidade contribui no fortalecimento das economias locais do ambiente rural, que por sua vez impacta diretamente sobre o processo de desenvolvimento deste ambiente. Isto ocorre, pois como expõe Leff (2006, p. 157)

*A sustentabilidade está enraizada em bases ecológicas, em identidades culturais e em territórios de vida; desdobra-se em espaço social, onde os atores sociais exercem seu poder de controle da degradação ambiental e mobilizam potenciais ambientais em projetos autogerenciados para fazer as necessidades e aspirações que a globalização econômica não pode cumprir. O território é o lócus dos desejos, demandas e reclamos da população para reconstruir seus mundos de vida e reconfigurar suas identidades através de suas formas culturais de valorização de recursos ambientais de novas estratégias de reapropriação da natureza [...].*

Além disso, a pluriatividade na agroecologia, também, encontra-se alinhada aos pressupostos oriundos do ecodesenvolvimento. Ao alimentar-se destes preceitos, a pluriatividade na agroecologia tende a primar por um processo de desenvolvimento no qual a localidade, utiliza-se como base deste processo, suas próprias potencialidades físicas, ecológicas e humanas, estruturando iniciativas de desenvolvimento endógeno que se constituem a partir das identidades e modos de vida locais, sem a necessidade de importar modelos desenvolvimentistas de outras localidades.

Leff (2001) expõe que as estratégias de ecodesenvolvimento balizam-se na necessidade de se fundar novos modos de produção e estilos de vida a partir da capacidade ecológica de cada região. Ainda, de acordo com este autor, estas estratégias se estruturam por meio da gestão participativa dos recursos ecológicos

locais, tendo a diversidade étnica e a autoconfiança das populações como mecanismos para a obtenção de um desenvolvimento, segundo as premissas da sustentabilidade.

Deste modo, nota-se que se desenvolver não significa degradar os ambientes naturais, mas sim, construir mecanismos que possibilitem articular e regular as dinâmicas existentes no sistema produtivo, com a organização social, com os possíveis impactos sobre o ambiente natural, de maneira a contemplar a diversidade de identidades culturais e projetos de vida existentes em uma determinada localidade. Este é o princípio adotado pela pluriatividade na agroecologia, conforme fora observado no decorrer da pesquisa.

A pluriatividade na agroecologia pode, ainda, constituir-se num mecanismo importante para a inclusão produtiva e econômica dos agricultores que encontram-se marginalizados ou excluídos do atual sistema econômico balizado sob a lógica da modernização do campo (Revolução Verde), uma vez que, a inter-relação entre as práticas produtivas agroecológicas e pluriativas possibilita aos agricultores organizarem e articularem num mesmo *lócus* produtivo uma pluralidade de atividades socioeconômicas e de estratégias reprodutivas que os possibilite adentrar em circuitos comerciais que lhes remunere de maneira justa, mas que ao mesmo tempo lhes propicie um ambiente favorável à reprodução de seu modo de vida.

Este cenário foi verificado durante a pesquisa, no contexto reprodutivo dos agricultores agroecológico do Núcleo MBA, podendo ainda ser apontado como o fator que lhes proporciona um maior grau de autonomia socioeconômica. Essa autonomia, por sua vez, deriva-se do fato de que o ambiente reprodutivo observado neste Núcleo tende a propiciar a estes agricultores os instrumentos necessários a sua inserção em espaços socioeconômicos menos suscetíveis às oscilações mercadológicas, como é o caso do mercado de produtos agroecológicos *in natura* e agroindustrializados. Isto ocorre, pois estes mercados se organizam principalmente em torno de relações comerciais balizados em pressupostos ligados aos serviços prestados (saúde, conservação ambiental, segurança alimentar, gosto, geração de emprego, por exemplo) pelos agricultores e por seus produtos aos consumidores e à sociedade e menos associados à questão do preço.

Entretanto, foi notado, no transcorrer da pesquisa, que há agricultores no Núcleo MBA que podem, no longo prazo, assim como ocorre no contexto reprodutivo da Revolução Verde, ser marginalizados ou excluídos dos benefícios gerados pelo

processo de desenvolvimento rural que está sendo construído sob a égide do desenvolvimento local sustentável e em torno da economia da nova ruralidade.

Tal fato deriva-se da forma como estão sendo organizados os arranjos produtivos existentes em seus estabelecimentos rurais agroecológicos, das questões ligadas ao processo sucessório nesses estabelecimentos e dos limites econômicos e ecológicos a que estão expostos os agricultores e seus estabelecimentos.

Neste sentido, torna-se necessário que haja por parte da Rede Ecovida de Agroecologia e/ou da instituição que presta suporte ao Núcleo MBA (a AOPA), uma maior atenção sobre os agricultores que estão em processo de insustentabilidade socioambiental, uma vez que se encontram numa tendência à inviabilização reprodutiva a longo prazo e, desta forma, necessitam de uma assessoria técnica para que possam organizar sistemas produtivos que articulem de maneira mais eficiente os capitais existentes em seus agroecossistemas, de maneira a construir arranjos produtivos que tendam a superar os limites impostos pelos ambientes social, econômico, ecológico e gerencial no qual estão inseridos.

Além disso, essa situação de vulnerabilidade no qual estão imersos alguns agricultores do Núcleo MBA constitui-se numa perda de autonomia, uma vez que estes agricultores detiveram uma redução (em maior ou menor grau) de sua autonomia decisória quanto ao que produzir e de que forma deve ser organizada sua estratégia reprodutiva, pois seus níveis de renda monetária e não-monetária podem ser considerados muito baixos quando comparados com o potencial verificado no contexto dos outros agricultores pertencentes a esse Núcleo.

Este problema agrava-se mais um pouco quando observa-se que existem agricultores no Núcleo MBA que detém uma produção diversificada e flexível, mas não conseguem obter níveis de renda monetária e não-monetária num valor condizente e proporcional a sua pauta produtiva e às estratégias reprodutivas adotadas por estes agricultores. Este fato faz emergir uma questão interessante e já observada no transcorrer deste Capítulo, qual seja, a diversificação produtiva deve estar atrelada à capacidade empreendedora, ao conhecimento acumulado e ao modo e projeto de vida inerente a cada agricultor agroecológico e aos capitais existentes em seus agroecossistemas.

Caso não ocorra esta associação, existe uma grande tendência do agricultor do Núcleo MBA organizar arranjos produtivos e estratégias reprodutivas que não



vislumbrem a singularidade de seus agroecossistemas ou não estejam condizentes com suas particularidades socioeconômica, cultural, física/tecnológica, humana e ecológica.

Por outro lado, verificou-se que a maioria dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA pesquisados tomam suas decisões gerenciais balizados numa espécie de empreendedorismo verde. Este tipo de empreendedorismo, de acordo com Veiga; Ehlers (2003), fundamenta-se na conservação e recuperação da natureza como um fator estratégico para a criação, consolidação e crescimento de novos empreendimentos socioprodutivos, sejam rurais ou urbanos. Este empreendedorismo, também, contribui para que estes agricultores organizem seus arranjos produtivos de acordo com suas singularidades de seus agroecossistemas e que estejam condizentes com suas particularidades.

Neste sentido, a pluriatividade na agroecologia propicia que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA desenvolvam seus sistemas socioprodutivos agrícolas e não-agrícolas envoltos num empreendedorismo verde que, por sua vez, vale-se das oportunidades socioeconômicas que são criadas no âmbito da economia da nova ruralidade. Deste modo, estes agricultores, através de sua capacidade empreendedora, buscam desenvolver seus sistemas de produção balizados numa lógica gerencial que prima pela diversificação produtiva alicerçada numa economia de escopo, fato este que lhes proporciona uma maior autonomia, ao tempo que lhes proporciona, ainda, uma melhoria das condições socioeconômicas da família, conforme foi observado durante a pesquisa.

Neste contexto, pode-se afirmar que a lógica gerencial dos agricultores do Núcleo MBA, construídos em torno de práticas produtivas oriundas de um empreendedorismo verde que, por sua vez, detém como lócus de reprodução a pluriatividade na agroecologia, está possibilitando que esses agricultores possuam uma autonomia decisória quanto ao que produzir e como organizar os arranjos produtivos a serem desenvolvidos em seus estabelecimentos rurais.

Desta forma, há a possibilidade da organização de arranjos produtivos que possuam baixo impacto ambiental, uma vez que a redução do nível de capital natural (da biodiversidade) ou sua rápida depredação representa para estes agricultores a inviabilização econômica de seus estabelecimentos rurais. Por outro lado, estes arranjos produtivos conseguem introduzir os agricultores do Núcleo MBA em circuitos comerciais que os remuneram de maneira justa e são menos estáveis

às oscilações de mercado. Além disso, essa lógica reprodutiva dialógica tende a propiciar a estes agricultores um maior acesso aos benefícios socioeconômicos e ecológicos que estão sendo proporcionados pela economia local dos ambientes rural e urbano.

Observa-se assim que a pluriatividade na agroecologia, por um lado, rompe de maneira localizada com o efeito darwiniano da tecnologia e da influência do mercado global (VEIGA, 2005) sobre os agricultores menos capitalizados ou de menor porte, uma vez que as práticas produtivas agroecológicas e pluriativas possibilitam aos agricultores do Núcleo MBA desenvolverem ou utilizarem-se das tecnologias tradicionais e/ou modernas mais condizentes as suas particularidades e que estão a sua disposição via mercado ou por meio de assistência técnica, de forma adequada e de maneira a respeitar as condições agroecossistêmicas de seus estabelecimentos rurais (CAPORAL; COSTABEBER, 2001).

Assim, a partir dos resultados apresentados e debatidos neste Capítulo, observa-se que a pluriatividade na agroecologia possibilita para o ambiente rural a organização de um processo de desenvolvimento estruturado na possibilidade de os agricultores do Núcleo MBA “lograrem a satisfação de suas necessidades e a renovação de suas aspirações” (FURTADO, 2000), ao tempo que lhes possibilite a “oportunidade de obter resultados que são valorizados” (SEN, 2000) por estes agricultores, independente dos retornos econômicos que lhes são proporcionados por esta opção, mas que estejam alinhados aos seus modos e projetos de vida.

Neste sentido, a pluriatividade na agroecologia contribui para que o desenvolvimento para o ambiente rural se construa através de um processo de transformação socioprodutiva dos agricultores do Núcleo MBA que se baliza sobre os diversos capitais existentes em seus agroecossistemas, principalmente, dos capitais humano, social e natural. Todavia, observou-se também que o capital social<sup>37</sup> poderia ser melhor gestado pelo Núcleo MBA, uma vez que se verificou a necessidade de ser articulado com maior rotina espaços para a troca de experiências produtivas e de incentivo para que os agricultores mais eficientes se dispusessem a acompanhar os agricultores que se encontram numa tendência à inviabilização econômica de seus estabelecimentos rurais no longo prazo,

---

<sup>37</sup> Neste caso, considerou-se como capital social a capacidade de mobilização e articulação entre os agricultores e dos agricultores com as instituições pertencentes ao Núcleo MBA e a Rede Ecovida de Agroecologia e que atuam na Região Metropolitana de Curitiba.

possibilitando-lhes a obtenção de elementos técnicos necessários a sua reorganização produtiva.

Tal fato é importante para que não haja uma redução dos níveis de capital humano, capital social, capital natural e capital econômico, uma vez que exercem influência direta sobre o processo de desenvolvimento para o ambiente rural, principalmente, num processo que busca fundamentar-se sob os pressupostos do desenvolvimento local sustentável. Isto decorre do fato de que estes capitais são os recursos produtivos necessários para o desenvolvimento dos sistemas produtivos, logo para a geração de emprego e renda, e de acordo com o modo que será utilizado poderá levar uma localidade a uma situação de sustentabilidade (quando conservados) ou a uma situação de insustentabilidade (quando depredados) a longo prazo.

Desta forma, no transcorrer deste Capítulo, verificou-se que a pluriatividade na agroecologia possibilita aos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA construir um processo de desenvolvimento para o ambiente rural, no qual estão inseridos, balizados numa lógica que prima pela geração de sustentabilidade socioambiental para esses agricultores, que por sua vez se fundamenta na organização de uma lógica reprodutiva e gerencial estruturada sobre o tripé: diversificação produtiva, obtenção de múltiplas rendas monetárias e não-monetárias e na conservação ecológica das propriedades, que só é possível a partir da articulação dos capitais existentes nos agroecossistemas que levam em conta o modo e projeto de vida de cada agricultor agroecológico.

Neste sentido, a pluriatividade na agroecologia contribui para a organização de um processo de desenvolvimento para o ambiente rural que se diferencie da lógica proposta pelo modelo de desenvolvimento balizado na produtividade, na especialização produtiva e nos retornos econômicos crescentes. Ocorre que este modelo vem há décadas sendo considerado como o principal pressuposto a ser adotado para a estruturação da economia local do ambiente rural e para que seja alcançado um nível satisfatório de crescimento econômico para o rural. Desta forma, os processos de desenvolvimento construídos sobre este pressuposto (que tende a ser homogenizador) não contemplam a heterogeneidade de modos de vida e de sistemas produtivos existentes no rural.

Ao contrário desta lógica, o processo de desenvolvimento para o rural pensado e organizado pela pluriatividade na agroecologia se constrói em torno de

uma inserção produtiva e mercadológica plural, de maneira a contemplar a diversidade de modos e projetos de vida, de experiências produtivas e de lógicas gerenciais. Desta forma, os agricultores podem organizar seus sistemas de produção, vislumbrando maiores retornos financeiros como buscando obter melhores condições de vida através da inter-relação entre a busca de maiores retornos monetários e não-monetários. Neste sentido, os agricultores agroecológicos estão se inserindo nos espaços socioeconômicos que são criados pela inter-relação entre as economias locais do ambiente rural e urbano e pelo fortalecimento da economia local rural.

Tal fato dialoga com o raciocínio exposto por Abramovay (2009, p.18) ao afirmar que

[...] O desenvolvimento no meio rural não consiste apenas nem fundamentalmente em conquistar a competitividade dos segmentos mais dinâmicos da agricultura. Que esta conquista seja importante, disso não há dúvida. Mas por si só, os sistemas produtivos ligados aos segmentos mais dinâmicos da agricultura têm limitada capacidade de propiciar diversidade na geração de renda das regiões onde se concentram. Exatamente por isso, o planejamento contemporâneo adquire uma dimensão mais territorial que setorial: sua preocupação básica está em diversificar as fontes de geração de ocupação e renda, sobretudo naquelas localidades que não são diretamente beneficiadas por processos espetaculares de inovação técnica.

Portanto, no transcorrer deste trabalho verificou-se que a pluriatividade na agroecologia atrela-se diretamente à dinâmica socioeconômica e às estratégias reprodutivas organizadas sob os pressupostos oriundos do desenvolvimento local sustentável e dos circuitos econômicos que são produzidos no âmbito deste processo de desenvolvimento para o ambiente rural. A partir deste cenário, os agricultores do Núcleo MBA conseguem organizar seus estabelecimentos rurais de maneira plural, seja no que concerne ao desenvolvimento de múltiplas atividades socioeconômicas agrícolas e/ou não-agrícolas, seja pela multiplicidade de lógicas reprodutivas que podem ser adotadas por estes agricultores.

## 5 CONCLUSÕES

O debate em torno do desenvolvimento para o ambiente rural demanda um olhar mais aprofundado sobre as novas questões que estão emergindo no rural. Isto ocorre, pois o rural não deve ser apenas percebido como um *lócus* organizado sobre um contexto social, econômico, político, cultural, ecológico e geográfico circunscrito no âmbito do setor produtivo agropecuário. Contudo, este setor detém uma importância fundamental para o modo de vida e para a construção da identidade cultural dos residentes neste ambiente.

Ocorre que com os novos aparatos tecnológicos, com a melhoria da infraestrutura de transporte, de telecomunicações e socioeconômicas e com as novas demandas produtivas que estão sendo reivindicadas pelos atores e grupos sociais residentes no rural, este espaço vem passando por um processo de resignificação, principalmente, no contexto produtivo.

Neste sentido, novas perspectivas teóricas são demandadas para o debate em torno desta resignificação, uma vez que um olhar apenas sob o ponto de vista alicerçado sobre as questões de cunho agrícola tende a não evidenciar outras problemáticas ou discussões que estão ocorrendo no ambiente rural. Por exemplo, observa-se que em algumas localidades a população rural não está diminuindo, mas aumentando. O que está reduzindo no rural é a população economicamente ativa que desenvolve atividades apenas agrícolas (conforme foi visto no Capítulo 3).

Este exemplo aponta que o ambiente rural necessita de novas observações que devem ser realizadas para entender esta nova dinâmica socioeconômica e o comportamento dos novos atores que estão se inserindo no rural, que por sua vez reivindicam infraestruturas de produção e serviços, antes não desenvolvidos ou que detinham pouca importância para este espaço, mas relacionados ao modo de vida urbano. Paralelamente, alguns atores rurais já vem há algum tempo desenvolvendo atividades socioeconômicas não ligadas à prática produtiva agrícola, ou interligada a este tipo de prática.

Nesta perspectiva o ambiente rural passou a ser visto como um espaço multissetorial, ao tempo que passa, também, a ser discutido a inter-relação entre os ambientes rural e urbano sobre um contexto de espaço *continuum*. Esta percepção demanda novas formas de olhar o rural. Deste modo, autores como Veiga (2001;

2002; 2006b; 2007), Veiga e Ehlers (2003) Abramovay (2007; 2009), Feijó (2011), Kageyama (2008), Favareto (2007), Favareto e Seifer (2012), Graziano da Silva (1997; 2001), Schneider (2009), Carneiro (2002; 2009) e Wanderley (2009(a); 2009b)), por exemplo, vêm inserindo nos debates acerca do rural novos olhares teóricos.

Estes novos olhares teóricos apresentam uma perspectiva diferente e importante para se pensar o desenvolvimento para o ambiente rural, que deve ter como premissa a construção de um processo de transformação social, econômica, ecológica e cultural organizada a partir do local e de suas particularidades. Este processo, por sua vez, contribui para que haja uma reorganização da economia local do ambiente rural e de suas formas de interação com o ambiente urbano. Emerge, neste sentido, a economia da nova ruralidade, uma perspectiva teórica que traz à baila os novos cenários produtivos que estão sendo desenvolvidos no rural e que vêm possibilitando uma maior interligação socioeconômica da economia local rural com a urbana.

No contexto deste debate acerca da reconfiguração socioeconômica do ambiente rural, dois elementos emergem como aspectos importantes para a discussão concernente às alternativas de desenvolvimento para o ambiente rural a partir desta lógica multissetorial e territorial, a pluriatividade e o sistema socioprodutivo agroecológico.

Estes dois elementos trazem à baila duas perspectivas analíticas: ***pelo olhar da pluriatividade***, observa-se como ocorre a ocupação da força de trabalho familiar no processo produtivo desenvolvido no estabelecimento rural agroecológico familiar e como ocorre sua alocação nos mercados de trabalhos rural e urbano. Verifica-se ainda como a lógica gerencial pluriativa incentiva e organiza o desenvolvimento de sistemas de produção diversificados e integrados no estabelecimento rural agroecológico. Já ***pelo olhar do sistema socioprodutivo agroecológico***, observa-se como a partir de um *lócus* produtivo diversificado e ecologicamente conservado e que detém sistemas de produção integrados, podem emergir novas formas de produção não ligadas ao setor produtivo agrícola.

Associado ao referencial teórico apresentado, os pressupostos do desenvolvimento local sustentável constituem-se num elemento importante para se pensar as alternativas que podem contribuir para a reorganização socioeconômica do ambiente rural calcada nos princípios de sustentabilidade e contrário aos

fundamentos propostos pela corrente associada ao pensamento neoclássico que detêm como premissa a especialização produtiva, a produção em larga escala e a tendência à degradação ambiental e marginalização dos agricultores com menor porte, inclusive do ponto de vista financeiro. A Revolução Verde representou de forma drástica tal paradigma.

Além disso, ao se buscar novos processos de desenvolvimento para o ambiente rural balizado nos fundamentos propostos pelo desenvolvimento local sustentável, este espaço detém a possibilidade de repensar a organização de sua economia local de maneira plural, mas tendendo a conservar as amenidades (o ecossistema e a paisagem local) existentes no rural, sendo esta lógica essencial para o desenvolvimento da economia da nova ruralidade e para o desenvolvimento da pluriatividade na agroecologia.

O cenário aqui apresentando constitui-se no fundamento que norteou o processo de averiguação da hipótese proposta nesta pesquisa. Associado a este cenário o universo de pesquisa (o Núcleo MBA) selecionado para a observação mostrou-se um importante *lócus* de análise para se entender a dinâmica socioeconômica e as lógicas reprodutiva e gerencial organizadas em torno da pluriatividade na agroecologia. Foi importante ainda para verificar se a pluriatividade na agroecologia pode constituir-se numa alternativa de desenvolvimento para o ambiente rural que possa inserir os agricultores nos espaços produtivos e mercadológicos gerados pela reorganização da economia local, principalmente, no que se refere à economia da nova ruralidade.

Ocorre ainda que o instrumental utilizado para a coleta de informação/dado (o questionário semiestruturado) e a pesquisa documental realizada a partir dos Planos de Manejos Orgânicos dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA constituíram-se numa base de informações analíticas essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa, pois foi possível entender as lógicas reprodutivas e gerenciais adotadas pelos agricultores do Núcleo MBA, assim como são desenvolvidas as atividades socioeconômicas agrícolas e não-agrícolas e como estes agricultores obtêm suas rendas monetárias e não-monetárias, ao tempo que foi possível verificar qual a importância das práticas produtivas agroecológicas e pluriativas na participação da organização deste cenário produtivo, seja potencializando-o ou limitando-o. Além disso, foi possível avaliar se a pluriatividade

na agroecologia poderia emergir como uma alternativa de desenvolvimento para o ambiente rural.

Diante deste contexto e para a comprovação da hipótese proposta neste trabalho de pesquisa, foram elaboradas duas questões centrais, quais sejam: **(1)** *Existe uma relação do sistema socioprodutivo agroecológico com a geração de múltiplas atividades socioeconômicas e com a sustentabilidade socioambiental dos agricultores agroecológicos?* **(2)** *Em que medida esta relação se constitui numa alternativa que contribui para a construção de um processo de desenvolvimento para o ambiente rural?*

Para subsidiar a resolução destas duas questões, foi elaborado um rol de questionamentos necessários para a construção do cenário avaliativo, logo, importantes para entender: se e *como* ocorria a inter-relação entre as práticas produtivas agroecológicas e pluriativas; se esta inter-relação entre as práticas produtivas estavam gerando sustentabilidades aos agricultores agroecológicos; e se a pluriatividade na agroecologia poderia constituir-se numa alternativa de desenvolvimento para o ambiente rural.

Assim, buscou-se inicialmente entender *quais eram as atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos agricultores agroecológicos do Núcleo Maurício Burmeister do Amaral? Destas atividades, quais eram desenvolvidas a partir do sistema socioprodutivo agroecológico, no âmbito de seus estabelecimentos rurais? E quais atividades eram utilizadas para a comercialização, troca e/ou para o autoconsumo destes agricultores?* Neste sentido, observou-se que todas as atividades são produzidas a partir dos recursos produtivos existentes no sistema de produção agroecológico. Os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, de acordo com o verificado, buscam organizar seus sistemas produtivos balizados na diversificação da pauta de produção, seja manejando apenas atividades agrícolas ou integrando as atividades agrícolas com as não-agrícolas.

Verificou-se ainda que, dos 19 agricultores pesquisados, apenas 05 (cinco) não possuem atividade não-agrícola, ou seja, a integração entre as atividades agrícola e não-agrícola está se disseminando entre os agricultores deste Núcleo e tornando-se uma estratégia importante para a sua reprodução socioeconômica. Entretanto, observou-se que para o desenvolvimento destas múltiplas atividades socioeconômicas o agricultor demanda – além de um *lôcus* de produção que detenha os recursos naturais necessários a este manejo –, a capacitação da força



de trabalho que desenvolverá as atividades, assistência técnica, recursos financeiros, acesso à tecnologia produtiva e conhecimento acerca do mercado no qual pretende se inserir.

Neste sentido, notou-se que alguns agricultores mesmo detendo os recursos naturais necessários ao desenvolvimento de uma determinada atividade não-agrícola, não possuíam todos ou alguns dos demais elementos necessários ao manejo da atividade. Assim, seria importante que houvesse por parte do Núcleo ou da Rede Ecovida de Agroecologia a organização de espaços de socialização de experiências produtivas (ou de capacitação), de disseminação de tecnologias produtivas e de acompanhamento técnico para que os agricultores que detivessem interesse e agroecossistemas aptos pudessem se inserir neste segmento produtivo, sendo esta uma estratégia importante para o fortalecimento e elevação do nível de capital social, humano e econômico do Núcleo MBA, logo, do ambiente rural paranaense.

Verificou-se ainda que todos os produtos e serviços desenvolvidos através das atividades agrícolas e não-agrícolas são destinados para a comercialização e para o autoconsumo (ou prestação de serviço que será utilizado pela família), havendo alguns produtos e serviços que são utilizados para a troca. Está lógica tende a reduzir a vulnerabilidade dos agricultores perante: **(i)** as oscilações de mercado; **(ii)** as variações do ciclo biológico da produção agrícola; e **(iii)** os problemas que podem ser gerados através de uma redução na oferta de produtos ou de diminuição da diversificação produtiva decorrente de problemas climáticos. Ou seja, a multiplicidade de formas de alocação dos produtos agrícolas e não-agrícolas tendeu a gerar uma maior autonomia socioeconômica aos agricultores do Núcleo MBA.

Após a observação concernente ao desenvolvimento das atividades socioeconômicas agrícolas e não-agrícolas, os questionamentos se voltaram para o âmbito da obtenção de renda monetária e não-monetária pelos agricultores do Núcleo MBA. Neste sentido, buscou-se saber *como são obtidas as Renda Total Bruta Anual (rendas monetárias e não-monetárias) pelos agricultores agroecológicos do Núcleo Maurício Burmeister do Amaral* Além disso, procurou-se verificar *como estas rendas foram obtidas: (i) estruturadas a partir do sistema socioprodutivo agroecológico? (ii) são geradas em seus estabelecimentos rurais? (iii) ou foram*

*obtidas fora dos estabelecimentos rurais a partir da realização de outras atividades econômicas?*

Deste modo, notou-se que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA obtêm sua Renda Total Bruta Anual Estimada (RTBAE) de 03 (três) formas: **(1)** via atividades produtivas agrícolas – Renda Bruta Anual Estimada Agrícola (RBAE Agrícola); **(2)** via atividades produtivas não-agrícolas – Renda Bruta Anual Estimada Não-agrícola (RBAE Não-agrícola); e **(3)** via inserção da força de trabalho familiar no mercado de trabalho urbano – Renda Bruta Anual Estimada Força de trabalho familiar (RBAE Força de trabalho). Além disso, para o caso das duas primeiras rendas, estas podem ser originadas através da comercialização (renda monetária), do autoconsumo e da troca (renda não-monetária).

Verificou-se ainda que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA estão buscando estruturar lógicas gerenciais que desenvolvem, simultaneamente, práticas produtivas voltadas à obtenção de recursos financeiros (renda monetária) e de recursos não financeiros (renda não-monetária) no transcorrer de todo o ano e em valor satisfatório e necessário para o reinvestimento no estabelecimento rural (seja, para a reprodução do sistema produtivo já existente ou para a organização de novos sistemas) e para o investimento na melhoria das condições socioeconômicas da família.

Constatou-se, também, que as Rendas Brutas Anuais (monetária e não-monetária) obtidas pelos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, quando se refere às atividades agrícolas e não-agrícolas, são estruturadas a partir do sistema socioprodutivo agroecológico e no âmbito de seus estabelecimentos rurais. Além disso, verificou-se que 09 (nove) agricultores ocupam a força de trabalho de um ou mais membros da família em atividades econômicas fora do estabelecimento rural, de maneira remunerada no mercado de trabalho urbano.

Além disso, foi observado que o grau de diversificação produtiva existente no estabelecimento rural não inviabilizava que o agricultor detivesse um alto valor de RTBAE. Desta forma, percebeu-se que os elementos que definem o nível de renda obtido são capitais existentes no estabelecimento rural, capacidade empreendedora, lógica gerencial e reprodutiva adotada, forma de organização do arranjo produtivo, mercados acessados e, principalmente, o modo e projeto de vida das famílias rurais agroecológicas do Núcleo MBA.

Como último questionamento utilizado para a resolução das duas questões centrais, buscou-se saber *como a prática agroecológica desenvolvida pelos agricultores agroecológicos do Núcleo Maurício Burmeister do Amaral repercute sobre o ambiente natural, ao tempo que contribui para a geração de sustentabilidade socioambiental*. Concluiu-se que através das lógicas reprodutivas e gerenciais adotadas pelos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, são organizados múltiplos sistemas de produção que associam a busca por rendimentos econômicos com a preservação/conservação do ambiente natural, sendo esta interação um elemento importante para a sua reprodução socioeconômica, logo, para a melhoria das condições socioeconômicas da família. Este cenário, por sua vez, possibilita que estes agricultores estejam imersos num ambiente que lhes gere uma situação de sustentabilidade socioambiental.

Deste modo, diante do contexto apresentado a partir das observações e análises realizadas e expostas nos questionamentos acima, foi possível chegar às conclusões que pudessem responder as questões centrais deste trabalho de pesquisa.

Sendo assim, como primeira questão central indagou-se o seguinte: *existe uma relação do sistema socioprodutivo agroecológico com a geração de múltiplas atividades socioeconômicas e com a sustentabilidade socioambiental dos agricultores agroecológicos?* Concluiu-se que a partir do sistema de produção agroecológico são articulados arranjos produtivos nos estabelecimentos rurais que primam pelo desenvolvimento de uma multiplicidade de atividades produtivas, seja de cunho agrícola, como não-agrícola ou por meio da integração destas duas atividades.

Tal fato decorre da lógica gerencial advinda da agroecologia que é adotada nos estabelecimentos rurais. Por sua vez, esta lógica estrutura-se sobre a associação de práticas econômicas rentáveis e diversificada, com a conservação ambiental, com a utilização dos produtos, resíduos e efluentes como insumo/matéria-prima necessária à reprodução de seus sistemas produtivos. Este cenário aponta que o sistema socioprodutivo agroecológico proporciona os elementos necessários à geração de sustentabilidade socioambiental para os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, sendo percebido que estes agricultores estão se utilizando (em maior ou menor grau) destes elementos, ou seja, estão imersos nesta situação de sustentabilidade.

Entretanto, existem alguns casos em que os agricultores agroecológicos detêm uma margem de RTBAE muito baixa, fato este que pode gerar uma pressão sobre estes agricultores para que desenvolvam sistemas produtivos mais voltados ao mercado e que lhes gerem um maior retorno econômico e, desta forma, estes estabelecimentos poderiam correr o risco de ter os seus agroecossistemas impactados negativamente e de maneira intensiva, ao tempo que estes agricultores poderiam ter sua autonomia socioeconômica reduzida. Este cenário tenderia a proporcionar uma situação propícia para a insustentabilidade socioambiental destes agricultores.

Neste sentido, torna-se necessário um maior apoio dos componentes do Núcleo MBA para que se crie um ambiente favorável para que estes agricultores adquirissem novos conhecimentos e experiências ou detivessem apoio e assessoria de outros agricultores e instituições membros deste Núcleo, para que possam organizar arranjos produtivos que lhes gerem uma maior autonomia e um maior retorno socioeconômico, sem que haja o risco de gerar pressão negativa sobre os recursos naturais existentes em seu agroecossistemas.

Esta ação contribuiria para que os níveis de capital social, humano, ecológico, físico/tecnológico e econômico se elevassem no ambiente rural circunscrito pelo Núcleo MBA e, desta forma, fosse organizado um processo de desenvolvimento para o rural balizado nos pressupostos do desenvolvimento local sustentável.

Entretanto, na maioria dos casos, verificou-se que a pluriatividade na agroecologia vem contribuindo para que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA possam – a partir de suas singularidades econômica, social, cultural, ecológica, tecnológica, física e de força de trabalho – organizar arranjos produtivos que estão se inserindo nas oportunidades socioeconômicas propiciadas pelas economias locais dos ambientes rural e urbano, especificamente, via inserção nos mercados que estão sendo criados no âmbito da economia da nova ruralidade.

Com relação à segunda questão central: *em que medida esta relação se constitui numa alternativa que contribui para a construção de um processo de desenvolvimento para o ambiente rural?* Verificou-se que os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA estão construindo um processo de desenvolvimento para o ambiente rural que se mostra alternativo perante o contexto que vem sendo observado neste ambiente.

Observou-se que estes agricultores fundamentam-se nos pressupostos da sustentabilidade, uma vez que organizam sua lógica reprodutiva balizada no tripé: retornos econômicos viáveis e justos, melhoria das condições socioeconômicas da família e do local e conservação ecológica do estabelecimento e do ambiente rural no qual estão inseridos os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA.

Assim, mesmo que, em alguns casos, a dimensão econômica exerça uma maior influência sobre a lógica reprodutiva e gerencial dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, estes tendem a não sobrepor a capacidade de suporte aceitável de seus agroecossistemas, pois sabem que o equilíbrio socioambiental de seus estabelecimentos rurais agroecológicos constitui-se numa condição *sine qua non* para a sua reprodução socioeconômica a longo prazo.

Portanto, conclui-se, a partir do que foi observado durante a pesquisa, que a pluriatividade na agroecologia – ou seja, a inter-relação entre as práticas produtivas agroecológicas e pluriativas – disponibiliza para os agricultores agroecológicos do Núcleo MBA os mecanismos e ambientes produtivos necessários à construção de uma lógica reprodutiva e gerencial que se organize através da pluralidade de atividades econômicas e de inserção em múltiplos canais de comercialização, que por sua vez, gera uma multiplicidade de obtenções de renda monetária e não-monetária no transcorrer de todo o ano.

Ocorre ainda que a pluriatividade na agroecologia pode ser considerada uma estratégia reprodutiva viável e indutora de melhoria das condições socioeconômicas para os agricultores, sendo ainda um fator importante para a sustentabilidade dos estabelecimentos rurais, logo contribui para a conservação ambiental do rural. Além disso, pode constituir-se numa alternativa para a construção de um processo de desenvolvimento para o ambiente rural, balizado nos preceitos da sustentabilidade, que vise contemplar os diferentes tempos e modos de vida existentes no rural, de forma a respeitar as singularidades econômicas, sociais, culturais e ecológicas dos agentes produtivos rurais, independente de seu porte econômico e aporte financeiro.

Finalmente, conclui-se que a pluriatividade na agroecologia contribui para a organização de uma lógica gerencial, advinda da agroecologia e balizada no princípio da sustentabilidade, que tende a tornar-se um elemento-chave para a organização de empreendimentos produtivos eficientes, integrados ao mercado e altamente dinâmicos e criativos, contudo, sem perder sua característica singular de primar pelas questões sociais e ecológicas, tanto quanto prima pela econômica.

Deste modo, o desenvolvimento para o ambiente rural pode ser organizado em parte a partir de ações socioprodutivas que são estruturadas através das particularidades existentes em cada espaço rural, tendo como elemento indutor a dinâmica socioeconômica da economia local do rural e da circunvizinhança, e o perfil produtivo de cada estabelecimento rural e agricultor.

Diante do contexto apresentado no transcórre deste trabalho e das questões centrais aqui verificadas, observou-se que a hipótese que norteia esta pesquisa foi confirmada.

O reflexo pontual desse aspecto é que toda lógica de reprodução dos produtores agroecológicos desse estudo podem servir de referência para outras realidades, onde as condições de subdesenvolvimento predominam, ou nas quais as lógicas reprodutivas e gerenciais, ainda não são construídas a partir de iniciativas originadas dos próprios agricultores, tendo como parâmetro seus modos e projetos de vida e a realidade social, econômica e ecológica em que se encontram.

## 5.1 A PESQUISA INTERDISCIPLINAR

O Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná detém como matriz teórico-metodológica o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares balizadas na inter-relação entre a sociedade e a natureza. Com a Turma VIII do Curso de Doutorado deste programa, esta perspectiva não foi diferente. Conforme foi apresentado no Capítulo 2 deste trabalho, esta Turma percorreu um caminho metodológico que se iniciou com a construção de um projeto comum de pesquisa culminando com o presente trabalho de pesquisa (Tese).

Este processo foi importante e necessário para a discussão teórica aqui realizada, assim como para as avaliações e discussões de resultados aqui apresentados. Isto ocorre, pois este programa de pós-graduação possibilita que haja uma troca de saberes e experiências entre as diversas áreas de conhecimento que dialogam no processo de construção das pesquisas de Tese, principalmente da interdisciplinariedade desenvolvida no âmbito dos Grupos de Pesquisas.

No âmbito deste trabalho de pesquisa o Grupo Questão Alimentar deteve uma importante participação em sua elaboração. Inicialmente, foi através deste

Grupo que delimitou-se o universo de pesquisa a ser investigado. Também, foi por meio deste Grupo que levantou-se as primeiras indagações e realizou-se as primeiras observações acerca da pluriatividade na agroecologia, sendo num primeiro momento observado o contexto da Rede Ecovida de Agroecologia, posteriormente, verificado o Núcleo Maurício Burmeister do Amaral, no Paraná.

Ocorre ainda que a interação com os diferentes membros que formava o Grupo Questão Alimentar possibilitou que este trabalho de pesquisa detivesse uma olhar mais abrangente acerca das questões debatidas nesta Tese e que giram em torno do desenvolvimento para o ambiente rural, desta forma, não se restringindo apenas ao debate de cunho econômico, apesar deste ser o fio condutor da discussão teórica e das análises aqui realizadas.

Além disso, o processo de transformação socioeconômico por que passa o ambiente rural demanda, para seu entendimento, um olhar balizado na interdisciplinaridade, uma vez que a visão unidisciplinar tende a simplificar a complexidade existente neste processo, apontando o debate teórico e as análises de resultado para uma única direção. Por outro lado, a interdisciplinaridade possibilita um debate teórico e uma análise de resultado mais ampla e que tendem a ressaltar a diversidade de contextos e práticas que estruturam a discussão em torno do desenvolvimento, do ambiente rural, da sustentabilidade e da pluriatividade na agroecologia.

Assim, apesar das dificuldades que a interdisciplinaridade impõe, uma vez que demanda um olhar mais crítico, mais amplo teoricamente, abrangendo várias áreas de conhecimento e uma análise mais aprofundada da realidade ora pesquisada, o instrumental teórico-metodológico e analítico organizado através da interdisciplinaridade possibilita uma melhor interação, entendimento e avaliação do universo de pesquisa a ser estudado e dos quadros avaliativos a serem analisados.

Portanto, a interdisciplinaridade contribuiu para um melhor entendimento acerca das questões inerentes à problemática de pesquisa proposta por este trabalho, qual seja: a pluriatividade na agroecologia pode constituir-se numa alternativa de desenvolvimento para o ambiente rural? Além disso, possibilitou a construção de instrumentos analíticos mais condizentes com os objetivos e com a hipótese proposta por este trabalho.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigma do capitalismo agrário em questão**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

\_\_\_\_\_. **O futuro das Regiões Rurais**. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 149-178.

ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In. BECKER, Dinizar Fermiano (org.). **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 21-29.

\_\_\_\_\_. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ALMEIDA, Sílvio Gomes de. Economia familiar: modo de produção e modo de vida. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.2, n.3, out. 2005, p. 04-06.

ALMEIDA, Jalcione Pereira; GERHARDT, Cleyton Henrique. Agricultores familiares, mediadores sociais e a problemática ambiental. In. RUSCHEINSKY, Aloísio (org.). **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 137-158.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTMANN, Alexandre. O desenvolvimento sustentável e os serviços ambientais. In RECH, Adir Ubaldo; ALTMANN, Alexandre. **Pagamento por serviços ambientais: imperativos jurídicos e ecológicos para a preservação e restauração das matas ciliares**. Caxias do Sul: Educs, 2009, p. 57-106.

ANJOS, Flávio do Sacco dos; CALDAS, Nádia Velledas. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 189-219.



ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócios**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ARL, Valdemar. Agroecologia: desafios para uma condição de interação positiva e co-evolução humana na natureza. In ALVES, Adilson Francelinoi; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CADIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa (orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 155-168.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Adernar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. In **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente: Interdisciplinaridade, Meio Ambiente e Desenvolvimento: Desafios e Avanços do Ensino e da Pesquisa**, Curitiba, PR: Editora UFPR, n.6, jul./dez. 2002, p. 67-80.

BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BATALHA, Mário Otávio (orgs). **Gestão integrada da agricultura familiar**. – São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 43-66.

BECKER, Dinizar Fermiano. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In. \_\_\_\_\_ (org.). **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 31-120.

BORN, Rubens Harry; TALOCCHI, Sergio. **Proteção do capital social e ecológico: por meio de Compensações por Serviços Ambientais (CSA)**. São Paulo: Petrópolis; São Lourenço da Serra, SP: Vitae Civilis, 2002.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1999

\_\_\_\_\_. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. In. **Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Indaiatuba, SP: 2002 (06 a 09 de novembro). Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/>>. Acesso em: 20 de julho de 2006.

\_\_\_\_\_. Ciências Sociais e Ambiente Rural: principais temas e perspectivas analíticas. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, vol. VIII, n. 1, jan./jun. 2005, p. 1-13.

\_\_\_\_\_. Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental. In **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, vol. XIII, n. 2, jul./dez. 2010, p. 417-428.

BRANDENBURG, Alfio *et al.* Dimensões socioambientais do rural contemporâneo. In **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente: Interdisciplinaridade, Meio Ambiente e Desenvolvimento: Desafios e Avanços do Ensino e da Pesquisa**, Curitiba, PR: Editora UFPR, n.10, 2004, p. 119-129.

BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000

BRUMER, Anila. Qual a vocação produtiva da agricultura familiar? globalização, produção familiar e trabalho na agricultura. In. TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 223-254.

CAMPOS, Ginez Leopoldo R. de. Agricultura familiar, gerenciamento ambiental e agroecologia: algumas questões provocativas a serem pesquisadas. In. TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 255-315.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; OLIVEIRA, Jackson Alano de. A Agroecologia e as Agroflorestas no contexto de uma agricultura sustentável. In ALVES, Adilson Francelino; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa (orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 213-232.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectiva para uma nova extensão rural. In. ETGES, Virgínia E. **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, p. 19-52.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoliberalismo e desenvolvimento em uma economia periférica. In: XAVIER, Clésio Lourenço (org.). **Desenvolvimento desigual**. Uberlândia: EDUFU, 2004, p. 283-320.

CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In. LUIZ, Roberto José Moreira; COSTA, Flávio de Carvalho (org). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 223-240.

\_\_\_\_\_. Pluratividade da agricultura familiar no Brasil: uma reflexão crítica. In SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 167-188.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CONTERATO, Marcelo Antonio; SCHNEIDER, Sérgio. Tipos de pluriatividade na agricultura familiar e desenvolvimento rural. In **XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia**, Ribeirão Preto, São Paulo: 2005 (24 a 27 de julho), p. 01-22. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/2/643.pdf>>. Acessado em 10 e junho de 2011.

DALY, Herman; FARLEY, Joshua. **Economia Ecológica: princípios e aplicações**. Lisboa: INSTITUTO PIAGET, 2004.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Contribuições para a agenda da política de combate à pobreza rural. In BUAINAIN, Antonio Marcio (org.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: IICA, 2012, (Série desenvolvimento rural sustentável; v.16), p. 107-120.

DENARDIN, Valdir Frigo; SULZBACH, Mayra Taiza. Produtos com Identidade Territorial: o caso da farinha de mandioca do Litoral Paranaense. In SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roselí Alves dos (orgs.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 219-236.

ETGES, Virgínia E. O espaço rural no contexto da acumulação flexível. In \_\_\_\_\_ . **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, p. 131-139.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu:FAPESP, 2007.

\_\_\_\_\_. Economia verde e um novo ciclo de desenvolvimento rural. In **Revista Política Ambiental: Economia Verde: desafios e oportunidades**. Belo Horizonte, Conservação Internacional, n. 8, jun./2011, p. 131-142.

FAVARETO, Arilson; SEIFER, Paulo. As diferentes formas de definir o rural brasileiro e algumas tendências recentes – implicações para políticas de desenvolvimento e combate à pobreza. In BUAINAIN, Antonio Marcio (org.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: IICA, 2012, (Série desenvolvimento rural sustentável; v.16), p. 55-106.

FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. **Economia agrícola e desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

FLORIANI, Dimas; KNECHTEL, Maria do Rosário. **Educação ambiental: epistemologia e metodologias**. Curitiba: Vicentina, 2003.

FRANCISCO, Edna Cristina. Agricultura familiar em área de proteção ambiental: a reprodução de um modo de vida. BRANDENDURG, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno (orgs.). **Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas**: MDA, 2007, p. 21-62.

FRANCO, Augusto de. **Pobreza & desenvolvimento local** = Pobreza & desarrollo local. Brasília: ARCA, Sociedade do Conhecimento, 2002.

FRÓES, César; MELO NETO, Francisco de Paulo de. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GARLIPP, José Rubens Damas. Economia desregada. In: XAVIER, Clésio Lourenço (Org.). **Desenvolvimento desigual**. Uberlândia: EDUFU, 2004, p. 09-72.

GAZZOLA, Marcio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 85-106.

GRAZIANO DA SILVA, José. In **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1. mai./1997, p. 43-81.

\_\_\_\_\_. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001, p. 37-50.

GRÍCOLO, Serinei César. Referências em Agroecologia: um olhar sobre a renda e os caminhos trilhados pela agricultura familiar do Sudoeste do Paraná. In ALVES, Adilson Francelinoi; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CADIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 243-254.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar. 2001, p. 35-45.

\_\_\_\_\_. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 19-32.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; OTTMANN, Graciela; MOLINA, Manuel González. Los Marcos Conceptuales de la Agroecologia. In FIGUEREDO, Antônio Bezerra; LIMA, Jorge Roberto Tavares de (orgs.). **Agroecologia: conceitos e experiências**. – Recife: Bagaço, 2006, p. 101-157.

HELFAND, Steven M.; PEREIRA, Vanessa da Fonseca. Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. In BUAINAIN, Antonio Marcio (org.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: IICA, 2012, (Série desenvolvimento rural sustentável; v.16), p. 121-160.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In ALVES, Adilson Francelinoi; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CADIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 81-94.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. 4 ed rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

ISAGUIRRE-TORRES, Katya R. **Sistemas participativos de garantia: os sujeitos da ruralidade e seus direitos na sustentabilidade socioambiental**. 268 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal de Alagoas, Curitiba, 2012.

JALFIM, Felipe *et al*. Promovendo feiras agroecológicas no semi-árido brasileiro: a experiência do Projeto Dom Helder Câmara. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.5, n.2, jun. 2008, p. 23-25.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

LAMARCHE, Hugues. As lógicas produtivas. In \_\_\_\_\_ (coord). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998, p. 61-88.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOURENZANI, Wagner Luiz; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles. Gestão integrada para a agricultura familiar. In SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BATALHA, Mário Otávio (orgs). **Gestão integrada da agricultura familiar**. – São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 67-94.

MALUF, Renato S. Produto agroalimentares, agricultura multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. In. LUIZ, Roberto José Moreira; COSTA, Flávio de Carvalho (org). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 241-262.

\_\_\_\_\_. Políticas Agrícolas e de Desenvolvimento. In LEITE, Sérgio; SABAATO, Alberto (orgs.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 147-170.

MARAFON, Gláucio José. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. In MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira. **Tradição versus tecnologia**: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 35-58.

MAZZOLENI, Eduardo Mello; NOGUEIRA, Jorge Madeira. **Agricultura orgânica**: características básicas do seu produtor. Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília, vol. 44, nº 02, abri/junh. 2006, p. 263-293.

MAYER, Paulo Henrique. Transição agroecológica na região metropolitana de Curitiba. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v.3, n.3, out. 2006, p. 15-19.

MEIRELLES, Laércio. **Agricultura orgânica: um movimento em disputa**. Dom Pedro de Alcântara, junho de 2001. Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br>>. Acesso em: 05 jul. 2007.

\_\_\_\_\_. **Agricultura Ecológica e Agricultura Familiar**. Dom Pedro de Alcântara, junho de 2002. Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br>>. Acesso em 05 de julho de 2007.

MELO, Alberto. A ação local dos cidadãos como forma de residência à nova onda de colonização global: o caso da Associação In Loco no Sul de Portugal. In SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 435-474.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema de produtor de mercadorias**. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica, RJ: UFRRJ, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1999.

NANTES, José Flávio Diniz; SCARPELLI, Moacir. Gestão da produção rural no agronegócio. In BATALHA, Mário Otávio (org.). **Gestão agroindustrial: GEPAL: Grupo de Estudo e Pesquisas Agroindustriais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 556-584.

NIEDZIELSKI, Aires; MARQUES, Anésio da Cunha; BONA, Luis Cláudio. Trajetória e desafios da construção de mercados locais para a agricultura ecológica em Porto União (SC) e União da Vitória (PR). **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.5, n.2, jun. 2008, p. 18-22.

NUNES, Emanuel Márcio; ORTEGA, Antonio César. Desenvolvimento rural-local e agricultura familiar no Brasil. In: XAVIER, Clésio Lourenço (Org.). **Desenvolvimento desigual**. Uberlândia: EDUFU, 2004, p. 381-410.

PEDERSEN, Anders P. Muitas frutas, mas também muitos problemas. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.6, n.3, out. 2009, p. 22-25.

PERONDI, Miguel Ângelo. Repensando a especialização agrícola. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.6, n.3, out. 2009, p. 12-14.

PINHEIRO, Gustavo Silveira Rosa. Agricultura familiar e projeto agroecológico de vida. BRANDENDURG, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno (orgs) **Ruralidades e questões ambientais**: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Brasília: MDA, 2007, p. 87-111.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RAYNAUT, Claude. Meio ambiente e desenvolvimento: instruindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. **Desenvolvimento e meio ambiente**: interdisciplinaridade, meio ambiente e desenvolvimento: desafios e avanços do ensino e da pesquisa, n. 10, Curitiba: Editora UFPR, 2004, p. 21-32.

REDE ECOVIDA. **Normas de organização e funcionamento**. Lages: Rede Ecovida de Agroecologia, 2000.

\_\_\_\_\_. **Normas simplificadas da Rede Ecovida de Agroecologia**. Lages: Rede Ecovida de Agroecologia, 2001.

\_\_\_\_\_. **Caderno de formação**: certificação participativa de produtos ecológicos. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.

\_\_\_\_\_. Uma identidade que se constrói em Rede. **Caderno de Formação nº 1**. Lapa: Rede Ecovida de Agroecologia, 2007.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. O engenho na mesa: indústria doméstica e soberania alimentar no Jequitinhonha mineiro. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v.8, n.3, setemb. 2011, p. 12-16

RUIVO, Paula. Amenidades rurais – que contributo? estudo de caso em territórios rurais. In **III Congresso de Estudos Rurais (III CER)**. Faro, Portugal: 2008 (01 a 03 de novembro). 1 CD-ROM.

RUSCHEINSKY, Aloísio. No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade. \_\_\_\_\_ (org.). **Sustentabilidade**: uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 15-33.

SABOURIN, Eric. Dinâmicas Territoriais e acesso aos mercados: uma leitura pela reciprocidade. In SILVA, Aldenôr Gomes; CAVALVANTI, Josefa Salete Barbosa;



WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (orgs). **Diversificação dos Espaços Rurais e Dinâmicas Territoriais no Nordeste do Brasil**. João Pessoa: Editora Zarina Centro Cultural, 2009, p. 146-186.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.

\_\_\_\_\_. **Inclusão social pelo trabalho**: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SANTOS, Alvorí Cristo dos. As contradições da economia de mercado: um olhar sobre a renda da agricultura agroecológica. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v.2, n.3, out. 2005, p. 07-11.

SANTOS, Milton. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p 23-78.

SANTOS, José Aldo dos; BARRETO, Rebeca. Agricultoras descobrem nova forma de gerar renda e garantir uma alimentação segura. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v.2, n.3, out. 2005, p. 31-33.

SAQUET, Marcos A. *et al.* Agroecologia como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial. In SAQUET, Marcos A.; SANTOS, Roselí A. dos (orgs.): **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 237-254.

SCHMITT, Claudia Job. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v.8, n.3, setemb. 2011, p. 04-08

SCHMITT, Cláudia Job; GUIMARÃES, Leonardo Alonso. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v.5, n.2, jun. 2008, p. 7-13.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluratividade na agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio *et al.* A pluratividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 139-166.

SCHWARZ, Alf. **As ilusões de racionalidade na concepção de projetos de desenvolvimento**: o processo de planejamento como uma sucessão de escolhas cegas. Maceió: PRODEMA, 1999.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRANO, Maikel Márquez; FUNES-MONZOTE, Fernando R.; RODRÍGUEZ, Nelson Valdés. Driblando a fome: da dependência à autossuficiência na região de La Palma, Cuba. **Revista Agrícolas**: experiências em agroecologia, v.8, n.3, set./2011, p. 22-25.

SOUZA, Marcelo Santos. A Agroecologia no Brasil e o caso da Rede Ecovida. In: **Seminário modelos de desenvolvimento da agricultura familiar e políticas agrícolas nacionais e internacionais**: comparação França/ Europa/ Brasil. Paris, 10 de novembro de 2003.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5 ed. rev. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, Osmar Tomaz de; BRANDENBURG, Alfio. Mudanças na relação sociedade e natureza e ação de políticas públicas de desenvolvimento rural na Região Metropolitana de Curitiba. In **VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**. Quito, Equador, 20 a 24 de novembro de 2006.

TEDESCO, João Carlos; VIEIRA, Gilmar Zolet. Velhas práticas, novas linguagens em horizontes mercantis. In. TEDESCO, João Carlos (org). **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar**: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós-anos 90. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Porto Alegre; EST, 2006, p. 17-31.

TONIETTO, Mariléia. O sentido da tradição na ruralidade contemporânea. BRANDENDURG, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno [et al.]. **Ruralidades e questões ambientais**: estudo sobre estratégias, projetos e políticas/organizadores. Brasília: MDA, 2007, p. 301-314.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Teses, dissertações, monografias e outros trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007 (Normas para apresentação de documentos científicos; 2).

\_\_\_\_\_. Sistema de Bibliotecas. **Citações e notas de rodapé**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007 (Normas para apresentação de documentos científicos; 3).

\_\_\_\_\_. Sistema de Bibliotecas. **Referências**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007 (Normas para apresentação de documentos científicos; 4).

\_\_\_\_\_. Sistema de Bibliotecas. **Redação e editoração**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007 (Normas para apresentação de documentos científicos; 9).

VALADARES, Alexandre Arbex *et al.* A questão agrária e a pobreza rural no Brasil. In BUAINAIN, Antonio Marcio (org.). **A nova cara da pobreza rural**: desafios para as políticas públicas. Brasília: IICA, 2012, (Série desenvolvimento rural sustentável; v.16), p. 259-286.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. In **Revista Estudos Avançados**. v.15, n.43, São Paulo, 2001, p. 101-119.

\_\_\_\_\_. Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural. In CASTRO, Ana Célia (org.). **Desenvolvimento em Debate**. v. 2. Rio de Janeiro: Ed. Mauad/BNDES, 2002, p. 383-409.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

\_\_\_\_\_. **Meio ambiente & desenvolvimento**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006(a). (série Meio Ambiente).

\_\_\_\_\_. Nascimento de outra ruralidade. In **Revista Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, São Paulo, 2006(b), p. 333-354.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

VEIGA, José Eli da; EHLERS, Eduardo. Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural. In. MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecilia; VINHA, Valéria da (orgs). **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 271-290.

VILCKAS, Mariângela; NANTES, José Flávio. Planejamento das atividades produtivas na agricultura familiar. In SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; BATALHA, Mário Otávio (orgs). **Gestão integrada da agricultura familiar**. – São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 131-166.

ZANONI, Magda. A questão ambiental e o rural contemporâneo. In **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**: Interdisciplinaridade, Meio Ambiente e Desenvolvimento: Desafios e Avanços do Ensino e da Pesquisa, Curitiba, PR: Editora UFPR, n.10, 2004, p. 101-111.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2003.

WALPOLE, Ronald E. *et al.* **Probabilidade e estatística para engenharia e ciências**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009(a).

\_\_\_\_\_. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. In *Revisa Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2009(b), p. 60-85.

WEHRLE, Andrés. O movimento agroecológico da América Latina e do Caribe (MAELA): por uma nova face para nossa agricultura. In ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 162-168.

# APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS 19 AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA PESQUISADOS

Nº: \_\_\_\_\_

## QUESTIONÁRIO

Nome: \_\_\_\_\_

Data de Entrevista:     /06/2012

Grupo: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

1. Tamanho do estabelecimento rural: \_\_\_\_\_ hectares

**2. Renda Agrícola:**

| Classificação  | O(A) Sr(a) produz quantos tipos de produtos que se encaixam nesta categoria? | Qual é a Renda Bruta Total Anual Estimada que o(a) Sr(a) obtém com a Comercialização de seus produtos? | Caso os produtos Trocados e/ou Autoconsumidos pelo(a) Sr(a) e por sua família fossem comprados, qual seria o Valor Anual Estimado gasto com estas compras? Especifique por categoria. |             | Onde Comercializa? (Feira, Loja, etc.) | Qual é a frequência? (diária, semanal, quinzenal, etc) |
|--|--|--|---|-------------|--|--|
|  |  |  | Troca   | Autoconsumo |  |  |
| Olerícolas (hortaliças, raízes, tubérculos, tomate, cebola, etc.)  |  |  |   |             |  |  |
| Frutas   |  |  |   |             |  |  |
| Grãos  |  |  |   |             |  |  |
| Produtos de origem animal  |  |  |   |             |  |  |
| Flores   |  |  |   |             |  |  |
| Sementes   |  |  |   |             |  |  |
| Plantas Medicinais   |  |  |   |             |  |  |
| Produtos Florestais  |  |  |   |             |  |  |
| Insumo para Produção (adubos, humos, fertilizantes)                |  |  |   |             |  |  |
| Trocas de Serviços por meio de mutirão, trabalho comunitário, etc. |  |  |   |             |  |  |

**3. Renda Não Agrícola:**

| Classificação        | Qual é a Renda Bruta Total Anual Estimada que o(a) Sr(a) obtém com a Comercialização de seus produtos? | Caso os produtos/serviços Trocados e/ou Autoconsumidos pelo(a) Sr(a) e por sua família fossem comprados, qual seria o Valor Anual Estimado gasto com estas compras? Especifique por produto. |             | Onde Comercializa? (Feira, Lojas, etc.) | Qual é a frequência? (diária, semanal, quinzenal, etc) |
|----------------------|--|--|-------------|---|--|
|                      |  | Troca  | Autoconsumo |   |  |
| Agroindustrializados |  |  |             |   |  |
| Beneficiados         |  |  |             |   |  |
| Serviços Ambientais  |  |  |             |   |  |
| Artesanato           |  |  |             |   |  |
| Turismo Rural        |  |  |             |   |  |
| Ecoturismo           |  |  |             |   |  |

|                              |  |  |  |  |  |
|------------------------------|--|--|--|--|--|
| Fitoterápico                 |  |  |  |  |  |
| Biocombustíveis              |  |  |  |  |  |
| Outras Energias Alternativas |  |  |  |  |  |
| Outros Produtos**            |  |  |  |  |  |

\* Quais?

\*\* Especifique:

## 4. O(A) Sr(a) trabalha:

| X | Local de Trabalho                          | Onde? | Qual é o Valor Recebido Estimado Mensal? |
|---|--|-------|--|
|   | Apenas no estabelecimento rural            |       |  |
|   | No estabelecimento rural e em outro local* |       |  |
|   | Em outro local*                            |       |  |

\* No caso de outro local pedir ao agricultor ou agricultora que especifique onde trabalha

## 5. Os familiares que residem com o(a) Sr(a) trabalham:

| X | Local de Trabalho                          | Onde? | Qual é o Valor Recebido Estimado Mensal? |
|---|--|-------|--|
|   | Apenas no estabelecimento rural            |       |  |
|   | No estabelecimento rural e em outro local* |       |  |
|   | Em outro local*                            |       |  |

\* No caso de outro local pedir ao agricultor ou agricultora que especifique onde trabalha

## 6. Utiliza mão de obra:

| X | Utilização de Mão de Obra | Quantas Pessoas? | Onde é utilizado? | Qual é o Valor Pago Estimado Mensal? |
|---|---------------------------|------------------|-------------------|--------------------------------------|
|   | Familiar                  |                  |                   |                                      |
|   | Contratada                |                  |                   |                                      |
|   | Familiar e Contratada     |                  |                   |                                      |

**APÊNDICE B – CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS AGROECOLÓGICOS: TRATAMENTO E DESTINOS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES LÍQUIDOS**

| AGRICULTOR<br>AGROECOLÓGICO | TRATAMENTO/DESTINO DOS RESÍDUOS    |                       |   |                       |  |   |
|-----------------------------|------------------------------------|-----------------------|---|-----------------------|--|---|
|                             | PRODUÇÃO<br>VEGETAL <sup>(1)</sup> | PRODUÇÃO<br>ANIMAL    | BENEFICIAMENTO/<br>AGROINDUSTRIALIZAÇÃO     |                       | PROPRIEDADE                                    |   |
|                             |                                    |                       | Efluentes                                   | Lixo Orgânico         | Resíduos Secos                                 | Efluentes Líquidos <sup>(2)</sup>           |
| 1                           | Curtido                            | Lavoura e Compostagem | Caixa de gordura, Fossa séptica e Sumidouro | Compostagem e Animais | Incorporação no solo (compostagem e cobertura) | Caixa de gordura, Fossa séptica e Sumidouro |
| 2                           | Compostagem                        | Compostagem           | -   | Compostagem           | Coleta   | Fossa                                       |
| 3                           | -                                  | -                     | -   | -                     | Compostagem                                    | Fossa séptica                               |
| 4                           | Compostagem                        | Compostagem           | Fossa séptica                               | Compostagem           | Coleta seletiva                                | Fossa séptica                               |
| 5                           | Compostagem                        | Compostagem           | Estação de tratamento                       | Coleta                | Coleta e Compostagem                           | Fossa e Tratamento                          |
| 6                           | Compostagem                        | Compostagem           | -   | -                     | Compostagem                                    | Fossa e Filtro natural (vegetação)          |
| 7                           | Curtido                            | -                     | -   | -                     | Coleta e Compostagem                           | Fossa séptica e Poço morto                  |
| 8                           | Curtido                            | -                     | -   | Compostagem           | Compostagem                                    | Fossa                                       |
| 9                           | Compostagem                        | Compostagem           | Fossa séptica                               | Compostagem e Húmus   | Coleta seletiva e Aplicado na mata             | Fossa séptica e Zona de raiz                |
| 10                          | -                                  | -                     | -   | -                     | Coleta seletiva e Compostagem                  | Fossa                                       |
| 11                          | Curtido                            | Compostagem           | Piscina de decantação                       | Compostagem           | Coleta seletiva                                | Fossa séptica                               |
| 12                          | -                                  | -                     | -   | -                     | Compostagem                                    | Fossa Séptica                               |

**(Continuação)**

| AGRICULTOR<br>AGROECOLÓGICO | TRATAMENTO/DESTINO DOS RESÍDUOS               |                                  |   |                           |                                  |   |
|-----------------------------|---|----------------------------------|---|---------------------------|----------------------------------|---|
|                             | PRODUÇÃO<br>VEGETAL <sup>(1)</sup>            | PRODUÇÃO<br>ANIMAL               | BENEFICIAMENTO/<br>AGROINDUSTRIALIZAÇÃO   |                           | PROPRIEDADE                      |   |
|                             |   |                                  | Efluentes   | Lixo Orgânico             | Resíduos Secos                   | Efluentes Líquidos <sup>(2)</sup>                           |
| 13                          | Uso direto na<br>plantação/horta e<br>Curtido | Uso direto na<br>horta e Lavoura | Fossa séptica   | Tratamento dos<br>animais | Coleta                           | Fossa séptica e Poço<br>morto                               |
| 14                          | -   | -                                | -   | -                         | Coleta seletiva e<br>Compostagem | Fossa séptica, Poço<br>morto e Aplicado em<br>mudas nativas |
| 15                          | Compostagem                                   | Compostagem                      | -   | -                         | Coleta                           | Fossa   |
| 16                          | Compostagem                                   | -                                | Fossa   | Compostagem               | Uzina de reciclagem              | Fossa séptica   |
| 17                          | Compostagem                                   | Compostagem                      | Fossa séptica,<br>Aplicação na mata,<br>Biodigestores e<br>Estação de<br>tratamento | -                         | Coleta                           | Fossa, Poço morto e<br>Estação de tratamento                |
| 18                          | Compostagem e<br>Curtido                      | Compostagem                      | Estação de<br>Tratamento e<br>Recolhido pela<br>Prefeitura                          | Compostagem               | Compostagem                      | Filtro para tratamento de<br>esgoto                         |
| 19                          | -   | -                                | -   | Compostagem               | Coleta seletiva                  | Fossa   |

(1) Refere-se ao tratamento dado aos resíduos gerados pelo uso de cama de aviário.

(2) Refere-se ao tratamento/destino dado aos efluentes líquidos oriundos do esgoto da cozinha e do banheiro.

**QUADRO 10 – TRATAMENTO E DESTINO DADO, PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA, PARA OS SEUS RESÍDUOS E EFLUENTES 2008-2010**

FONTE: Elaborado com base nas informações contidas nos Planos de Manejo Orgânico/AOPA



**APÊNDICE C – RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA (RENDA NÃO-MONETÁRIA) DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA**

**TABELA 13 – RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA – RENDA NÃO-MONETÁRIA - OBTIDA COM AS ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA 2011-2012**

| AA | RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA – RENDA NÃO-MONETÁRIA - OBTIDA COM AS ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS AGRÍCOLAS |       |               |        |       |               |         |       |                |   |     |                 |        |     |               |                     |   |               |
|----|---|-------|---------------|--------|-------|---------------|---------|-------|----------------|---|-----|-----------------|--------|-----|---------------|---------------------|---|---------------|
|    | Olerícolas  |       |               | Frutas |       |               | Grãos   |       |                | Produtos de Origem Animal<br>( <i>in natura</i> ) |     |                 | Flores |     |               | Produtos Florestais |   |               |
|    | A   | T     | Total         | A      | T     | Total         | A       | T     | Total          | A   | T   | Total           | A      | T   | Total         | A                   | T | Total         |
| 1  | 2.000   | -     | <b>2.000</b>  | 2.000  | -     | <b>2.000</b>  | 500     | -     | <b>500</b>     | 3.000   | -   | <b>3.000</b>    | -      | -   | -             | -                   | - | -             |
| 2  | 2.400   | -     | <b>2.400</b>  | -      | -     | -             | -       | -     | -              | -   | -   | -               | -      | -   | -             | -                   | - | -             |
| 3  | 5.000   | -     | <b>5.000</b>  | 10.000 | -     | <b>10.000</b> | 1.000   | -     | <b>1.000</b>   | 1.000   | -   | <b>1.000</b>    | -      | -   | -             | -                   | - | -             |
| 4  | 46.143  | -     | <b>46.143</b> | 21.252 | -     | <b>21.252</b> | 241.510 | -     | <b>241.510</b> | 27687,91  | -   | <b>27687,91</b> | 2.520  | -   | <b>2.520</b>  | 200                 | - | <b>200</b>    |
| 5  | 28.800  | -     | <b>28.800</b> | 600    | -     | <b>600</b>    | 1.500   | -     | <b>1.500</b>   | 4.200   | -   | <b>4.200</b>    | -      | -   | -             | 6.000               | - | <b>6.000</b>  |
| 6  | 10.000  | -     | <b>10.000</b> | 15.000 | -     | <b>15.000</b> | 10.000  | -     | <b>10.000</b>  | 15.000  | -   | <b>15.000</b>   | -      | -   | -             | -                   | - | -             |
| 7  | 35.000  | -     | <b>35.000</b> | 200    | -     | <b>200</b>    | 200     | -     | <b>200</b>     | 500   | -   | <b>500</b>      | -      | -   | -             | -                   | - | -             |
| 8  | -   | -     | -             | -      | -     | -             | 600     | -     | <b>600</b>     | -   | -   | -               | -      | -   | -             | -                   | - | -             |
| 9  | -   | -     | -             | 10.000 | -     | <b>10.000</b> | -       | -     | -              | 6.500   | -   | <b>6.500</b>    | 2.000  | -   | <b>2.000</b>  | 300                 | - | <b>300</b>    |
| 10 | 8.000   | -     | <b>8.000</b>  | 3.000  | 3.000 | <b>6.000</b>  | 5.000   | 2.000 | <b>7.000</b>   | 7.000   | -   | <b>7.000</b>    | 30.000 | -   | <b>30.000</b> | -                   | - | -             |
| 11 | 7.000   | -     | <b>7.000</b>  | 2.000  | -     | <b>2.000</b>  | -       | -     | -              | -   | -   | -               | -      | -   | -             | -                   | - | -             |
| 12 | 5.000   | 2.000 | <b>7.000</b>  | 100    | 500   | <b>600</b>    | 200     | -     | <b>200</b>     | -   | -   | -               | -      | -   | -             | -                   | - | -             |
| 13 | 5.000   | 500   | <b>5.500</b>  | 1.000  | 500   | <b>1.500</b>  | 400     | -     | <b>400</b>     | -   | -   | -               | -      | -   | -             | -                   | - | -             |
| 14 | -   | -     | -             | 50     | 600   | <b>650</b>    | -       | -     | -              | 500   | 500 | <b>1.000</b>    | -      | -   | -             | -                   | - | -             |
| 15 | 10.000  | -     | <b>10.000</b> | -      | -     | -             | -       | -     | -              | 720   | -   | <b>720</b>      | -      | -   | -             | -                   | - | -             |
| 16 | 7.920   | -     | <b>7.920</b>  | 960    | -     | <b>960</b>    | 200     | -     | <b>200</b>     | 80  | -   | <b>80</b>       | -      | -   | -             | 1.440               | - | <b>1.440</b>  |
| 17 | 2.400   | -     | <b>2.400</b>  | 2.400  | -     | <b>2.400</b>  | 2.400   | -     | <b>2.400</b>   | 2.400   | -   | <b>2.400</b>    | -      | -   | -             | 12.000              | - | <b>12.000</b> |
| 18 | 5.000   | -     | <b>5.000</b>  | 2.000  | -     | <b>2.000</b>  | -       | -     | -              | 2.000   | -   | <b>2.000</b>    | -      | 500 | <b>500</b>    | 1.200               | - | <b>1.200</b>  |
| 19 | -   | -     | -             | 1.000  | -     | <b>1.000</b>  | -       | -     | -              | 3.600   | -   | <b>3.600</b>    | -      | -   | -             | 1.000               | - | <b>1.000</b>  |

(Continuação)

| AA | RENDA BRUTA ANUAL ESTIMADA – RENDA NÃO-MONETÁRIA - OBTIDA COM AS ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS AGRÍCOLAS |   |       |         |       |        |                       |   |        |   |   |       |
|----|---|---|-------|---------|-------|--------|-----------------------|---|--------|---|---|-------|
|    | Plantas Medicinais  |   |       | Semente |       |        | Insumos para Produção |   |        | Troca de Serviços por meio de mutirão, trabalho comunitário, etc. |   |       |
|    | A   | T | Total |         | T     | Total  | A                     | T | Total  | A   | T | Total |
| 1  | -   | - | -     | -       | -     | -      | -                     | - | -      | -   | - | -     |
| 2  | -   | - | -     | -       | -     | -      | -                     | - | -      | -   | - | -     |
| 3  | -   | - | -     | -       | -     | -      | -                     | - | -      | -   | - | -     |
| 4  | -   | - | -     | 8.200   | -     | 8.200  | 10.000                | - | 10.000 | -   | - | -     |
| 5  | -   | - | -     | 300     | -     | 300    | 2.600                 | - | 2.600  | -   | - | -     |
| 6  | 25  | - | 25    | -       | -     | -      | 3.000                 | - | 3.000  | -   | - | -     |
| 7  | 20  | - | 20    | -       | -     | -      | -                     | - | -      | -   | - | -     |
| 8  | -   | - | -     | -       | -     | -      | -                     | - | -      | -   | - | -     |
| 9  | 1.000   | - | 1.000 | -       | -     | -      | 3.000                 | - | 3.000  | 3.000   | - | 3.000 |
| 10 | 500   | - | 500   | 1.500   | 1.000 | 2.500  | 5.000                 | - | 5.000  | 3.000   | - | 3.000 |
| 11 | -   | - | -     | -       | -     | -      | -                     | - | -      | -   | - | -     |
| 12 | -   | - | -     | -       | -     | -      | -                     | - | -      | -   | - | -     |
| 13 | -   | - | -     | -       | -     | -      | -                     | - | -      | -   | - | -     |
| 14 | -   | - | -     | -       | -     | -      | 360                   | - | 360    | -   | - | -     |
| 15 | -   | - | -     | -       | -     | -      | -                     | - | -      | -   | - | -     |
| 16 | 48  | - | 48    | -       | -     | -      | -                     | - | -      | 4.800   | - | 4.800 |
| 17 | 2.000   | - | 2.000 | 5.000   | 5.000 | 10.000 | 12.000                | - | 12.000 | 7.440   | - | 7.440 |
| 18 | 100   | - | 100   | -       | -     | -      | 6.000                 | - | 6.000  | -   | - | -     |
| 19 | -   | - | -     | 5.000   | -     | 5.000  | 10.000                | - | 10.000 | -   | - | -     |

**Legenda:****F** – Frutas**FL** – Flores**G** – Grãos**POA** – Produto de Origem Animal *in natura***O** – Olerícolas**PF** – Produtos Florestais**PM** – Plantas Medicinais**IP** – Insumos para Produção (adubos, humos e fertilizantes)**S** – Semente**TS** – Troca de Serviços por meio de mutirão, trabalho comunitário, etc.

FONTE: Dados da Pesquisa de Campo, 2012

NOTA: São apresentados nesta TABELA valores correntes que compreendem o período entre maio de 2011 a junho de 2012.

## APÊNDICE D – CÁLCULO DA RENDA MENSAL MÉDIA ESTIMADA (EM SALÁRIOS MÍNIMOS) DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO NÚCLEO MBA

As informações apresentadas na TABELA 21 foram elaboradas a partir de um cálculo que teve como objetivo contabilizar o valor da Renda Mensal Média Estimada (em salários mínimos) dos agricultores agroecológicos do Núcleo MBA, por grupos de análise.

Assim, foram realizados os seguintes passos para a determinação desta renda.

Primeiro passo foi calcular a renda mensal média estimada (em salários mínimos) por agricultor. Para isto utilizou-se a seguinte fórmula matemática:

$$\mathbf{RMME} = \frac{\mathbf{RTBAE} - \mathbf{PMOC}}{12}$$

Onde:

**RMME** – Renda Mensal Média Estimada obtida pelo Agricultor Agroecológico

**RTBAE** – Renda Total Bruta Anual Estimada obtida pelo Agricultor Agroecológico

**PMOC** – Pagamento da Mão de Obra contratada pelo Agricultor Agroecológico

**12** – Número de meses que compõe um ano

No segundo momento foi realizada uma divisão, por agricultor, de sua renda mensal média estimada pelo valor do salário mínimo de 2012, no valor de R\$ 622,00:

$$\mathbf{RMESM\ por\ agricultor} = \frac{\mathbf{RMME}}{\mathbf{SM\ 2012}}$$

Onde:

**RMESM por agricultor** – Renda Mensal Média Estimada (em salário mínimo) obtida pelo Agricultor Agroecológico

**RMME** – Renda Mensal Média Estimada obtida pelo Agricultor Agroecológico

**SM 2012** – Salário Mínimo em vigor no ano de 2012

Por fim, foi realizado um cálculo para obter a média aritmética dos salários mínimos obtidos pelos grupos de agricultores avaliados, segundo sua lógica de reprodução. Para isso foram utilizados como variáveis o valor de salários mínimos obtidos por cada agricultor e o número de agricultores inseridos naquele contexto analítico:

$$\mathbf{RMMESM} = \frac{SMMA_1 + SMMA_2 + SMMA_3 + SMMA_n}{n}$$

[SM = (SMAA<sub>1</sub> + SMAA<sub>2</sub> + SMAA<sub>3</sub> + SMAA<sub>n</sub>)/n número de agricultores agroecológicos inseridos no contexto analítico]

Onde:

**RMMESM** – Média da Renda Mensal Média Estimada (em salário mínimo) obtida pelos Agricultores Agroecológicos inseridos no grupo de análise

**SMMA** – Salário Mínimo obtido pelo Agricultor Agroecológico

**n** – número de agricultores componente do grupo de análise

## **ANEXOS**

|   |     |
|---|-----|
| <b>ANEXO 1</b> –PROJETO COMUM DA TURMA VII.....   | 262 |
| <b>ANEXO 2</b> –PROJETO COLETIVO: GRUPO QUESTÃO ALIMENTAR.....  | 273 |
| <b>ANEXO 3</b> –QUESTIONÁRIO APLICADO NOS SEIS NÚCLEOS SELECIONADOS<br>DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA: FASE DE PESQUISA DO<br>GRUPO QUESTÃO ALIMENTAR..... | 280 |
| <b>ANEXO 4</b> –PLANO DE MANEJO ORGÂNICO DOS AGRICULTORES DO NÚCLEO<br>MAURÍCIO BURMEISTER DO AMARAL.....   | 285 |

## ANEXO 1 – PROJETO COMUM DA TURMA VII

Abaixo será apresentada uma síntese do Projeto Comum de Pesquisa produzido pelos doutorandos da Turma VIII. Esse Projeto foi construído entre dezembro de 2008 a abril de 2009, sendo a fase seguinte destinada à produção do Projeto Coletivo de Pesquisa.

### 1 O PROCESSO DE DELIMITAÇÃO DO OBJETO E CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Como ponto de partida do processo de construção interdisciplinar do *Projeto Comum de Pesquisa* da Turma VIII foi definida uma temática geral para os doutorandos, ainda no processo seletivo. Foi estabelecido um “modelo conceitual”, delimitando um campo potencial de pesquisa (objetos e conceitos). Esse modelo definia que seriam abordadas as relações Sociedade x Natureza, em várias escalas espaciais (e eventualmente temporais), no contexto dos processos de “globalização” e “mudanças globais físicas”. Com base no modelo, definiu-se a temática: “*Mudanças globais e globalização: hegemônias, crises e alternativas*”, a qual já trazia os elementos centrais a serem trabalhados na elaboração do Programa.

O comitê científico do MADE, a partir de uma discussão a respeito dos principais problemas que caracterizam a crise ambiental, e dentro do modelo conceitual mencionado, identificou o eixo principal de análise no qual estavam representadas as grandes questões de pesquisa que se configuravam nas crises de governança, da biodiversidade, alimentar e energética. Essa construção teve como base a ideia de que esses focos temáticos seriam trabalhados ao longo de diferentes escalas e nas suas interconexões, buscando-se identificar categorias ou recortes analíticos transversais.

Esses focos temáticos foram apresentados e discutidos com os doutorandos, com a proposta de formação de grupos de pesquisa, de acordo com os interesses individuais. Para o tema da crise energética não houve número suficiente de interessados para formulação de um documento único nesta etapa.

Nessa etapa, os grupos tiveram a tarefa de elaborar um documento mais aprofundado apresentando o estado da arte da crise analisada — com elementos teóricos e casos/experiências — considerando seus contextos de hegemonias e alternativas, além de buscar problematizar a temática do grupo em si e as possíveis conexões com os temas dos outros grupos. Os documentos deveriam ter o título geral de “*Globalização e crise (alimentar, da biodiversidade ou da governança): o estado da arte do local ao global*”, e deveriam ser elaborados a partir de levantamentos bibliográficos e de bancos de dados.

Foram apresentadas ementas, elaboradas pelos professores e debatidas pelos alunos, as quais continham sugestões de temas a serem abordados. A partir dessas ementas cada grupo criou um roteiro para elaboração dos documentos, procurando estabelecer um recorte específico de investigação, uma articulação teoria-empíria introdutória e uma primeira problematização.

Esses roteiros, já contendo propostas de itens e temas a serem trabalhados, juntamente com informações e dados preliminares levantados até aquele momento, foram apresentados e debatidos no dia 15 de dezembro de 2008. A partir dessa discussão identificaram-se os seguintes tópicos comuns que deveriam ser abordados em todos os documentos (além do “global – local” e do “hegemonias, crises e alternativas”, que já estavam presentes na temática geral):

1. Percepções/visões/discursos/significados de cada uma das crises.
2. Impactos de cada crise sobre as sociedades humanas.
3. Crises e as mudanças ambientais globais.
4. Políticas e estratégias públicas, privadas e do terceiro setor/sociedade civil para lidar com cada crise.
5. Alternativas aos modelos dominantes (de políticas e estratégias).
6. Relações das crises com os modelos de desenvolvimento vigentes.

Entre 15 de dezembro de 2008 e 02 de março de 2009 cada grupo elaborou seu documento, com metodologias de trabalho diversas, mas de modo geral baseadas em reuniões e discussões periódicas entre doutorandos e professores. Os documentos finais foram disponibilizados no dia 02 de março para todos os doutorandos e professores. Posteriormente, no dia 23 de março houve a apresentação de cada documento produzido pelos respectivos grupos (alimentar,

biodiversidade e governança), seguido de questionamentos e esclarecimentos sobre cada uma das temáticas ali relatadas.

No dia 24 de março professores e doutorandos dividiram-se em novos grupos para, a partir das questões suscitadas pela leitura e discussão dos documentos, debater a continuidade do processo de construção do Programa, já buscando o apontamento de possíveis questões de pesquisa de nível 1.

No dia 06 de abril de 2009, foi realizada uma reunião com o intuito de promover debates com maior profundidade sobre os temas de nível 1 elaborados na reunião anterior. A partir dessa discussão, foi definido como tema geral o seguinte: “*Lógicas e estratégias de produção, consumo e gestão/governança nas questões alimentar, energética e da biodiversidade*”, o qual passou a constituir a temática de nível 1, ou seja, a temática geral do Projeto Comum de Pesquisa.

Definida a temática geral (temática de nível 1), iniciou-se a discussão para a definição da temática de nível 2. A temática de nível 2, constitui-se no eixo norteador para a estruturação dos Projetos Coletivos de Pesquisa. Inicialmente, foram formuladas duas propostas de eixos temáticos:

- a) Produção e consumo alimentar e energético, conservação da biodiversidade/recursos naturais e reprodução/autonomia sociais.
- b) Políticas, processos de governança para a preservação/conservação de recursos naturais/biodiversidade, atividades produtivas (alimentar, energética) e reprodução socioeconômica de populações locais.

No dia 15 de abril de 2009, professores e doutorandos se reagruparam dentro desses dois temas, de acordo com seus interesses individuais. Os grupos se reuniram e, a partir das intenções de pesquisa de cada doutorando, discutiram e redefiniram os temas e elaboraram questões de pesquisa de nível 2. Os novos temas de pesquisa definidos, os quais já constituem os temas e títulos dos *Projetos Coletivos de Pesquisa*, são os seguintes:

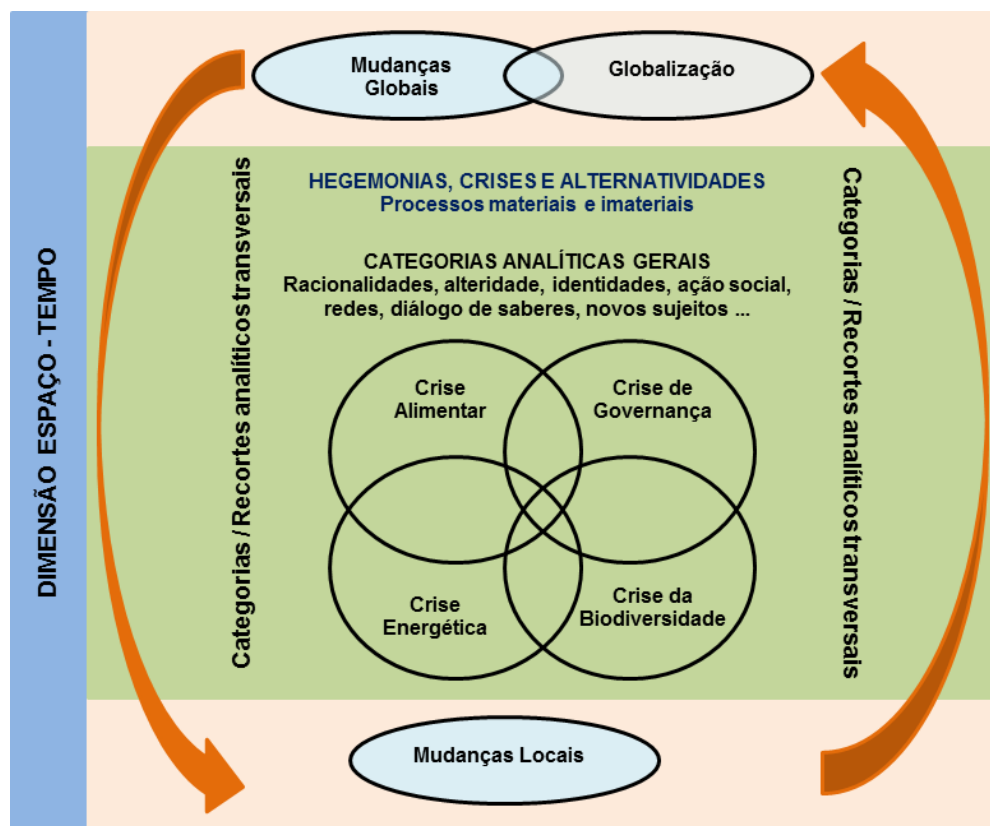
- A) Estratégias coletivas de produtores agrícolas e pesqueiros do sul do Brasil na construção de alternativas: a formação de redes políticas e sociais e suas relações com os sistemas de produção e consumo e com a proteção da biodiversidade e dos recursos naturais.



B) Processos constitutivos (elaboração e implementação) das políticas ambientais na escala local e global (políticas instituídas), atores, conflitos e consequências para sua redefinição.

## 2 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

Depois de delimitadas as crises que seriam trabalhadas pela Turma VIII, documentos foram produzidos a fim de compreender como cada uma destas crises se conectavam a um debate maior, concernente a crise ambiental global. Para se entender melhor tal crise global, inicialmente, delinear-se-iam quatro grandes crises pelo corpo docente: alimentar, energética, biodiversidade e governança. Entretanto, devido a pouca quantidade de discentes interessados em levar a questão energética adiante, esta foi deixada para um plano secundário. De qualquer modo, é importante salientar que houve esta tentativa, como visto no esquema a seguir, uma vez que tal questão foi posteriormente retomada para constituição da problemática comum inerente a turma VIII.



**Figura 1** – MODELO CONCEITUAL DA TURMA VIII REPRESENTANDO A INSERÇÃO DAS QUATRO CRISES PROPOSTAS INICIALMENTE NA DIMENSÃO ESPACIAL E RECORTES ANALÍTICOS.

FONTE: Turma VIII

Após a delimitação das três crises que seriam trabalhadas (alimentar, biodiversidade e governança) foram elaborados documentos distintos, que procuravam apontar para uma reflexão inicial sobre a temática e apresentar um panorama da discussão em um sentido mais amplo, buscando-se também compreender como estes diferentes elementos – apontados pelas diferentes crises – se articulavam entre si. Neste sentido, para apresentar o problema de pesquisa coletivo da Turma VIII é preciso, antes de mais nada, resgatar a discussão principal que foi disposta nestes documentos, mesmo que de forma sucinta, pois estes orientaram o caminho para a construção do referido problema.

No tocante à crise alimentar, partiu-se da constatação que manifestações sociais recentes amplificam, a cada dia, as discussões em torno desta temática. Dispostas nas narrativas dos meios midiáticos, do governo e da sociedade civil, esta crise não apenas evidencia a alta dos preços dos alimentos e a busca por soluções capazes de combater a fome, mas também aponta para uma grande contradição. De um lado, está disposta uma dinâmica orientada para a valorização do modelo de agricultura industrial, por outro, constata-se que novas soluções tecnológicas são insuficientes para enfrentar os problemas oriundos do uso desta mesma tecnologia.

A crise alimentar é constituída em torno de elementos conjunturais e estruturais decorrentes de falhas oriundas do processo de governança impostos e adotados pelos diferentes atores, uma vez que o modelo de agricultura industrial – que valoriza o agronegócio, propiciando a ocorrência de um processo de oligopolização dos segmentos da cadeia (produção, insumos, processamento, distribuição, comercialização) – tenta sucumbir às práticas produtivas mais tradicionais, detentoras de lógicas de produção, de reprodução social e de conservação ambiental divergentes do adotado pelo modelo hegemônico, ao passo de serem logo rotuladas de sistemas produtivos arcaicos que não são condizentes com as atuais demandas de mercado, mas um entrave ao perfeito funcionamento do mercado.

Outro ponto a ser destacado é a relação entre a questão energética e a produção de alimentos, pois os atuais debates acerca das políticas de geração de energia estão conectados à discussão em torno da crise alimentar, fato este decorrente da busca, pela sociedade, por formas alternativas de geração de energia,

especialmente as produzidas a partir de biomassas, que demandam terras e produtos outrora utilizados para a alimentação humana e animal.

Já quanto à crise da governança, o documento construído apontou para a literatura sobre governança ambiental que traz, para além das críticas alusivas às formas, à necessidade e à importância do poder do estado, exemplos, propostas e sugestões sobre outras formas de relação entre sujeitos, atores e instituições relacionados à temática socioambiental. As alternativas em governança ambiental podem estar relacionadas tanto a outras estruturas ou formas de organização, hierarquização e participação dos agentes envolvidos, bem como estar guiadas por outras racionalidades que visam se opor às forças comuns de governança.

A compreensão do processo de governança amplia o debate sobre os mecanismos de participação dos atores no cenário internacional, envolvendo segmentos diversos, tais como o sistema das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, *General Agreement on Tariffs and Trade – World Trade Organization* (GATT-WTO), regimes internacionais setoriais, atores distintos que representam o mercado, e a crescente participação de setores da sociedade civil, como as Organizações Não Governamentais (ONGs), que cada vez mais assumem um papel estratégico na implementação de políticas ambientais no nível local, regional, nacional e global; contribuindo para a conformação da política cívica mundial (WAPNER, 1996).

O documento formulado em torno da crise da biodiversidade buscou elucidar do que se trata de fato essa crise, realizando para tanto uma análise das suas distintas facetas. Optou-se por adotar um ponto de vista não biocêntrico, abordando a crise em seus aspectos sociais, culturais, econômico e políticos, além dos ecológicos. Partiu-se do pressuposto que todos esses aspectos estão profundamente imbricados na ideia de “crise da biodiversidade”, tendo em vista que antes de ser uma crise “biológica”, esta é uma crise da sociedade, do modelo de desenvolvimento atual adotado por esta, assim como as outras crises abordadas neste documento

Neste documento enfocou-se os aspectos biológicos e ecológicos relacionados à perda da biodiversidade, possíveis causas e preocupações, inclusive no que tange à sociedade humana. Ao tratar do uso e apropriações dos recursos naturais é imprescindível destacar que estes elementos estão intrinsecamente

conectados a distintos interesses políticos e econômicos que repercutem inclusive no modo de vida de populações tradicionais que detêm esses recursos em seus territórios, inclusive quanto aos direitos de propriedade e ao próprio conhecimento tradicional dos grupos, constituindo-se assim uma situação de conflito.

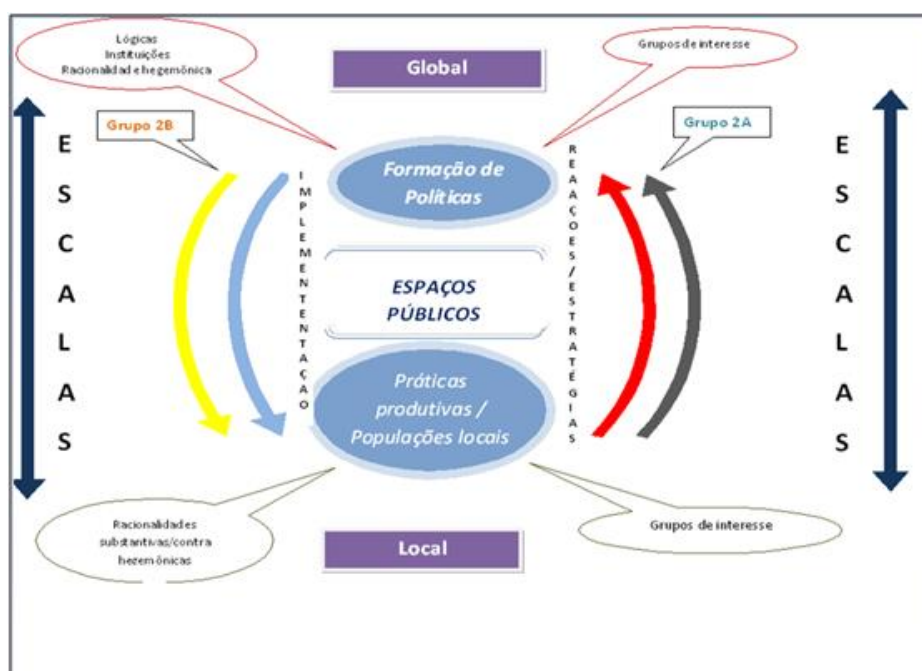
Discutiu-se também os alcances e limites dos atuais modelos dominantes de políticas, estratégias e instrumentos de gestão e proteção da biodiversidade que estão inseridos na lógica instrumental de uma racionalidade hegemônica. Assim, foram abordados os conflitos gerados nos processo de implementação destes instrumentos e sua efetividade na proteção da biodiversidade, interpretado aqui como um dos temas fundamentais a serem discutidos para compreensão da “crise da biodiversidade”, e também, de extremo interesse para o presente projeto coletivo de pesquisa.

Posteriormente, foram abordadas propostas e modelos de gestão e proteção da biodiversidade, considerando-as como alternativas, no plano utópico e no real, aos modelos dominantes de preservação da biodiversidade, uma vez que incorporam sociedades humanas, seus aspectos e interesses econômicos, culturais e políticos na perspectiva da conservação da biodiversidade. Assim, tais “alternatividades” estão imbuídas de um rompimento paradigmático no que tange a relação sociedade-natureza, pois consideram o papel e o valor das sociedades humanas enquanto parte da natureza, e não apartadas dela. Discorreu-se ainda sobre os limites, as dificuldades e os desafios enfrentados por estas “alternatividades” tanto na sua implementação como na sua gestão, tais como o caso das Reservas Extrativistas, observando que estas surgiram num contexto de alternatividade aos modelos vigentes, tornando-se com o tempo um instrumento cada vez mais difundido e incorporado ao atual sistema de Unidades de Conservações (UCs) no Brasil. Ou seja, há brechas na hegemonia, e o alternativo pode se tornar parte do *status quo*. No entanto, a efetividade do apoio governamental a este tipo de alternativa ainda é mínimo, transparecendo através da negligência a este tipo de iniciativa e aos interesses das comunidades nelas envolvidas.

Por fim, refletiu-se sobre o modelo de desenvolvimento atual e a degradação da biodiversidade, que envolve a crise deste próprio modelo e a emergência das discussões sobre a “sustentabilidade”. Explorou-se ainda as relações entre a conservação e os modelos econômicos vigentes, e como as questões ambientais

foram incorporadas à economia, abordando também as diferentes correntes do pensamento ambiental e as controvérsias entre elas, as quais se assentam nas causas e nas soluções propostas para crise ambiental frente à questão do desenvolvimento.

Assim, após a fundamentação exposta acima referentes as três crises e tendo como parâmetro o tema geral de pesquisa da Turma VIII (*Lógicas, estratégias de produção, consumo e de gestão/governança nas questões alimentar, energética (e florestal) e da biodiversidade*), foi possível construir a FIGURA 1 abaixo, onde apresenta-se a problemática construída como a inter-relação entre os campos de formulação das políticas socioambientais e o das práticas produtivas – alimentar, energética, florestal – que se dão em âmbito local e afetam diretamente as populações residentes.



**FIGURA 2 – MODELO CONCEITUAL DA PROBLEMÁTICA CONSTRUÍDA APÓS AS DISCUSSÕES INICIAIS DA OFICINA IV DA TURMA VIII DO MADE.**

Fonte: Turma VIII

A partir da FIGURA 2, observa-se que a formulação de políticas socioambientais, de forma geral, opera em escalas mais amplas dentro do cenário de decisões políticas, sendo implementada e reformulada nas diversas escalas que se situam entre o espaço global e o local, constituindo assim uma variedade de espaços públicos, que se configuram como arenas de conflitos socioambientais, nas quais atuam diversos grupos de interesse (produtores, ambientalistas, populações locais, poder público etc.).

Os espaços de formulação das políticas socioambientais no mundo atual sofrem uma influência maior dos fóruns globais do que há alguns anos atrás. Não apenas são construídas numa escala mais ampla, como também condicionam as escalas mais baixas, configurando-se como um dos problemas nos processos de implementação, pois muitas vezes não representam as necessidades e demandas das populações locais, suas particularidades e saberes.

Por outro lado, os grupos afetados pelas políticas socioambientais não são apenas agentes passivos dentro do processo, mas reagem às iniciativas tanto em âmbito local, buscando ampliar seu espaço de ação por meio de formação de redes, de modo a desenvolver alternativas de atividades produtivas e de construção de mercados, como também para se inserir nos próprios processos decisórios das políticas.

Contudo, tais iniciativas são ainda incipientes, até pela estrutura dos espaços instituídos, que privilegiam o conhecimento científico e as agências de peritos em detrimento de saberes que operam a partir de outras racionalidades.

Em contraposição às práticas hegemônicas de produção alimentar, energética e florestal – caracterizadas pelo alto nível de tecnificação e de investimento de capital, bem como pela concentração do capital, dos meios de produção e dos espaços de acesso a mercados –, emergem práticas alternativas de produção, bem como processos de organização social, estruturadas e organizadas em escalas mais locais, as quais normalmente se caracterizam por apresentarem uma forte relação com o ambiente onde estão inseridas.

Desta forma, os saberes locais condicionam sobremaneira as técnicas produtivas e processos sociais, apontando para a construção de estratégias alternativas que podem significar rompimentos com as lógicas hegemônicas, delineando formas de organização e produção mais coletivas, muitas vezes organizadas em redes sociais.

Esta situação torna-se bastante evidente no âmbito da produção agrícola, por exemplo, dada pelo contraponto entre sistemas produtivos de base ecológica e os atuais padrões de produção convencional que estruturam o agronegócio. Da mesma forma, nos sistemas pesqueiros, em suas diferentes escalas de produção – da artesanal à industrial, bem como na produção energética e florestal, nos mecanismos de construção e acesso a mercados, nos desenhos organizativos e na articulação entre as iniciativas.

Assim, são esperadas diferentes consequências destas práticas, alternativas e hegemônicas, sobre a reprodução/autonomia dos grupos sociais e para a conservação dos recursos naturais, bem como o estabelecimento de relações e articulações entre lógicas e escalas e as consequentes contradições que surgem deste processo.

A partir dessa construção formulou-se a seguinte questão pesquisa: *Quais relações se estabelecem entre as lógicas hegemônicas e contra-hegemônicas no âmbito das práticas de produção e consumo, dos processos de elaboração e implementação de políticas socioambientais e quais suas implicações na reprodução social das populações e na conservação ambiental?*

Desta questão, e a partir do esquema elaborado, pode-se somar questões derivadas, que correspondem aos dois movimentos apontados como grupo 2B e 2A:

- Quais os atores, as lógicas, estratégias e racionalidades que atuam nas esferas de formulação das políticas socioambientais?
- Quais as condições de inserção de outras racionalidades que não as hegemônicas no processo de elaboração das políticas?
- Quais as condições de inserção de atores da sociedade civil no processo de definição, implementação e redefinição das políticas socioambientais?
- Como se articulam as agências nas diferentes escalas para a implementação das políticas socioambientais?
- Quais os espaços de ação das populações locais nos processos de implementação das políticas socioambientais?
- Como a questão ambiental afeta e redefine as relações de forças entre países e agências internacionais e globais na organização político-econômica?
- Como se estruturam e operam as redes contra-hegemônicas de produtores, formais e informais, nas diversas escalas espaciais?
- Quais as suas estratégias na busca de formas alternativas de apropriação, produção e comercialização de produtos oriundos do manejo dos recursos naturais, que deem conta da reprodução tanto da sociedade quanto dos recursos?
- Como esse processo contribui para a construção da autonomia dos grupos, inclusive econômica, e gera processos de emancipação social?

- Como são aproveitados ou incorporados os conhecimentos e práticas locais na construção das diversas alternativas?
- Como se dá o desenvolvimento de estratégias de consumo final e a construção de novos sujeitos na cidade, e como esses processos se relacionam aos processos de construção de alternativas pelos produtores?
- Como a informação sobre os alimentos, os sistemas de produção e seus impactos, positivos e negativos, sobre os recursos naturais e a biodiversidade chegam ao consumidor final? Qual a legitimidade dos processos envolvidos?
- Como muda o comportamento do consumidor diante das informações disponíveis, e como isso repercute sobre a construção de alternativas na produção e consumo?

Para finalizar, a Turma VIII definiu como objetivo de pesquisa: *Compreender as relações entre as lógicas hegemônicas e contra-hegemônicas no âmbito das práticas de produção e consumo, dos processos e elaboração e implementação de políticas socioambientais e suas implicações na reprodução social das populações e na conservação ambiental.*



## ANEXO 2 – PROJETO COLETIVO: GRUPO QUESTÃO ALIMENTAR

Após a elaboração do Projeto Comum de Pesquisa da Turma VIII, e com a subdivisão dos professores e doutorandos em Grupos (biodiversidade, governança e questão alimentar), de acordo com suas afinidades temáticas, teve início o processo de construção dos Projetos Coletivos de Pesquisa dos Grupos.

O Grupo Questão Alimentar é composto pelos professores Dra. Angela Duarte Damasceno Ferreira, Dr. Alfio Brandenburg, Dra. Celina Wisniewski, Dra. Eleusis Ronconi Nazareno, Dr. José Edmilson Souza Lima, Dra. Maria do Rosário Knechtel, Dra. Myrian Del Vecchio e Dra. Nilce Nazareno e pelos doutorandos Almir Sandro Rodrigues (aluno do Programa de Doutorado em Sociologia), Julian Perez Cassarino, Katya Isaguirre, Luciano Celso B. G. Barbosa e Sidemar Presotto Nunes.

As atividades de pesquisa do grupo se iniciaram em novembro de 2008 a partir de um estudo sobre a questão alimentar, que resultou na elaboração de um relatório de pesquisa concluído em março de 2009. A partir de então, as atividades consistiram na elaboração de um Projeto Coletivo de Pesquisa que contemplasse as indagações dos três grupos de pesquisa.

A partir de abril de 2009 o Grupo Questão alimentar, tendo ponto balizador a temática geral proposta para a Turma VIII “*Lógicas e estratégias de produção, consumo e gestão/governança nas questões alimentar, energética e da biodiversidade*” e a questão central de pesquisa: *Quais relações se estabelecem entre as lógicas hegemônicas e contra-hegemônicas no âmbito das práticas de produção e consumo, dos processos de elaboração e implementação de políticas socioambientais e quais suas implicações na reprodução social das populações e na conservação ambiental?*, iniciou o processo de pesquisa para definição do objeto de análise.

Em agosto de 2009, o Grupo definiu pelo estudo da Rede Ecovida de Agroecologia. A escolha da Rede enquanto *lócus* de pesquisa ocorreu a partir da identificação de que ela apresentava propostas socioambientais e características que contemplavam as indagações do grupo de pesquisa e os interesses individuais de pesquisa. Definiu-se pela escolha de um único espaço/objeto de pesquisa em função de que o doutorado preza pela prática de pesquisa interdisciplinar.

Entre agosto e outubro de 2009, o grupo de pesquisa desenvolveu oficinas de estudo que culminaria com a elaboração do Projeto Individual de Pesquisa dos doutorandos vinculados ao Grupo. Nestes dois meses as atividades iniciais de pesquisa se concentram em levantamento bibliográfico e documental (fontes secundárias) sobre a Rede Ecovida de Agroecologia, possibilitando uma aproximação e caracterização desta instituição.

No período de 13 a 15 de novembro de 2009, os doutorandos do Grupo participaram do 7º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, em Ipê/RS, momento no qual foram realizadas 20 entrevistas a partir de indicação da própria Rede. Estas entrevistas servirão para caracterizar, de maneira genérica, alguns números da Rede ligados a comercialização, certificação e agricultores e instituições participantes.

Nos meses de janeiro a março de 2010 foi realizado uma pesquisa de campo a alguns Núcleos da Rede nos três Estados do Sul, que poderiam ser lócus das Pesquisas Individuais de Pesquisa. Desta forma, foram aplicados 41 questionários semi-estruturados, sendo 26 questionários aplicados junto aos(as) agricultores(as), aos 14 técnicos e coordenadores de núcleos e 1 ao representante de organizações de consumidores, todavia, cabe salientar que em algumas das entrevistas foram realizadas com duas ou três pessoas, tanto com agricultores(as) membros de grupos quanto com técnicos e diretores, o que denota que o número efetivo de entrevistados foi maior (37 agricultores(as) e 17 coordenadores/técnicos).

Os Núcleos selecionados para realização de uma prospecção de dados mais aprofundados foram os seguintes: Maurício Burmeister do Amaral (PR), Agroflorestal (PR), Libertação camponesa (PR), Sudoeste (PR), Planalto serrano (SC), Planalto (RS) e Litoral Solidário (RS). Para realização do estudo prospectivo nestes Núcleos, foram realizadas entrevistas buscando levantar informações junto aos diferentes grupos sociais que integram a Rede Ecovida, agricultores, técnicos, dirigentes e consumidores. Além disso, os questionários estavam estruturados a partir de 11 questões subdivididas em 9 eixos temáticos, quais sejam: **(1)** Rede Ecovida e Desenvolvimento; **(2)** Rede Ecovida e Mudanças Climáticas; **(3)** Agroecologia; **(4)** Importância da Rede Ecovida; **(5)** Fatores de união da Rede Ecovida; **(6)** Inserção na Rede Ecovida e Mudanças no Grupo; **(7)** Identificação; **(8)** Outras Atividades; e **(9)** Sistemas de Produção.

## 1 JUSTIFICATIVA

A Rede Ecovida de Agroecologia apresentou-se como uma possibilidade real de articular as questões que vinham sendo definidas pelo grupo. Embora não materialize totalmente a ideia de alternatividade, nesta Rede se encontram práticas e propósitos, embora evidentemente imersos em contradições, extremamente ricos ao desenvolvimento teórico em torno daquilo que se entende por alternatividade.

A Rede reúne diversos atores, tais como agricultores ecologistas organizados, ONG's de assessoria, cooperativas de produtores e associações de consumidores. A extensão de suas relações abrange os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Em 2010, A Rede era composta por 24 núcleos. Cada núcleo é formado por grupos de agricultores familiares (normalmente 10 grupos que reúnem uma média de 100 famílias) e uma ONG de assessoria. Também podem estar vinculados aos núcleos cooperativas de produção e também de consumidores. Em alguns, detecta-se a parceria com instituições governamentais e de ensino.

Esta complexidade é complementada ainda pela informalidade de sua constituição. A Rede Ecovida não possui personalidade jurídica, isto é, não se constitui formalmente enquanto associação, cooperativa ou qualquer outra forma juridicamente reconhecida. Os espaços de decisão são formados nas plenárias realizadas entre os grupos, núcleos e pela rede como um todo. A ausência de formalidade na gestão também não permite identificar hierarquias no processo decisório e na condução administrativa das ações da Rede.

Além de aspectos vinculados à sua constituição e estratégias de gestão, a Rede Ecovida detém os seguintes temas de interesse para o Grupo:

- Reconhecimento de novos sujeitos de direito;
- Práticas de intercâmbio que procuram aproximar produtores e consumidores: a interface urbano e rural;
- Novas relações de mercado e a construção da soberania e segurança alimentar;
- Preservação da biodiversidade; e
- Articulação com outros níveis políticos.

## 2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O Projeto Coletivo de Pesquisa parte de dois pressupostos. O primeiro, pressupõe que a crise alimentar é estrutural e global e seria mais pertinentemente colocada como questão alimentar, não redutível à dimensão produtiva ou tecnológica, nem a mecanismos econômicos em geral, mas envolve sociabilidades, identidades, quadros de vida. É por excelência um tema de transversalidade entre o rural e o urbano. Além disso, pressupõe uma discussão sobre os atores a serem privilegiados pela cadeia alimentar, sua autonomia e seu compromisso solidário como outros atores e com a sociedade em geral. Já o segundo pressuposto, orienta que ao lado da força de homogeneização do modelo hegemônico, potencializada pelo atual momento histórico de globalização, existem movimentos de resistência, de construção de alternativas no âmbito das diferentes dimensões que compõem a questão alimentar.

De fato, há um crescente desenvolvimento de iniciativas alternativas a este modelo, que buscam resgatar e atualizar saberes e conhecimentos tradicionais e propor novas formas de organização social que respondam à crescente demanda por formas de desenvolvimento mais justas e ambientalmente equilibradas.

Dentre o grande volume de experiências em andamento, enfatiza-se aqui aquelas relacionadas à articulação entre o desenvolvimento da agroecologia e a promoção da soberania e segurança alimentar em seus diversos aspectos. Alguns desses aspectos e a articulação entre soberania e segurança alimentar com a agroecologia, foram identificados em um documento da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) em que sistematiza experiências dessa natureza em curso no país:

- 1) Diversificação da produção de alimentos e Agrobiodiversidade:** Os sistemas de produção agroecológica e particularmente os sistemas agroflorestais são potencializadores da biodiversidade e da diversidade de alimentos. Os agricultores e agricultoras têm desenvolvido ações de intercâmbio de recursos genéticos e troca de sementes, assim como estimulado a produção de mudas de espécies nativas. A valorização dos alimentos regionais e do autoconsumo contribuem para a conservação da biodiversidade e o resgate de cultivos alimentares locais.
- 2) Estabelecimento de novas relações de mercado:** A abordagem da Segurança Alimentar na comercialização dos produtos agroecológicos

tem estimulado a mudança de foco das relações de mercado, para além da dimensão econômica e estritamente monetárias para constituir-se, como as feiras agroecológicas, em espaços pedagógicos e de troca de conhecimentos, sobretudo entre o rural e o urbano, propiciando uma relação direta entre produtor(a) e consumidor(a).

- 3) Resgate de culturas alimentares:** As experiências de resgate de culturas e hábitos alimentares têm permitido uma ampla participação de grupo de mulheres, o que vem estimulando a valorização e a intensificação do plantio e uso de alimentos tradicionalmente utilizados regionalmente, assim como de plantas medicinais. O resgate da cultura alimentar e do valor cultural do alimento configuram-se como pilares de um novo modelo de agricultura baseado na diversidade da produção e na valorização do alimento “limpo” sem agrotóxicos e livre de transgênicos.
- 4) Educação alimentar e para o consumo:** Várias experiências têm desenvolvido ações no campo da educação para a produção e para o autoconsumo. São crescentes as ações estimuladoras da educação alimentar para o autoconsumo. Agricultoras familiares e agroextrativistas têm tido papel multiplicador de novos conhecimentos sobre alimentação, valorizando em algumas experiências a dimensão nutricional dos alimentos, assim como a relação entre saúde e o consumo de alimentos saudáveis.
- 5) Políticas Públicas e mercados Institucionais:** O mercado institucional expressa-se como um mercado de direito para o segmento da Agricultura Familiar que sempre protagonizou a produção de alimentos no Brasil. Há iniciativas do Programa de Aquisição de Alimentos, desde compra de produtos agroecológicos a compra de sementes, que evidenciam suas potencialidades e seu crescente enraizamento (PEREZ *et al*, 2008, p. 11).

Da mesma forma, entende-se que no âmbito do debate sobre a estruturação do sistema agroalimentar, as experiências que articulam a dimensão da comercialização, no sentido da busca de 'construção de mercados', indo para além do acesso aos espaços de comercialização dados pela atual estrutura de distribuição (MALUF, 2004), ganham importante relevância, seja por centrarem seus esforços em atingir o elemento crucial de sustentação do sistema agroalimentar, a

comercialização dos alimentos, bem como pela viabilização da agricultura familiar/camponesa que sustenta a sua produção.

Nesse sentido, destacam-se diversas experiências desenvolvidas no âmbito da Rede Ecovida no Sul do Brasil, que visam fortalecer e construir mercados locais para os produtos ecológicos, promovendo uma interessante diversidade de estratégias, que aproximam produção e consumo, em diferentes níveis de articulação política e social entre atores rurais e urbanos. Destacam-se nesse sentido as regiões sudoeste, centro-sul e metropolitana de Curitiba no Paraná; Planalto Serrano em Santa Catarina e Alto Uruguai e Litoral Norte do Rio Grande do Sul, que articulam experiências de feiras locais (em municípios de diferentes populações), cooperativas de consumidores, economia popular solidária, abastecimento a empresas e restaurantes, mercados de safra, alianças com pequeno varejo, fornecimento de alimentação escolar e implantação de circuitos de trocas de alimentos, que abrem possibilidades para se repensar as formas de acesso a mercados, na perspectiva de desenvolver estratégias inovadoras e transformadoras das estruturas do atual sistema agroalimentar.

Outro aspecto em comum é a ênfase em lógicas alternativas às hegemônicas inclusive nas sociabilidades que as constituem: a ideia da solidariedade, a construção de redes comunitárias que privilegiam os processos de companheirismo e boa convivência, a ideia de formação de um ambiente de respeito e reconhecimento mútuo. Isso não significa dissolver o conflito. O importante é que o ideário de solidariedade coloca formas diversas de se conceber o desenvolvimento a partir da re-significação das redes sociais, potencializando os espaços de companheirismo, ajuda mútua, colaboração, cooperação, e não somente entre as pessoas ou grupos sociais, mas, também, na relação do ser humano com a natureza. A solidariedade pode permitir, neste sentido, uma reorientação do desenvolvimento no sentido contra-hegemônico.

Através da inserção em redes, os participantes dessas experiências se viram alçados a uma discussão globalizada – foi o caso da participação da Rede Ecovida nos Fóruns Sociais Mundiais. Assim, o local se globaliza e seus atores podem ser sujeitos de uma globalização alternativa.

A questão fundamental que o projeto pretende responder pode ser colocada da forma seguinte: *Em que medida as ações da Rede Ecovida – de apropriação da natureza, produção agroalimentar, comercialização, consumo, certificação,*

*institucionalização e cooperação – se constituem em alternativas socioambientais ao modelo hegemônico, redefinindo relações entre o global e o local, no sentido de afirmar novas formas de desenvolvimento, soberania e segurança alimentar e novas formas de organização social?*

### 3 OBJETIVOS

#### 3.1 Objetivo geral

Reconhecer e analisar experiências que estão sendo gestadas no âmbito da questão alimentar e que podem ser consideradas como alternativas em construção no Sul do país e, em especial, no Paraná, identificando e analisando paralelamente suas expressões nacionais e globais.

#### 3.2 Objetivos Específicos

- Mapear tais experiências e os atores sociais que são protagonistas das mesmas no Paraná e no sul do Brasil e identificar se têm expressão nacional e global;
- Selecionar experiências a serem estudadas, analisar as práticas dos atores nas diferentes dimensões assinaladas, seus discursos em relação à questão alimentar e quanto à sua própria alternativa;
- Analisar suas estratégias de se tornarem sujeitos da questão agrícola e alimentar e suas formas de empoderamento nos diversos níveis escalares que atuam, incluindo as novas políticas socioambientais que suas ações viabilizaram, analisando ainda, nesse processo, as feições identitárias que (re)definem; e
- Como corolário dessas análises, refletir sobre a construção de projetos anti-hegemônicos e de alternativas, suas potencialidades e contradições, seus embates e adaptações às práticas, discursos e valores hegemônicos.

**ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO APLICADO NOS SEIS NÚCLEOS SELECIONADOS  
DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA: FASE DE PESQUISA DO  
GRUPO QUESTÃO ALIMENTAR**

**QUESTIONÁRIO (ASSESSORES, DIRGENTES E AGRICULTORES)**

**IDENTIFICAÇÃO**

Entrevistado: \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

Núcleo: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

**IDENTIDADES E TERRITORIALIDADES**

- 1) Fale um pouco de sua trajetória pessoal e familiar: migracional, inserção ocupacional, pertencimento associativo e comunitário, inserção e tempo na agroecologia, inserção na Rede, faixa etária, escolaridade.
- 2) De que forma a Rede Ecovida contribui na construção de alternativas de desenvolvimento? (sustentabilidade da agricultura, comercialização solidária, organização social e novas relações de gênero).
- 3) Como você diria que isso acontece na prática da Rede? E no núcleo?
- 4) A Rede contribui de alguma forma para minorar/reduzir ou se contrapor aos problemas resultantes das mudanças climáticas globais?
- 5) O que você entende por agroecologia?
- 6) Qual é o papel/importância da Rede Ecovida para seu grupo/entidade?
- 7) Quais são os fatores que você considera que geram união na Rede Ecovida?
- 8) A inserção na Rede Ecovida proporcionou alguma mudança para seu grupo/entidade? Se afirmativo, quais?



9) Como você identifica os agricultores que compõem o Núcleo?

Agricultores agroecológicos

Agricultores ecológicos

Agricultores familiares

Camponeses

Faxinalenses

Quilombolas

Assentados

Outros. Quais? \_\_\_\_\_

10) Além da produção de alimentos, quais são as outras atividades desenvolvidas pelos agricultores que compõem o núcleo?

Artesanato

Agroindustrialização de alimentos

Produção de plantas medicinais

\_\_\_\_\_

11) Como você denomina os sistemas de produção dos agricultores do núcleo?

Agroecológico

Agroflorestal

Agricultura orgânica

Agricultura biodinâmica

Outra. Qual? \_\_\_\_\_

## NOVOS MERCADOS E ESTRATÉGIAS COMERCIAIS

12) Quais são os espaços de comercialização utilizados no núcleo?

13) Qual é o nível de auto-suficiência alimentar das famílias?

0 – 20%

60 – 80%

20 – 40%

80 – 100%

40 – 60%

14) Destino dos produtos ecológicos do núcleo (% sobre total comercializado)

| Destino             | % |
|---------------------|---|
| a) Mercado local    |   |
| b) Mercado regional |   |
| c) Outros estados   |   |
| d) Fora do país     |   |

- 15) Existe alguma relação entre os canais de comercialização acessados e:
- a) os sistemas de produção (policultivos, consorciamento, rotação etc.):
  - b) a diversificação:
- Explique.
- 16) Quais estratégias de mercado têm maior peso (ou são mais importantes) para o grupo/núcleo? Por quê?
- 17) Quais foram (ou são) os princípios/critérios adotados para definir quais canais de comercialização? De que forma foram definidos? Quem participou?
- 18) Existe algum tipo de articulação/cooperação com os consumidores no núcleo? Quais?
- 19) Como se dá a gestão dos processos de comercialização (definição de local dos pontos de venda, preços, padrão de produtos, tipos de produtos)? Quem participa?

#### **ESTRATÉGIAS DE RECIPROCIDADE, AUTONOMIA E SOLIDARIEDADE**

- 20) Existe produção agrícola coletiva nos grupos que compõem o núcleo? Se afirmativo, identificar e caracterizar as experiências. *(Nº famílias, o que fazem, como fazem, principais produtos, como se constituiu)*
- 21) Existe comercialização coletiva da produção? Se afirmativo, identificar e caracterizar as experiências. *(Nº famílias, o que fazem, como fazem, principais produtos, como se constituiu)*
- 22) As organizações de consumidores interferem no planejamento da produção? De que forma?
- 23) Em sua opinião, qual é a importância/significado da comercialização direta (feiras, casa-em-casa, etc.) na construção de relações sociais *(relações entre pessoas, com a comunidade, vizinhos, entre comunidades)*? Apresente um exemplo.
- 24) Quais processos de troca de trabalho (mutirão, cooperação, etc.) existem no núcleo/grupos?
- 25) Se existe troca de trabalho, em quais momentos do processo de produção são mais importantes estas trocas?

- 26) No processo de produção, existe o uso de mutirão nos grupos do núcleo? Se afirmativo, detalhe como isto ocorre (*entre famílias do mesmo grupo, com famílias de outros grupos, quais atividades são realizadas, o que se oferta neste dia de trabalho*).
- 27) Existem outras modalidades de trocas entre as famílias/grupos (*alimentos, entre-ajudas, transporte, saúde*)? Se afirmativo, quais? De que forma isto ocorre?
- 28) A adoção da agroecologia influencia a realização de trabalhos coletivos? Se afirmativo, como? Quando isso ocorre?
- 29) Ocorreram mudanças em relação à solidariedade, organização e cooperação a partir da adoção da agroecologia? Quais?

### ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS

- 30) Quais são as organizações sociais do campo (sindicalismo, movimentos sociais) que estão presentes no núcleo? De que forma elas participam?
- 31) Quando e como as organizações sociais do campo (sindicalismo, movimentos sociais) passaram a se aproximar da Rede?
- 32) Em quais fóruns, articulações e redes locais/regionais, nacionais e internacionais os núcleos e a Rede se articulam nos âmbitos políticos, na comercialização e certificação

| NÍVEL/<br>ABRANGÊNCIA           | POLÍTICO | COMERCIALIZAÇÃO | CERTIFICAÇÃO |
|---------------------------------|----------|-----------------|--------------|
| Local/<br>Regional/<br>Estadual |          |                 |              |
| Nacional                        |          |                 |              |
| Internacional                   |          |                 |              |

- 33) Como você participa nas atividades do:
- Grupo: Diretora financeira
  - Núcleo: participa
  - Rede: participa

### SUJEITO

- 34) A agricultura familiar/Rede Ecovida pode ser reconhecida como um sujeito político que busca (postula) por direitos? Por quê?

- 35) Após o ingresso na Rede Ecovida existiu alguma mudança para as famílias em termos de acesso a direitos? (Direito a ter Direitos)

### **CERTIFICAÇÃO**

- 36) Por que foi necessário criar um sistema de certificação próprio?
- 37) Como você entende a importância da certificação participativa para sua atividade produtiva?
- 38) Como ocorre a participação dos consumidores no processo de certificação participativa?
- 39) O núcleo utiliza outro sistema de certificação além do desenvolvido pela Rede Ecovida? Quais? Por quê?
- 40) Aponte uma vantagem e uma desvantagem do sistema de certificação criado pela rede Ecovida em comparação com a certificação de terceira parte/convencional.
- 41) Você entende que o reconhecimento da certificação participativa pela lei foi importante? Por quê?
- 42) A entrada em vigor da Lei 10.831 produziu mudanças no processo de certificação da rede? Quais?

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

- 43) Identifique os principais potenciais da Rede Ecovida de Agroecologia.
- 44) Identifique as principais fragilidades (limites) da Rede Ecovida de Agroecologia.

**ANEXO 4 – PLANO DE MANEJO ORGÂNICO DOS AGRICULTORES DO NÚCLEO MAURÍCIO BURMEISTER DO AMARAL**



ASSOCIAÇÃO ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

Rua José Rolim de Matos, 59 – Sala 01, Três Cachoeiras-RS

CEP: 95580-000

Fone: (51) 3664-0220

NÚCLEO MAURÍCIO BURMEISTER DO AMARAL

**Município: Curitiba e Região Metropolitana**

**Estado: Paraná**

Aprovação do Atestado: ( ) SIM ( ) NÃO

Considerações gerais: .....

**PLANO DE MANEJO ORGÂNICO**

Solicitante à Certificação: ..... Grupo: .....

Coordenador do Conselho de Ética do Núcleo: .....

Representantes do Conselho de Ética no Núcleo: .....  
.....

**Data e local:** ...../...../.....

Preenchimento dos dados: .....

Parecer final do Conselho de Ética do Núcleo Regional: .....

1

**I. CADASTRO DO(A) PRODUTOR(A)**

Nome do(a) agricultor(a): .....

Data de nascimento: ...../...../..... RG: ..... CPF.....

Cadastro Nacional de Produtor Rural: .....

Nome do cônjuge: .....

Data de nascimento: ...../...../..... RG: ..... CPF.....

Número de filhos: ..... Componentes da família: .....

Endereço: .....

Linha ou Comunidade: .....

Município: ..... CEP: ..... Estado: .....

Fone: ..... Fax: ..... E-mail: .....

Associação/cooperativa a que pertence: .....

2

## II. DESCRIÇÃO DA PROPRIEDADE

**1. DESCREVA a sua PROPRIEDADE (histórico, localização, produção, solo, mata, vento)**

.....

.....

.....

.....

.....

.....

**2. FAÇA um DESENHO (mapa/croqui) de sua PROPRIEDADE.**

Observações a respeito deste desenho:

- a) Separe as áreas de acordo com o tipo e manejo de cultivo/atividade, dando um número para cada uma delas;
- b) Pinte de verde se o manejo for ecológico (**em áreas com prática agroecológica há mais de 18 meses**), e de azul se for área em transição (**em áreas com prática agroecológica há mais de 18 meses**);
- c) Neste mapa é importante que você tente localizar a sua propriedade em relação à de seus vizinhos. Assim, desenhe as áreas localizadas ao redor da sua propriedade e indique (pinte) se elas são produção convencional, elas devem ser indicadas, bem como o isolamento das mesmas (pinte de vermelho);
- d) Marque neste mapa qual a área/talhão que você cultiva e as áreas em torno deste cultivo/talhão. Se ao redor desta área houver produção convencional, elas devem ser indicadas, bem como o isolamento das mesmas (pinte de vermelho);
- e) Se você tem mais de uma propriedade faça o croqui de cada uma delas (use um formulário para cada);
- f) Se você tem cultivo em parte de outra propriedade (por exemplo: área arrendada) esta propriedade também deve ser desenhada (pode ser em outra folha e depois anexar a esse formulário).

3

## III. CULTIVO ECOLÓGICO

## 3. USO ATUAL da PROPRIEDADE: Legenda

(tipos de cultivo e manejo, baseado no croqui acima)

| ÁREA*                 |          | ÉPOCA DO ANO               |                         |
|-----------------------|----------|----------------------------|-------------------------|
| TALHÃO n <sup>o</sup> | Hectares | Inverno (abril a setembro) | Verão (outubro a março) |
|                       |          |                            |                         |
|                       |          |                            |                         |
|                       |          |                            |                         |
| <b>TOTAL</b>          |          |                            |                         |

(Vincular o número e a quantidade em hectares com o desenho (mapa/croqui) da página 2)

4

## IV. ITENS E ATIVIDADES NA PROPRIEDADE:

## 4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS e SUAS RESPECTIVAS ÁREAS EM Ha:

- Instalações: .....m<sup>2</sup>
- Estradas: .....m<sup>2</sup>
- Rios: .....m<sup>2</sup>
- Pastagens: .....ha
- Lavouras anuais: .....ha
- Lavouras permanentes (ex. fruticultura): .....ha
- APP + Reserva Legal: .....ha
- Reflorestamento: .....ha
- Capoeiras: .....ha
- Áreas alagadas: .....ha
- Outras atividades: .....ha
- **Área total da propriedade:** .....ha

5

## V. PRODUÇÃO NA PROPRIEDADE:

## 5. DESCREVA A PROPRIEDADE em RELAÇÃO aos ITENS SEGUINTE:

## 5.1. Produção Vegetal:

- A) Todas as culturas são produzidas de forma ecológica? .....
- B) Qual a origem das sementes e mudas utilizadas na propriedade? Ecológicas.....%  
Convencional.....%    Próprias.....%    Compradas.....%
- C) No caso de uso de cama de aviário, que tratamento é dado a esta antes de ser aplicada?  
Compostagem ( )    Curtido ( )    Origem? .....
- D) Quais as práticas de conservação do solo que são utilizadas? Cobertura morta ( )  
Cobertura verde ( )    Rotação de culturas ( )    Revolvimento do solo ( )  
Plantio em nível ( )    Plantio direto ( )

## 5.2. Produção Animal:

**Alimentação e tratamentos:**

- A) Qual o tratamento e o destino dos resíduos gerados pelas criações animais?  
Compostagem ( )    Uso direto horta ( )    Lavoura ( )
- B) Você acha que os animais criados em sua propriedade vivem em condições adequadas?  
Sim ( )    Não ( )    Por quê? .....

C) Especifique o tipo de animal e o percentual de alimentação e medicamentos que são dados:

Bovinos ( ) Caprinos ( ) Suínos ( ) Aves ( ) Abelhas ( ) Outros:.....

| Tipo de insumos          | Ecológica(os) % | Convencional(is) % |
|--------------------------|-----------------|--------------------|
| Alimentação dos animais  |                 |                    |
| Medicamentos dos animais |                 |                    |

### 5.3. Produtos e insumos adquiridos de fora da propriedade:

1:..... 4:..... 7:..... 10:.....  
 2:..... 5:..... 8:..... 11:.....  
 3:..... 6:..... 9:..... 12:.....

### 5.4. EXISTE DEPÓSITO de INSUMOS e FERRAMENTAS?

Sementes ( ) Estercos ( ) Adubos mineral ( ) Calcário ( ) Sais p/Biofertilizantes ( )  
 Medicamentos para animais ( ) Outros?..... Quais?.....

### 5.5. BENEFICIAMENTO da PRODUÇÃO na AGROINDÚSTRIA:

**Somente se possui agroindústria**

**(Caso haja processamento de produtos não agroecológicos, estes devem ser especificados)**

A) Quais produtos são beneficiados na agroindústria?

1:..... 2:..... 3:..... 4:.....

B) Na agroindústria ocorre o processamento de produtos não ecológicos? Sim ( ) Não ( )

Como é feita a separação dos produtos ecológicos e dos convencionais na fabricação?.....

E a limpeza dos equipamentos entre processamento de convencionais e ecológicos, como é feita?....

C) Na fabricação de produtos ecológicos é utilizado algum ingrediente não ecológico?

Sim ( ) Não ( ) Qual?..... Percentual?.....

D) Quais os tipos de embalagens utilizadas: Plásticos ( ) Vidros ( ) Outros.....

E) Quais produtos são utilizados para a limpeza?.....

Alguns dos produtos não são biodegradáveis, ou causam algum prejuízo ao meio ambiente ou a saúde do manipulador? Sim ( ) Não ( ) Qual o percentual? ( )

F) Como é feito o tratamento e qual o destino dos efluentes?.....

G) Qual o tratamento e qual o destino do lixo orgânico?.....

Com relação ao uso de orgânico no rótulo:

- Mais de 95% de ingredientes agroecológicos: ( )
- De 70 a 95% de ingredientes agroecológicos: ( )
- Com menos de 70% de ingredientes agroecológicos: ( )

Preenchido pelo Conselho de Ética do Núcleo:

**Pode usar o selo Ecovida**  
**Pode colocar no rótulo os seguintes dizeres:**  
**Produto com Ingredientes Ecológicos ( )**  
**Produto com Ingredientes Convencionais ( )**



**5.6. MANEJO da VEGETAÇÃO NATIVA e PROTEÇÃO DAS ÁGUAS:**

- A) Quanto da área da propriedade é coberta por vegetação nativa? (     )%
- B) Como as fontes e nascentes estão protegidas?.....
- C) Qual o plano de recuperação da vegetação nativa do entorno das fontes e nascentes, caso necessário?.....
- D) A família usa água para irrigar a produção?.....
- E) De onde vem a água para a irrigação e como ela é usada?.....

**5.7. MANEJO dos RESÍDUOS SÓLIDOS na PROPRIEDADE:**

- A) Qual o tratamento/destino dos **Resíduos secos** produzidos na propriedade?.....
- B) Resíduos domésticos? Orgânicos:..... Inorgânicos:.....
- C) Qual o tratamento/destino dos **efluentes líquidos** (esgoto da cozinha e do banheiro) na propriedade? .....

**5.8. RELAÇÃO de TRABALHO:**

- A) Quem trabalha nas atividades da propriedade?.....
- B) No caso de contratações de mão-de-obra, os trabalhadores possuem boas condições de trabalho?  
.....  
Estes são remunerados de forma adequada?.....
- C) No caso de acidentes de que forma a família se responsabiliza pelo trabalho?.....
- D) As crianças e adolescentes estão na escola?.....
- E) O trabalho na propriedade compromete de alguma forma o desempenho e a permanência deste na escola?.....

6

**VI. ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA:**

- A) Liste os principais tipos, quantidades aproximadas e épocas de colheita do produto produzidos **ECOLOGICAMENTE** em sua propriedade/empreendimento que é comercializado.

(NÃO PRECISA listar o que é consumido pela família)

| Tipo de produtos  |  | Quantidade aproximada | Época do Ano/Mês |
|---|--|-----------------------|------------------|
| Olerícolas (hortaliças, raízes, tubérculos, tomate, cebola, flores, etc.) kg, maço, unidade, etc. |  |                       |                  |
| 01.   |  |                       |                  |
| 02.   |  |                       |                  |
| 03.   |  |                       |                  |
| 04.   |  |                       |                  |
| 05.   |  |                       |                  |
| 06.   |  |                       |                  |
| 07.   |  |                       |                  |
| 08.   |  |                       |                  |
| 09.   |  |                       |                  |
| 10.   |  |                       |                  |

| Frutas (quantidade em kg, caixas) |  |  |  |
|-----------------------------------|--|--|--|
| 1.                                |  |  |  |
| 2.                                |  |  |  |
| 3.                                |  |  |  |
| 4.                                |  |  |  |

| Grãos (quantidade em kg, sacos) |  |  |  |
|---------------------------------|--|--|--|
| 1.                              |  |  |  |
| 2.                              |  |  |  |
| 3.                              |  |  |  |
| 4.                              |  |  |  |
| 5.                              |  |  |  |

| Produtos de origem animal (quantidade em kg, litros, dúzia) |  |  |  |
|---|--|--|--|
| 1.  |  |  |  |
| 2.  |  |  |  |
| 3.  |  |  |  |

| Produtos processados (quantidade em kg, unidades etc) |  |  |  |
|---|--|--|--|
| 1.  |  |  |  |
| 2.  |  |  |  |
| 3.  |  |  |  |
| 4.  |  |  |  |

(Em caso de maior número de produtos, use o verso)

7

## VII. COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGROECOLÓGICOS:

A) Qual o percentual de venda dos produtos nos mercados listados abaixo: %

| Tipos de mercado   | Percentual  |
|--|-------------|
| Mercado  | %           |
| Feiras Livres (direto ao consumidor)                     | %           |
| Cestas ou sacolas (entrega em domicílio)                 | %           |
| Como matéria-prima para agroindústria ecológica          | %           |
| Para intermediários                                      | %           |
| Para outros agricultores                                 | %           |
| Supermercados  | %           |
| Mercado Institucional (creches, hospitais, escolas, PAA) | %           |
| Alimentação Escolar                                      | %           |
| Outros Mercados  | %           |
| <b>TOTAL</b>   | <b>100%</b> |

B) Outras questões (dê outras informações que você julga importante)

.....

.....

**TERMO DE COMPROMISSO DO AGRICULTOR e/ou AGRICULTURA**

Eu....., *afirmo que as informações acima são verdadeiras e me comprometo a cumprir o acima e o abaixo proposto reconhecendo que posso perder o Certificado de Conformidade Orgânica e o direito ao uso do **Selo do SISORG** de acordo com as normas.*

*Declaro que conheço e atendo as regras de funcionamento do **SPG Rede Ecovida de Agroecologia**. Comprometendo-me, também, a buscar esclarecimentos quanto as técnicas e Produtos permitidos, duvidosos e/ou proibidos junto à **Conselho de Ética** do Núcleo Regional antes de praticá-las.*

Assinatura:.....

Local:.....

data:...../...../.....

